

Silvéria da Aparecida Ferreira
Nikolas Corrent
(Organizadores)

HISTÓRIA:

relações de poder, cultura
e representações

2



Atena
Editora

Ano 2023

Silvéria da Aparecida Ferreira
Nikolas Corrent
(Organizadores)

HISTÓRIA:

relações de poder, cultura
e representações

2



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

História: relações de poder, cultura e representações 2

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Soellen de Britto
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Silvéria da Aparecida Ferreira
 Nikolas Corrent

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
H673	História: relações de poder, cultura e representações 2 / Organizadores Silvéria da Aparecida Ferreira, Nikolas Corrent. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1738-5 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.385230409 1. História. I. Ferreira, Silvéria da Aparecida (Organizadora). II. Corrent, Nikolas (Organizador). III. Título. CDD 901
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A obra “História: relações de poder, cultura e representações 2” busca explorar e compreender os complexos vínculos entre poder, cultura e as diversas formas de representação ao longo do tempo. Nesta obra, mergulhamos nas narrativas históricas que moldaram sociedades, examinando os mecanismos de dominação, resistência e transformação que permeiam as relações humanas.

Na trajetória da humanidade, as páginas da história se desdobraram revelando um intrincado tecido de relações de poder, expressões culturais e representações que moldaram sociedades, forjaram identidades e deram forma à nossa compreensão de mundo.

As relações de poder têm sido uma constante ao longo das eras, permeando todos os aspectos da vida humana. A cultura, por sua vez, surge como uma tapeçaria única que tece a diversidade das experiências humanas.

Com uma perspectiva interdisciplinar, este livro convida o(a) leitor(a) a refletir sobre os processos históricos e as dinâmicas sociais que influenciam e são influenciadas pelo poder. Desde as estruturas políticas e econômicas até as expressões culturais e simbólicas, cada capítulo revela as complexas formas como o poder se manifesta e se legitima nas diferentes sociedades e épocas. Ao explorar as múltiplas facetas da cultura, este livro revela como as representações moldam identidades, estereótipos e narrativas coletivas.

Convidamos você, leitor(a), a embarcar nesta jornada de descobertas e reflexões. Esta obra busca iluminar os cantos da história, destacando as relações de poder muitas vezes invisíveis, celebrando a riqueza das expressões culturais e desafiando as representações limitadas.

Ressaltamos que os artigos são de inteira responsabilidade dos(as) autores(as). A obra “História: Relações de Poder, Cultura e Representações 2” possui linguagem acessível, interdisciplinar e está embasada em sólida pesquisa, assim busca estimular o pensamento crítico e proporcionar uma visão ampla e contextualizada dos complexos processos históricos.

Boa leitura!

Silvéria da Aparecida Ferreira
Nikolas Corrent

CAPÍTULO 1 1

A CASA BALSEMÃO – “DÉSIR DE BIEN FAIRE” O PALACETE DOS VISCONDES DE BALSEMÃO, NO PORTO

Luís Cabral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852304091>

CAPÍTULO 2 16

A POPULAÇÃO MESTIÇA E ASSIMILADA DE MOÇAMBIQUE: RESISTÊNCIA E RESIGNAÇÃO

Denis Moura Dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852304092>

CAPÍTULO 328

CIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FESTA DE SANTO ANTÔNIO EM DUQUE DE CAXIAS/RJ

Renata de Almeida Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852304093>

CAPÍTULO 440

CONCEITO DE REVOLUÇÃO NO IDEÁRIO DE NELSON WERNECK SODRÉ NOS ANOS DE 1950: UMA INTERPRETAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Neilaine Ramos Rocha de Lima

Vitor Emanuel Espiasse Pandolpho

Nayana Inamorato Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852304094>

CAPÍTULO 553

CONTROLE E SELEÇÃO EUGÊNICA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930: REFLEXÕES A PARTIR DA "LEI DOS INDESEJÁVEIS"

William Vaz de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852304095>

CAPÍTULO 663

CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO "SÃO MIGUEL": A BONECA ABAYOMI

Janaina Ideli Rigon

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852304096>

CAPÍTULO 7 71

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REPRESENTAÇÕES SOBRE MÍDIA E DEMOCRACIA NO BRASIL

Geso Batista de Souza Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852304097>

CAPÍTULO 889**IMPERIO CAROLINGIO: RELACIONES DE PODER, CULTURA Y REPRESENTACIONES**

Andrés Hibernón Velázquez Fornés

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852304098>**CAPÍTULO 9 102****O TRANSITAR DENTRO E FORA DO TERREIRO: MÃES DE SANTO EM IRATI-PARANÁ**

Nadia Maria Guariza

Vania Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3852304099>**CAPÍTULO 10.....110****NASSAU NO RECIFE: ASPECTOS CULTURAIS DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Élcia de Torres Bandeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38523040910>**CAPÍTULO 11 120****O DESENVOLVIMENTISMO SOB A ÓTICA DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES: UMA ANÁLISE DAS IDEIAS NAS OBRAS DA AUTORA ENTRE OS ANOS DE 1960 A 1980**

Neilaine Ramos Rocha de Lima

Vitor Emanuel Espiasse Pandolpho

Nayana Inamorato Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38523040911>**CAPÍTULO 12..... 135****O PATRIMÔNIO EM UMA LÓGICA DO APAGAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DE PATRIMÔNIOS PRESENTES NA LÓGICA DO APAGAMENTO PAULISTANO**

Mariana Rezende Doliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38523040912>**CAPÍTULO 13..... 150****THE “DICCIONARIO DA LINGUA TUPY” FROM 1858 AS AN EXAMPLE OF SOURCE TO AN ENVIRONMENTAL HISTORY**

Jaqueline Ferreira da Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38523040913>**SOBRE OS ORGANIZADORES 168****ÍNDICE REMISSIVO 169**

A CASA BALSEMÃO – “DÉSIR DE BIEN FAIRE” O PALACETE DOS VISCONDES DE BALSEMÃO, NO PORTO

Data de aceite: 01/09/2023

Luís Cabral

1 | INTRODUÇÃO

Temos presente que as casas de maiores dimensões (de negociantes, de nobres, de membros da Igreja) eram, em geral, espaços de uso múltiplo, com as suas lojas e sobrelojas no nível inferior e a residência na parte superior. Os proprietários, sobretudo em contexto urbano, procuravam, para além de estabelecer morada própria, colher rendimento suplementar, fosse de habitação, fosse, principalmente, de comércio.

Do século XVIII para o século XIX, assiste-se a uma evolução profunda, não só arquitetónica, mas sobretudo de função da casa de tipo aristocrático. Mas o que seria no Porto, um palácio ou um palacete, um solar ou uma casa grande, no Terreiro, Largo ou Praça dos Ferradores, espaço inserido numa espécie de segundo centro da cidade – Cordoaria, Carmo e Cedofeita

–, num extremo do Campo do Olival?

Fronteiro à casa ficava um importante lugar de comércio: a feira dos bois, uma feira franca, a feira da erva, carvão e lenha, a feira das caixas e a feira dos moços. Daí partiam as duas principais vias de comunicação no sentido norte litoral para Viana, Caminha, Valença e Tui, e pelo interior, em direção a Braga. Aqui mesmo se separavam, desde tempos medievais, os peregrinos de Compostela, conforme o itinerário que queriam seguir.

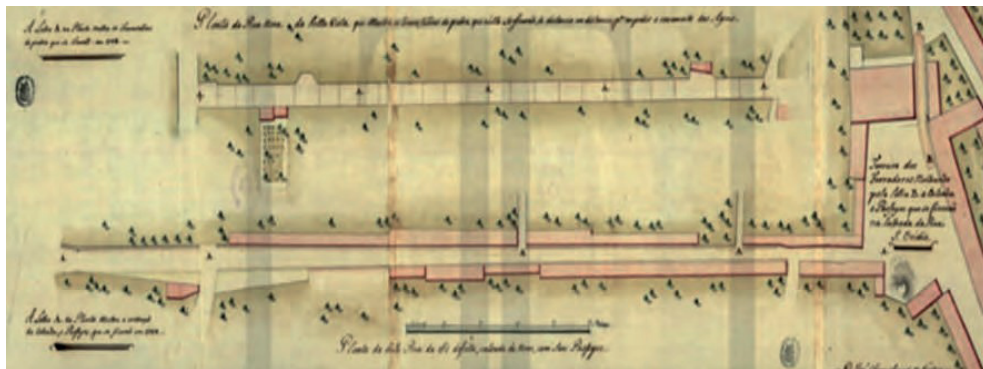


Fig. 1 – Planta da Rua de Cedofeita e do Terreiro dos Ferradores.

O Porto não foi nunca uma cidade de palácios por, durante séculos, não ter tido nobreza residente (os grandes senhores e seus séquitos não podiam permanecer na cidade por mais de três dias). Acrescia o próprio caráter dos seus comerciantes e burgueses que, desde sempre, optaram por uma postura de sobriedade ou contenção em matéria de gastos, por muito que estes lhes pudessem acarretar prestígio ou um certo ambiente de aparato.

Em contexto musical quinhentista, Rui Vieira Nery caracterizou o Porto pelas seguintes palavras: decoro, austeridade, controlo de custos¹. Jaime Ferreira Alves, na senda de Robert Smith, estudioso da Arquitetura do Porto dos séculos XVIII e XIX, escreveu: “Ainda que o termo palácio que utilizamos seja um pouco impróprio, vamos emprega-lo para designar as casas que, no Porto, constituídas geralmente só de rés-do-chão e andar, pelas dimensões e pelo estrato social dos seus proprietários se distinguem das outras residências. Em nossa opinião, o Porto não conheceu exceptuando o Paço Episcopal e o Palácio dos Carrancas, o tipo de edifício que pelas suas proporções pelo seu enquadramento na estrutura urbana, pelos seus jardins, enfim, pela sua monumentalidade, conheceu a Europa a partir do Renascimento – o palácio”². Por seu lado, António de Moraes Silva, pessoa, aliás, muito ligada aos senhores desta Casa, registara assim o termo: “Palácio. Casa grande, e nobre, de boa traça, e bons edificios”³.

Os termos palácio ou palacete, usados aqui um tanto “ad libitum”, servir-nos-ão como rótulo, embora alguma coisa nos chame à ideia de casa, casa grande ou casa nobre. No Porto novos sentidos de palácio nos trará o século XIX, como o Palácio da Bolsa ou o Palácio de Cristal e, um pouco inexplicavelmente, veremos chamar, já no nosso século XXI, Palácio das Cardosas à Casa desse nome (antigo Convento dos Loios) ou até mesmo Palácio das Artes ao extinto Convento São Domingos (depois Banco de Lisboa e Companhia de Seguros Douro). Mudam-se os tempos, mudam-se os nomes...

1 NERY, Rui Vieira – “Decoro, Austeridade e Controlo de Custos”, in CABRAL, Luís – *A Capela Musical da Sé do Porto no Século XVI*. Porto. 2003, pp. 7-14.

2 ALVES, Joaquim J. Ferreira – *A casa nobre no Porto na época moderna*. Lisboa: Inapa, 2001.

3 SILVA, António de Moraes – *Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

O caso do chamado Palacete dos Viscondes de Balsemão, ou simplesmente Casa Balsemão, como ainda por 1833 se dizia, parece inserir-se, exemplarmente, neste 5.º Congresso Internacional “Casa Nobre: um património para o futuro”.

Construção e herança de fidalgos, esta casa foi palco de muitos acontecimentos e cenário de muitas vidas, adaptando-se sempre aos tempos e constituindo para nós, hoje, um legado cultural perene.

2 | AS CASAS GRANDES DOS FERRADORES

A melhor maneira de compreendermos as redes de relações familiares e de propriedade ligadas às chamadas “casas grandes dos Ferradores” será seguir a linha do tempo por todo o século XVIII.

O primeiro proprietário destas casas, sitas no Largo ou Praça dos Ferradores, foi Luís Correia dos Santos, “opulento comerciante” da primeira metade de setecentos. Tê-las-á construído ou, pelo menos, reedificado e ampliado. Note-se que, não raro, a tradição confunde reconstrutor com construtor.

Nessas casas nobres viveu com sua mulher, D. Mariana Luísa Pacheco Pereira, passando, por morte dele, em 1756, os bens imóveis para o filho, Luís Correia Pacheco Pereira. Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Fidalgo da Casa Real, habitou as mesmas casas e aí faleceu em 25 de maio de 1762. Foi casado com D. Maria Joaquina de Tovar Beja e Noronha. Não tendo o casal filhos, “nem esperanças de os ter”, determinou o fidalgo no testamento que os seus bens fossem vendidos em leilão, ficando herdeira, uma vez



Fig. 2 – Luís Correia Pacheco Pereira.

pagos os legados, a Santa Casa da Misericórdia do Porto. Eloquentes exemplos de benfeitor, as disposições testamentárias, incluindo as relativas a funeral e sufrágios, correspondiam ao alto valor do seu património. Lembremos que, no tempo deste fidalgo, as casas grandes dos Ferradores, pela sua localização e, certamente, pelas restantes condições que tinham, estiveram, parcial e temporariamente, alugadas ao Governador das Justiças e a Desembargadores da Relação.

Postas as casas em leilão, em 15 de dezembro de 1762, arrematou-as, pela quantia de vinte e quatro mil cruzados e trinta e um mil reis, D. Maria Manuel de Azevedo, viúva de Pantaleão Alvo Godinho Pereira Brandão, juntamente com seu filho, Carlos Brandão Alvo Perestrelo de Azevedo, os quais moravam no Bairro da Fábrica do Tabaco. “E porquanto não tinham o dinheiro prompto para satisfazer a esta Santa Casa”, logo hipotecaram a propriedade à própria Misericórdia, a juro de cinco por cento.

Falecido Carlos Brandão, solteiro e sem filhos, os bens passaram a seu irmão, José Alvo Brandão Godinho Perestrelo Pereira de Azevedo.

As propriedades dos Ferradores eram constituídas por “três moradas de cazas com seus quintais, agoas e mais suas pertenças e seus constituintes”, a saber, as casas grandes, onde morara Luís Correia Pacheco Pereira, umas “pequenas místicas”⁴ e as casas da chamada Fonte.



Fig. 3 – Brasão da Família Balsemão.

Por casamento, em 1800, da filha única e herdeira do fidalgo José Alvo Brandão, D. Maria Rosa Alvo Brandão Perestrelo de Azevedo, com seu primo co-irmão, Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, 2.º Visconde de Balsemão (a partir de 1802), as casas passaram a integrar o património desta família.

Reuniram-se, assim, na casa de Balsemão, quatro importantes morgados, destacando-se o dos Brandões, de que foi 5.º administrador José Alvo Brandão Godinho Perestrelo Pereira de Azevedo.

⁴ “Místico. Diz-se de casas, vinhas, &c. quando dão humas nas outras, sem terem muro, ou cousa que o valha, que as separe...” (Rafael Bluteau – *Vocabulário portuguez latino...* Coimbra: Collegio das Artes, 1712-1728).

O morgado dos Brandões foi instituído pelos Contadores do Almojarifado e Comarca do Porto, que eram titulares do padroado da Capela de S. Brás no Convento de São Francisco e da Igreja de Peroselo. Pertenciam-lhes as Quintas de Coreixas e de Peroselo, em Penafiel. No Porto, possuíam diversos foros e propriedades. Notemos as casas da Rua Nova, “... que Sua Alteza fora servido tomá-las para a Alfandega...”. Dois aspetos, neste contexto, são significativos: o instituidor deste morgado é nada menos do que Diogo Brandão, o poeta do Cancioneiro Geral. Por outro lado, seu filho, Jerónimo Brandão, entre as quintas e outras propriedades com que seus pais dotaram o morgado e capela de S. Brás, menciona, caso pouco frequente, mas sintomático do valor reconhecido a alguns bens culturais, “todos os livros da sua livraria”.

Por seu lado, os Alvos tinham o padroado da capela-mor da Igreja do Convento de Santo Elói, encimando as suas armas o respetivo arco cruzeiro. Eram possuidores de muitas propriedades no Porto e arredores e também na região do Douro. De valor comparativamente menos expressivo, juntaram-se-lhe os morgados dos Perestrelas e dos Godinho.

3 | O 1.º VISCONDE DE BALSEMÃO

Vejamos agora alguns aspetos da História da família Balsemão, centrando-nos nos pais de Luís Máximo – Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1.º Visconde de Balsemão (1735-1804) e sua mulher, D. Catarina Micaela de Sousa César de Lencastre (1749-1824).

As origens do nome e da casa desta antiga e ilustre família estão ligadas a Balsemão, Lamego. Aí, D. Afonso Pires, Bispo do Porto (entre 1359 e 1372), instituiu o morgado de Balsemão, de que foi 1.º senhor, Gonçalo Martins Cochofel, seu sobrinho, filho da irmã do prelado, D. Margarida, casada com Martim Gonçalves Cochofel. Está o Bispo sepultado nesta Capela de São Pedro de Balsemão, jóia da arquitetura medieval portuguesa. Pertencente a uma importante família (eram seus irmãos D. Gonçalo, Bispo de Lamego, e D. Luís, Bispo de Viseu), dotou a capela e morgado de muitas terras e rendas. Foi seu tio e protetor D. Afonso Martins, Bispo do Porto e, mais tarde, de Lisboa.

Luís Pinto de Sousa Coutinho, Fidalgo da Casa Real, 12.º Senhor do Morgado de Balsemão, 1.º Visconde de Balsemão (de juro e herdade, com honras de grandeza, título criado em 1801), exerceu o cargo de Governador e Capitão General de Cuiabá e Mato Grosso, foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, da Guerra e dos Estrangeiros, representou Portugal no duplo consórcio de 1785 (que trouxe para Portugal a princesa D. Carlota Joaquina) e foi Embaixador em Londres até 1788. Tomou parte na Campanha do Rossilhão (1793-1795), negociou o Tratado de Paz de Badajoz (no seguimento da Guerra das Laranjas, 1801), tendo ocupado diversos postos militares. Destaque-se que, tal como outros membros da família, foi Cavaleiro da Ordem de Malta, tendo viajado por Itália, Alemanha e França e, ainda, que foi instituída, no tempo do seu

governo, a Academia Real de Fortificação e Desenho.



Fig. 4 – 1.º Visconde de Balsemão. Fig. 5 – Viscondessa de Balsemão.

O 1.º Visconde de Balsemão casou, em 21 de agosto de 1767, com D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre, irmã de D. Isabel Francisca de Sousa e Lencastre, casada, por sua vez, com José Alvo Brandão. Não chegaremos Talvez não chegemos a saber a saber ao certo as vezes que a este solar veio a *Senhora Viscondessa Velha de Balsemão*. Celebrada poetisa, amiga da Marquesa de Alorna e de Bocage, conhecida pelas reuniões sociais e artísticas nas suas residências de Londres ou de Lisboa, a sua memória estará sempre associada a esta casa, quanto mais não seja porque algumas obras ficaram guardadas na biblioteca de seu filho.

4 | O 2.º VISCONDE DE BALSEMÃO

Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho nasceu em Falmouth, Inglaterra, em 1774. Casou, como já vimos, em 1800, com D. Maria Rosa Alvo Brandão Perestrelo de Azevedo. Para dar uma ideia da senhora desta casa, lembremos a “longa” dedicatória que lhe faz a cantora Carolina Griffoni, apresentando a Viscondessa como pessoa culta e dedicada ao “ameno estudo das bellas Artes” ⁵.

Virá o Visconde a falecer em 1832, em Lamego – “isolado e ate esquecido dos litteratos e homens instruidos, que sempre n’esta caza tiverão recepção franca com singular

⁵ *A Mulher de génio extravagante para se representar no Real Theatro do Principe, no anno de 1805...* Porto: na Typ. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1805.

estima de toda a família e principalmente do seu chefe; aos estudiosos patenteava-se-lhes a particular e rica livraria do Visconde”⁶.

Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Filosofia e, algum tempo, guarda-mor da Torre do Tombo, exerceu as funções de Inspetor da Agricultura do Reino e foi tenente coronel de Cavalaria.

Possuía uma notável biblioteca, que não reservava só para si, mas que, generosamente, tornava franca aos estudiosos, construindo assim um dos berços da Real Biblioteca Pública do Porto, incorporada por sequestro, em 1834, na Real Biblioteca Pública do Porto.



Fig. 6 – 2.º Visconde de Balsemão. Fig. 7 – “A Mulher de génio...”

Dos livros que sabiamente escolheu e juntou bastará destacar os manuscritos de D. Catarina, sua mãe, e, sobretudo, as muitas espécies de interesse para a História e a Cartografia. Peça verdadeiramente relevante, em termos de património mundial, é o códice seiscentista, pertença, aliás, já de seu pai, e que tem por título *Rezão do Estado do Brasil* – “o mais antigo atlas especial até hoje conhecido, de um território americano”, nas palavras do Comandante Teixeira da Mota.

Resistente à invasão de Junot (1808), o 2.º Visconde de Balsemão foi um dos delegados que a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino enviou a Londres⁷. Em outubro desse mesmo ano, há notícia de festejos, em frente a esta casa, assinalando a libertação do Porto.

⁶ REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Apontamentos para a verdadeira História antiga e moderna da cidade do Porto*, vol. 5, f. 78.

⁷ Existem as cartas dessa viagem (BPMP – Ms. 1077).

Durante a 2.^a Invasão Francesa (1809), a biblioteca, cuja parte principal se encontrava no piso onde agora estamos, é objeto de enorme saque, ficando reduzida de c. 12 000 volumes a apenas c. 5 000⁸. O que tornou o 2.º Visconde de Balsemão mais notável no contexto desta casa, foi, sem dúvida, a sua biblioteca pessoal.



Fig. 8 – Casa Balsemão.

5 | A ACADEMIA POLITÉCNICA. A HOSPEDARIA DO PEXE

Após o sequestro dos bens do 2.º Visconde de Balsemão, em 1834, a sua casa tem um destino diferente do habitual, que era o de residência de figuras da nobreza e altos funcionários.

Num primeiro período, entre 1834 e 1837, para aqui se transferiram as aulas da Academia Politécnica do Porto, estabelecimento, como sabemos, de importância fulcral para a Cidade e para a região. Deste modo viabilizava-se, por mais algum tempo, a manutenção do hospital militar instalado, durante o Cerco do Porto, no edifício do Colégio dos Meninos Órfãos de Nossa Senhora da Graça (hoje sede da Reitoria da Universidade do Porto).

Podemos, assim, dizer que o destino cultural da Casa Balsemão não terminou com o sequestro e a transferência da biblioteca do 2.º Visconde de Balsemão para a Real Biblioteca Pública do Porto. Premo-nitória vocação a deste espaço para a Educação e a Cultura.

Num segundo tempo, é a vez de o Palacete ter, temporariamente, um uso completamente diverso. Com efeito, António Bernardino Peixe (assim assinava ele) arrenda o edifício, para aqui abrir, em 1840, uma hospedaria com o seu nome, em complemento da

⁸ BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris: Rey et Gravier, 1822, t. 2, p. 91.

que possuía na Rua do Bonjardim, aproveitando, certamente, as melhores oportunidades de negócio que a zona dos Ferradores lhe oferecia.

É, justamente, neste período que a memória do Palacete e da Praça a ele fronteira recebem a marca mais indelével. Tal deve-se à aposentadoria do Rei Carlos Alberto da Sardenha, se bem que por uns escassos oito dias (entre 20 e 27 de abril de 1849), enquanto aguardava que lhe fosse preparada a casa da Quinta da Macieirinha, onde, como se sabe, viria a falecer três meses mais tarde.

Não cabe aqui fazer uma biografia de Carlos Alberto, mas sim centrarmo-nos apenas nos sinais que nesta casa e no espaço envolvente deixou a curta mas inesquecível passagem do Rei, a quem foi atribuída a melhor dependência da Hospedaria, onde outrora estivera instalada a Biblioteca do Visconde de Balsemão.



Fig. 9 – Carlos Alberto da Sardenha e Piemonte.

A entrada de Carlos Alberto na Cidade e a sua chegada aos Ferradores, à Hospedaria do Peixe, é-nos descrita num vivo texto de Artur de Magalhães Basto⁹. Recebido com pompas, chega completamente exausto, tendo de ser levado em braços pela escadaria.... Nada mais queria do que retirar-se e descansar... O derrotado da Batalha de Novara é agora o exilado no Porto. Aqui chegava triste e doente. Tinham-lhe sido oferecidos para residência palácios e casas senhoriais: a Rainha D. Maria I, em Lisboa, o Bispo do Porto, no próprio Paço Episcopal, o Conde de Terena, na Casa da Torre da Marca e o Barão de Forrester, à Ramada Alta. Mas Carlos Alberto, que aqui estava como simples Conde de

⁹ *O Porto do Romantismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932. pp. 147-150.

Barge, acompanhado apenas por dois criados, aquilo a que aspirava era ao isolamento e à paz de espírito.

“O Porto, segunda cidade do reino de Portugal, nos confins do continente europeu, mais de mil milhas distante da Italia, afastado da residencia da côrte com a qual não há frequentes communicações, lhe pareceu lugar apropriado ao seu designio”¹⁰. E na mesma obra se escreveu, a páginas 55 e 56: “Carlos Alberto chegava ao Porto a 20 do mez d’Abril depois d’uma jornada de vinte e sete dias, os ultimos quatro a cavallo. Era acolhido com honras reais, e do povo com signaes de sympathia que cresciam inextimavelmente logo que era conhecido, de maneira que muitas vezes andando e voltando da casa de campo do Rei eramos demorados no caminho e cercados com saudações de ‘Senhor Carlos Alberto’. Permaneceu uma semana na hospedaria do *Pexe*, onde se apeou; tomou depois residencia n’uma pequena casa da *rua dos Quarteis*, contigua ao palacio outr’ora habitado por D. Pedro, em que não havia senão tres ordinarios quartos. Durante aquelle tempo sahiu a cavallo para visitar as primeiras authoridades. A 10 de Maio transferiu-se para a casa de campo do Snr. Ferreira Pinto, collocada no meio d’um delicioso jardim na margem direita do Douro, donde, da janella do seu quarto de dormir, S.M. via o curso d’elle até ao mar”.

Da estadia de Carlos Alberto neste Palacete ficaram memórias cuja preservação devemos sobretudo ao Visconde da Trindade: o tratamento que deu ao aposento real, hoje dito “Quarto do Rei”, com um teto ostentando pinturas alusivas e, sobretudo, um belo memorial em mármore. Do breve espólio aqui exposto salienta-se um desenho de Francisco José Resende, retratando o Rei na vizinha Igreja do Carmo. Refira-se, ainda, o registo das visitas do Príncipe Humberto de Sabóia (1862), D. Luís I e D. Maria Pia (1863) e D. Fernando I (1865).

O Porto soube acolher um rei e despedir-se dele. Ficou-nos a sua memória nesta casa e nesta praça que, em fevereiro de 1852, recebeu o nome de Carlos Alberto, “em tributo de gratidão memoria de sua Magestade El Rei da Sardenha, fallecido dentro dos muros da mesma Cidade, pelas lizongieras expressões com que sempre tratára os Portuenses”¹¹. Era Presidente da Câmara José António de Sousa Basto, em breve Visconde da Trindade, de quem falaremos de seguida.

6 | O VISCONDE DA TRINDADE

Uma das figuras mais marcantes desta casa é, sem dúvida, a do Visconde da Trindade, pela atitude de filantropia que assumiu no Porto, mas também face aos emigrados portugueses no Brasil e pela relevante ação que teve no Seminário dos Meninos Desamparados (Campanhã), nos Albergues Noturnos, em outras obras de assistência social e, acima de tudo, na Ordem da Trindade (Hospital e Liceu), não esquecendo o

10 DA-FIENO, Egidio – *Breves noções a respeito da vida, viagem e morte de Carlos Alberto*. Porto: Typ. Commercial, 1850, p. 58.

11 Autorização do Governador Civil do Porto, para mudança do nome da praça. 21 de fevereiro de 1852.

exercício de funções na Câmara Municipal do Porto e na Sociedade do Palácio de Cristal, assim como na Comissão de Cereais em período de grave crise de abastecimentos (1855).

José António de Sousa Basto (Refojos de Basto, 1805 - Porto, 1890), 1.º Visconde (1852) e 1.º Conde (1881) da Trindade, foi um riquíssimo comerciante com fortuna feita no Brasil, um “grande proprietário e capitalista”. Casou duas vezes, a segunda (1838) com D. Josefa Rosa de Amorim, sua cunhada, de quem teve José de Sousa Basto Júnior, 2.º Visconde. Nem este nem o filho segundo, António de Sousa Basto, tiveram geração. A representação do título recaiu, assim, sobre a filha mais velha, D. Josefina Henriqueta, que casa com Augusto Correia Pinto Tameirão, 3.º Barão do Valado, e virá a herdar o palacete que, por algum tempo, virá a ser designado por este título.

Em 1850, José António de Sousa Basto compra o palacete ao 3.º Visconde de Balsemão. Logo procede a uma profunda remodelação. Nas palavras de Artur de Magalhães Basto, “era essa casa uma linda residência do século XVIII, na frente dos seus grandes e belos jardins que se estendiam ao longo da Rua das Oliveiras”. Esses terrenos foram vendidos para neles se construir em 1897, por iniciativa de Manuel da Silva Neves, um teatro-circo, o Teatro de Carlos Alberto.

Da grande fortuna e prestígio eram testemunhos não só o aparato deste seu palacete (muitas vezes designado até por “palácio”), como as personalidades que visitavam esta sua residência.

O Visconde da Trindade, sem esquecer a missão social que lhe cabia, demonstrou uma assinalável consciência, diríamos hoje, do património cultural, ao perpetuar, como sabemos, o nome do rei Carlos Alberto através do memorial que mandou fazer numa das salas e da atribuição do nome à praça.

Transformou, profundamente, este palacete, cujo interior Henrique Duarte e Sousa Reis descreve do seguinte modo: “Huma escadaria excellent substituiu a primitiva escada, sallões extensos, largos commodos e abundantes para crescidissima familia, soberbas sallas para habitações agradaveis, pertenças adequadas para grandes reuniões, moviladas [sic] com gosto e dispêndio, decorações ricas, casa de banhos, copas destinadas à guarda de pratos e collocação de louças, etc.; nada falta ali para testemunhar a substituição lá operada”¹².

Ou nas palavras de Inácio de Vilhena Barbosa: “O edificio da hospedaria do Peixe, que n´aquelle tempo era um palácio dos srs. viscondes de Balsemão, foi comprado e reedificado pelo sr. Visconde da Trindade para sua habitação. Exteriormente foi aformoseado com uma balaustrada, e com o brazão d´armas do seu actual proprietario. Interiormente foi reconstruido com grandeza, e as salas decoradas com magnificencia. A inauguração d´esta nova e bella residência foi solemnizada com um dos mais brilhantes e concorridos bailes que tem havido na cidade do Porto”¹³.

¹² REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Apontamentos para a verdadeira História antiga e moderna da cidade do Porto*.

¹³ *Archivo Pittoresco*, Lisboa, vol. 4, 1861, pp. 393-394.



Fig. 10 – Visconde da Trindade.

7 | NOVOS USOS

Muitos e diversos foram os usos, em geral parcelares, dados a este edifício, após a morte do Visconde da Trindade (1890) e de sua mulher (1895). Encontramos referência a terem estado aqui instalados o Centro Comercial do Porto, o Instituto Português das Classes Trabalhadoras, a Real Sociedade Humanitária, a Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha e até um armazém de móveis e um café, em inícios do século XX. Estas situações de arrendamento, sobretudo dos baixos das grandes casas, eram, de certo modo, correntes, evidenciando a extrema (re)adaptação que têm estes espaços urbanos.

O uso/ocupação de maior impacto, durante todo o século XX, foi a do setor do gás e eletricidade. Em 1906 foi aqui instalada a Companhia do Gás do Porto, à qual sucederam, em 1920, os Serviços Municipalizados de Gás e Eletricidade e, em 1988, a EDP. A Câmara adquirira a casa, em 1958, aos herdeiros do Visconde da Trindade.

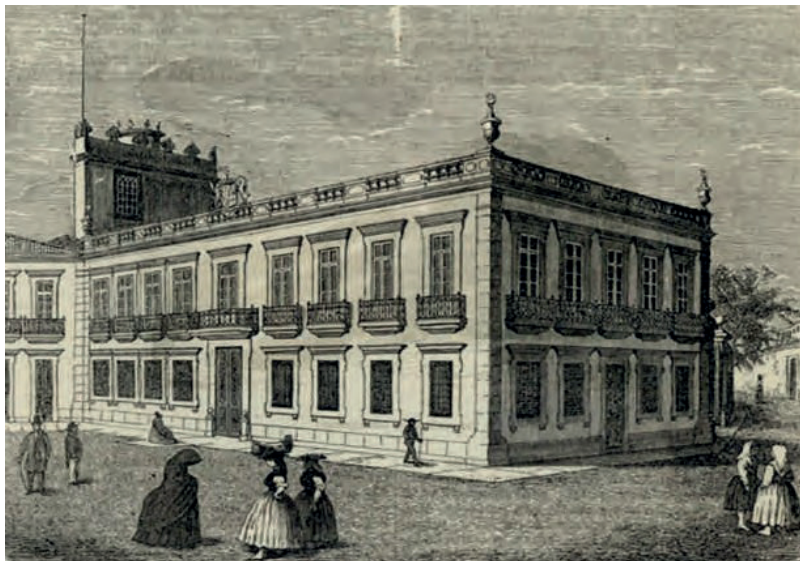


Fig. 11 – Palácio do Visconde da Trindade.

Sublinhemos um pormenor significativo. Ao procederem ao contrato de arrendamento à Companhia, os Viscondes do Valado, numa aristocrática postura de senhores da casa, “reservam-se o direito de por ocasião de qualquer procissão, cortejo ou festividade que possa ser disfructada das janelas do edificio arrendado utilizarem exclusivamente duas janellas à sua escolha, no salão que forma o anglo [sic] sobre a rua das Oliveiras e praça Carlos Alberto.” Era justamente essa a parte mais importante da casa, o cunhal onde estivera, primitivamente, a pedra de armas dos Viscondes de Balsemão.

Após a saída da EDP, vêm para o Palacete, em 1996, os serviços centrais da Direção Municipal de Cultura e Turismo, que havia, recentemente, sido reestruturada como departamento autónomo.

Em 2001, o Palacete dos Viscondes de Balsemão assume ou “recupera” a sua missão cultural: é posto em funcionamento um pequeno espaço expositivo, especialmente vocacionado para o desenho, a pintura, a fotografia... Por lá têm passado nomes como Júlio Resende, Zulmiro de Carvalho, Manuel Casal Aguiar, Francisco Laranjo, Armando Alves, Victor Costa, António Quadros Ferreira, David Rodes, Cláudio Ricca, Jorge Pinheiro, John Wilkins, João Meneres, Bruno Marques, Plan D, Acácio Carvalho, José António Nobre, Alberto Pêssimo e muitos outros.

Em 2004, promove-se a “reabertura” da Sala de Música, agora como auditório destinado a acolher as mais diversas atividades, dando-se, também assim, continuidade à vocação cultural e social desta casa. Como, ainda em 1842, dizia a Viscondessa de Balsemão, “hum Caza Nobre com frente p.^a a Praça dos Ferradores, e p.^a a Rua do mesmo nome, que vai em direção à das Oliveiras...”.



Fig. 12 – Praça Carlos Alberto.

NOTA FINAL

Quando, em fevereiro de 2000, cessei, a meu pedido, o exercício do cargo de Diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto, quiseram as circunstâncias que passasse a trabalhar num espaço de certo modo relacionado com a origem daquela Biblioteca – o Palacete dos Viscondes de Balsemão, a casa de que hoje viemos falar. Essa nova situação levou-me a dirigir parte da minha atenção para a História do Palacete dos Viscondes de Balsemão, mais tarde do Visconde da Trindade.

Foram as seguintes as minhas principais intervenções públicas, umas de divulgação, outras mais de fundo: *O Palacete dos Viscondes de Balsemão*. Porto: CMP, 2000; *O Palacete dos Viscondes de Balsemão na Praça Carlos Alberto*. “O Tripeiro”, 7.ª sér., ano XII, n.º 4 abr. 2003; *O Palacete dos Viscondes de Balsemão*: ação de formação, CMP, 24, 26 e 28 set. 2012; *O Palacete dos Viscondes de Balsemão* in *Se as casas não tivessem memória*, I a X, “As Artes entre as Letras”, 2015; Congresso Internacional “Palácios e Dinâmicas Urbanas: centros de poder e de conhecimento na Europa”, Évora, 5 a 7 nov. 2015 (comunicação: *O Palacete dos Viscondes de Balsemão, uma Casa de Cultura*; Colóquio “O 1.º Visconde de Balsemão: humanismo, diplomacia e reformas na era das revoluções”, 27-28 nov. 2017 (comunicação: “O Palacete dos Viscondes de Balsemão: ‘Désir de bien lire’”). É, essencialmente, nessa investigação e nesses textos que se baseia a síntese apresentada a este Congresso.

Não terminarei sem saudar, de um modo muito especial, a Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez e a organização do “5.º Congresso Internacional Casa Nobre: Um património para o futuro”, pela constância no tempo (estamos já na 5.ª edição) e pela qualidade que distingue a iniciativa. Se não é fácil a missão de reconstruir um passado, os caminhos de viver e sentir o presente que lhe corresponde requerem uma grande energia e até mesmo coragem. Mas mais exigente ainda será pensar, equacionar, sonhar o que possa ser o futuro destas casas, de cada uma destas casas, no que elas encerram de património material e imaterial. Por isso, nos reuni(re)mos em congresso, neste Entre Douro e Minho das raízes da nossa Cultura.

A POPULAÇÃO MESTIÇA E ASSIMILADA DE MOÇAMBIQUE: RESISTÊNCIA E RESIGNAÇÃO

Data de aceite: 01/09/2023

Denis Moura Dos Santos

Mestrando em Estudos Culturais EACH/
USP

RESUMO: A colonização do litoral leste do continente africano, por parte dos portugueses, foi iniciada entre os anos de 1497 e 1499, na primeira viagem de Vasco da Gama para a Índia. Os colonizadores portugueses que faziam parte da classe burguesa nunca tiveram grande interesse em relação à Moçambique, a relutância dos colonizadores europeus em se fixarem no interior do continente, e os índices altos de mortalidade, contribuíram para a inevitável miscigenação com os habitantes locais. Os altos funcionários da Coroa Portuguesa e os colonos portugueses menosprezavam as relações interracialis e a miscigenação. A colonização portuguesa efetiva era resumida na cidade costeira de Quelimane, coma efetiva ocupação das possessões portuguesas no continente, após a Conferência de Berlim (1884-1885), e, no século XX foram consolidados três grupos hierárquicos: os brancos, os indígenas (negros nativos) e os assimilados (mistos e negros que cumpriam os requisitos dos

colonizadores). A política de assimilação passa a ser um ponto central dentro do aparelho ideológico da colonização portuguesa, mas ela servia como uma barreira de ascensão social dos negros e dos mestiços. O fato dos mestiços terem acesso aos estudos contribuiu para que elas se tornassem os principais expoentes da formação de um discurso voltado a singularidade nacional moçambicana, mas, elas eram vistas com desconfiança pelos negros, além da fronteira estabelecida pelos colonizadores. A população mestiça, apesar das acusações de colaboracionismo com os colonizadores portugueses, também sofria com o racismo daquele período e a aproximação com eles era uma forma de resistência, frente ao cenário que se apresentava para essa população.

PALAVRAS-CHAVE: Miscigenação; Moçambique; Resistência; Resignação.

ABSTRACT: Colonization of the east coast of the African continent by the Portuguese began between 1497 and 1499, on Vasco da Gama's first trip to India. The Portuguese colonizers who were part of the bourgeois class never had much interest in Mozambique, the reluctance of European colonizers to settle in the interior of the

continent, and the high mortality rates, contributed to the inevitable miscegenation with the local inhabitants. High officials of the Portuguese Crown and Portuguese settlers despised interracial relations and miscegenation. Effective Portuguese colonization was summarized in the coastal city of Quelimane, with the effective occupation of Portuguese possessions on the continent, after the Berlin Conference (1884-1885), and, in the 20th century, three hierarchical groups were consolidated: the whites, the indigenous (blacks, natives) and the assimilados (mixed and black people who fulfilled the requirements of the colonizers). The assimilation policy became a central point within the ideological apparatus of Portuguese colonization, but it served as a barrier to the social ascension of blacks and mestizos. The fact that mestizos had access to studies contributed to their becoming the main exponents of the formation of a discourse focused on Mozambican national uniqueness, but they were viewed with distrust by blacks, beyond the border established by the colonizers. The mestizo population, despite accusations of collaboration with the Portuguese colonizers, also suffered from the racism of that period and approaching them was a form of resistance, given the scenario that was presented to this population.

KEYWORDS: Miscegenation; Mozambique; Resistance; Resignation.

1 | INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE E OS PRIMEIROS MESTIÇOS DA COLÔNIA

A colonização do litoral leste do continente africano, por parte dos portugueses, foi iniciada entre os anos de 1497 e 1499, na primeira viagem de Vasco da Gama para a Índia, o que deu início a primeira ligação marítima regular entre o Ocidente e o Oriente. Nessa viagem, o navegador português passou por Quelimane e Sofala, e entrou em contato com os habitantes locais. Os locais eram estratégicos, pois se tornaram pontos de parada no caminho entre a metrópole e as colônias portuguesas na Índia, e se tornaram marcos do processo de “roedura” da costa oriental africana, que foi iniciado em 1505, a partir da fundação de uma feitoria-fortaleza em Sofala. Os domínios portugueses no Vale do Zambézia deixaram, a partir de 1626, de ser possessões hereditárias e se transformaram nos chamados “prazos da Coroa”, em que terras do interior do continente eram distribuídas aos “prazeiros” para a administração por três gerações, com a possibilidade de renovação dessa concessão. A ocupação dessas terras no litoral leste do continente africano não foi realizada sem resistência, como o que ocorreu no ano de 1693, quando o povo butua promoveu a destruição de feiras e queimaram as igrejas e os prazos (HERNANDEZ, 2005, p. 583-586).

Os colonizadores portugueses que faziam parte da classe burguesa nunca tiveram grande interesse em relação à Moçambique, a relutância dos colonizadores europeus em se fixarem no interior do continente, e os índices altos de mortalidade, contribuíram para a inevitável miscigenação com os habitantes locais. Esses mestiços, chamados de forma pejorativa de “filhos do país”, no final do século XVIII se tornaram o grupo social dominante dentro do grupo de colonos da região do Vale do Zambeze (ISAACMAN, 1976, p. 303). Apenas

em 19 de abril de 1752, os territórios portugueses da costa oriental da África passaram a ter status de entidade administrativa direta da Coroa Portuguesa. Até então, esses territórios estavam sob a administração do vice-rei da Índia Portuguesa, com sede em Goa. O comércio realizado no local, no atacado e no varejo, era conduzido predominantemente por indianos, e, até o final do século XVIII, o interesse dos nobres portugueses na África Oriental Portuguesa estava no recolhimento dos poucos impostos arrecadados e no comércio de escravizados (CAPELA, 2010, p. 165). Os indianos não traziam as suas esposas para esses territórios, e, apesar das regras de castas em que a população de origem indiana era submetida, eles não deixavam de ter relacionamentos com as chamadas “caseiras”, que, geralmente, eram escravizadas que se tornaram amantes, e, com elas, tiveram uma geração de filhos mestiços, que não foram reconhecidos pelos pais. Quando morriam, ou retornavam para a Índia, eles deixavam as suas heranças para as famílias de origem. Para os filhos nascidos nesses relacionamentos com mulheres africanas, eram deixadas quantidades irrisórias e os filhos mestiços nunca eram reconhecidos, e raramente algum deles era contemplado com algum valor. Segundo Zamparoni, essa população mestiça marginalizada e impedida pelos seus pais de se integrar ao seu modo de viver, acabavam dentro do contexto social de suas mães negras. Os indo-portugueses, oriundos de Goa, também inseridos dentro do sistema de castas, e chegaram a adquirir alguns dos “prazos da Coroa” costumavam vir com as suas esposas e raramente se relacionavam com as mulheres locais (ZAMPARONI, 2000, p. 212 a 213). A posição dos indianos muçulmanos e os africanos muçulmanos de origem árabe, estabelecidos de forma secular ao norte de Moçambique, estavam fora do sistema de castas e eram lhes permitida a poligamia, dessa forma, viviam de forma menos isolada e tinham uma integração maior com a população local, seja por casamento com mulheres negras e/ou mestiças, o que gerou milhares de adeptos à religião islâmica entre a população mestiça e negra que constituiu a sociedade *swahili*. Havia uma maior integração entre os mestiços de origem islâmica com o ciclo social de seus pais, e ela pode ser exemplificada através do recebimento de nomes muçulmanos e na presença destes nas escolas da comunidade (ZAMPARONI, 2000, p. 213). Os altos funcionários da Coroa Portuguesa e os colonos portugueses menosprezavam as relações interracialis e a miscigenação, que era vista como uma “reversão do homem civilizado à selvajaria”, e essa discriminação era presente em relação à população negra local, mas, também, entre a população de origem goesa que se fixou na região a partir de 1750. A miscigenação de portugueses com as goesas era considerada “mais aceitável” do que com as negras, e o casamentos interracialis entre os grupos de colonizadores portugueses, população africana de origem goesa e negros, aumentou a proporção de mestiços na África Oriental Portuguesa (ISAACMAN, 1976, p. 304).

2 I INTENSIFICAÇÃO DO TRÁFICO ESCRAVISTA EM MOÇAMBIQUE E OS PRIMEIROS CENSOS

A partir do século XIX, o tráfico escravista em Moçambique passou por uma maior intensificação, visto que a Inglaterra, maior potência marítima da época, passou a proibir o tráfico internacional negreiro e apreender os navios que faziam esse transporte clandestino nas águas do Oceano Atlântico. A fiscalização inglesa não era realizada no Oceano Índico, e essa brecha foi utilizada pelos traficantes para a continuação dessa atividade, com o transporte a ser realizado para o Brasil, por meio do Cabo da Boa Esperança, ao sul do bloqueio inglês, e para outras ilhas do Oceano Índico (CABAÇO, 2011, p. 88 e 90). Entre os anos de 1804 a 1820, a Ilha de Moçambique passou por um período de grande progresso econômico, influenciado pelo tráfico escravista, que prosperou nesse período. No ano de 1820, o Frei Bartolomeu dos Mártires atribui uma população entre 8500 e 9000 pessoas na Ilha de Moçambique e as suas dependências imediatas de Mossuril e Cabaceiras, dentro desse número, estão distribuídos 120 portugueses brancos, 650 mulatos ou mestiços; 200 goaneses (indianos de Goa); 180 baneanes (indianos comerciantes); 500 Árabes e Mouros; 800 cafres forros (negros libertos); e um número estimado entre 5 a 6 mil escravizados, de ambos os sexos, o que revela um súbito aumento em relação ao número que foi registrado em 1804, que indicava a existência de 3668 cativos na Ilha de Moçambique (RAU, 1963 *apud* CAPELA, 2010, p. 62). O fim do tráfico negreiro, no final do século XIX, promoveu um deslocamento do eixo econômico do norte de Moçambique para o sul, e a consequente transferência da capital da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, próxima à fronteira com a África do Sul. A principal atividade econômica do governo português nesse período era a exportação de mão de obra moçambicana para empresas internacionais que atuavam na África do Sul (HERNANDEZ, 2005, p. 592).

O primeiro censo realizado em Lourenço Marques, em 1894, classificava os habitantes nas categorias raciais “branca”, “indiana”, “amarela” e “negra”. No segundo censo, de 1912, as pessoas negras passaram a ser classificadas como “pretas” e a categoria indiana deu lugar ao termo “pardo”, semelhante ao que passou a ser utilizado no Brasil no censo de 1872, o primeiro feito pelo estado brasileiro. No Brasil, o termo “pardo” foi usado para a definição dos descendentes de escravos alforriados ou já nascidos livres, independentemente da cor de sua pele, e para aqueles que tinham ascendência africana e europeia. A despeito de também serem pessoas pardas, os habitantes com antepassados indígenas e europeus eram chamados de “caboclos”, da mesma forma que os indígenas, pois não havia a categoria “indígena” nesse censo. O censo de 1912 em Lourenço Marques não especificava os critérios das categorias raciais, e era difícil saber quem poderia ser referido como “pardo”, mas, na coleta de dados, os indo-portugueses, indo-britânicos e mestiços com ascendência europeia e africana foram considerados pardos pelos recenseadores (REIS, 1973 e AZEVEDO, 1913 *apud* ZAMPARONI, 2012, p. 158 e SENRA, 2006, p. 260). O

censo de 1928 mudou os critérios de classificação racial, com o abandono do termo “preto”, substituído pelo “africano”, para se referir as pessoas negras, e com o termo “amarelo” a continuar a descrever os chineses. Além disso, a categoria “pardos” desaparece para dar lugar as categorias “indo-portugueses” e “indo-britânicos”, e a categoria “brancos” passou a ser denominada “europeus”, ainda que tivessem nascido em território moçambicano. A categoria próxima ao termo utilizado no Brasil para as pessoas pardas é a “mista”, que poderia envolver habitantes de múltiplas ascendências, mas foi utilizada para aqueles que possuíam ascendência africana e europeia (ZAMPARONI, 2012, p. 159).

3 | ESTATUTOS INDÍGENAS EM MOÇAMBIQUE E POLÍTICAS DE ASSIMILAÇÃO DE INDÍGENAS E MISTOS

Apesar do longo período de colonização na região, a colonização portuguesa efetiva era resumida na cidade costeira de Quelimane, onde era mais seguro, após a Conferência de Berlim (1884-1885), em que foram estabelecidas regras para a ocupação colonial no continente africano, por meio de diversos tratados bilaterais, os portugueses promoveram a efetiva ocupação de suas possessões no continente africano e impor a sua hegemonia, frente à concorrência com outras potências europeias (ISAACMAN, 1976, p. 305). Alguns povos que habitavam a região do Vale do Zambeze colaboraram com os colonizadores, dentro dos conflitos com outros povos inimigos, e outros ofereciam resistência à colonização e a opressão portuguesa. As formas de resistência foram variadas, mas eram predominantemente relacionadas ao desejo de independência, da reparação de injustiças específicas e questões individuais (ISAACMAN, 1976, p. 308). Nesse novo patamar da colonização portuguesa fez com que legislações raciais fossem implementadas em Moçambique, dentro da tendência da estruturação racial, que buscaram aprofundar essa reestruturação. O governo nacionalista ditatorial de Antonio de Oliveira Salazar, e a implementação do regime fascista em Portugal, houve uma mudança de paradigma e os contratos entre o Estado Português com as empresas estrangeiras que atuavam em Moçambique foram extintos, e o próprio governo salazarista passou a direcionar os projetos econômicos portugueses nas colônias, com o papel destinado à Moçambique para a produção local de algodão para as indústrias têxteis da metrópole (HERNANDEZ, 2005, p. 593). A mudanças ocorridas no início do século XX, a partir da implementação, em 1926, do *Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, e do *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, de 1954, que consolidaram três grupos hierárquicos: Os brancos, que representavam o poder; os indígenas, termo utilizado para os negros e seus descendentes que não eram considerados “civilizados” e que precisavam “se despir de sua animalidade” através da assimilação; e os assimilados, que eram os indígenas que, através do cumprimento de um conjunto de exigências, poderiam ser considerados cidadãos, mas ainda não era considerado um cidadão pleno, e nunca visto pelos colonizadores como “igual” (CABAÇO,

2009, p. 118 e 231). Dentro dessa legislação, a mulher indígena casada com um assimilado ainda permanecia como indígena, mas os seus filhos, legítimos ou não, poderiam adquirir a condição de assimilado, desde que menores de 18 anos no momento em que o pai se tornou assimilado e que o genitor tenha a capacidade moral e financeira (MALOA, 2016, p. 99). Os filhos de pais não indígenas e de mães indígenas poderiam receber o alvará sem cumprir todos os requisitos se vivessem na companhia do pai ou se estivessem internados em institutos de educação, pois os colonizadores presumiam que, dessa forma, essas crianças estariam dentro dos costumes “civilizados” e fora do que eles entendiam como “costumes selvagens” (ZAMPARONI, 2012, p. 156). Dentro dessa legislação, o colonizador tinha o poder para definir se uma pessoa que não fosse europeia ou asiática, o que incluíam nos negros e os mestiços, poderia ser considerada assimilada ou não, e, também, para que, esta pessoa assimilada volte à categoria de “indígena”, caso ela realize um ato que seja considerado transgressiva pelos colonizadores, ou seja, a pessoa assimilada tinha que mostrar por toda a sua vida que não era mais um “selvagem”. As condições impostas para a obtenção da condição de “assimilado” eram difíceis, pois a pessoa negra ou dela descendente (mista/mestiça/parda) deveria ter abandonado por completo o que eles definiam como “os costumes da raça negra”, adotasse a monogamia e exercesse profissão, arte ou ofício que fosse compatível com o conceito dos colonizadores de “civilização europeia”, ou que tivesse “obtido por meio lícito” rendimentos suficientes para o seu sustento e da sua família. Essas dificuldades faziam com que poucos negros ou mestiços conseguissem a condição de assimilado, e se não fosse a exceção dada aos habitantes brancos, a maioria dos colonos não conseguiria a condição de assimilado, por conta do analfabetismo e dos costumes poligâmicos, além dessas pessoas estarem em situação de desemprego por conta da crise econômica causada pela Primeira Guerra Mundial (ZAMPARONI, 2012, p. 156).

Essa política de assimilação passa a ser um ponto central dentro do aparelho ideológico criado implementado pela colonização portuguesa, e a colonização e a ideia de civilização passaram a estar alinhadas. Entretanto, o conceito de que todos os africanos se tornariam gradativamente civilizados foi um mero enunciado político e nunca se pensou em uma política de identidade para os colonizados, e foi conduzida no sentido de controle das elites africanas, que servisse e não competisse com os colonizadores. A distinção entre indígenas e não indígenas, através da criação da categoria de “assimilados”, não foi criada pelo colonizador para estender os direitos de cidadania, mas, no entanto, limitar ao máximo. Essa população mista e/ou negra assimilada foi colocada como intermediadora entre o colonizador e os demais colonizados indígenas (ZAMPARONI, 2012, p. 157 e CABAÇO, 2009, p. 126 e 129).

Apesar da ideia corrente entre a população indígena de que os assimilados “passaram para o lado dos colonizadores”, a maioria dos assimilados não se via dessa forma, e a busca pela condição de assimilado era uma forma de resistência, frente ao

contexto colonialista daquele período. Com a condição de assimilado, apesar das humilhações, haviam vantagens em relação à população indígena, visto que os assimilados poderiam matricular os seus filhos nas escolas e tinham mais oportunidade de empregos. Poucos moçambicanos assimilados adotavam internamente o discurso do colonizador, e os régulos, que funcionavam como intermediários da autoridade portuguesa e a população indígena local, e contribuíram para o colonialismo, não eram considerados assimilados (HONWANA, 1989, p. 82 *apud* HERNANDEZ, 2005, p. 599-600). A legislação que regulava a situação dos assimilados não foi criada para excluir os indígenas da cidadania, pois eles já estavam excluídos da cidadania e tinham pouco contato com a administração colonial. As leis tinham como foco a população mista, a partir do estabelecimento de novas barreiras para dificultar mais que esse grupo populacional obtivesse a condição de cidadão. As barreiras formais e informais que existiam, antes do endurecimento das leis, já não eram vistas mais como “eficientes” para os colonizadores, em função do crescente uso de roupas em estilo europeu por parte da população, por conta da ampliação da economia de mercado e da urbanização, ocorrida nesse período. Dessa forma, aos olhos das autoridades coloniais portuguesas, aumentaria de forma excessiva o número de indígenas e mistos que poderiam ser considerados cidadãos (ZAMPARONI, 2012, p. 157).

4 | AS REIVINDICAÇÕES DA POPULAÇÃO NÃO BRANCA EM LOURENÇO MARQUES

Dentro dessa hierarquia racial colonial, estavam os mistos, frutos dos relacionamentos interracializados dentro da colônia, que eram vistos como “um grupo incômodo”, e, dentro desse novo sistema colonial, as famílias mestiças que eram fiéis à colonização portuguesa e a assimilação dos indígenas, foram excluídas das estruturas de poder dessa nova fase do sistema colonial. Os assimilados, negros ou mistos, tinham que renegar o passado africano e aderir à uma “cultura branqueada”, e argumentavam na ideia de uma “visão civilizadora” para o “bem dos indígenas”, mas esse argumento era colocado em xeque pelas práticas dos colonizadores, e essa adesão dos assimilados às ideias do colonizador era vista como “passar para o lado dos brancos” (HERNANDEZ, 2005, p. 599). Nessa estrutura, que desconsiderava qualquer forma de miscigenação, famílias tradicionais como os Albasini, os Pott ou os Fornazini, que eram identificadas com a língua e a cultura portuguesas, foram marginalizadas por aqueles que representavam a cultura que admiravam. Os tratamentos violentos dispensados à população indígena, que era submetida a trabalhos forçados e a estrutura de poder local, em que o colonizador estava no topo hierárquico, tinha um correspondente na humilhação frequente que era dispensada aos mistos e aos assimilados. As pessoas mistas, ou as assimiladas, eram consideradas portuguesas no ponto de vista legal, mas dificilmente conseguiam ascender dentro dessa sociedade colonial, pois os altos e médios cargos, dentro da estrutura burocrática estatal, estavam reservados para os

brancos, da mesma forma que em outras categorias profissionais, como a os trabalhadores ferroviários (THOMAZ, 2005, p. 259). As práticas racistas estavam presentes no cotidiano das áreas urbanas de Moçambique, onde a distribuição de funções e os salários pagos eram ligados dentro de um critério racial. Os membros brancos do movimento operário realizam discursos socialistas, mas adotavam práticas racistas contra negros, mestiços e asiáticos. Os mestiços e os negros eram excluídos das suas reivindicações salariais, pregavam reserva de vagas para brancos e pediam a expulsão de comerciantes asiáticos, esses últimos acusados de causarem a carestia entre a população local (ZAMPARONI, 2012, p. 168). Os mestiços, a depender de uma determinada reivindicação, se uniam como os indianos contra os brancos, ou faziam discursos contra a população asiática. Os interesses pessoais também eram uma fonte de conflito, pois a população mestiça e indiana em Moçambique era pequena, assim como em sua capital, Lourenço Marques, e o compadrio e a solidariedade racial eram fatores complicadores nesse cenário. O Jornal “*O Africano*”, criado em 1908, era considerado a voz dos mestiços e negros educados, tinha um discurso hostil em relação aos indianos, acusando-os de não aderirem à religião católica e de mandarem todas as suas riquezas e economias para a Índia (ZAMPARONI, 2012, p. 169). A posição dos mestiços pareceu ter mudado com a criação do jornal “*O Brado Africano*”, considerado sucessor de “*O Africano*”, com o seu fim, em 1919, mas esse novo discurso em relação aos indianos durou até 1921, quando, em uma eleição para o Parlamento Português, um candidato nascido em Moçambique, e apoiado pelo jornal, não obteve os votos dos indo-portugueses para a sua eleição. Essa atitude fez com que o “*O Brado Africano*” promovesse ataques contra os goeses, com o discurso de que eles seriam “parasitas que viviam do trabalho alheio” e que ocupavam cargos que deveriam ser ocupados pelos “naturais”, ou seja, mestiços e negros assimilados, que eram uma emergente classe social no período, mas os interesses destes estavam a ser limitados pelos indo-portugueses. Nessa busca por espaço, os mestiços e negros atacavam os brancos e os indo-portugueses, mas acreditavam que os discursos contra o lado considerado mais fraco teriam mais efeito (ZAMPARONI, 2012, p. 169-170).

Com o passar dos anos, as comunidades de mestiços e de negros voltaram a se aliar com a indiana, para a luta contra as práticas racistas estatais e de colonos brancos. Um desses momentos, foi no ano de 1926, quando o bispo local, em conjunto com as autoridades de Lourenço Marques, apoiou a criação de um Colégio Europeu, mantido com recursos públicos, onde estudantes que não fossem brancos não poderiam se matricular. Como uma forma de protesto e resistência, os mestiços, negros e indianos cristãos pararam de contribuir com dinheiro nas missas e colocou nas caixas de doações bilhetes com críticas relacionadas à essa medida. Em outro momento, em 1930, as comunidades não brancas se uniram contra a tentativa da Câmara Municipal de Lourenço Marques de criar, de forma legal, uma reserva de mercado para os habitantes brancos. O jornal “*O Brado Africano*” criticou fortemente essa medida, e solicitou o apoio dos operários brancos, mas, como

supracitado anteriormente, eles não consideraram a população mestiça, negra e indiana em seu ideário socialista (ZAMPARONI, 2012, p. 171). A posição dos colonizadores em relação à população mestiça, negra e asiática era que a presença deles era tolerada, mas não desejada e preferível, quando possível, que seja mantida à distância, com instituições, organizações públicas e privadas separadas entre brancos e não brancos (COMAROFF, 1992, p. 64 *apud* ZAMPARONI, 2012, p. 172).

5 | OS ASSIMILADOS E MISTOS NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

A partir de meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, as colônias europeias na África estavam a passar, paulatinamente, por processos de independência em relação aos seus países colonizadores. As manifestações contra o governo colonial português se intensificaram, e, em 1960, a repressão contra um deles, que buscava o fim da imposição de cooperativas pelo governo colonial, deu origem ao Massacre de Mueda, e gerou uma forte repercussão negativa. Para reverter a repercussão desse massacre, que aumentou as já existentes hostilidades à administração colonial, o governo colonial revogou o *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, no ano seguinte, mas a população moçambicana ainda não tinha direito ao voto (HERNANDEZ, 2005, p. 603). A revogação desse estatuto, e a consequente ampliação da cidadania para a população moçambicana, não impediram as movimentações políticas, que já estavam adiantadas, em relação à independência de Moçambique, e três grupos, formados pelas elites urbanizadas e por trabalhadores que se emigraram para países vizinhos, que existiam desde 1960, se juntaram para a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e, em 1964, a partir de suas bases na Tanzânia, foi iniciada a luta armada contra os colonizadores portugueses (HERNANDEZ, 2005, p. 604). O governo ditatorial de Antonio de Oliveira Salazar, recusou a aceitar a independência das colônias portuguesas e buscou a inspiração do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre para argumentar que o colonialismo português era diferente dos outros, inclusive com a mudança do status das colônias portuguesas África para províncias portuguesas de ultramar. Esse conceito de igualitarismo racial, dentro da teoria do luso-tropicalismo não foi propagado pelos colonizadores que viviam em Moçambique, e mostra a inconsistência história e lógica em Moçambique, pela quantidade pequena de mistos e pelas diferenças entre o processo de colonização entre as colônias. Os demais países europeus não consideraram os argumentos Salazaristas, e eles só foram aceitos entre os membros da elite governamental na época (ISAACMAN, 1976, p. 302 e CABAÇO, 2009 *apud* FRY, p. 208). O luso tropicalismo, que passou a promover um elogio à miscigenação, foi incorporada oficialmente de forma tardia e nunca alcançou de forma efetiva às estruturas coloniais, e as pessoas mistas, que estavam distantes de representarem um grupo dinâmico e sujeitos de ascensão social, chegavam,

ao máximo, em cargos médios e intermediários dessa limitada sociedade colonial e urbana em Moçambique. O fato dessas pessoas mistas terem acesso aos estudos contribuiu para que elas se tornassem os principais expoentes da formação de um discurso voltado a singularidade nacional moçambicana, mas, elas eram vistas com desconfiança pelos negros, além da fronteira estabelecida pelos colonizadores brancos em relação à essa população (THOMAZ, 2005, p. 259). Eles faziam parte da microelite moçambicana, e apesar de sofrer a opressão dos colonizadores portugueses, não tinham um modelo alternativo de nação, pois eles estavam inseridos dentro do modelo vigente e tinham o desejo que uma nação portuguesa que fosse também delas (CAHEN, 2005, p. 50).

A partir do início dos combates pela independência, a questão da criação de uma identidade moçambicana passou a ser considerada importante, e eram frequentes as discussões sobre como lidar com as diferenças étnicas e raciais em Moçambique. A própria população portuguesa, que não queria mais mandar os seus filhos para uma luta que já estava perdida, com apoio das forças armadas, realizou a Revolução dos Cravos, que tirou o governo salazarista em 25 de abril de 1974. Essa mudança de governo na metrópole, possibilitou que fossem abertas as negociações para a independência das colônias africanas que ainda estavam sobre a administração colonial. Entretanto, além da FRELIMO, haviam outros grupos que lutavam pela independência de Moçambique, mas não queriam a exclusividade da FRELIMO nessa luta, o que causou um clima de tensão no interior moçambicano enquanto as negociações entre o governo português e a FRELIMO estavam em andamento. Apesar da proposta inicial de um processo de independência com a transferência progressiva de poderes pelo Estado português para os novos líderes moçambicanos, a recusa desses últimos fez com que o processo fosse acelerado e fosse concluído em 25 de junho de 1975 (HERNANDEZ, 2005, p. 607). Após a independência, a partir do novo governo moçambicano socialista, liderado pela FRELIMO, a discussão sobre a identidade nacional moçambicana passa a estar em outro patamar. O discurso de Eduardo Mondlane, primeiro presidente de Moçambique, visava a eliminação de todas as causas da divisão entre os diferentes grupos moçambicanos, com a construção da Nação Moçambicana, através da igualdade de todos e respeito as particularidades regionais (MUIUANE, 2009, p. 114). Após o início do governo de Samora Machel, seu sucessor, a diversidade étnica passaria a se tornar um “problema”, e a construção do “homem novo”, que superaria as estruturas do passado colonial e tradicional, pois o “homem novo” não tem raça e nem etnia. O novo presidente dizia que a tribo precisaria dar lugar a Nação (VIEIRA, 2011, p. 285). A linha socialista proposta pela FRELIMO, estava próximo à visão de estado português que a população mista e assimilada imaginava, por conta dos conceitos de nação homogênea, partido único, colaboracionismo sindical e associativo, língua única e o papel central do Estado, mas a maioria dos mestiços e assimilados tinha um viés conservador e não era alinhado com os ideais socialistas (CAHEN, 2005, p. 50). Uma minoria da população mestiça, indiana e assimilada esteve no grande fluxo de “retornados”, estimado no total de

500 mil pessoas, para Portugal, então com 9 milhões de habitantes, país em que eles nunca tinham conhecido. Além dos que “retornaram” para a metrópole, outros grupos se reemigraram para a para a África do Sul, Brasil, Austrália e Canadá. A política estabelecida nos primeiros anos pós-independência tinha o sentido de uma modernização autoritária em busca de uma nacionalização (CAHEN, 2005, p. 50-51).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao todo, a população de Moçambique é composta por 32 milhões de habitantes, entre elas, 400 mil pessoas são mestiças, o que equivale à 0,8% da população total do país. Ainda que a população mestiça esteja presente em todo o território moçambicano, a maioria deles concentra nas áreas urbanas das suas maiores cidades: Maputo, Beira e Nampula. Em Maputo, capital nacional, por exemplo, a população mestiça, segundo dados de 2019, é formada por 3% da população, ou seja, 32 mil dos cerca de 1 milhão de habitantes que vivem na cidade (CIA, 2023 e INE, 2019, p. 13). A população mestiça sempre foi uma minoria étnica em Moçambique e a discriminação racial ainda está presente contra essa população, por meio das outras comunidades étnico-raciais do país, por conta do passado colonial, que ainda está presente na memória das pessoas mais velhas. No período posterior à independência, no meio de uma Guerra Civil, e a morte de Samora Machel, a ideia do “homem novo”, sem raça ou etnia, passou a se tornar menos presente até o seu desaparecimento, quando a FRELIMO iniciou o processo de negociação com a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), principal opositora na Guerra Civil Moçambicana. Os conflitos se encerraram em 1992, com a assinatura do Acordo de Paz entre as partes, com as primeiras eleições multipartidárias a serem realizadas dois anos depois, em 1994. A população mestiça, apesar das acusações de colaboracionismo com os colonizadores portugueses, também sofria com o racismo daquele período e a aproximação com eles era uma forma de resistência, frente ao cenário que se apresentava para essa população.

REFERÊNCIAS

CABAÇO, J. L. O. **Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CABAÇO, J. L. O. Moçambique – Brasil: Os caminhos da Diplomacia. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 6, p. 88-93, abr./jun. 2011. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap9.pdf Acesso em 21 abr. 2023.

CAHEN, M. **Luta de emancipação anticolonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico** - o caso das colônias portuguesas e de Moçambique em particular. **AFRICANA STUDIA**, nº 8, 2005, p. 39-67. Porto: Faculdade de Letras de Porto, 2005.

CAPELA, J. **Moçambique pela sua história**. Ribeirão: Editora Humus, 2010.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The world factbook – Mozambique**. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/mozambique/>. Acesso em 23. abr. 2023.

FRY, P. Pontos de vista sobre a descolonização de Moçambique. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n° 76, jun. 2011, p. 207-211. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/HLQMK3Ctn8qGv9JPnjKMPYJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 abr. 2023.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula**: Visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatísticas demográficas e sociais de Maputo Cidade**. Maputo: INE, 2019. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/boletim-de-indicadores-demograficos-22-de-julho-de-2020.pdf/view>. Acesso em 23 abr. 2023.

ISAACMAN, A. F. **A tradição de resistência de Moçambique**: O Vale do Zambeze, 1850-1921. Porto, Edições Afrontamento, 1976.

MALOA, J. M. Relações raciais em Moçambique: Uma nota introdutória. **Cadernos Ceru**, v. 27, n. 2, p. 96-206, dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/125077>. Acesso em 21. abr. 2023.

MUIJUANE, A. P. **Datas e Documentos da História da FRELIMO**. 3ª ed. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2009.

SENRA, N. C. (org.). **História das estatísticas brasileiras (1822-2002)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 1. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31573_1.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

THOMAZ, O. R. “Raça”, nação e status: histórias de guerra e “relações raciais” em Moçambique. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 252-268, dez./fev. 2005-2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13496>. Acesso em 21 abr. 2023.

VIEIRA, S. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: 2011.

ZAMPARONI, V. Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos: Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940. **Lusotopie**, nº7, p. 191-222, 2000. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2000_num_7_1_1370. Acesso em 21 abr. 2023.

ZAMPARONI, V. O colonialismo e a criação de raças e identidades em Lourenço Marques, Moçambique. In: SANSONE, L. **Memórias da África**: patrimônios, museus e políticas das identidades. Salvador: ABA Produções, 2012.

CIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FESTA DE SANTO ANTÔNIO EM DUQUE DE CAXIAS/RJ

Data de aceite: 01/09/2023

Renata de Almeida Oliveira

Historiadora, Pedagoga, Produtora Cultural, Mestre e Doutora em Memória Social pela UNIRIO, Mestre em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas pela UERJ. Atualmente é professora substituta na Faculdade de Formação de Professores (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras.

RESUMO: Neste artigo pretendo refletir acerca das relações estabelecidas para a realização anual da Festa de Santo Antônio, na cidade de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, onde as festividades de Santo Antônio acontecem há mais de 50 anos e estão associadas às questões simbólicas e às múltiplas relações existentes na cidade de Duque de Caxias. No caso dessa cidade, é possível observar a consolidação de diversos símbolos e comemorações com os quais seus cidadãos convivem diariamente. Deste modo, pretendo responder a algumas questões no que se refere às comemorações na cidade: Como se dá sua organização? Quais são os rituais envolvidos? Os conflitos? Como essas

comemorações foram criadas? Quais são os palanques? O que é comemorado? Por quem é comemorado? As comemorações têm ressonâncias na cidade? Quais? Como influenciam? A população relaciona estas comemorações com algum sentimento de pertencimento local? Por quais motivos uma cidade contemporânea, com sinais visíveis de valorização de signos do progresso e do chamado desenvolvimento, realiza ainda hoje uma festa tradicional devotada a um santo católico? Quais as funções sociais desta festa para uma cidade como Caxias? Que tipos de sociabilidade e de relações sociais e políticas, esta festa enseja? Quais os alcances simbólicos desta festa?

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Patrimônio, Comemorações, Cultura Popular, Festas de Santos

INTRODUÇÃO

As discussões sobre cidades apresentam uma multiplicidade de questões, entre elas memória, patrimônio, cultura popular e comemorações e, com este trabalho, pretendo refletir justamente sobre essas relações, através de um estudo de caso realizado na Festa de

Santo Antônio na cidade de Duque de Caxias, localizada na Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro. O Santo Padroeiro da cidade é lembrado anualmente em uma festividade que acontece desde sua emancipação no ano de 1943 quando era realizada em proporções bem menores em relação a que acontece atualmente. Apesar de dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontarem para um declínio no número de católicos no Brasil, a festa em Duque de Caxias apresenta um crescimento anual, tanto em público quanto em investimento e apoio por parte do governo municipal.

As festas de santos no país podem ser consideradas expressões da vitalidade do catolicismo, sendo um importante elemento nas demarcações das fronteiras religiosas, afinal, de um lado estão os católicos e o culto aos santos e, de outro, estão os evangélicos, em ascensão no país, recriminando o que consideram uma idolatria. Esse catolicismo marcado por grandes manifestações externas de fé foi uma herança recebida no século XIX que ficou conhecida como “catolicismo colonial” quando essas festas religiosas organizadas pelas irmandades em homenagem aos santos padroeiros ou de devoção eram o ponto máximo dessas associações. No entanto, desde aquela época, havia uma grande preocupação tanto por parte de autoridades civis, quanto de autoridades religiosas com relação à continuidade da ordem, sobretudo pela confusão que poderia acontecer entre práticas sagradas e profanas nas comemorações externas, bem como, nas comemorações realizadas dentro das próprias igrejas. (ABREU, 1994, 183-184).

Vistas de fora, tais preocupações acerca das relações estabelecidas entre o sagrado e o profano nas comemorações aos santos parecem ainda atuais. A escolha do objeto se deu justamente em virtude da percepção da importância da festa para a cidade e, que apesar dessa diminuição do quantitativo de católicos no país, as festas religiosas se mantêm firmes. São múltiplas as relações estabelecidas para a realização do evento, considerado um dos mais importantes no calendário municipal: os membros da igreja, definidos como os principais realizadores da festa; o poder público municipal, com apoio logístico; grandes empresas financiadoras e pequenos comerciantes locais, que se cadastram para integrarem a festa, vendendo seus produtos em barracas padronizadas. Estas relações geram algumas tensões que envolvem a autenticidade da festa realizada pela igreja devido a interferências que as relações políticas e comerciais acabam impondo à realização. Por exemplo, se uma grande fábrica de bebidas patrocina o evento, não poderá haver nenhuma alusão a qualquer outra marca. Mais ainda, a venda de bebidas alcoólicas acaba não tendo um controle tão eficaz, sobretudo no que se refere aos menores de idade que frequentam massivamente a festividade de Santo Antônio.

Para a realização deste trabalho, além da pesquisa bibliográfica sobre o tema, também realizei pesquisa de campo ao longo da comemoração nos anos de 2014 e 2015, tanto no âmbito religioso – Trezena de Santo Antônio, missas, distribuição de pães, Procissão – quanto no âmbito social e cultural, na festa chamada típica ou popular

que acontecia tanto dentro da Igreja em forma de Quermesse nos moldes tradicionais, quanto na parte externa, com a Avenida Presidente Kennedy¹ fechada para circulação de automóveis, realização de shows e barracas com comidas consideradas típicas para esse período festivo.

CONHECENDO A CIDADE

“Aprender uma cidade é, na verdade, uma coisa lenta. É preciso, entretanto, saber algumas coisas, e precisamos andar distraídos, bem distraídos, para reparar nessa alguma coisa.”

(Rubem Alves)

A cidade de Duque de Caxias está situada no estado do Rio de Janeiro se localiza na área litorânea da região Sudeste do Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², o estado possui uma área de 43.696,054 km² e está dividido em 92 municípios com população estimada em 2014 de 16.461.173 habitantes.



Mapa Divisão por regiões³

O Município de Duque de Caxias está localizado em uma região conhecida como Baixada Fluminense, Região Metropolitana e possui grande importância para o Estado do Rio de Janeiro. Com população estimada em 2013 de 873.921 habitantes e por possuir

1 Uma das principais vias da cidade

2 Para maiores informações sobre características econômicas, políticas e sociais acessar o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no link: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj> – Acesso em: 19/10/2010.

3 SIMÕES, Ricardo Simões. Atlas Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Entorno, 2010. (CD-Rom)

467,619 km², segundo dados do IBGE, abriga o segundo maior colégio eleitoral e o segundo maior Produto Interno Bruto do Estado. No entanto, os investimentos em setores básicos para a população ainda está aquém do Estado e de uma grande Metrópole. A população convive com um histórico problema de falta d'água e de saneamento básico, saúde e escolas precárias. Ainda assim, os dados comprovam a importância econômica da cidade mesmo que aparentemente não tenha retorno para a população.



Mapa da Baixada Fluminense – estado do Rio de Janeiro

Os elevados dados de violência da cidade na década de 1950 levaram o apresentador do Programa “Patrulha da Cidade” da Rádio Tupi, Samuel Correia como “a terra que a galinha cisca para frente”. Esse seria somente um dos problemas enfrentados pela cidade.

Pesquisando em jornais municipais, percebi que alguns dos problemas da cidade são crônicos: existem desde sua fundação em 31 de dezembro de 1943, durante o Estado Novo, por meio do decreto nº1055, quando a Estação de Merity foi emancipada e transformada na cidade de Duque de Caxias. Tais problemas se referem à falta de água no município e problemas com a coleta de lixo. A cidade sofreu por anos com o “Lixão do Jardim Gramacho”, fechado em junho de 2012. Até que isso acontecesse, não foi implementada nenhuma política pública de coleta e reciclagem, dificultada, sobretudo, por ser uma área que recebia o lixo de diversos municípios do Estado. Durante as pesquisas em jornais, identifiquei uma notícia que chamou bastante a atenção: uma empresa norte-americana estaria disposta a financiar uma Usina que transformaria o lixo despejado no Jardim Gramacho em combustível e energia, o que colocaria a cidade de Duque de Caxias bastante à frente de outras Metrópoles. Não encontrei nenhuma notícia que justificasse o não acontecimento dessa empreitada, no entanto, sabe-se que a falta de vontade política é muitas vezes um empecilho para o crescimento da cidade.

Deste modo, considero que a cidade não é apenas um amontoado de ruas, casas, transporte e uma tentativa de funcionamento orgânico, e sim, o conjunto de ações que possam ser desenvolvidas naquela localidade, como afirma o autor Robert Ezra Park, logo

no início de seu artigo intitulado “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”:

“... a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos — tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição.” (PARK, 1916, 01).

Apesar de tantos problemas enfrentados por essa Metrópole, a relevância que Duque de Caxias adquiriu no contexto das cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é notória. Esse trabalho de valorização dessas ações é realizado, no âmbito social, por agentes culturais e historiadores da cidade e, no âmbito público, através do Instituto Histórico e Geográfico e do trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e, também pela Secretaria de Comunicação e Ações Institucionais.

ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE A FESTA E A CIDADE

A comemoração ao Padroeiro da Cidade tem seu início no dia 31 de maio, quando as atividades religiosas começam através das orações no ritual chamado “Trezena de Santo Antônio”. São treze dias de orações onde os fiéis frequentam a paróquia em missas as quais foram realizadas em sua maioria às 19h⁴.

Essa festividade é uma das mais aguardadas pela população da cidade de Duque de Caxias e alguns bairros de cidades vizinhas. A principal via da cidade chamada Av. Leonel de Moura Brizola⁵ abriga a parte da festa que foi realizada externamente à Paróquia, juntamente com a Praça do Pacificador, onde estão localizados o Teatro Municipal Raul Cortez e a Biblioteca Municipal Leonel de Moura Brizolla.

A festividade em homenagem ao Santo Padroeiro em Duque de Caxias passou por diversos momentos ao longo da história do município desde sua emancipação. De acordo com o Padre Renato Gentile, responsável pela Paróquia de Santo Antônio, a festa não tinha essas proporções. O que existiam eram as quermesses, como acontece na maioria das igrejas. No final da década de 1960, a festa passou a ser chamada de Feira da Comunidade e, após um período sendo realizada dentro da igreja, cresceu a ponto de ser necessária sua realização em principais vias da cidade, acontecendo por um período na Avenida Presidente Kennedy e por um período na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, respectivamente no Centro e no Bairro 25 de agosto, no 1º distrito da cidade. Excepcionalmente, em 1997, a Feira aconteceu em um centro de Convenções no Parque Duque, bairro que também

⁴ Com exceção dos dias de domingo em que era realizada às 18:30h e dia 7 de junho (sábado), que foi realizadas às 18h.

⁵ Anteriormente se chamava de Av. Presidente Kennedy, como é reconhecida até os dias de hoje apesar da mudança

integra o 1º distrito. Apenas mais tarde, nos anos 2000, foi denominada Festa de Santo Antônio como é conhecida até os dias atuais.

As relações entre a festa e a cidade introduzem um tempo especial fortemente ligado à experiência de vida das pessoas através de uma memória que é evocada a cada ano. Casais que cresceram juntos na igreja, que se conheceram na festa, promessas cumpridas pela cura de enfermidades, entre tantas outras histórias que pude conhecer ao longo da pesquisa de campo. E a cada ano, essas histórias são lembradas, no sentido pleno do termo comemoração, ou seja, memorar junto. Não apenas o santo é lembrado, mas também, momentos da vida de diversos devotos que fazem da festa seu relicário.

Pois assim são as festas populares: atraem, encantam e integram participantes e admiradores. Envolvem ricos e pobres; brancos, mulatos, caboclos, pretos; distintas origens étnicas; sagrado e profano. Não resolvem conflitos e desigualdades sociais, mas expressam uma face da coletividade que se superpõe a essas diferenças. (CAVALCANTI, 1998, 194)

A festa, bem como as ruas onde aconteceram as festividades e a própria Paróquia de Santo Antônio, ocupam o espaço de lugares de memórias, que podem ser individuais ou coletivas, ligados ao cotidiano, ou mesmo à construção da própria memória e história da festa. Pierre Nora (1993) afirma que esses lugares seriam espaços onde a memória está presente, podendo ser lugares materiais, como museus, arquivos, bibliotecas ou mesmo patrimônio material (pedra e cal), bem como lugares imateriais, como é o caso de comemorações e rituais.

A ideia de comemoração envolve uma leitura do passado e essas releituras são geralmente motivadas por questões do presente. As comemorações, sobretudo no que tange à cultura popular, como é o caso da Festa de Santo Antônio, em geral, constrói sinais de identificação de certos grupos. Nesse caso, em sua maioria católicos, que se autodenominam praticantes ou não, que presenciaram a festa pelos mais variados motivos. Pessoas de outras religiões, em sua maioria evangélica, também foram identificados na festa, acompanhando familiares e amigos, ou para participar de uma festa típica do período das chamadas festas juninas.

As festas religiosas podem ser consideradas parte integrante da cultura popular. O conceito de “cultura popular” vem sendo utilizada para definir os mais variados contextos e com objetivos distintos geralmente envolvidos

com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas. Para muitos, está (ou sempre esteve) em crise, tanto em termos de seus limites para expressar uma dada realidade cultural, como em termos práticos, pelo chamado avanço da globalização, responsabilizada, em geral, pela internacionalização e homogeneização das culturas. (ABREU, 2003)

O historiador Roger Chartier (1995) assinala que a cultura popular teria como destino historiográfico ser sempre abafada e recalçada, mas mesmo assim, ressurgiria com novas práticas. Considera que o problema não está em datar seu desaparecimento, e

sim, na temporalidade a que se refere, ou seja, deve considerar as relações estabelecidas de acordo com cada época. Outro destaque dado por Roger Chartier no que se refere à cultura popular é o fato o qual não há como saber o que é de fato do povo pela dificuldade de identificar a origem social das manifestações culturais.

É importante assumir que a cultura popular não é um conceito com uma fórmula imutável. Chartier assumiu o risco de simplificar o conceito apresentando dois grandes modelos de descrição e interpretação

O primeiro, no intuito de abolir toda forma de etnocentrismo cultural, concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irredutível à da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. Temos, então, de um lado uma cultura popular que constitui um mundo à parte, encerrando em si mesmo, independente, e, de outro, uma cultura popular inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada." (CHARTIER, 1995, 179-180)

A Festa de Santo Antônio, com mais de 50 anos de história, passou por diversos momentos. Padres Franciscanos que percorriam a região no período da emancipação, consideraram que um santo franciscano seria um presente para a cidade e assim definiram Santo Antônio como seu Padroeiro iniciando então, a tradição de comemorar o Santo anualmente em sua data.

NARRATIVAS ETNOGRAFIA DA FÉ

Cocada, cuzcuz, pé de moleque! Forró e muita fé! Orações em uma cidade a comemorar e a festejar seu Santo Padroeiro, um dos mais importantes eventos do calendário de comemorações local. Diversos são os caminhos a se seguir para que se possa executar plenamente a experiência científica de uma pesquisa. Ao tratar um assunto que mescla ao mesmo tempo características tradicionais aliadas ao contemporâneo, a opção pela pesquisa de campo em uma abordagem de observação participante foi fundamental para que eu pudesse vivenciar plenamente os detalhes da comemoração do Santo Padroeiro na cidade. Para a realização desta etapa da pesquisa, me inspirei primeiramente na etnografia dos percursos, levando-se em consideração as etapas e localizações que abrangem a festa, tamanho seu crescimento e a etnografia audiovisual que concederam um caráter único à minha prática como pesquisadora. A etnografia em uma comemoração tradicional no espaço urbano, em uma cidade contemporânea pode ser utilizada se levarmos em consideração que é "onde vivenciamos a experiência do viajante que percorre uma região, buscando exercitar um olhar que estranha, que inquire, que indaga, que procura novos ângulos, novas perspectivas, novas faces de paisagens já vistas e consagradas". (ABREU, Trabalho Inédito). A etnografia é a pesquisa, no sentido de que é a partir do campo, dos

agenciamentos que o campo proporciona que o trabalho vai tomar corpo.

A pesquisa etnográfica e a observação-participante foram fundamentais para o convívio com os diversos grupos que permeiam tanto o planejamento e organização da festa, quanto os que frequentam e estão participando contemplando sua fé, ou mesmo os que estavam lá para a festa, independente do caráter religioso.

Para o desenvolvimento deste trabalho⁶, vivenciei a experiência da festa, desde a participação em uma das reuniões de organização, conversa com as senhoras das Congregações e Irmandades, conversa e apoio do Padre Renato Gentile, responsável pela Paróquia de Santo e Antônio em Duque de Caxias e presença nas missas da Trezena de Santo Antônio que se iniciou no dia 31 de maio e terminou no dia 12 de junho, e na Festa propriamente dita, que se iniciou no dia 11 de junho e terminou no dia 15 do mesmo mês. A relação da cidade de Duque de Caxias com a Festa de Santo Antônio produz diversos espaços de comemoração e um meio heterogêneo, onde se misturam estranhos, para além do círculo familiar, vizinhança, ou mesmo dos membros que compõem a Igreja, o Poder Público e os comerciantes que tomam conta do espaço de uma das principais vias da cidade por 5 dias de festa. A comemoração ao Padroeiro da Cidade tem seu início no dia 31 de maio, quando as atividades religiosas começam através das orações no ritual chamado “Trezena de Santo Antônio”. São treze dias de orações onde os fiéis frequentam a paróquia em missas as quais foram realizadas em sua maioria às 19h.

A sutileza com que o evento é organizado pelas pessoas que integram as Irmandades e Congregações Religiosas é encantador. Cada detalhe é pensado de acordo com a programação tradicional da festa. As festividades se iniciam no dia 31 de maio com a “Trezena de Santo Antônio”, passando pelo dia 12 de junho, dia em que é comemorado o “Dia dos Namorados” no Brasil e dia 13 de junho, dia do Santo Antônio e se encerrou no final de semana seguinte, no dia 15 de junho. Acompanhei todos os dias de realização da trezena em homenagem ao Santo Padroeiro. Esta celebração não modifica a programação da igreja: os dias das missas de intenções não se alteram. A diferença da “Trezena de Santo Antônio” é poder acompanhar devotos ao santo que todos os dias vão fazer seus agradecimentos e pedidos. Além disso, a história de Santo Antônio e seus Milagres são exaltados em diversos momentos da Missa que termina com um momento de devoção e adoração.

São muitas as histórias que permeiam a fé em Santo Antônio. Como acontece com diversos outros Santos, seus devotos fazem pedidos em troca de promessas que serão cumpridas em agradecimento à conquista de seus objetos.

O Santo Antônio, ficou conhecido como o Santo Casamenteiro – apesar de não ter em seus sermões nada específico sobre casamentos, Santo Antônio ficou conhecido como o santo que ajuda mulheres a encontrarem um marido por conta da ajuda que dava a

⁶ Pesquisa de campo realizada entre 2014 e 2015, nas festividades realizadas nesses anos e com continuidade até o momento, na participação de atividades da Paróquia de Santo Antônio.

moças humildes para conseguirem um dote e um enxoval para o casamento – e, com isso muitas simpatias – ritual supersticioso para atingir um determinado fim – existem em sua intenção para que moças consigam se casar.

Foram muitos narradores, moradores da região que contaram suas histórias pessoais que envolvem o Santo Antônio, seja por terem conhecido seu marido ou esposa na festa, igreja, seja por participar da organização da festa há muitos anos, ou por ter sido um comerciante que montava sua barraca para vender os produtos. A fé movimenta a cidade nesse período.

Os possíveis narradores foram identificados ao longo da festa, com o apoio de sua comissão organizadora e de assessoria da Prefeitura Municipal, que propiciou a entrevista com autoridades, como o próprio Prefeito Alexandre Cardoso, por exemplo. Neste caso, o intuito não é de simplesmente coletar informações, e sim, intercambiar experiências, afinal, *“a experiência que passa de pessoas a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”* (BENJAMIN, 1993: 198)

É importante destacar que as festividades em homenagem ao Santo Padroeiro acontecem em duas partes: a primeira é a programação religiosa, em que ocorre uma série de missas, confissões individuais, ordenação de novos Padres, entre outras atividades. A segunda é a programação festiva. Uma festa tipicamente conhecida como “junina” contagia a cidade, e seu crescimento é perceptível a cada ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Festa de Santo Antônio em Duque de Caxias é uma das comemorações mais emblemáticas da cidade, não apenas por ser uma celebração em homenagem ao Santo Padroeiro da cidade, mas também, pela diversidade nela contida. Uma multiplicidade de crenças e culturas que se encontram mesmo que em seus motivos particulares.

Apesar de ser uma comemoração que compõe o calendário oficial de comemorações no município, ainda existem muitas questões referentes à memória e patrimônio local que necessitam de amplo debate para que possam ser registrados.

São oito “festas de santos” registradas como patrimônio imaterial do Brasil pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional): o Círio de Nossa Senhora de Nazaré no Pará, a Festa de Sant’Ana de Caiacó no Rio Grande do Norte a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis em Goiás, a Festa do Divino de Paraty, no Rio de Janeiro, a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim na Bahia, as Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó, Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha e a Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade . Estes “registros” trouxeram grande contribuição para o estudo das “festas de santos” pois implicaram em construções de dossiês detalhados sobre cada uma destas manifestações

culturais. Estas construções abrangem uma completa pesquisa sobre a história da região, o processo de ocupação, o processo de pesquisa, etnografia, características do objeto de pesquisa, entrevistas, referências, documentos e diversas outras fontes que considerarem pertinentes para que os dossiês tenham informações completas sobre determinada manifestação. Para que as festas sejam reconhecidas como Patrimônio Cultural, o IPHAN contrata serviços técnicos especializados utilizando a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais que *“permite descrever a festa através da perspectiva de seus participantes e indicar o lugar que ela ocupa na dinâmica da sociedade local, verificando, ao mesmo tempo, o modo como esta dinâmica local toma forma na dimensão da festa”* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010c, p. 5, grifo nosso). Esses registros apontam que apesar da notória queda do catolicismo no Brasil, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a tradição de se comemorar os Santos se mantém forte.

Com as referências, pesquisa de campo, entrevistas e pesquisa no Instituto Histórico e Geográfico de Duque de Caxias, alguns importantes resultados foram alcançados ao longo de dois anos e meio de pesquisa. A pesquisa de campo foi realizada na Festa de Santo Antônio em Duque de Caxias em junho de 2014 e 2015.

As relações entre a festa e a cidade introduzem um tempo especial fortemente ligado à experiência de vida das pessoas através de uma memória que é evocada a cada ano. Casais que cresceram juntos na igreja, que se conheceram na festa, promessas cumpridas pela cura de enfermidades, entre tantas outras histórias que pude conhecer ao longo da pesquisa de campo. E a cada ano, essas histórias são relembradas, no sentido pleno do termo comemoração, ou seja, memorar junto. Não apenas o santo é lembrado, mas também, momentos da vida de diversos devotos que fazem da festa seu relicário.

A festa, bem como as ruas onde aconteceram as festividades e a própria Paróquia de Santo Antônio, ocupam o espaço de lugares de memórias, que podem ser individuais ou coletivas, ligados ao cotidiano, ou mesmo à construção da própria memória e história da festa. Pierre Nora (1993) afirma que esses lugares seriam espaços onde a memória está presente, podendo ser lugares materiais, como museus, arquivos, bibliotecas ou mesmo patrimônio material (pedra e cal), bem como lugares imateriais, como é o caso de comemorações e rituais.

A ideia de comemoração envolve uma leitura do passado e essas releituras são geralmente motivadas por questões do presente. As comemorações, sobretudo no que tange à cultural popular, como é o caso da Festa de Santo Antônio, em geral, constrói sinais de identificação de certos grupos. Nesse caso, em sua maioria católicos, que se autodenominam praticantes ou não, que presenciaram a festa pelos mais variados motivos. Pessoas de outras religiões, em sua maioria evangélica, também foram identificadas na festa, acompanhando familiares e amigos, ou para participar de uma festa típica do período das chamadas Festas Juninas.

Deste modo, é possível perceber a gama de questões que estão em torno da cidade. A pesquisa realizada em jornais locais, em bibliografias de pesquisadores da cidade que atuam em diversas áreas e períodos da construção histórica local, é fundamental para que se possa compreender o contexto o qual está inserida e as questões que estão em torno de suas tradições. Sendo assim, espero despertar o interesse pela cidade, tornando este trabalho uma referência tanto na discussão dos conceitos que serão apresentados, quanto no processo da pesquisa e descoberta dos caminhos de Duque de Caxias.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHT, Raquel (Org.). Ensino de história, conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994.

ABREU, Regina. Cartografando o Rio de Janeiro e seus museus: notas sobre a etnografia dos percursos. 2009. Trabalho inédito.

. Entre a nação e alma: quando os mortos são comemorados. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:

. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: . Acesso em: 09 jul. 2013.

CAIAFA, Janice. Aventura das cidades: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil).

Dossiê das festividades de São Sebastião na Mesorregião do Marajó. Belém: IPHAN, 2010a.

. Dossiê de registro: Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha. Fortaleza: IPHAN, 2015.

. Dossiê IPHAN: Círio de Nossa Senhora de Nazaré. Brasília, DF: IPHAN, 2004.

. Dossiê IPHAN: Festa de Sant'Ana. Brasília, DF: IPHAN, 2010b.

- . Dossiê IPHAN: Festa do Divino Espírito Santo de Paraty/RJ. Brasília, DF: IPHAN, 2013a.
- . Dossiê IPHAN: Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO. Brasília, DF: IPHAN, 2010c.
- . Dossiê IPHAN: Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim. Brasília, DF: IPHAN, 2013b.
- . Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha. Brasília, DF, c2014a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1330/>. Acesso em: 07 jun. 2017.
- . Registros de bens culturais de natureza imaterial. [Brasília, DF], [2015]. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2015.
- . Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade. Brasília, DF, c2014b. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1331/>>. Acesso em: 16 mar. 2017.
- . Os romeiros e o santuário. Brasília, DF, c2014c. Disponível em: . Acesso em: 16 mar. 2017. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestão para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. American Journal of Sociology, XX (março, 19), pp. 577-612.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CONCEITO DE REVOLUÇÃO NO IDEÁRIO DE NELSON WERNECK SODRÉ NOS ANOS DE 1950: UMA INTERPRETAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Data de aceite: 01/09/2023

Neilaine Ramos Rocha de Lima

Universidade Estadual de Maringá-
Departamento de História- Ivaiporã Pr
<http://lattes.cnpq.br/7939358433295626>

Vitor Emanuel Espiasse Pandolpho

<http://lattes.cnpq.br/8956605693568736>

Nayana Inamorato Silva

Universidade Estadual de Maringá-
Departamento de História- Ivaiporã Pr

RESUMO: O presente trabalho buscou compreender o contexto da década de 1950 no Brasil, onde diversas correntes de pensamentos políticos, se destacaram em debates acerca de um projeto político nacional. Entre elas observamos os seguintes ideários: nacional-desenvolvimentismo, liberalismo e socialismo. Um conceito que se destaca nesses debates, foi o conceito de Revolução, e um intelectual que discutiu esse conceito como elementar para a sua proposta de projeto político nacional foi o intelectual e militar Nelson Werneck Sodré, o qual foi membro atuante do Partido Comunista Brasileiro. Em suas ideias o conceito de Revolução estava ligado com o sentido da busca pela instauração no Brasil

de uma Revolução Burguesa de caráter antifeudal, antiimperialista e democrático, fazendo com que fosse superado o passado colonial, com a finalidade da nação tornasse desenvolvida, e desse modo empregasse o socialismo. Portanto, a ideia central de Revolução para o intelectual estava associada ao desenvolvimento econômico da nação, a fim de fazê-lo dependente em um contexto mundial, libertando assim o Brasil das forças que causaram o seu atraso. A história dos conceitos, através da abordagem teórica do historiador R. Koselleck foi base teórica e metodológica para que pudéssemos analisar o conceito de Revolução do intelectual em questão, principalmente na obra *Introdução à Revolução Brasileira*, fonte principal para esse trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Nelson Werneck Sodré; Revolução; Conceito; Intelectual; Ideias.

CONCEPT OF REVOLUTION IN
NELSON WERNECK SODRÉ'S
IDEALS IN THE 1950'S: AN
INTERPRETATION OF BRAZILIAN
UNDERDEVELOPMENT

ABSTRACT: The present work sought to

understand the context of the 1950s in Brazil, where several currents of political thought stood out in debates about a national political project. Among them we observe the following ideals: national-developmentalism, liberalism and socialism. A concept that stands out in these debates was the concept of Revolution, and an intellectual who discussed this concept as essential for his proposal for a national political project was the intellectual and military man Nelson Werneck Sodré, who was an active member of the Brazilian Communist Party. In his ideas, the concept of Revolution was linked to the search for the establishment in Brazil of a Bourgeois Revolution of an anti-feudal, anti-imperialist and democratic nature, causing the colonial past to be overcome, with the purpose of the nation becoming developed, and thus employing socialism. Therefore, the central idea of the Revolution for the intellectual was associated with the economic development of the nation, in order to make it dependent on a world context, thus freeing Brazil from the forces that caused its backwardness. The history of concepts, through the theoretical approach of historian R. Koselleck, was the theoretical and methodological basis for us to analyze the concept of Revolution of the intellectual in question, mainly in the book *Introduction to the Brazilian Revolution*, the main source for this work.

KEYWORDS: Nelson Werneck Sodré; Revolution; Concept; Intellectual; Ideas.

O CONCEITO DE REVOLUÇÃO E SUAS RAÍZES

Nelson Werneck Sodré, foi um militar e intelectual marxista brasileiro, que desenvolveu no Brasil uma produção significativa de obras que auxiliam a historiografia nacional. Além disso, é um importante intelectual de dois grupos que exercem significativa influência em sua carreira, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o qual participou ativamente durante sua vida, e lhes forneceram subsídios teóricos para desenvolverem na década de 1950 o seu conceito de Revolução.

Cabe ressaltar que concebemos Nelson Werneck Sodré como um intelectual. A acepção de intelectual não é unívoca, é polissêmica. Duas dessas acepções são muito utilizadas, conforme Sirinelli (2003, p. 242): “Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...]”. Sendo assim, Sodré se coloca no cenário brasileiro, como um criador de soluções e teorias, de um plano para o desenvolvimento nacional, e se engaja nessa teoria a partir da participação ativa na elaboração de planos em discussões em diferentes cenários de ação política, nos grupos de pesquisa ou no próprio partido.

É importante ressaltarmos que há poucos estudos acerca do pensamento de Nelson Werneck Sodré dentro das universidades, o que pode ser explicado por ser um historiador ainda muito marginalizado dentro dos meios acadêmicos, como apontou Vianna (2004), o general era um autodidata, no qual sofreu certas represálias, pois de fato não possuía um diploma acadêmico para ser chamado de historiador, o que também não tira dele todos seus méritos enquanto um estudioso promissor de seu tempo.

Analisar o conceito de Revolução de Sodré é possível a partir do método da história das ideias, defendido por Q. Skinner (2017) que propôs a compreensão de um conjunto de ideias de um determinado autor dentro de seu contexto histórico, e de seu espaço de sociabilidade intelectual. Com isso, as ideias são fruto de inúmeros elementos, e parte deles serão fundamentais para a compreensão do conceito de Revolução, que carrega não só um ideário, mas uma visão acerca do passado e do futuro, como defendia R. Koselleck (2015). Sendo assim, nosso estudo é uma articulação entre esses três caminhos teóricos, que nos serviram de ferramentas importantes para a compreensão de nosso problema central, os conceitos, as ideias e o intelectual.

Durante a década de 1950, o general buscou responder a seguinte questão “por que o Brasil não se desenvolveu?”, e para chegar às suas conclusões, ele desenvolveu a ideia de Revolução Brasileira, que por sua vez levaria o Brasil rumo ao desenvolvimento, dando origem a uma nova interpretação de nossa história.

Essa era uma das principais questões dos debates intelectuais naquele contexto, liberais, socialistas e desenvolvimentistas, cada um em seu cenário teórico buscavam um caminho de superação do atraso econômico brasileiro, a partir de um projeto político e econômico que levaria a nação ao desenvolvimento esperado. (LIMA, 2020).

O conceito de Revolução de Sodré em seu contexto

O conceito de Revolução analisado no presente trabalho tem o papel fundamental de auxiliar na compreensão do pensamento da esquerda na década de 1950 no Brasil, a partir da análise da obra *Introdução a Revolução Brasileira* de Nelson Werneck Sodré (1958), e assim compreender também todo o ideário que o cerca durante o presente contexto, principalmente a influência do pensamento desenvolvimentista em suas ideias, demonstrando como foi possível o casamento do marxismo e desenvolvimentismo na concepção de vários projetos e ideais da esquerda no Brasil.

De acordo com Koselleck (2015), o conceito de revolução obteve ao longo dos séculos diferentes definições, desde um movimento cíclico até mesmo uma mudança radical na estrutura da sociedade, como ocorreu na Revolução Francesa, portanto pode-se afirmar que é um conceito polissêmico, pois há vários sentidos que a definem.

Desse modo, o marxismo durante muitos momentos concebeu suas modificações e apropriações, isto é, a ideia desenvolvida por Marx em 1816, não foi a mesma ideia empregada em outras nações do mundo ao decorrer dos anos. Portanto, marxismo lido e interpretada na URSS era diferente do marxismo chinês, e mais ainda do marxismo brasileiro. Pois, cada uma das nações acima citadas possui suas particularidades e formas de leitura de acordo com a realidade e contexto em que estão inseridos, e não são parecidas com o contexto da Alemanha da visão de Marx, o marxismo foi apropriado por cada contexto.

Assim, a teoria que se desenvolveu no Brasil não era o marxismo alemão, mas sim o marxismo leninista soviético (REIS, 2014), difundida pelo líder Bolchevique durante a Revolução Russa em 1917, em que suas ideias se baseiam em uma luta anti-imperialista e antifeudal. Essas causas se encaixavam com as lutas de um país com sua economia ainda agrária e dependente do capital externo.

Em razão disso, a leitura desse novo marxismo difundido durante o século XX, a qual observa “[...] o marxismo como umas práxis de classe revolucionária voltada fundamentalmente para a tomada de poder para e pelo proletário” (BOTTOMORE, p.213, 2001), e que buscava enxergar nos países semicoloniais, ou subdesenvolvidos o papel do campesinato como um dos pilares para que ocorresse a revolução socialista, no qual as ideias revolucionárias deveriam ser difundidas pela vanguarda do partido comunista.

No período em que Lênin tornou-se um dos maiores líderes socialistas do mundo, quando enxergou os problemas do imperialismo e dos resquícios feudais como elementos a serem combatidos, fundamentando teorias associadas ao Partido Social-Democrata Alemão, ao qual acreditava que a revolução não era mais a soluções viável para que ocorresse a implementação do socialismo na sociedade, mas que seriam necessárias as chamadas reformas, sem a necessidade direta de uma luta armada.

Sendo assim, o conceito de Revolução para Sodré (1958) também estava fortemente atrelado ao Partido Comunista Brasileiro, onde o intelectual participou ativamente, e buscou desenvolver ideias teóricas que explicassem o Brasil de alguma forma.

Por esse motivo, é preciso ressaltar que o general estava implantado em uma esquerda brasileira no período pré-golpe de 1964, e pioneira do marxismo (REIS, 2014) na qual fomentava-se ideias sobre a chamada revolução brasileira, a qual tinha como principais características ser uma “revolução antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática” (REIS, p.13, 2014).

Cabe ainda salientar que, a ideia difundida tanto pelo PCB quanto por Sodré, estava cercada pelo novo objetivo de uma luta pacífica, sendo totalmente oposta ao que havia sido empregado por Lênin na Rússia soviética, causou uma aversão aos militantes de esquerda na derrota em 1964, uma vez que afastaram as classes operárias do protagonismo da luta de classes, dando esse lugar a burguesia nacional.

Nesse contexto, de acordo com essa nova perspectiva que surge, o PCB assume a posição de que as lutas armadas não seriam o meio que conduziram a Revolução e escolheriam a forma reformista, uma revolução com um conceito de reforma. E, assim, Sodré buscou em sua obra *Revolução Brasileira*, apresentar as formas com que o Brasil poderia superar o seu passado colonial, para que assim pudesse chegar ao socialismo.

Diante disso, o contexto brasileiro década de 1950 é marcada por diversos acontecimentos que tendem a levar o país rumo a industrialização e modernização, ocorrem mudanças na economia, política e até mesmo na cultura nacional, elementos que não cabem aqui nos aprofundarmos, mas que ressaltam um momento de mudanças importantes

no cenário político econômico brasileiro, amplamente discutido pela historiografia em geral.

O conceito de Revolução de Sodré e o nacional-desenvolvimentismo

Um elemento importante para nossa discussão, que está no cenário histórico de nosso objeto de pesquisa é o chamado desenvolvimentismo, uma teoria econômica desenvolvida desde a década de 1940, por diferentes economistas, em que nomes como Roberto Simonsen, e mais tarde Celso Furtado e os intelectuais do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), representaram o corpo desse pensamento no Brasil. O nacional desenvolvimentismo nas palavras de um dos grandes historiadores e estudiosos do tema seria uma “ideologia econômica de sustentac o do projeto de industrializac o integral, considerada como forma de superar o atraso e pobreza dos brasileiros” (BIELCHOWSKY, p. 77, 2000). Essa ideologia, que surge de movimentos existentes em diferentes partes da América Latina, principalmente com a CEPAL (Comissão de Estudos Econ micos para América Latina), também influenciou a leitura e interpreta o do marxismo na América Latina, principalmente na ala nacionalista.

A partir da morte de Getúlio Vargas houve a ascensão do grupo político da União Democrática Nacional (UDN) com apoio de Carlos Lacerda para chegar ao poder, visto que a ala conservadora da política brasileira queria de fato colocar fim no legado que havia sido deixado por Vargas e fazer com que os militares chegassem ao poder. Porém existiu dois partidos políticos que formaram uma aliança para que a memória do falecido presidente pudesse continuar viva, como aponta Schwarcz e Starling (2018), esse movimento apoiou a candidatura do político mineiro Juscelino Kubitscheck (JK) como presidente e João Goulart como vice.

Desse modo, ao final da elei o e a vitória de JK, ocasionou também na resistência da aceita o da elei o por parte do udenistas, que por sua vez alegavam que a elei o era “il g tima, uma vez que a candidatura não obteve a maioria dos votos” (SCHWARCZ; STARLING, p. 413, 2018), onde apontavam os primeiros resquícios do que parte da historiografia chamou de um golpe político.

No momento quando JK assume o poder em 1956, ele buscou manter uma boa aliança com todos os grupos sociais, para que pudesse articular ainda melhor a sua grande evolu o da sociedade brasileira, o plano de metas. Foi com o plano de metas que o presidente prometeu desenvolver o Brasil “50 anos em 5”, isto é, o modernizando e industrializando, provocando no cenário nacional uma definitiva mudança, trazendo novos bens de consumo, tais como eletrodomésticos modernos, máquinas de lava, ventilador portátil, no vestuário como tecidos de polímero, náilon, e até mesmo desenvolvendo carro com 50% das peças nacionais, o DKW-Vemag.

De acordo com Sodré (1958), no século XX aparece no Brasil novas técnicas de produ o. “São técnicas destinadas também a afetar o padrão de vida, pela introdu o

de utilidades e mesmo de diversões que antes eram desconhecidas ou praticamente reduzidas” (SODRÉ, p.99, 1958).

Sendo assim, é com a criação do Plano de Metas, que temos a presença do Sodré, uma vez que o ISEB teve seu grupo de intelectuais próximos da presidência, levando em consideração que o JK tinha como objetivo fazer provar que era possível criar um modelo de Brasil moderno longe dos moldes norte-americano. (SCHWARCZ; STARLING, p. 417, 2018)

Por certo, não se pode descartar a ideia de que Sodré também foi influenciado pela perspectiva desenvolvimentista, principalmente pela sub ala dos nacionalistas, que buscavam pensar sobre questões relacionadas ao mundo social, como fome, pobreza, desemprego e miséria. E também, acreditavam que a industrialização seria a solução do problema histórico brasileiro, bem como consideravam que “a acumulação de capital dos setores estratégicos não podia guardar a iniciativa e o arbítrio do capital estrangeiro, necessitando do controle e comando interno dos agentes capitalistas nacionais” (BIELCHOWSKY, 2000).

Assim, um dos aspectos que Sodré faz apontamentos diante a Revolução Brasileira é sobre a questão econômica, ao qual JK e o seu economista Roberto Campos apoiavam a internacionalização, isto é, o capital internacional no país, e que Sodré e outros intelectuais da época criticavam. Na visão do intelectual o problema dos empréstimos de outros países no Brasil, acarretava dívidas externas, e essa situação já era uma realidade existente no país desde o período Imperial, a dependência do capital estrangeiro era um aspecto negativo. (SODRÉ, 1962).

Os capitais estrangeiros que se instalam em países como o Brasil não se integram na economia desses países, pelas suas próprias características. Eles consideram o lucro o que é ou pode ser representado em moeda do país onde são investidos, mas tão-somente o que é ou pode ser representado em moeda do país de origem, e é assim, a possibilidade de remeter lucros e mobilizar por esse meio os seus haveres internacionalmente a condição essencial de inversão. Por isso é que são estrangeiros, e não pela sua condição de origem nacional. (SODRÉ, p. 371, 1962).

De maneira geral, a problemática acerca do capital estrangeiro se deu pela formação de monopólios, um dos sintomas da política imperialista. Ao qual, fizeram com que países como o Brasil, gastassem muito mais recursos do que poderiam se beneficiar dos investimentos, ocasionando uma dívida, dificultando o processo de industrialização nacional. (SODRÉ, 1962).

Por outro lado, JK com o anseio pela industrialização e a realização do seu plano de metas, facilitou a “entrada de capitais externos no país por meio de concessões de privilégios fiscais e econômicos, e aceitando depender de financiamentos internacionais para acelerar o crescimento industrial” (SCHWARCZ; STARLING, p. 422, 2018). Na ótica de Sodré (1962), esse cenário ocasionou no Brasil uma série de prejuízos, tais como o alto

índice de inflação, e dívidas externas, fazendo com que o Brasil regredisse em sua fase industrial capitalista.

E, como solução, para esse problema, seria o de lutar contra o imperialismo e a fomentação de investimento em indústrias nacionais, assim como ocorreu durante a Era Vargas.

Desse modo, o ideário sodreano sobre Revolução, tem como perspectiva nacionalista, uma ideologia formada no interior do ISEB, tendo em vista que esse ideário acreditava na força nacional para superar o subdesenvolvimento, e o nacionalismo como ferramenta fundamental para a autonomia, isto porque acreditava e de acordo com o intelectual “não existia razão pelo abstrato, e que o nacionalismo traduz uma verdade – a verdade do quadro histórico – e a verdade é concreta”. (SODRÉ, S/D).

Então, é nesse momento em que Sodré buscou explicar que o problema do Brasil era sua herança colonial, ou seja, o propósito era superar a velha ordem, o que gera uma subordinação no quadro do capitalismo internacional, e que se tem início na Revolução de 1930, segundo o Oliveira (2021). Assim, essa temática não é algo exclusivo do general, uma vez que tenha sido estudada por muitos historiadores como Caio Prado Júnior, após a deposição do ex-presidente João Goulart, e também por ser tema tratado pelo PCB. Certamente para o general Sodré a Revolução Brasileira se inicia com a chamada Revolução de 1930, na qual o presidente Washington Luís é deposto e impedindo a posse de Luís Carlos Prestes, originando assim um golpe de Estado.

A questão do passado colonial, como ponto de partida para a explicação do atraso é tema de inúmeros intelectuais, que munidos de um pensamento histórico estruturalista, fundamentaram a necessidade de uma intervenção direta do Estado para alterar os caminhos que o passado orquestrava até então, essa concepção foi amplamente defendida pelos desenvolvimentistas, por exemplo por um dos seus grandes nomes, o economista Celso Furtado, como mostrou Lima (2020). Portanto a reparação histórica deveria ser feita, e uma revolução seria necessária para tal fim.

Outra importante questão que Sodré tratou na Revolução Brasileira, é sobre a luta antifeudal, uma proposta criada também pelo PCB, ao qual estava ligado as ideias de Lênin, procuraram identificar as “relações de produções semifeudais, ou pré-capitalistas na estrutura econômica social brasileira. (REIS, p.151, 2014)

Esse pensamento que se apoia no argumento de que o Brasil possuía resquícios feudais se constrói após a fundamentação da teoria marxista, em que para que um país pudesse chegar de fato ao comunismo, era necessário superar a sua herança feudal, uma vez que esse regime era visto como retrógrado, uma vez que a burguesia tenha surgido da sua ruína. (MARX, ENGELS, 1997). Embora seja ainda uma teoria muito criticada por outros intelectuais, os quais não creem que possa ter existido um feudalismo em território nacional, tais como Caio Prado Jr, esse argumento percebido no ideário de Sodré e em seu conceito de Revolução.

Contudo, para ele o Brasil passou por um regime feudal, pois o que existiu no território da América Portuguesa era um regime servil, na qual desde o regime de feitoria instaurado, existe um grupo que oferece sua mão de obra. E onde existia um regime feudal, não era um Portugal, isso o general reconhece, pois ele já se encontrava em uma sociedade moderna e capitalista, mas sim nas capitanias hereditárias brasileiras, onde o Brasil instaura o latifúndio. (SODRÉ, 1958).

Em virtude disso, a propriedade da terra, fora sempre uma condição que elaborou o surgimento das distinções de classe na colônia, e assim emergem as primeiras figuras e novas fortunas no Brasil, no qual a criação de lavouras poderia ser entendida como um feudo, onde se tem a existência das relações feudais, e os grandes proprietários de terras eram os senhores. (SODRÉ, 1958)

E, para que pudesse ser efetivo o trabalho nas lavouras, o regime de trabalho era feito pela escravidão servil, no qual pode ser atestado como um dos motivos para que o Brasil tivesse sido palco em algum momento da História para o feudalismo, uma vez que ocorreram as mudanças no modo de produção brasileiro.

Assim, cabe ressaltar que, para Sodré, o feudalismo no Brasil não se deu como na Europa. Porém, na historiografia ainda é muito discutido o que de fato seja o feudalismo, existem muitas explicações, tornado o tema bastante complexo, por exemplo para o economista Celso Furtado defende que o feudalismo no Brasil se concretiza pela formação do complexo nordestino, segundo a visão marxista o que não se encaixa no escravismo e nem no capitalismo seria o feudal.

Contudo, o processo revolucionário não tinha como perspectiva a instauração de um socialismo/comunismo de início, pelo contrário, era preciso que tivesse uma revolução burguesa, a qual colocaria fim no regime feudal/colonial a qual o Brasil se encontrara, instauraria o capitalismo, ou seja, desenvolveria a indústria nacional para que assim ele pudesse ser desenvolvido e desgastado para iniciar o processo.

Uma Revolução Burguesa

Um dos pontos mais ressaltados por Sodré, é a chamada revolução burguesa, que segundo o próprio pensador, pode ser definida da seguinte maneira como uma “liquidação das velhas forças de produção, e a substituição pela relação capitalista” (SODRÉ, p.433, 2004). E, também a presença da burguesia nacional nesse processo de revolução.

E, de acordo com Sodré (1958), era preciso fazer um resgate histórico de como a burguesia tem sua origem no Brasil, o que para ele a ascensão da burguesia acontece de diferentes formas no mundo, isto é, a maneira que burguesia surgiu no Brasil se difere da Europa, pois cada nação tem seus processos históricos singulares. Com isso, para explicar a burguesia brasileira, ele fixa o seu olhar para Portugal do século XV, no qual passa pelo exitoso período das Grandes Navegações, e que o que fez com que tivesse êxito

nessa empresa, não fora a sua predestinação, mas sim o seu grupo mercantil, ou seja, a burguesia já tinha um papel importante na sociedade.

Outro fator a ser ressaltado, é que Sodré determinou uma condição especial para a burguesia, tendo em vista que para ele tem um papel fundamental na revolução brasileira, isto é, o papel da burguesia a instauração do capitalismo no território, a qual ele se dedica traçar seus pontos.

Werneck Sodré (1958) acreditava que essa revolução teria na direção a burguesia nacional, porém ele não acreditava que ela seria uma classe social. Pois, no contexto daquele período que dividia as ideias dos intelectuais brasileiros, tendo em vista que ambas tinham a visão de um desenvolvimento para o Brasil, porém com bases diferentes. A primeira seria os nacionalistas nos quais acreditavam no desenvolvimento do país de maneira independente aliados burguesia nacional, onde estaria associada à classe média e as classes populares. E a segunda, diz respeito aos desenvolvimentistas, nos quais estariam com a crença no desenvolvimento local, porém com o apoio do capital internacional.

Assim, para o desenvolvimento da Revolução Brasileira, o PCB afirmava que era necessário:

Conseguir alianças com a burguesia nacional, para combater os resquícios feudais, presentes na economia brasileira, principalmente aquela que se baseava no latifúndio, que era a chave na articulação do imperialismo. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, p.71, s/d)

Tendo em vista que no contexto brasileira, o proletário e os burgueses não estavam mais em papéis opostos dentro da sociedade, uma vez que a classe operária estava também se beneficiando os feitos do capitalismo, por exemplo utilizavam os novos meios de consumo criados durante a década de 1950, e já não existia a sociedade em que Marx idealizou na Alemanha, onde o proletário e o a burguesia eram forças antagônicas dentro da sociedade, e lutavam por interesses diferentes.

Na ideia desenvolvida por Sodré, a burguesia nacional tinha importante papel no processo revolucionário, visto que ela é “composta pelos industriais, comerciantes, banqueiros e capitalistas agrícolas (...), repartida entre alta e média” (SODRÉ, p.443,1962), ou seja, ela tem como função desenvolver o capitalismo, uma das fases que antecedem o socialismo.

Desse modo, o proletário ao qual era composto também pelo campesinato, semiproletário dos países coloniais como o Brasil era frágil, assim como a burguesia, portanto deveriam se unir e lutar contra as forças feudais que estavam estreitamente ligadas ao imperialismo (SODRÉ, 1962). Dessa maneira, para que a sociedade brasileira chegasse ao socialismo, precisaria passar por suas etapas, e lutar pelo socialismo naquele período era fortalecer a ideia de uma industrialização capitalista, desenvolvimento de forças produtivas, democracia burguesa e acima de tudo a melhoria de vida dos trabalhadores. (REIS, 2014)

Ainda mais, o que Sodré buscou teorizar é a ideia de que estava surgindo no Brasil o conflito entre o velho e o novo, uma ideia que estava presente na corrente desenvolvimentista, onde dividem a sociedade em duas esferas, de um lado se encontrava a parte moderna e urbana e do outro o antiquado e rural, isto é, o que levou a uma sequência de avanços e modernização em que o país foi alcançando na década de 1950, foi alterando as relações de produção, de um lado estava a classe dos latifundiários, e de outro passou a emergir a burguesia nacional, dando origem a industrialização dentro da sociedade.

Por esse motivo, o intelectual marxista estava mais associado a um social democrata ao um radical de fato, uma vez que ele não apontou em sua obra uma revolução armada e violenta, mas sim um processo revolucionário a longo prazo, em que buscava uma transformação nas instituições, dentro da cultura, no exército, na economia e etc. Uma revolução que prevê a burguesia e o Estado como aliados a superação do atraso.

Desse modo, para Sodré a maior problemática do cenário brasileiro era o latifúndio, uma vez que ele atrasava o desenvolvimento do país, pois ele utiliza do Estado para atender suas expectativas e interesses particulares, e está fortemente atrelado ao imperialismo, assim remete o Brasil ao velho modo de produção feudal.

Com efeito, para que o Brasil de fato se desenvolvesse e implementasse o socialismo, o feudalismo passou a ser visto como uma das etapas anteriores ao capitalismo, para que assim o capitalismo pudesse substituir o trabalho servil dos escravos pelo trabalho de troca. Uma vez que o feudalismo estava atrelado ao latifúndio, e era visto como um problema da sociedade, e que ocasionava o subdesenvolvimento do país, uma vez que gerava no país o monopólio de terras, sendo considerado uma condição externa (SODRÉ, 1962)

Com isso, o conceito de Revolução para Sodré, estava em consonância com as ideias do PCB, partido esse que o mesmo era um integrante, e o qual durante os anos de 1954-1958, passou uma significativa mudança de perspectiva, a qual foi adotada a seguinte identidade política. A identidade política do PCB será marcada, a partir de então, pela ênfase na necessidade de eliminar o imperialismo e em segundo plano, eliminar o monopólio da terra. ” (BIELSCHOWSKY, 2000).

Com isso, Sodré em sua obra *Introdução à Revolução brasileira* (1958), não tinha como objetivo fazer um manual apontando o que a classe intelectual brasileira deveria seguir para realizar a tal revolução. Pelo contrário, o que o general propõe são análises de diferentes instituições, tais como as classes sociais, economia, cultura, exército e raça, que atestam toda a herança colonial, imperialista e agrária do Brasil.

Por esse motivo, o intelectual apontou o seu entendimento da Revolução da seguinte maneira:

Como Revolução Brasileira, entendemos um processo de transformação, que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e da ausência da revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico (...) o mencionado processo tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático, de um lado. E

a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica das nossas riquezas, de outro. (SODRÉ, p.1, 1958).

De acordo com Bielschowsky (2000), a questão central da corrente socialista brasileira se deu por dois aspectos, sobre a luta anti-imperialista e a reforma agrária, ou seja, a luta contra o latifúndio, o monopólio das terras era uma das questões que Sodré tratava como uma condição interna para o desenvolvimento da economia brasileira e o imperialismo como uma condição externa.

Dessa forma, entende-se que o conceito de Revolução para Sodré está totalmente atrelado ao desenvolvimento da sociedade brasileira, não apenas no sentido econômico, mas em todas suas outras instituições, tal como a cultura, exército, uma vez que ele busca mostrar como a prática imperialista e os privilégios dos latifundiários interferem em outras questões dentro da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ao analisar o conceito de Revolução em Sodré observamos que o foco do autor ao longo da década de 1950 era responder a seguinte questão: por que o Brasil ainda não se desenvolveu? Uma questão que muitos outros intelectuais daquele momento se faziam e debatiam suas supostas soluções e respostas para essa pergunta, e Nelson Werneck Sodré ao longo de sua trajetória de militância, como militar e intelectual elaborou uma resposta para essa indagação, uma resposta que nos ajuda a entender o passado, uma resposta que carrega passado, mas também que carrega parte do nosso presente, pois nos ajuda a entender parte da nossa cultura política como observamos no pressuposto de Ridenti (2003), elementos constituintes do DNA de grupos políticos existentes até os dias atuais.

Na visão de Sodré, como solução para o problema de subdesenvolvimento seria a Revolução Brasileira, ou seja, era necessária uma luta antifeudal, anti-imperialista, contra o latifúndio em parceria com a burguesia nacional classe trabalhadora brasileira e do Estado. Uma luta que não era mais entre as classes, mas entre países dominados e dominantes, desenvolvidos e subdesenvolvidos, uma revolução que possuía os aspectos de uma reforma que contava com o apoio de um Estado racional e intervencionista, disposto a dar as regras para o desenvolvimento do capitalismo nacional, e nortear o processo de industrialização brasileira tão defendido pelo ideário nacional-desenvolvimentista.

Sendo assim, ele fez o exercício de enxergar o passado presente e o futuro presente, isto é, realizou o exercício de analisar o processo de Revolução a partir do passado, analisando o passado colonial, e o futuro planejado a partir da sociedade de 1950 era a revolução, na qual, o Brasil teria que passar por essa Revolução para ter uma autonomia e desenvolver a Indústria Nacional, para que assim pudesse instaurar o socialismo dentro

da nação.

O passado presente, o passado colonial, estava no seu presente, era um passado ainda existente nos latifúndios, as permanências que persistiam era a crítica de Sodré e outros intelectuais naquele contexto. O futuro presente, como Koselleck (2015) nos direciona a pensar, um horizonte de expectativa, uma transformação necessária para que o futuro seja diferente fundamentado na esperança de independência do capital externo e desenvolvimento da indústria nacional, a perspectiva moderna de que racionalmente pela consciência do Estado ou partidos poderia se alcançar uma realidade melhor no futuro, o desenvolvimento, através das reformas. A reforma agrária e subsídios para a indústria nacional, eram atitudes concretas que o Estado deveria ter para a luta contra o antifeudalismo e o anti-imperialismo.

Em suma, duas correntes estruturalistas em suas essências, o socialismo marxista e o nacional-desenvolvimentista que no Brasil se casam em uma conveniente necessidade de respostas para a pergunta chave da primeira metade do século XX: por que o Brasil ainda não se desenvolveu? Desse casamento nasceu uma nova concepção de Revolução como forma de resposta a essa questão, que vimos ao longo dessa pesquisa com o intelectual Nelson Werneck Sodré, uma Revolução Reformista, que indica não só o pensamento de um intelectual, mas a tendência de grande parte da cultura política do Brasil no século XX. Sendo assim, um conceito é mais que uma palavra, pois ele carrega história, e nesse caso carrega parte da nossa história, de um passado presente, e ao mesmo tempo de uma perspectiva de futuro do presente daquele contexto. Um passado colonial que persistia em existir, que deveria ser superado, e um futuro presente, uma ânsia pela modernização, industrialização e dependência nacional. O desenvolvimento era o futuro que o Brasil e o brasileiros desejavam alcançar.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 2ª edição, Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 1995.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de A.N. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 8ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. 4 edição. Rio de Janeiro. Editora PUC RIO, 2015.

LIMA, Neilaine R. Rocha de. Conceitos, intelectuais, ideias: o entrelaçamento de diferentes dimensões do campo da História, no caso do debate entre Eugenio Gudín e Celson Furtado (1950-1964). **Revista História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v.20, n.1, p. 70-87, JAN/ABR 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ed, Editorial Avante, Lisboa, 1997.

NETTO, J. P. **Nelson Werneck Sodré: o general da História e da Cultura**. 1 Edição. São Paulo. EDITORA Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, E. R. **Nelson Werneck Sodré: um historiador militar no ISEB e a gênese da teoria da revolução brasileira**. Revista Princípios v. 40, n. 162, p. 115 - 138.

OLIVEIRA, Eder R. Entre a Reforma e a Revolução: O PCB e a Revolução Brasileira. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Um breve histórico do PCB. Disponível em <https://pcb.org.br/portal/docs/historia.html> .

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC, 9ed, Editora FGV, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960-1970 e sua herança. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX** (Livro4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHWARZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia, 2ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. IN: REMOND, Rene. Por uma obra política, 2 Edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Barbosa. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n.20, p.358-399, JAN./ABR. 2017.

SODRÉ, Nelson W. **Formação História do Brasil**, 14 edição, Rio de Janeiro, Editora Graphia, 2002.

SODRÉ, Nelson W. **Introdução à Revolução Brasileira**. 1 edição, Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1958.

SODRÉ, Nelson. **Memórias de um escritor**, vol.1, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

SODRÉ, Nelson W. **Memórias de um soldado**, 1 edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira SA, 1967.

VIANNA, Marly de A. Gomes. **Nelson Werneck Sodré: “subvertemos a história oficial”**, Revista Novos Rumos, Ano 19, n.42, p.63-66, 2004.

CONTROLE E SELEÇÃO EUGÊNICA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930: REFLEXÕES A PARTIR DA "LEI DOS INDESEJÁVEIS"

Data de submissão: 07/07/2023

Data de aceite: 01/09/2023

William Vaz de Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(UERJ)
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/4964833084010194>

RESUMO: Em 1921, a informação de que uma empresa de desenvolvimento de terras pertencentes a um grupo de afro-americanos de Chicago (Estados Unidos), o *Brazilian American Colonization Syndicate* (BACS), pretendia comprar terras e estabelecer uma colônia no Estado de Mato Grosso, gerou intensas discussões e debates na imprensa, no meio médico, intelectual e político brasileiro. Baseando-se nas concepções eugenistas e higienistas, médicos e políticos passaram a discutir a importância da criação de medidas de controle e seleção imigratória, de modo a impedir ou restringir a entrada de imigrantes racial e mentalmente "indesejáveis". Este trabalho busca analisar as discussões em torno da "lei dos indesejáveis" que buscava restringir a entrada de negros e asiáticos no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Eugenia, controle, imigração.

EUGENIC CONTROL AND SELECTION OF IMMIGRATION IN BRAZIL THE 1920S AND 1930S: REFLECTIONS ON THE "LAW OF UNDESIRABLES"

ABSTRACT: In 1921, the information that a land development company belonging to a group of African Americans from Chicago (United States), the *Brazilian American Colonization Syndicate* (BACS), intended to buy land and establish a colony in the State of Mato Grosso, generated intense discussions and debates in the press, in the Brazilian medical, intellectual, and political environment. Based on eugenic and hygienist conceptions, physicians and politicians began to discuss the importance of creating immigration control and selection measures, in order to prevent or restrict the entry of racially and mentally "undesirable" immigrants. This work seeks to analyze the discussions around the "law of undesirables" that sought to restrict the entry of blacks and Asians in Brazil.

KEYWORDS: Eugenics, control, immigration.

1 | INTRODUÇÃO

Em julho de 1921, os deputados Andrade Bezerra e Cincinato Braga apresentaram à Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, um projeto de lei que visava proibir “a imigração de indivíduos humanos das raças de cor preta”, excetuando-se aqueles que, após se apresentassem às autoridades policiais ou das fronteiras terrestres, assinassem um termo obrigando-se a não permanecerem no país por mais de seis meses e mostrassem trazer no bolso a importância correspondente a cinco contos de réis em moeda corrente brasileira para o custeio das despesas, estadia e regresso. Aqueles que transgredissem tal lei deveriam ser imediatamente expulsos do território nacional (BRASIL, 1921, p. 326).

O projeto apresentado para deliberação dividiu a opinião entre os congressistas. Joaquim Osório, por exemplo, deputado federal pelo Estado do Rio Grande Sul, considerou o projeto como um atentado à constituição republicana que, segundo ele, além de não admitir privilégios de nascimento, raça e classe social, não fazia distinção entre brancos, negros ou pardos. Segundo ele, assim como determinava a constituição brasileira, em tempos de paz, qualquer um poderia entrar no território nacional ou dele sair com sua fortuna e bens, quando e como lhe conviesse, independentemente do seu passaporte. Neste sentido, além de contrariar os princípios determinados pela constituição, tal projeto representava, de acordo com o deputado gaúcho, “um atentado aos direitos do homem, do cidadão, proclamados pela humanidade (...), além de ser um atentado contra a própria raça negra (BRASIL, 1921, p. 326). Osório destacava ainda o papel fundamental da raça africana na formação da nacionalidade brasileira, pedindo a rejeição do projeto que, nas suas palavras, seria “o início de um código negro, de uma política de preconceitos de raças que felizmente não existem em nossa Pátria” (BRASIL, 1921, p. 629).

O deputado Joaquim Osório não apenas se posicionou contrariamente ao projeto como também defendeu que ele não poderia nem mesmo ser objeto de deliberação da Câmara dos Deputados. Frente a tal posicionamento, e temendo que o projeto deixasse de ser considerado objeto de deliberação já em primeiro turno, o deputado Andrade Bezerra observa que caberia à Câmara naquele momento apenas verificar a sua constitucionalidade, e a possibilidade ou não de ser objeto de solução legislativa. Destaca que, de acordo com regimento da casa, somente proposições “que [atentassem] contra o regime constitucional do país ou [versassem] sobre matéria de competência de outro poder, ou medida de impossível realização prática”, não poderiam ser objetos de deliberação da Câmara dos Deputados (BRASIL, 1921, p. 630-631). Quanto ao conteúdo do projeto defende o controle da imigração como medida de defesa da nacionalidade brasileira, destacando as legislações existentes em países como Estados Unidos, Canadá e Austrália com o objetivo de restringir a entrada de imigrantes, especialmente os de origem asiática. Segundo ele, os sentimentos de amor, altruísmo e simpatia por esta ou aquela nacionalidade não deveriam se sobrepor ao “desejo de defender os reais interesses de nossa pátria” (BRASIL, 1921, p. 632).

À despeito dos posicionamentos contrários ao projeto de lei, o mesmo foi colocado em votação, sendo julgado objeto de deliberação com 94 votos a favor e 19 votos contrários, seguindo da Câmara dos deputados para as Comissões de Agricultura e Indústria e de Constituição e Justiça, a cargo de Fidélis Reis, então deputado pelo Estado de Minas Gerais.

2 | A DISCUSSÃO DO PROJETO NO CONGRESSO

Na sessão de 22 de outubro de 1923, o deputado Fidelis Reis apresentou o projeto para a apreciação do Congresso Nacional, como proposta de controle do processo de colonização e povoamento do território brasileiro. Em seu artigo primeiro, o projeto autorizava o Governo a promover e auxiliar a introdução de famílias de agricultores europeus que desejassem se transferir para o Brasil como colonos, podendo o mesmo firmar tratados de trabalho e comércio, oferecendo vantagens aduaneiras aos países que permitissem e facilitassem a saída de emigrantes, subvencionados ou não pela União e pelos Estados. De caráter fortemente nacionalista, racista e eugenista, o projeto prescrevia em seu artigo 4º que: “O Governo exercerá rigoroso controle sobre a imigração destinada ao Brasil, seja qual for a sua procedência, com o fim de impedir a entrada de todo e qualquer elemento julgado nocivo à formação étnica moral e psíquica na nacionalidade” (BRASIL, 1923a, p. 3939). Além de reforçar a proibição da entrada de colonos de raça negra, o artigo 5º do projeto incluía como “indesejáveis” os “amarelos” (japoneses e chineses), estabelecendo uma quota de entrada anual de um número correspondente a 3% dos indivíduos dessa origem existentes no país (BRASIL, 1923a, p. 3939).

De acordo com Fidelis Reis, os destinos da nacionalidade brasileira dependiam fortemente da organização das políticas de imigração e ocupação territorial. Citando os Estados Unidos da América como modelo de civilização a ser seguido, o deputado mineiro destacava que aquele país só havia se tornado um país moderno e desenvolvido por ter sabido selecionar e preservar a sua nacionalidade, a partir da criação de leis severas de controle da imigração que visavam impedir a entrada de sujeitos “indesejáveis” no seu território, por serem julgados racialmente ou moralmente inferiores, ou por serem considerados incapazes de se adaptarem ou se assimilarem ao meio.

O projeto de lei apresentado por Fidelis Reis era claramente inspirado nas leis de cotas (*Quote Acts*) norte-americanas que buscavam restringir a entrada de imigrantes “indesejáveis” no país, sobretudo os de origem asiática. A primeira *Immigration Act* norte americana, também conhecida como *The Asiatic Barred Zone Act*, foi aprovada pelo Congresso no dia cinco de fevereiro de 1917. Esta lei tinha como objetivo restringir a entrada dos imigrantes “indesejáveis” provenientes de outros países, incluindo:

(...) All the idiots, imbeciles, feeble-minded persons, epileptics, insane persons; persons who have had one or more attacks of insanity at any time

previously; persons of constitutional psychopathic inferiority; persons with chronic alcoholism; paupers; professional beggars; vagrants; persons afflicted with tuberculosis (...); mentally or physically defective, such physical defect being of a nature which may affect the ability of such alien to earn a living; person who have been convicted o for admit having committed a felony or other crime or misdemeanor involving moral turpitude; polygamists, or persons who practice polygamy or believe in or advocate the practice of polygamy; anarchists (...); prostitutes, or persons coming into the United States for the purpose of prostitution or for any other immoral purpose (...) (USA, Immigration Act, 1917, p. 875-876).¹

No que diz respeito aos povos asiáticos, a lei de 1917 determinava a proibição no país de:

(...) persons who are native of islands not possessed bey the United States adjacent to the Continent of Asia, situate South of the twentieth parallel latitude north, West of the one hundred and sixtieth meridian of longitude east from Greenwich, and north of the tenth parallel of latitude South, or who are natives of any country, province or dependency situate on the Continent of Asia West of the one hundred and tenth meridian of longitude east from Greenwich and east of the fiftieth meridian of longitude east from Greenwich and South of the fiftieth parallel of latitude north (...), and no alien now in any way excluded from, or prevented from entering, the United States shall be admitted to the United States (...) (USA, 1917, p. 876).²

Com o fim da Primeira Guerra mundial, frente às incertezas em torno da segurança nacional, estas leis contra os “indesejáveis” se tornaram ainda mais rigorosas, assumindo um caráter cada vez mais nacionalista, moralista e racista. Em 1921, o Congresso norte-americano aprovou a *Emergency Quota Law*, com o objetivo de estabelecer uma cota limite do número de imigrantes entrados no país, de acordo com o seu país de nascimento. De acordo com esta lei o número de estrangeiros entrados nos Estados Unidos seria limitado à 3% do número de estrangeiros de cada nacionalidade de origem residentes no país, considerando para fim dos cálculos o censo de 1910 (USA, 1917, p. 5-7). Em 1924 esta lei sofreu importantes alterações passando a estabelecer cotas mais restritivas para a entrada de imigrantes de certos países. No processo de concessão de vistos a lei determinava aqueles que poderiam entrar no país sem serem enquadrados nas cotas anuais, incluindo-

1 “Todos os idiotas, imbecis, pessoas débeis mentais, epilépticos, pessoas insanas; pessoas que tiveram um ou mais ataques de insanidade em qualquer momento anterior; pessoas de inferioridade psicopática constitucional; pessoas com alcoolismo crônico; indigentes; mendigos profissionais; vagabundos; pessoas com tuberculose (...); deficiente mental ou fisicamente, sendo esse defeito físico de uma natureza que pode afetar a capacidade de tal estrangeiro de ganhar a vida; pessoa que foi condenada por admitir ter cometido um crime ou outro crime ou contravenção envolvendo torpeza moral; polígamos ou pessoas que praticam a poligamia ou acreditam ou defendem a prática da poligamia; anarquistas (...); prostitutas ou pessoas que entram nos Estados Unidos com o propósito de prostituição ou qualquer outro propósito imoral (...)”. (Tradução livre).

2 “(...) pessoas que são nativas de ilhas não possuídas além dos Estados Unidos adjacentes ao Continente da Ásia, situam-se ao sul do vigésimo paralelo de latitude norte, a oeste do cento e sexagésimo meridiano de longitude a leste de Greenwich e ao norte do décimo paralelo de latitude Sul, ou que são nativos de qualquer país, província ou dependência situados no Continente da Ásia, a oeste do centésimo décimo meridiano de longitude a leste de Greenwich e a leste do quinquagésimo meridiano de longitude a leste de Greenwich e ao sul do quinquagésimo paralelo de latitude norte (...), e nenhum estrangeiro agora de qualquer forma excluído ou impedido de entrar nos Estados Unidos será admitido nos Estados Unidos (...)”. (Tradução livre).

se nesta categoria as esposas e os filhos menores de dezoito anos dos cidadãos americanos, residentes no hemisfério ocidental, profissionais religiosos e acadêmicos, bem como “estudantes de boa fé” menores de quinze anos de idade. Todos aqueles que não se enquadravam nestas categorias foram incluídos no sistema de cotas, estando sujeitos as limitações anuais de cada país de nascimento, dando-se preferência aos imigrantes que tinham parentes norte-americanos e aqueles qualificados no trabalho de agricultura. De acordo com esta nova lei as cotas anuais de imigrantes de cada nacionalidade, até o dia primeiro de julho de 1927, seriam de 2% da população total dessa nacionalidade residente no país, conforme o censo de 1890. Após o dia primeiro de julho de 1927, as cotas seriam baseadas nas origens nacionais, por nascimento ou ancestralidade, da população dos Estados Unidos registrada pelo censo de 1920, sendo que a cota geral de 150.000 de imigrantes deveria ser dividida entre os países proporcionalmente à ascendência da população registrada em 1920 (USA, 1924, p. 153-170).

Sustentando-se nestas leis norte-americanas Fidelis Reis buscava convencer os parlamentares sobre a importância do controle e seleção imigratória para o desenvolvimento do país. O caráter racista do projeto é bastante evidente. Mais do que uma necessidade econômica, para atrair mão de obra para trabalhar nas lavouras, a questão da imigração e do povoamento deveria ser encarada como medida de higiene racial e de formação da nacionalidade brasileira. De acordo com o parlamentar, o futuro da raça não poderia ser sacrificado por interesses econômicos momentâneos. Em suas palavras: “De forma alguma devemos, visando interesses imediatos, sacrificar, com a introdução de elementos étnicos inassimiláveis ou prejudicialmente assimiláveis, o tipo da raça em caldeamento” (BRASIL, 1923a, p. 3941). Criticando as políticas de imigração exercidas pelo Estado de São Paulo, para onde se dirigia naqueles tempos a maior parte dos imigrantes chegados ao Brasil, o deputado defendia que, ao visar a solução de um problema econômico do Estado, pela necessidade de atração de mão de obra para trabalhar nas lavouras de café, ele teria feito um desserviço à nação ao promover a imigração de milhares de colonos “indesejáveis” para o país, especialmente os japoneses. Segundo ele, ainda seria tempo de retroceder ao passo errado que deu São Paulo e mudar de rumo (BRASIL, 1923a, p. 3941).

A sua censura contra os povos asiáticos era evidente. Buscando justificativas em explicações pseudocientíficas de base biológica ele procurava demonstrar que os tipos resultantes dos cruzamentos entre raças afastadas seriam sempre tipos inferiores. Considerando um grande erro a introdução dos negros no Brasil, que segundo ele teria gerado um “prejuízo étnico” para inúmeras gerações, Reis dizia que não deveríamos incorrer no mesmo erro permitindo a entrada dos povos “amarelos” (BRASIL, 1923a, p. 3941).

Reis considerava a mestiçagem um fator de forte influência na degradação e degeneração das raças. Para ele os mestiços, em particular o cafuzo e o mameluco brasileiro, eram sempre tipos intermediários “desequilibrados”, não possuindo nem

a energia dos seus ascendentes selvagens, e muito menos a atitude intelectual dos seus ascendentes europeus (BRASIL, 1923a, p. 3941). Em suma, o deputado buscava explicações para os problemas do país na “miscigenação”, considerando que a fusão entre as raças teria dado origem a “grande parcela da população definhada, retrógrada e triste”, que habitava o interior do país. Uma população “de cor deplorável, na sua maioria, emagrecidos, esgrouvinhados, de olhar vago e triste – assim se retrata o moral étnico do brasileiro oriundo dessas uniões, agravadas ainda pelas asperezas do meio, pelo álcool, deficiência da alimentação e geral carência de cuidados higiênicos os mais rudimentares” (BRASIL, 1923a, p. 3942). Sabemos que, na verdade, os problemas do Brasil eram devidos a questões de ordem política, econômica e social, tais como falta de saneamento e higiene pública, e não um problema racial.

Buscando apoio para o seu projeto, Fidelis Reis, encaminhou um inquérito para várias pessoas influentes no meio intelectual brasileiro, dentre eles, cientistas sociais, antropólogos, médicos e autoridades religiosas, pedindo um parecer sobre a questão. Dentre os pareceres, alguns se posicionavam a favor e outros contrariamente à entrada de negros e asiáticos no país. Dentre aqueles que apresentavam um posicionamento contrário, destacava-se Oliveira Viana que, em sua carta endereçada a Fidelis Reis, se posicionava totalmente contrário à imigração de negros para o Brasil e de quaisquer raças que não fossem as raças brancas da Europa, dizendo que só poderia aplaudir um projeto que visava justamente a entrada de colonos “pretos e amarelos” no Brasil (BRASIL, 1923b, p. 379). Apesar de reconhecer a contribuição do negro na formação do país, Vianna afirmava que “teria sido infinitamente melhor que eles não tivessem constituído um dos grandes fatores da formação da nossa nacionalidade” (BRASIL, 1923b, p.379). Segundo ele, a mestiçagem era o principal fator de retardamento do progresso do país, visto que o cruzamento entre o negro e o branco teria dado origem a uma “mestiçagem inferior”, recheada de elementos “inúteis” e “inaproveitáveis”, “um peso morto”, formado por indivíduos “impulsivos”, “desorganizados” e “criminosos”. Em contrapartida, ele dizia o seguinte:

Faça-se, porém, o cruzamento entre os tipos brancos da Europa, germanos, escandinavos, saxões ou celtas, e ver-se-á que destas fusões de indivíduos emergentes darão uma porcentagem superior, e altíssima de elementos eugênicos. O que devemos procurar aqui introduzir são raças, que sejam ricas em eugenismo. Ora, de todas as raças humanas, são as indo-europeias as que acusam um coeficiente mais elevado de eugenismo. Logo – só estas nos servem – porque o progresso das sociedades e a sua riqueza e cultura são criação dos seus elementos eugênicos, cuja função na economia social é análoga à função do oxigênio, na economia animal (BRASIL, 1923b, p. 380).

De acordo com Oliveira Vianna o povo brasileiro seria constituído de um “eugenismo pouco elevado”, dada a predominância do sangue negro e indígena na sua formação étnica. Defendendo a arianização como forma de elevar tal eugenia, ele dizia que tudo que fosse

feito no sentido contrário a essa arianização seria “obra criminosa e impatriótica” (BRASIL, 1923b, p. 380). Por fim, expressando a sua admiração pelo projeto de Fidelis Reis, reafirma a sua posição contrária à imigração do negro e do amarelo para o Brasil.

Afrânio Peixoto, por outro lado, se posicionava contrariamente ao projeto, considerando “descabidos os preconceitos de raça”, por entender que a raça, por ser uma adaptação ao meio, seria transitória e não imutável. Preferindo uma explicação sociológica, em detrimento da biológica, Peixoto afirmava o seguinte: “o que existe, não biologicamente, mas historicamente, sociologicamente, são raças incultas e raças civilizadas, civilização técnica e não moral, mas civilização, a que possuímos” (BRASIL, 1923b, p. 383). Desse modo, ele sustentava que a condição “inferior” do negro brasileiro não era uma questão de raça, mas falta de educação e condições de higiene e saneamento adequados. Por isso mesmo, ao invés de nos ocuparmos com o estrangeiro, deveríamos, segundo ele, buscar a regeneração do elemento nacional.

3 | A DISCUSSÃO DO PROJETO NA COMISSÃO DE AGRICULTURA E INDÚSTRIA

O projeto de Fidelis Reis seguiu para discussão na Comissão de Agricultura e Indústria, tendo como seu relator o deputado paulista João de Faria. No dia 20 de dezembro de 1923, o deputado paulista apresentou à Câmara Federal um substitutivo do projeto mantendo o seu conteúdo fundamental que, além de reafirmar a proibição da entrada de imigrantes negros no país, estabelecia a restrição da entrada de “amarelos” que, ao contrário dos 3% apresentados no projeto original, passaria a ser de 5% correspondente aos indivíduos residentes dessas origens existentes no Brasil, tendo como referência o censo de 1890. Em seu discurso, o parlamentar deixa evidente a sua preferência pelos imigrantes europeus, especialmente italianos, considerados, por ele, mais “assimiláveis” ao país, devido às suas características étnicas, raciais, culturais e linguísticas. Quanto à proibição dos imigrantes negros o parecer de João de Farias era muito claro, mas no que diz respeito aos “amarelos” sugeriu a realização de um inquérito para consultar as opiniões de pensadores e avaliar a questão de forma mais ampla.

Sendo encomendado pelo presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Geminiano Lyra Castro, o resultado do inquérito foi apresentado à SNA no ano de 1926. Para elaboração desse inquérito a SNA havia enviado cerca de seis mil questionários para a sua diretoria, associações comerciais e rurais, gabinetes dos presidentes dos Estados da Federação, instituições médicas como a Academia Nacional de Medicina, instituições de pesquisa e ensino, tais como a Sociedade Brasileira de Geografia e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem como para os prefeitos das principais cidades brasileiras, incluindo: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia. De

acordo com Jair de Souza Ramos, dos questionários enviados foram obtidas 166 respostas oriundas dos diversos Estados. No que diz respeito à imigração de negros, das 166 respostas, 134 eram contrárias. Em relação à imigração dos povos “amarelos”, 94 respostas eram contrárias ou defendiam a restrição respeitando-se as cotas apresentadas pelo projeto de Fidelis Reis, 57 respostas foram favoráveis e outras 14 respostas não emitiram um posicionamento (RAMOS, 1996, p. 74). De modo geral, ficava clara a preferência pelo imigrante europeu, no entanto, dado que os imigrantes europeus, se concentravam nas regiões Sul e Sudeste do país, a imigração “amarela”, sobretudo japonesa, passou a ser ventilada como uma possibilidade para o povoamento das regiões norte do país que, naquele momento, apresentavam verdadeiro vazio demográfico. De acordo com Thiago Riccioppo, que estudou a fundo os desdobramentos dessas discussões em torno do projeto de Fidelis Reis, o resultado do inquérito, bem como a oposição dos deputados Oliveira Botelho e Lyra Castro fizeram com que o projeto acabasse “sendo esvaziado do seu conteúdo principal, que era limitar em profundidade a imigração amarela e impedir a imigração negra para o Brasil” (RICCIOPPO, 2014, p. 132). No que diz respeito às intenções da BACS em enviar afro-americanos para o Brasil, questão que aliás motivou a criação do projeto em sua origem, Riccioppo destaca que “o assunto não precisou ser levado a cabo para que este processo não se desenrolasse em vias de fato”, haja visto que “não foi necessário estabelecer nenhuma medida legal embaraçosa para que as pretensões do BACS se realizassem na prática” (RICCIOPPO, 2014, p. 133).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, a questão em torno da restrição racial dos imigrantes foi retomada pelos deputados. No ano de 1934, uma comissão foi formada pelo Ministério do Trabalho da Indústria e Comércio, presidida por Oliveira Vianna, com o objetivo de reformular a legislação emigratória brasileira. Naquele contexto vários decretos e propostas de ementa à constituição foram apresentadas nas assembleias constituintes com o objetivo de selecionar as correntes imigratórias para o Brasil, destacando-se, novamente, a proibição ou restrição dos imigrantes negros e amarelos. As preocupações em torno da segurança nacional e das instabilidades político-econômicas geradas pela crise de 1929, evidenciou o discurso contra os povos asiáticos, especialmente contra os japoneses. Em março de 1934, uma emenda, de autoria de Xavier da Silveira, foi apresentada à assembleia, constando 132 assinaturas de parlamentares favoráveis à restrição dos japoneses. Além disso, a emenda “impunha a proibição da imigração africana e o limite de 2% da totalidade de imigrantes dessa procedência já estabelecidos no território nacional” (RICCIOPPO, 2014, p. 173). No dia 13 de maio de 1934, foi apresentado à assembleia constituinte uma nova emenda com o objetivo de restringir a entrada de japoneses no país. Sendo aprovada por 171 votos a favor e 26

contra, a emenda transformou-se então no Art. 121 da Constituição Federal Brasileira, promulgada pelo governo de Vargas, no ano de 1934. No parágrafo sexto da versão final da emenda verifica-se o seguinte:

Parágrafo 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória do país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total de seus respectivos nacionais aqui fixados durante os últimos cinquenta anos (BRASIL, 1934).

De acordo com Riccioppo, o resultado da emenda foi bastante satisfatório para aqueles que defendiam um discurso anti-nipônico, “pois além de não atingir a imigração europeia, o limite de 2%, quando aplicado à imigração japonesa, a reduziria da média de entrada de 25 mil nipônicos por ano a algo em torno de 3500” (RICCIOPPO, 2014, p. 174).

Além de medida de higiene racial, estas leis configuravam-se em uma medida de profilaxia racial, tal como defendiam os eugenistas. Os interesses políticos e morais eram mascarados por pretensas explicações científicas que buscavam reafirmar a superioridade de algumas raças sobre as outras. Ou seja, negros e asiáticos eram considerados “indesejáveis” por serem julgados física, moral, racial e psiquicamente inferiores. Ao mesmo tempo, se procurava atrair para o país povos brancos europeus, especialmente italianos, portugueses e espanhóis, visando promover o “branqueamento” progressivo da população brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. 59ª Sessão dos Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 29 de julho de 1921, p. 630-631.

BRASIL. 109ª Sessão dos Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1923a, p. 3933-3950.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, Ano XXXIX, nº. 152, 4 de novembro de 1923b, p. 4312-4352.

BRASIL. *Anais da 155ª Sessão da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1923c, p. 368-493, p. 379.

RICCIOPPO, Thiago. *Raça, etnia, imigração e trabalho na perspectiva de Fidelis Reis (1919-1934)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

USA. Immigration Act (An act to regulate the immigration of aliens to, and the residence of aliens in, the United States), de 5 de fevereiro de 1917. *US immigration legislation online*, fevereiro de 1917. Disponível em: <http://library.uwb.edu/Static/USimmigration/39%20stat%20874.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

USA. Emergency Quota Law (An act to limit the immigration of aliens into the United States), de 19 de Maio de 1921. *US immigration legislation online*, maio de 1921. Disponível em: <http://library.uwb.edu/Static/USimmigration/42%20stat%205.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

USA. Emergency Quota Law (An act to limit the immigration of aliens into the United States, and for others purposes), de 26 de Maio de 1924. *US immigration legislation online*, Maio de 1924. Disponível em: < <http://library.uwb.edu/Static/USimmigration/43%20stat%20153.pdf>>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

BRASIL. Decreto nº 16.761, de 31 de dezembro de 1924. Proíbe a entrada no território nacional de imigrantes (passageiros de 2ª e 3ª classe) nos casos e condições previstos nos arts. 1º e 2º da lei n. 4.247, de 6 de janeiro de 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16761-31-dezembro-1924-503902-republicacao-88581-pe.html>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO "SÃO MIGUEL": A BONECA ABAYOMI

Data de submissão: 20/07/2023

Data de aceite: 01/09/2023

Janaina Ideli Rigon

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria – RS
<http://lattes.cnpq.br/9002794080314454>
<https://orcid.org/0009-0001-5718-1370>

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria – RS
<http://lattes.cnpq.br/6418022027415183>
<https://orcid.org/0000-0003-1325-1573>

RESUMO: O presente artigo está vinculado a dissertação de mestrado intitulada: Cultura, identidade e memória na comunidade remanescente de quilombo “São Miguel”: a boneca abayomi a qual expõe sobre o rememorar da cultura, memória e identidade africana na comunidade remanescente de quilombo “São Miguel”, localizada no município de Restinga Sêca, que é parte integrante do Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO e Quarta Colônia do estado do Rio Grande do Sul. As comunidades quilombolas obtiveram visibilidade, com a Constituição Federal em 1988, oportunizando aos descendentes afro-brasileiros um lugar de destaque no cenário político e social

brasileiro. O Capítulo exposto neste artigo está associado a temática da comunidade quilombola, do município de Restinga Sêca/RS em seu contexto histórico, social e cultural, ao patrimônio material e imaterial e pertencimento a um Geoparque. O produto do estudo é um brinquedo, a boneca Abayomi, o qual foi produzido com os alunos das turmas do pré-escolar A e B da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, localizada na comunidade do estudo e distribuídas entre eles.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Identidade. Memória. Quilombo “São Miguel”. Boneca Abayomi.

ABSTRACT: The present article is linked to the master's dissertation entitled: Culture, Identity, and Memory in the remaining quilombo community “São Miguel”: the Abayomi doll, which exposes the remembrance of African culture, memory, and identity in the remaining quilombo community “São Miguel,” located in the municipality of Restinga Sêca, which is an integral part of the UNESCO Global Geopark Fourth Colony and the Fourth Colony of the state of Rio Grande do Sul. Quilombola communities gained visibility with the 1988 Federal Constitution, providing Afro-

Brazilian descendants with a prominent place in the Brazilian political and social scene. The chapter presented in this article is associated with the theme of the quilombola community in the historical, social, and cultural context of Restinga Sêca/RS municipality, with its tangible and intangible heritage, and belonging to a Geopark. The study's output is a toy, the Abayomi doll, which was produced with students from preschool classes A and B at the Manuel Albino Carvalho Municipal Elementary School, located in the study's community, and distributed among them.

KEYWORDS: Culture. Identity. Memory. Quilombo "São Miguel". Abayomi doll.

1 | INTRODUÇÃO

Temas diversos tem feito parte do rol de estudos e pesquisas acadêmicas. Desta forma tem se discutido sobre a temática das comunidades quilombolas a fim de aprimorar conhecimentos históricos, sociais e educacionais. O presente artigo versa o capítulo: Aprimorando conhecimentos históricos, sociais e educacionais que integra a dissertação de mestrado: Cultura, identidade e memória na comunidade remanescente de quilombo "São Miguel": a boneca abayomi, sendo esta temática vinculada ao patrimônio cultural imaterial.

Os conceitos sobre patrimônio cultural, geoparque, cultura, identidade e memória que contemplam o estudo realizado são referenciados por teóricos como: Candau, Castro, Fernandes, Firmino, González, Pietro, Sá, Varine e outros.

Nesse contexto, rememorar a cultura, identidade e memória de uma comunidade remanescente de quilombo por intermédio de uma boneca é o objetivo proposta na dissertação. Dessa forma, a valorização do patrimônio imaterial das comunidades quilombolas é direito preconizado pela Constituição Federal de 1988.

O presente tema faz parte da história do município de Restinga Sêca, integrante da Quarta Colônia do estado do Rio Grande do Sul e do Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO. Corroborando o pensamento de Pohl: "É fundamental a existência de um patrimônio conhecido, de uma memória preservada para que se possa construir uma identidade cultural". (2005, p. 73)

Nessa conjuntura de circunstâncias, a investigação sobre a situação dessa comunidade, e de conceitos relevantes ao tema, faz-se interessante e necessária para entendermos a história do município de Restinga Sêca e, por conseguinte, a região da Quarta Colônia e do Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO.

2 | APRIMORANDO CONHECIMENTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Este capítulo apresenta o estado da arte, trazendo a revisão de literatura sobre os conceitos de patrimônio, patrimônio cultural, Geoparque, cultura, identidade e memória.

PATRIMÔNIO CULTURAL E GEOPARQUE

O conceito patrimônio vem de *pater*, que significa pai e tem sua origem no latim, sendo assim patrimônio é o que o pai deixa para o seu filho, por isso é utilizada quando nos referimos aos bens ou riquezas de uma pessoa, de uma família, de uma empresa. Gonçalves (2022, p. 110) descreve que “patrimônio é, em tese, aquilo que não se divide, o que não se fragmenta nem no tempo, nem no espaço”.

O patrimônio cultural precisa estar à disposição da coletividade, corroborando para o pensamento de Paulo Freire, em sua pedagogia do diálogo, na palavra geradora, sendo praticada nas mais diversas situações.

O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) cita que:

[...] patrimônio é a realidade concreta, cuja gestão prática está associada à preservação de determinados bens que ocorre a partir de instrumentos específicos de proteção – tombamento, registro, chancela, entorno, cadastro, inventários –; bens que são selecionados segundo determinados critérios, que se referem a atribuições de valor, e segundo determinados processos, que envolvem o campo teórico do patrimônio cultural, onde ocorrem as pesquisas (2014).

No Brasil, a Constituição Federal de 1937, em seu artigo 134, descreve que:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 1937).

Nesse contexto, o patrimônio relaciona-se aos direitos e deveres de todo cidadão na construção social, enquanto ser humano.

Por sua vez Prats (1998, p. 63) considera: “El patrimonio cultural es una invención y una construcción social” e Varine (2012, p. 19) menciona que “o patrimônio é um recurso para o desenvolvimento”. O autor pondera que o desenvolvimento econômico, também auxilia no social, cultural e educacional e que o desenvolvimento local necessita do apoio de outros parceiros para a promoção e a preservação do patrimônio, bem como de estratégias educativas e de responsabilização.

Gonçalves (2002, p. 121) argumenta que: “Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento [...]”.

O patrimônio faz parte do desenvolvimento da sociedade em que se está inserido, mesmo estando diretamente ligado ao tempo. Varine enfatiza sobre patrimônio como sendo o que “religa concretamente o passado, o presente e o futuro” (2012, p. 229).

Enquanto Haigert, corrobora que:

O patrimônio cultural como fonte histórica é fundamental no conhecimento das sociedades que não deixaram registro escrito, pois tem o poder de revelar a cultura de um povo, de uma região. Sua importância reside ainda no fato de

ser fonte concreta para o conhecimento de uma realidade cultural.

Somente a partir do momento em que as comunidades conhecem o seu patrimônio é que se pode iniciar uma construção de Educação Patrimonial (2011, p. 157).

Assim como a comunidade em que vive necessita conhecer seu patrimônio, o ser humano também precisa conectar-se à sua identidade. Nesse caso, Gonçalves (2002, p. 122) refere que: “Os patrimônios são [...] instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas”.

Nesse cenário, a educação patrimonial torna-se o elo de reconexão de saberes dentro de uma comunidade quilombola. Neste sentido, Gonçalves (2002) descreve que os patrimônios culturais fazem uso de narrativas para construir memórias, tradições e identidades.

Para Soares (2005, p. 8): “O patrimônio cultural pode ser definido como o conjunto de bens de ordem material e imaterial que fazem parte da identidade e da memória dos diferentes grupos sociais que forma a sociedade nacional”.

É importante que a comunidade quilombola São Miguel identifique-se com suas matrizes culturais africanas e conecte-se em seu território, seja ele identificado como um quilombo pertencente a um Geoparque. Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 128) descrevem quilombo como “um lugar de passagem, abrigo temporário no qual a escravidão nem sempre era negada, embora fosse sempre desafiada”.

Em fevereiro de 2004, foi criada a Rede Global de Geoparques da UNESCO (GGN), sendo que, atualmente, integram a essa rede 92 Geoparques, inclusive destacando-se o Brasil (Castro; Fernandes; Firmino, 2015).

Castro; Fernandes; Firmino sinalizam que:

[...] geoparque é um território, bem delimitado geograficamente, com uma estratégia de desenvolvimento sustentado, baseada na conservação do patrimônio geológico, em associação com os restantes elementos do patrimônio natural e cultural, com vista à melhoria das condições de vida das populações que habitam no seu interior [...] (2015, p. 50).

Simultaneamente, a população poderá buscar alternativas que possam auxiliar no desenvolvimento local de maneira sustentável, oportunizando a igualdade de direitos nesse território.

Corroborando, temos o pensamento de González; Pietro; Sá:

Os geoparques globais da Unesco (GM), assumidos como territórios da educação, ciência e cultura para o desenvolvimento sustentável buscam a implantação de novas estratégias para gestão territorial com uma perspectiva holística de conservação pela promoção do patrimônio natural e cultural como base da identidade dos territórios (2020, p. 19, tradução nossa).

Castro, Fernandes e Firmino, citam, além disso, que: “[...] os Geoparques têm como missão valorizar, preservar e promover a biodiversidade, o patrimônio cultural, a

gastronomia e sobretudo a investigação científica” (2015, p. 50).

Sendo assim, a educação patrimonial torna-se o elo nessa reconexão de saberes dentro de uma comunidade quilombola, pertencente a um Geoparque.

Ao analisarem-se essas e outras legislações, percebemos que a luta por direitos iguais e por terras, perpetua-se por diversas décadas.

Nesse cenário, os Geoparques surgem para auxiliar e, conseqüentemente, amenizar essa desigualdade, quando buscam implementar novas estratégias de gestão territorial, especialmente, na conservação e promoção do patrimônio natural e cultural (GONZÁLEZ; PIETRO; SÁ, 2020).

Todos são responsáveis pelo patrimônio, seja ele material, como, por exemplo, as igrejas, os palácios ou os monumentos etc. ou imaterial, como as danças, as canções, as tradições, as produções artísticas e a linguagem.

Pohl corrobora tal afirmativa descrevendo que “patrimônio é um conjunto de bens, de objetos, que são importantes para a pessoa” (2005, p. 64), bem como explica que o patrimônio imaterial é constituído pela linguagem, produções artísticas, danças, jogos, canções e tradições.

É importante ressaltar que essa herança herdada do passado é transmitida as gerações futuras, considerando, inclusive, a cultura, a identidade e a memória.

CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA

A cultura de um povo está diretamente relacionada à sua ancestralidade, seus antepassados, sua família, seus descendentes. Relembrar a história é necessário e interessante para o ser humano. Contrapondo Candau (2021, p. 58) mensura que: “A perda de memória é, portanto uma perda de identidade”.

Pohl considera a cultura como:

[...] uma definição [...] que passa a ser entendida como um significado de conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, englobando, além das artes e letras, os modos de viver, os direitos fundamentais dos seres humanos, os valores, as tradições e as crenças (2005, p. 77).

As heranças das gerações reconectam-se conforme o pensamento de Haigert:

A cultura é um processo dinâmico que se cria e recria no cotidiano, em busca da solução das dificuldades que cada indivíduo ou sociedade enfrenta. É nesse processo que se aprende a fazer parte de um grupo social, construindo-se assim a própria identidade da comunidade (2012, p. 156).

Nossos grupos sociais são a família, a escola, a comunidade, dentre outros. Nestes, muitas vezes, expressamos nossas ideias, convicções e opiniões para que, assim, possamos demonstrar o nosso pertencimento. Haigert (2012, p. 152) afirma que: “Identidade cultural é a representação de quem somos, é o sentimento de pertencimento

ao grupo, ou local”.

Na comunidade quilombola de São Miguel, há um grupo de capoeira denominado Paranaúê e um grupo de dança chamado Rei Zumbi, também há um terreiro de religião africana e, no Centro Comunitário são realizadas missas pelo Padre da Igreja Católica Apostólica Romana, dentre outras atividades que a comunidade participa. Nesse sentido, segundo Varine, “toda comunidade tem uma identidade” (2012, p. 46).

Para Candau (2011, p. 25), “a identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma representação. [...] representações quanto à origem, história e natureza desse grupo [...]”.

Sobre a identidade Haigert, (2012, p. 151) expõe que “A identidade não é uma essência ou um referencial fixo, cristalizado”. Assim sendo, a identidade também está diretamente relacionada ao nosso passado. Meira, refere que:

O passado pode chegar até nós através de discursos, objetos, sons, palavras, cheiros, documentos, arquiteturas. Esses vestígios são representações do passado, fazem a mediação entre presença e ausência, e transmitem a sensação de “estar no lugar do passado” (MEIRA, 2008, p. 16).

O passado, no caso da comunidade remanescente quilombola de São Miguel, é lembrado pela memória da Dona Zilá, quando cita as memórias da infância, lembrando das bonecas confeccionadas pelos irmãos em espiga de milho e mandioca. Para Gonçalves (2002, p. 112), a “memória é transmitida pela tradição”.

Gonçalves (2002, p. 118) também corrobora: “A memória é valorizada como memória da nação. Somos na medida em que nos lembramos”. Enquanto Candau (2021, p. 72) considera que:

A lembrança, tal como ela se dispõe na totalização existencial verbalizada, faz-nos ver que a memória é também uma arte da narração que envolve a identidade do sujeito e cuja motivação primeira é sempre a esperança de evitar nosso inevitável declínio.

Os conceitos descritos anteriormente colaboram para que a educação patrimonial de um território torne-o objeto de cultivo. Choay (2014, p. 227) pondera: “A partir do momento em que deixar de ser objecto de um culto irracional e de uma <<valorização>> incondicional, ou relíquia, ou curiosidade, o enclave patrimonial poderá tornar-se no terreno sem preço de uma recordação de nós mesmos no futuro”.

Para recordar passado e pensar no futuro, os demais capítulos que compõem a dissertação discorrem sobre a Quarta Colônia, destacando o município de Restinga Sêca e a comunidade quilombola de São Miguel, e a boneca Abayomi, produto confeccionado em oficina realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, da comunidade com os alunos da turma do pré-escolar, etapa da Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os conceitos mencionados nesse artigo, concluímos, que as comunidades quilombolas tem a necessidade de políticas públicas e pessoas que possam, conjuntamente, conceber uma educação que valorize suas raízes e que saibam dar a significativa estima as pessoas que lutam por direitos.

Enaltecendo, inclusive, a educação patrimonial que está evidenciada nas ações que estão sendo executadas nos municípios que compõem o Quarta Colônia Geoparque Mundial da UNESCO, uma vez que é incentivando o posicionamento crítico e reflexivo entre as comunidades que rememoraremos a importância da cultura, identidade, memória e patrimônio cultural, especialmente dos povos africanos.

Assim como a valorização dos produtos e saberes locais são evidenciados nas pesquisas e estudos realizados, a histórias dos diversos povos que compõem os municípios e geoparques podem ser fonte de novos estudos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 05 ago. 2022.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2021. Título original: *Mémoire et identité*.

CASTRO, Emanuel de; FERNANDES, Gonçalo Poeta; FIRMINO, Gisela. **Os Geoparques como estratégias de desenvolvimento turístico de base territorial**. Inovação, Gestão e Educação em turismo e Hotelaria. Instituto Politécnico da Guarda, p. 49-61, nov., 2015. Disponível em: <http://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/2369>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do património**. Tradução: Castro, Teresa. Lisboa: Edições 70, 2014. Título original: *L'Allégorie du Patrimoine*.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 109-123.

GONZÁLEZ, Emmaline M. Rosado; PRIETO, José Luis Palacio; SÁ, Artur Abreu. Inclusión social e igualdad de género como motores de desarrollo sostenible en geoparques mundiales de la Unesco latinoamericanos. In: LARIOS, Elisa Enriqueta de Jesús Sedas (coord.). **Hallazgos del patrimonio natural, cultural y derechos humanos en México**. 2020. p. 19-28.

HAIGERT, Cynthia Gindri. Patrimônio cultural: interagindo com a comunidade. In: Milder, Saul Eduardo Seiguer (org.). **As várias faces do patrimônio**. Santa Maria: Palotti, 2011. p. 139-165.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Proposta para a composição do Dicionário. Página - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Acesso em: 20 ago. 2022.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX**: atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008. 483 f. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

Pohl, Angelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. *In*: MILDER, Saul Eduardo Seiguer (org.). **Educação Patrimonial: Perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005. p. 63 – 84.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Politica y Sociedad*, n. 27, p. 63-76, 1998. Disponível em: <http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

SOARES, Fernanda Codevila. Experiências Educativas. *In*: MILDER, Saul Eduardo Seiguer (org.). **Educação Patrimonial: Perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005. p. 7 – 24.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256 pp.

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REPRESENTAÇÕES SOBRE MÍDIA E DEMOCRACIA NO BRASIL

Data de submissão: 07/07/2023

Data de aceite: 01/09/2023

Geso Batista de Souza Júnior

Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP -, campus de Assis-SP. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

RESUMO: A democracia no Brasil contemporâneo e suas implicações à identidade cultural compõe a temática do presente artigo, que tem por objetivo analisar a produção de sentido, visual e textual, acerca da relação entre Brasil e Estados Unidos da América, presente na capa e em três artigos que compõem a edição 139, de fevereiro de 2019, do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*. A análise faz parte de um escopo de pesquisa maior, que historiciza o golpe de Dilma Rousseff (2016) e o significado desta ruptura na história política recente do país, refletindo, assim, sobre aspectos da democracia, da mídia e os reflexos da nova ordem internacional. Empreende-se neste percurso compreender de que maneira um veículo da mídia francesa organiza o conhecimento social sobre a política brasileira, com aportes teóricos da

história, da sociologia, filosofia e da ciência dos signos.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Brasil; EUA; *Le Monde Diplomatique*; Estudos Culturais; História Política.

HISTORY OF THE PRESENT TIME: REPRESENTATIONS ABOUT MEDIA AND DEMOCRACY IN BRAZIL

ABSTRACT: Democracy in contemporary Brazil and its implications for cultural identity make up the theme of this article, which aims to analyze the production of meaning about the relationship between Brazil and the United States of America, present in three articles that make up the cover of issue 139, of February 2019, from the journal *Le Monde Diplomatique Brasil*. The analysis is part of a larger research scope, which historicizes the impeachment of Dilma Rousseff (2016), thus reflecting on aspects of the media, political history and the reflexes of the new international order. It is undertaken in this path to understand how a vehicle of the French media organizes social knowledge about Brazilian politics, with theoretical contributions from history, sociology and science of signs.

KEYWORDS: Democracy; Brazil; USA; *Le*

Monde Diplomatique; Cultural Studies; Political History.

A história pertence antes de tudo àqueles que a viveram, sendo um patrimônio comum a todos, nos ensina o historiador francês Henry Rousso (1997). Este artigo tem o desafio de colaborar para apontamentos de uma história do tempo presente por meio de uma investigação que foca a produção de sentido do periódico mensal *Le Monde Diplomatique Brasil*¹, especificamente em sua capa, editorial e em duas reportagens relacionadas, referentes à edição de fevereiro de 2019, versando sobre temas da história política e cultural do Brasil no cenário internacional. Para efetuar tal estudo, realizamos uma investigação bibliográfica acerca do método e do objeto de estudo, o que inclui uma discussão metodológica acerca da corrente histórica do tempo presente, uma reflexão sobre a identidade cultural e traços da democracia na conjuntura identificada no escopo da pesquisa, que apresentamos a seguir.



Imagem 01: Edição 139, de fevereiro de 2019.

Fonte: diplomatique.org.br

2019: um atordoamento. A “retardocracia” é abordada pelo periódico *Diplomatique Brasil* para ler a conjuntura brasileira, com dilemas de ordem ética sobre o presente.

1 Fundado em 1954, na França, *Le Monde Diplomatique* é publicado em 25 idiomas e tem uma tiragem de 2,4 milhões de exemplares. Suas páginas trazem à luz questões altamente relevantes, muitas vezes negligenciadas pela grande imprensa, contribuindo para a crítica ao pensamento único e para a construção de novos paradigmas. No Brasil, *Le Monde Diplomatique* surgiu em versão impressa em 2007. É importante ressaltar que não se trata de uma publicação noticiosa, voltada à cobertura dos fatos correntes, mas de uma publicação reflexiva, que busca identificar, para além dos fatos, os cenários maiores que lhes conferem sentido e inteligibilidade. Informações disponíveis em: <<https://diplomatique.org.br/le-diplomatique-brasil/>>.

Primeiramente, exibimos a capa da edição, corpus desta pesquisa, com ilustração - uma charge² - de Daniel Kondo, editor de arte do veículo de comunicação. Debruçamo-nos sobre o desafio de tornar inteligível e questionar o passado que referencia este presente: uma historiografia pulsante, com questões estruturadas e vinculadas à geopolítica do imperialismo estadunidense. Para efetuar uma leitura embasada sobre o objeto de pesquisa, revisamos uma pertinente fundamentação teórica a fim de colaborar com a elucidação dos temas investigados. Começamos com uma lição de Antoine Prost (2012), que, ao refletir sobre o ofício do historiador e as etapas do método histórico, reposiciona a História e o historiador na sociedade contemporânea, ressaltando os desafios que os historiadores devem enfrentar daqui em diante: o de transformar a demanda de memória de seus contemporâneos em história. O declínio das grandes ideologias deixa nossos contemporâneos sem referências, conforme o autor, uma preocupação externada também por Ciro Flamarion Cardoso (2012), quando problematiza as visões de tempo e espaço e a relação que estes estabelecem com a história na contemporaneidade, culminando no que chama de “desnorreamento”.

O jornalismo, dotado da tessitura de tramas cotidianas e da produção de significados, numa mediação entre passado e presente, reflete um traço do fazer histórico imediato. Distinguir passado e presente é fundamental para concepção do tempo. Para Jacques Le Goff (2003, p. 207), o presente é um problema primordial da operação histórica. O autor reflete que as práticas usuais de periodização acabam por privilegiar as revoluções, guerras, bem como as mudanças de regime político, ou seja, a história dos acontecimentos

Em *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*, Henry Rousso (2016) afirma que a singularidade da história do tempo presente reside em um contexto em que o passado não está concluído, ou seja, um passado próximo cujo sujeito da narração se faz expectador. Dessa forma, epistemologicamente, conforme o historiador francês, abordar os regimes de historicidade vai além de debruçar-se sobre a historiografia e o avanço da produção dos historiadores, mas também postular que a maneira de ver o tempo, aqui o tempo presente, constitui um elemento essencial para compreensão de uma sociedade, em momento específico.

O historiador do tempo presente faz “como se” ele pudesse agarrar na sua marcha o tempo que passa, dar uma pausa na imagem para observar a passagem entre o presente e o passado, desacelerar o afastamento e o esquecimento que espreitam toda experiência humana (ROUSSO, 2016, p. 17).

Atravessamos hoje um período da chamada “virada cultural” no estudo da humanidade e sociedade, conforme Peter Burke (2011). Ao refletir sobre os pontos de

2 Considerada um gênero jornalístico, a charge se utiliza da imagem para expressar o posicionamento editorial do veículo de comunicação. Com atributos da ironia e do humor, reflete situações do cotidiano e revelam sentidos (in) descritíveis. A palavra charge é oriunda do francês *charger*, que significa carga, exagero e, por vezes, ataque violento, como se pretende a capa de uma publicação relevante.

junção entre história e jornalismo e suas interpretações, intuindo realizar uma aproximação entre as duas áreas do conhecimento, Maximiliano Vicente (2009, p. 8) aponta os riscos de tal tarefa ao mesmo tempo em que ressalta a importância de lidar com a comunicação social, especialmente o jornalismo, como instrumento de influência social, ainda mais em tempos midiáticos, notadamente repletos de representações, como a contemporaneidade, o que corrobora a ideia norteadora deste texto. Compartilhamos também da visão epistemológica de Burke (2011), quando cita “o modelo de encontro” enquanto alternativa metodológica, cujo interesse por choques e conflitos é questão essencial. Assim, a história do tempo presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos, de como vivemos, do que estamos consagrando como memória e, por contraste, do que estamos esquecendo.

As veiculações das representações pelos meios de comunicação têm um inegável impacto na construção dos significados partilhados, em especial naqueles referentes à construção da democracia. Assim, ao buscar uma análise midiática via representações, intenta-se, afinal, encontrar suas expressões nos processos políticos da vida democrática (SOARES, 2009). Por meio da análise das representações, dedicamo-nos sobre a interpretação do papel do jornalismo na sociedade contemporânea e suas relações com a esfera pública democrática. Dessa forma, neste artigo, examinamos pressupostos que se estabelecem entre si na dinâmica social da comunicação e da história. Ou seja, ao investigarmos as representações identitárias e políticas no periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, torna-se oportuna uma análise dos fatores que contribuem para uma contextualização do cenário socioeconômico e cultural, entre outros aspectos que, de certa forma, adquirem ligação significativa ou pertinência mútua, especialmente para elucidar fragmentos da história do presente em contraponto aos desdobramentos da história da política brasileira.

A década de 1970 marcou novos caminhos para a pesquisa da história política, ampliando seus contatos com outras ciências sociais. Conforme Luca (2005), a terceira geração dos *Annales* permitiu esta renovação, promovendo o diálogo entre história e jornalismo. Por exemplo, “a mídia é responsável pela veiculação de um tipo de conhecimento distinto do difundido pela História, porém, atua na construção do acontecimento histórico. Toda pesquisa que tome a imprensa e seus produtos como fonte e/ou objeto demanda também de uma análise política” (CORREA, 2017).

Schurster (2015), ao tratar da história do tempo presente, diz que a reflexão deve vir acompanhada de um constante estranhamento. Assim, interpretar o tempo presente é, em larga medida, construir uma visão com relação a certa ideia de passado – espaço de experiências – ou em relação ao futuro – horizonte de expectativas, explica o autor. “Portanto, nossa intenção não se debruça sobre a realidade propriamente dita, mas sobre aquilo que a torna possível, e como torná-la legível” (SCHURSTER, 2015, p. 424). Conforme François Dosse, a noção de “tempo presente” se torna nesse contexto um meio de revisitação do

passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas.

Definidos os lugares de memória como um meio-termo entre memória coletiva e História, o tempo presente corresponde a esse meio-termo também entre passado e presente ou o trabalho do passado no presente. O tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica (DOSSE, 2012, p. 07).

Dos estudos da década de 1970 para 2020, os problemas para uma apreensão dos sentidos da história política se deslocam para um novo cenário, pois passamos da influência dos efeitos da mídia para o imperativo da “pós-verdade”, eleita a palavra do ano pela Universidade de Oxford em 2016, cujo sentido remete a circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais, e foi exatamente esta “cartilha” que regeu as estratégias de tomada de poder nas últimas eleições de grandes nações como EUA e Brasil.

Talvez haja um meio termo, uma abordagem do passado que faça perguntas movidas pelo presente, mas que se recuse a dar respostas motivadas pelo presente; que se relacione ao presente mas permita sua contínua reinterpretação; e que observe a importância das consequências involuntárias tanto na história da literatura histórica como na história dos acontecimentos políticos (BURKE, 2011, p. 13-14).

Pesquisar essas novas lógicas nos leva a um caminho repleto de ramificações sógnicas, o que intensifica o desafio de compreender as implicações de um novo tempo em que a tecnologia perpassa as relações sociais e, especialmente, a “construção social da realidade”³. As novas formas de poder da mídia sobre a política resultam das estratégias que tomam forma através de operações enunciativas pelas quais a política - e suas representações -, não apenas é reorganizada segundo os processos “macroinstitucionais”, mas tem seu engendramento relacionado com os processos discursivos manejados, de certa forma, unilateralmente, segundo as operações de mídia, explica Fausto Neto (2003). Assim, ao tratarmos do jornalismo e da história contemporânea, é necessário entendê-los exatamente através de seus vínculos com os processos atuais de produção e com as dinâmicas da linguagem, polifônica.

Charge: a imagem como discurso e documento histórico

Visando expandir as pesquisas histórico-culturais que utilizem como metodologia a produção de sentido por meio das imagens, Peter Burke (2004), em seu livro *Testemunha ocular*, discorre sobre as problemáticas referentes à análise de imagens na produção científica. Para tanto, o autor considera que as imagens podem ser uma evidência da história ou a própria história, visto que a produção das mesmas envolve muitas vezes um

³ Cf. BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

comportamento próprio dentro de uma ampla escala social. Refletindo sobre o método, a “leitura de imagens” associa-se também a autores mais recentes como Roland Barthes, cuja semiologia remete ao enfoque estruturalista e destaca os significados inconscientes. Para o historiador, a perspectiva estruturalista se preocupa em evidenciar fórmulas na leitura de códigos tidos como universais, padronizando dessa forma a leitura de imagens diversas, o que nos permite inferir um déficit na análise contextual, isto é, histórica, da imagem. Assim, o sentido da imagem depende do seu contexto social, em enfoque amplo, que considere os aspectos culturais e políticos, bem como seu modo de concepção, produção e divulgação.

Segundo o autor, duas das teses dos estruturalistas são especialmente importantes. A primeira concebe que texto e imagem podem ser encarados como um “sistema de signos”. A segunda pressupõe que este sistema de signos é tido como um subsistema de um todo maior. Este todo, descrito pelos linguistas como *langue* - a linguagem - é o repertório a partir do qual os falantes individuais fazem suas escolhas - a *parole* (BURKE, 2004). Depreendemos da reflexão de Burke que, ao problematizar o uso de imagens em pesquisas históricas, devemos nos atentar para algumas premissas, entre elas, a de que imagens dão acesso a visões contemporâneas de um mundo, mas não ao mundo social diretamente. Já o testemunho da imagem carece de um olhar que considere os contextos plurais, culturais e políticos, além da necessidade de se ler as entrelinhas, em busca de elementos significativos, mas implícitos, como ocorre nas análises textuais. Burke contribui para uma reflexão sobre a importância da análise da imagem, sem para isso apontar um manual metodológico. Portanto, para o escopo desta pesquisa, seguiremos com o instrumental teórico da ciência dos signos, prezando pelo contexto cultural e político relacionado a imagens e textos apresentados, conforme preconiza o autor.

Prosseguimos com os referenciais que norteiam a visão sobre o objeto e a cultura do consumo e seu corolário, o espetáculo, que é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem, escreveu Guy Debord em sua tese 34, com seu celebrado estilo aforístico, em 1967, cem anos depois de *O Capital*, de Karl Marx. Para Debord (1997), o espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação. A expansão econômica é, sobretudo, a expansão de uma produção industrial específica. Com isso, a tirania das imagens e a submissão alienante ao império da mídia consolidam-se em tempos atuais. Encontramos no pensamento deste filósofo francês o retrato de uma sociedade do espetáculo, resultante do modo de produção existente sob todas as suas formas particulares, seja ela informação ou propaganda, publicidade ou consumo massivo de divertimentos, cujo espetáculo constitui um modelo atual da vida dominante na sociedade.

A partir de tais pressupostos faremos a avaliação de uma ilustração – uma charge – que compõe a capa do *Diplô Brasil* e denuncia um paradoxo político. Para a legibilidade do visível, Martine Joly (2007, p. 10) argumenta que são necessários limites e pontos de referência em uma investigação, destacando pontos primordiais para análise de imagens:

Uma iniciação básica à análise das imagens deveria precisamente ajudar-nos a escapar desta impressão de passividade (e mesmo de ser bombardeado) e, em contrapartida, permitir-nos perceber tudo o que esta leitura natural da imagem ativa em nós de convenções, de história e de cultura mais ou menos interiorizadas.

Para a pesquisadora, um estudo contundente define-se pelos seus objetivos. “De fato, a análise por si própria não só não se justifica como não tem interesse; ela deve servir um projeto e é este que lhe fornecerá a sua orientação, assim como lhe permitirá elaborar a sua metodologia” (JOLY, 2007, p. 54). No engendramento da significação, conforme preconiza a semiótica americana de Charles S. Peirce, a terceiridade é classificada como a última categoria de pensamento, em que são atribuídos e descobertos os conceitos fora do signo, ou seja, a leitura pela significação se encontra externamente ao signo e oferece força e condição para a representação simbólica e conceitual dele, que origina o interpretante desse signo, desse pensamento, conforme Amaral (2014). Assim, com o deslocamento, forma-se um novo signo que oferece fundamento para a significação do signo analisado, conforme Santaella.

Finalmente, terceiridade, que aproxima um primeiro e um segundo numa síntese intelectual, corresponde à camada de inteligibilidade, ou pensamento em signos, através da qual representamos e interpretamos o mundo. [...] Em síntese: compreender, interpretar é traduzir um pensamento em outro pensamento num movimento ininterrupto, pois só podemos pensar um pensamento em outro pensamento. É por que o signo está numa relação a três termos que sua ação pode ser bilateral: de um lado, representa o que está fora dele, seu objeto, e de outro, dirige-se para alguém em cuja mente se processará sua remessa para outro signo ou pensamento onde seu sentido se traduz. E esse sentido, para ser interpretado tem de ser traduzido em outro signo, e assim *ad infinitum* (SANTAELLA, 2007, p.52).

Carregando esse poder de representar uma outra coisa, os signos apreendidos na capa do *Le Monde* determinam ideias, em que nos debruçamos a seguir. A ilustração analisada, ao se comportar como linguagem para o entendimento da significação, estabelece sentidos para nossa interpretação. Relacionamos, portanto, nesta leitura, o apontamento para a personalidade autoritária encontrada no gestual da imagem, representada pela prestação de continência, uma saudação militar feita com a movimentação da mão direita até à cabeça, demonstrando uma hierarquia paradoxal entre Brasil e EUA. Essa interrelação é estabelecida de forma contundente nos dizeres do boné que tem gravado o nome de Trump, assunto que será explorado no próximo tópico.

Para tanto, esta pesquisa busca compreender de modo mais transparente as estratégias da mídia no que se refere à influência da utilização de imagens e cores em textos visuais jornalísticos, particularizando para a intencionalidade de seu emprego e a consequente formação de um repertório cultural e simbólico que serve de sustentação para o julgamento de valores.

Descasque lentamente e veja⁴

Segundo Roland Barthes (1984), um texto escrito não é somente o que se tem em mãos, algo físico, uma simples montagem de palavras, e sim uma construção que depende do autor, do leitor e do meio, formando uma espécie de tripé. Na capa analisada, o sujeito denota “uma banana” que bate continência diz: “Meu partido é o Brasil”, com um boné escrito Trump 2020. Elementos que apontam contradições, uma opinião ideológica que se mostra “a preço de banana”, e está para a lei de oferta e demanda, assim como o subordinado à subordinação.

Fina ironia, com crítica ácida ao cenário político atual, permeado pela submissão política do Brasil ao EUA, política e culturalmente. As cores utilizadas na capa remetem à bandeira do Brasil, em tons esmaecidos, em uma leitura primária. Já em uma leitura secundária, a imagem exhibe um céu e um campo de golfe, onde a bolinha é a banana, prestes a cair no buraco⁵ (visto primeiramente como a sombra da própria personagem). O que se lê nessa charge é um vestígio da opinião jornalística acerca da conjuntura política, envolvendo as relações internacionais entre *Brasil e EUA*. Com a comicidade garante o vexatório do ponto de vista da tradição⁶ patriota, com uma previsão do *Le Monde* sobre o apoio dos “robôs” ou “milícia digital” de Bolsonaro ao presidente dos EUA em sua campanha à reeleição em 2020: um prognóstico em construção, possivelmente abalado pela reviravolta política ocasionada pela Covid-19. Porém, escancara o paradoxo do entreguismo e subserviência⁷, da república de bananas⁸ e dos traços do autoritarismo em níveis patológicos, uma vez que as “viúvas da ditadura” brasileira de 1964-1985 se veem de volta ao poder, visto que em 2019 Bolsonaro lotou mais militares em ministérios do que a Venezuela, em uma arriscada manobra no jogo de poder.⁹

A ilustração da capa estampa uma fisionomia de uma banana com o semblante de uma personalidade autoritária, questões que aprofundaremos nesse estudo. A composição do elemento e sua disposição remetem à famosa ilustração criada pelo ícone do movimento

4 “*Peel slowly and see*” acompanhava a ilustração de Andy Warhol na capa do álbum de *Velvet Underground*.

5 *Green*, no vocabulário do esporte golfe, é o buraco final que está em jogo. Uma metáfora derradeira, portanto.

6 “A propósito, deve-se destacar um interesse específico que as “tradições inventadas” podem ter, de um modo ou de outro, para os estudiosos da história moderna e contemporânea. Elas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a “nação”, e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, e daí por diante. Todos estes elementos baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores, pelo menos porque a originalidade histórica implica inovação” (HOBBSAWM, 1984, p. 22).

7 “Relatório do Congresso dos EUA expõe subserviência de Bolsonaro a Trump”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

8 À época, o uso dessa fruta em particular para rotular países inteiros tinha uma base real. “Até o fim do século 19 e começo do século 20, as empresas americanas, sendo que a mais simbólica era a United Foods (hoje Chiquita), começaram a fazer plantações de bananas em série e criariam enclaves modernos em repúblicas da América Central”, disse à BBC Mundo, serviço em espanhol da BBC, o historiador Luis Ortega, professor da Universidade de Santiago do Chile. A expressão passou a fazer referência a países marcados pela monocultura e dotados de instituições governamentais fracas e corruptas, nos quais uma ou várias empresas estrangeiras tem o poder de influir nas decisões nacionais. [...] Para Ortega, aplicar o termo “república de bananas” ao Brasil é incorreto e leviano.

9 Levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 6.157 militares da ativa e da reserva em cargos civis no governo do presidente Jair Bolsonaro. O número é mais que o dobro do que havia em 2018, no governo Michel Temer (2.765) de acordo com Lis (2020) no portal G1, das organizações Globo.

artístico *pop art*, Andy Warhol (1928-1987), exclusivamente para ilustrar uma capa do álbum da banda *Velvet Underground & Nico*, de 1967.

O sentido não existe em si mesmo. Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico no qual as palavras são produzidas (PECHÊUX, 2009). Nesta acepção, o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam (ORLANDI, 2009). Dessa forma, a análise do discurso não se restringe ao que o texto diz ou apresenta, uma vez que não se resume a uma interpretação semântica de conteúdo, mas sim em como e por que o diz e o apresenta. Na prática social de produção da mídia, o momento discursivo é fundamental, uma vez que constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que os produzem. Nessas escolhas, é importante que se leve em consideração as motivações sociais e aspectos ideológicos. Por sua vez, a ideologia pode ser vista como um sistema de representações que, na maioria dos casos, são imagens, e, às vezes, conceitos, mas é sobretudo como estruturas que se impõem a imensa maioria dos homens sem passar por sua consciência (VERÓN, 1977, p. 181-185).



Imagem 02: ilustração da chamada - edição 139

Fonte: <https://www.facebook.com/diplobrasil/>

Afinal, a quem remete a banana da capa do *Diplomatique*? Frente às diversas contraposições de identidades culturais que vivemos na contemporaneidade, Stuart Hall (2006), traz algumas indagações e concepções sobre o tema. Considerado um dos precursores mais expoentes do campo dos Estudos Culturais, reflete sobre a mudança do conceito de sujeito e identidade e pontua que há uma transformação distinta nas sociedades modernas no final do século XX. Isso gera desdobramentos e subdivide os sentidos de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, termos que possuíam um status sólido no passado. Essas mudanças ocasionam a remodelagem de nossas identidades pessoais, colocando em xeque a representação que temos de nós próprios como sujeitos integrados. “Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas

vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2006, p. 9). Assim, o autor parte de “uma posição simpática” a declaração de que as identidades modernas estão se descentralizando, isto é, fragmentando-se.

A partir da noção de duplo deslocamento do indivíduo, tanto no mundo social quanto na identidade cultural, Hall identifica a constituição de uma “crise de identidade”. Nesses processos de mudanças, Hall indaga se não seria necessário refletir se não é a própria modernidade que está sendo transformada. Com este parecer sociológico, apreende-se que a identidade permeia o “interior” e o “exterior”, o mundo pessoal e o público, vinculando o sujeito à estrutura. Contudo, argumenta-se que a identidade unificada e estável é que está “mudando”, tornando este sujeito fragmentado, ou seja, composto de várias identidades, por vezes contraditórias. “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno”, analisa Hall (2006, p. 12). Assim, o sujeito pós-moderno não possui uma identidade fixa ou essencial, sendo aquele que efetiva a “celebração móvel”. Ou seja, uma mutação constante em relação aos sistemas culturais em que nos situamos, assumindo identidades diferentes em diferentes momentos.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

O fenômeno da globalização, por exemplo, interfere diretamente nesta conceituação de identidade cultural e nos coloca diante do jogo de identidades. Assim, ao analisarmos o escopo desta pesquisa, com os textos e imagens relacionados, é possível compreender aspectos que constituem a ideia de nação, como uma representação moderna de pertencimento. O sociólogo britânico-jamaicano explica que é por meio de referenciamentos, histórias, memórias e representações é que são demarcadas identificações e identidades, produzindo-se uma cultura nacional em torno de uma identidade cultural única, dando origem assim a uma “comunidade imaginada”. Esses elementos é que unificam todos os indivíduos numa identidade nacional. Tratando das culturas nacionais como comunidades imaginadas, o autor menciona que essa “fragmentação” do sujeito e de sua identidade cultural afetou diretamente a identidade nacional construída na modernidade. O autor destaca três impactos importantes do processo de globalização sobre as identidades culturais, são eles: a desintegração; o reforço pela resistência; a mutação. Nesse sentido, para Hall, uma das possíveis consequências desses aspectos é que as identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades – híbridas – estão tomando seu lugar. Dessa forma, o autor defende que a globalização tem um efeito contestador e deslocador das identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional.

Esse efeito pluralizador altera as identidades fixas, tornando-as menos fixas, mais políticas e diversas. Ao ampliar nossa noção sobre a identidade cultural na pós-modernidade, avaliamos que o sociólogo prima pela honestidade intelectual ao ponderar sobre a pluralidade de significações para ler o mundo e os efeitos da globalização nas culturas identitárias. Constatamos que o autor não vaticina a pós-modernidade nem sentencia o sujeito desta era, mas preza por uma desconstrução de crenças, o que pode ser encarado como uma condição inerente à condição pós-moderna, uma noção exposta no título de seu livro, que, por ora, faz jus à temática.

Em sua semiótica da cultura, Bystrina (1995) identifica nas sequências de traumas a que o homem é submetido a origem de uma segunda realidade, imaginativa e criativa, que garante sua sobrevivência diante dos obstáculos intrínsecos à realidade, classificada de biofísica, isto é, a primeira realidade. Assim, para o autor, os sonhos, a arte, a religião e todas as manifestações da cultura que criam uma narrativa paralela são formas de superação e sobrevivência psíquica do homem perante a realidade. A criatividade presente na ilustração de capa do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 139, indicia a denúncia de uma realidade complexa, repleta de conflitos a serem resolvidos, remetendo ao autoritarismo, ao imperialismo, ao mandonismo e patriarcalismo, mas com elementos de ironia que aliviam tal constatação, mas não minimizam uma séria crítica ao nacionalismo patológico envolvido nesta composição.

Passamos a entender melhor a personagem da capa por meio das teorizações de Hall e da filósofa Virginia Costa, que, examinando as contradições da personalidade autoritária, em dossiê sobre este tema na perspectiva de Theodor W. Adorno, aponta que um aspecto que sobressai nas descrições dos sujeitos classificados como mais autoritários é a postura anticientificista¹⁰.

Tal característica decorre de sua anti-intracção, que corresponde a uma oposição a tudo o que seja subjetivo, introspectivo, intelectual demais. Os conhecimentos produzidos por pesquisas científicas seriam substituídos por opiniões baseadas em superstições, estereótipos, cinismos, projeções de medos, desejos e fantasias - todos os ingredientes que compõem as racionalizações e *fake news* tão atuais (COSTA, 2020, p. 18).

Dicotomicamente, além da disputa pela opinião pública (eleitoral) e memória (histórica), entram em jogo retóricas de divisão, que conforme Dunker (2019) geram sentimentos que transformam adversários em agentes que devem ser neutralizados e constituem um novo campo de batalha, especialmente nas redes sociais da internet. Atualmente testemunhamos o crescimento da intolerância social, tanto no mundo como no Brasil. Seja religiosa, racial, social e gênero, e há ainda uma forte corrente de denegação do conflito. Mais que isso, ganha relevo a aversão a tudo “que não nos representa”, isto é, a crise de representatividade exposta em atos contra corrupção, à imprensa, aos intelectuais

10 Cult #259 – A personalidade autoritária hoje (p. 18). 2020. Edição do Kindle.

e aos políticos fisiológicos, um fenômeno que, ao mesmo tempo que se mostra positivo por demonstrar o poder do povo nas ruas, perde seu espaço no momento em que se fragmenta.

Democracia, desde os gregos, é definida como um processo inconcluso, e que precisa ser sempre refeito e ampliado. No nosso caso, a vigência salutar de uma democracia representativa no Brasil, durante trinta anos ininterruptos, não nos vacinou para lidar com uma sociedade dividida. Não só aquela mais progressista e atenta aos direitos humanos, como outra, que se cansou de viver em recessão e de assistir na televisão a tantos casos de corrupção no coração do Estado. Cansou-se do crescimento em escala e patamar da criminalidade nas periferias e da deterioração da segurança pública. O cansaço, por sua vez, deu vazão ao ressentimento e à manifestação direta de valores conservadores, no sentido de quem quer “conversar” mesmo, e que mudaram o que parecia ser uma utopia partilhada na forma de entender, preservar e ampliar direitos. Também atacou o mundo da política e a homogeneidade de nossos políticos, em geral homens, de classe média, heteronormativos e mais velhos (SCHWARCZ, 2019, p. 216-217)

Em sua tese, Costa (2019), orientada pelo filósofo Vladimir Safatle, a pesquisadora defende que Adorno baseia-se em noções metapsicológicas freudianas para compor uma antropologia do tipo autoritário, algo que o autor constrói a partir de conceitos próprios da primeira geração da Teoria Crítica. Para tanto, a autora empreende, dialeticamente, as concepções e exposições do clima cultural autoritário, tanto em Adorno como em Freud, relacionando alguns conceitos relacionados ao tipo autoritário como representação substitutiva, objeto pulsional, narcisismo, racionalidade, sadomasoquismo, paranoia, fetichismo, entre outros.¹¹

Essas contradições psíquicas seriam um reflexo das próprias situações contraditórias da realidade social capitalista. É evidente que o ambiente social onde o autoritário atual vive sofreu profundas alterações. Assim, o indivíduo preconceituoso tem que lidar, atualmente, com uma maior liberdade e representatividade de feministas e minorias LGBTQI, bem como o reconhecimento social pelo fim da segregação racial. Nesse cenário, este indivíduo se depara com incentivos de ações histórico-afirmativas. Entretanto, retrocessos como a marginalização da comunidade negra, alvo de verdadeiros genocídios, que geram ondas de protestos como visto no fenômeno *Black Lives Matters* (Vidas Negras Importam), após o assassinato de George Floyd por policiais nos EUA, em 25 de maio de 2020, em um contexto de pandemia global de Covid-19. Protestos por igualdade, justiça, para estancar uma dor secular criaram um fato. Atores estes que engrossaram o coro antirracista, que compõe o cerne das ações necessárias ao avanço social nas democracias contemporâneas. O racismo estrutural nas esferas políticas, conforme aponta Silvio Almeida (2018), se mostra por meio de mecanismos capazes de excluir e discriminar pessoas e grupos de forma

11 Dado que a antropologia do tipo autoritário se modifica com as transformações do curso histórico, questionamos se é válido tomarmos os desenvolvimentos aqui feitos, referentes aos anos de 1940 nos Estados Unidos, como descrições adequadas à situação atual, inclusive do Brasil. A nosso ver, por mais que o capitalismo tenha se modificado, tornando-se neoliberal, haveria aspectos de continuidade de características da personalidade autoritária hoje em dia, ou ainda, em aprofundamento de traços encontrados há mais de setenta anos (COSTA, 2019, p. 297).

sistemática, fato que deve ser combatido com a criação de políticas internas de diversas instituições, uma tarefa em que o Brasil caminha lentamente.

É muito pertinente, ao escopo desta pesquisa, relacionar as produções textuais e também imagéticas, constituídas por dois artigos/reportagens diretamente relacionados à ilustração da capa do objeto analisado. Dessa forma, apresenta-se neste momento títulos, subtítulos e breves conceitos extraídos das páginas desta edição do *Diplomatique Brasil*. No editorial “Roteiro de resistência”, Silvio Caccia Bava (2019, p. 02) atenta para um momento de ruptura, uma vez que não viveríamos uma mudança de governo, mas a mudança de um regime político e talvez a abertura de um novo ciclo histórico. Neste roteiro, o autor denuncia a criminalização dos protestos sociais e a restrição do espaço político, o que gera confronto, polarização política, ataque aos valores democráticos e aos direitos humanos, assim como a falta de justiça às tragédias ambientais de Mariana e Brumadinho (MG), apontando, assim, que nesta nova conjuntura, deve-se priorizar a resistência à opressão e espoliação, combatendo a disputa de narrativas, articulando o fortalecimento da defesa dos direitos humanos por meio das redes internacionais de solidariedade.

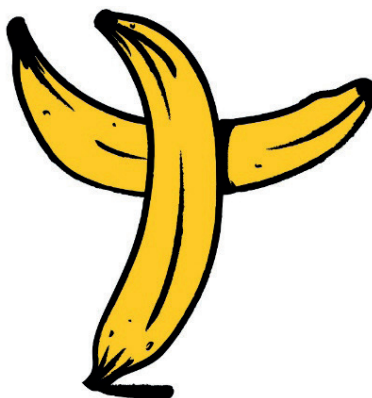


Imagem 03: Ilustração de matéria

Fonte: diplomatique.org.br

Em uma conjuntura de adversidades e mudanças institucionais, o campo da história se torna um campo de batalha, entre permanências e rupturas: o porvir. Na contemporaneidade, a disputa pela verdade em tempos de manipulação ideológica, com *fake news*, a serviço da pós-verdade, produz uma versão da verdade acerca do presente e do passado, a fim de justificar um projeto de poder. Lilia Schwarcz (2019) examina aspectos das origens do totalitarismo brasileiro, mascaradas pela mitologia nacional. Para autora, ainda são latentes a desigualdade social, o preconceito racial – bem como sua negação –, o patriarcalismo, a intolerância social, a violência, entre outras questões renitentes que ressurgem de maneira mais incisiva em nosso tempo presente.

No primeiro artigo ligado à capa analisada do *Diplomatique*, “A Santíssima trindade: nação, Deus e os inimigos disso daí”, Gilberto Maringoni (2019, p. 12-13) afirma que Bolsonaro não inova ao invocar nação e Deus¹², pois sabe que com isso os conceitos totalizantes tornam-se ao mesmo tempo excludentes. Diante das bandeiras vermelhas da esquerda, tivemos a ressurreição do slogan pré-1964: “Verde e amarelo sem foice nem martelo”, analisa o professor de Relações Internacionais, que salienta a disputa ideológica, a crise de representação e o cenário político e econômico que abriu espaço para o golpe de 2016 e a chegada do “aventureiro providencial”. Em seu texto, a ilustração retrata uma cruz, formada por duas bananas, que interpretamos como uma provocação à laicidade do Estado e o avanço da agenda conservadora neoliberal. O segundo texto diretamente ligado à capa é de autoria de Valerio Arcary, doutor em História pela USP e autor do livro *O martelo da história* (2016). Com o título “Não é possível ser internacionalista sem ser anti-imperialista”, a matéria traz uma ilustração com uma penca de quatro bananas caídas, uma delas descascada, exibindo as cores da bandeira dos EUA no interior da casca (imagem 02). “Brasil acima de tudo”, slogan que levou Bolsonaro à vitória tem uma história, pois o nacionalismo é a ideologia do Estado-nação, uma tradição que surgiu com a Revolução Francesa. Para o autor, o nacionalismo é hoje o vocabulário de uma extrema direita neofacista. Entre suas afirmações, destacamos que “a ordem imperialista mundial não pode ser mantida indefinidamente sem guerra”, um prognóstico de mais violência.

Schwarcz refletindo sobre o autoritarismo diz o seguinte: “Mostra a história que, quanto mais autoritários são os regimes políticos, maiores são as tendências para que se intensifiquem as tentativas de controle das sexualidades, dos corpos e da própria diversidade” (SCHWARCZ, 2019, p. 206). A historiadora destaca que no cenário político das eleições de 2018 no Brasil, os discursos sobre violência e o clamor por segurança foram destacados. E a criação de um SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), sancionado em 2018¹³, via Medida Provisória, consiste em fato que ilustra o argumento de Schwarcz quando afirma que, a despeito da seletividade da justiça, no Brasil a violência e seu combate não têm só cor e classe social, mas também gênero e sexo, questões vinculadas estreitamente ao estado democrático e aos valores republicanos, incluindo aí os direitos humanos.

Em um país como o Brasil, que convive com profunda raízes escravagistas e oligárquicas, preserva-se, ainda na contemporaneidade, uma miopia que se opõe à realidade social. No lugar da tolerância, enxerga-se o oposto: a naturalização da polarização, do confronto, questões que sempre existiram em nossa história, mas mascaradas. Nesse desfilar de intolerância de matriz binária, as bandeiras nas costas constituem o manto no enfrentando ao fantasma do comunismo, que nos assola desde o outro golpe, de 1964. “O

12 Cf. ALENCAR (2018). “Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interlocuções com a Política”. In: Teoria e Cultura, v.13, n.2, dezembro de 2018, p. 101-117.

13 Governo sanciona lei que cria o Sistema Único de Segurança. *Jornal Nacional*. Disponível em: <<http://abre.ai/bqoi>>.

funcionamento dessas polaridades produz, por seu turno, uma lógica de ódios e afetos que contamina não só a compreensão e a avaliação das instituições públicas mas também o dia a dia das relações sociais”, analisa Schwarcz (2019, p. 212).

Com o golpe de 2016 e a destituição da presidente Dilma Rousseff, ganhou mais sentido o aforismo do artista Millôr Fernandes (1923-2012), de que “o Brasil tem um enorme passado pela frente”. As práticas políticas no Brasil dos últimos anos engendram a construção de um perfil conservador, alicerçado em uma mitificação de falácias e falsas bandeiras.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste artigo esperamos cumprir com parte da resistência pertencente a cada um de nós frente ao retrocesso político estampado periodicamente em nosso cotidiano, a fim de avançar e manter os direitos adquiridos, uma vez que a história, enquanto ciência da mudança no tempo, nos ensina que é ambivalente na capacidade de fazer lembrar e esquecer. Com esta pesquisa, esperamos contribuir para delinear de que forma se dá tal produção de sentido, especialmente em um momento político tão singular quanto o atual. Dilemas da contemporaneidade que se mostram grandes desafios históricos.

Reler o passado e observar o presente para traduzir a realidade atual por meio de uma análise é um desafio do qual não pretendemos esgotar, muito menos totalizar, nessa análise, mas ponderar sobre seus apontamentos para algumas considerações mais profundas sobre as práticas sociais no Brasil contemporâneo, que, em sua conjuntura e desdobramentos, permite traçar algumas hipóteses, necessárias de confrontação para se chegar a alguns fatos históricos. Hoje a sociedade brasileira é caracterizada pelo avanço de uma dinâmica fascista, conforme Safatle (2020), fato que se organiza pelo ordenamento de uma dualidade, em que o Estado convive com um outro estado, este à sombra, paralelo, sob a forma de outras dinâmicas que transformam a relação entre os sujeitos e Estado. A redução da noção de nacionalismo a uma dinâmica paranoica impossibilita a unidade e cessão dos eixos de violência que se repetem de forma estrutural, não respeitando os aparatos constituintes dos horizontes políticos, na perspectiva da democracia.

Sobre a crise das democracias liberais, o sociólogo Castells (2018, p. 144), nos lembra que em tempos de incertezas costuma-se citar Gramsci, quando não se sabe o que dizer. “Em particular, sua célebre assertiva de que a velha ordem já não existe e a nova ainda está para nascer”. Contudo, nessa conjuntura, o autor aponta que a urgência de uma nova ordem após a crise não costuma contemplar a hipótese do caos e formula a hipótese de que a crise da velha ordem política aparece em múltiplas formas, entre elas, a subversão das instituições democráticas por comandantes narcisistas, que tomam o poder a partir da aversão das pessoas com a podridão política e a injustiça social, assim como a manipulação midiática das esperanças frustradas, entre outras facetas mafiosas e

representações partidárias ressignificadas.

Ao focarmos a democracia, o papel do Estado e a realidade socioeconômica brasileira, enfrentamos sim uma ruptura. Por um fio, a democracia ainda goza de instituições sólidas, mas é tutelada por poderes, autoritários, que não resolvem a redução da pobreza, a opressão daquilo que é violento, como a miséria, o racismo e tantas mortes de inocentes. Calar o dissenso e a espoliação é o grande feito desse movimento atrelado ao capitalismo. Ainda em consolidação democrática, o Brasil padece pelas pesadas heranças do período autoritário, e, novamente, apresenta-se esse regime político simulado¹⁴, que se desenha nas páginas do *Le Monde Diplomatique Brasil*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMARAL, M. Entendendo a Semiótica – signos e linguagem. In: SOUZA, Rose M. V. de; MELO, José M. de; MORAIS, Osvando J. de. **Teorias da Comunicação: Correntes de Pensamento e Metodologia de Ensino**. São Paulo: INTERCOM, 2014.

ARCARY, Valerio. Não é possível ser internacionalista sem ser anti-imperialista. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 12, n. 139, p. 14-15, fev. 2019.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. 1. ed. Lisboa: Relógio d'água, 1991.

BAVA, Silvio Caccia. Roteiro da resistência. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 12, n. 139, p. 2, fev. 2019. Disponível em: <www.diplomatique.org.br>.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Testemunha ocular**. História e imagem. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

BYSTRINA, Ivan. **Tópicos da Semiótica da Cultura**. São Paulo: CISC – PUC-SP, 1995.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, R. (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Zahar: Rio de Janeiro, 2018,

¹⁴ “Enquanto a ameaça histórica lhe vinha do real, o poder jogou com a dissuasão e a simulação, desintegrando todas as contradições à força de produção de signos equivalentes. Hoje, quando a ameaça lhe vem da simulação (a de se volatilizar no jogo dos signos) o poder joga com o real. Joga com a crise; joga ao refabricar questões artificiais, sociais, econômicas, políticas [...] (Baudrillard. 1991, p. 3).

CORREA, Línive de Albuquerque. A Nova História Política e as fontes midiáticas: histórico, metodologias e fontes – breve comentário. **Albuquerque**: revista de história. vol. 9, n.º 18. jul.-dez. 2017, p. 193-206.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. **“A Personalidade Autoritária”: Antropologia, Crítica e Psicanálise**. 2019. 329f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2019.

DOSSE, François, História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**. 2012; 4 (1): p. 5-23. Disponível em: <<https://bit.ly/38qKsxe>>.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. “Psicologia para as massas digitais e análise do sujeito democrático”. In: **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 116-35.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma enunciação desmesurada. In: FAUSTO NETO, A.; VÉRON, E. (orgs.). **Lula presidente**: televisão e política na campanha eleitoral. São Paulo: Hacker; São Leopoldo: Unisinos, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas/SP: Papirus, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIS, LAÍS. Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. **G1**, 17 jul. 2020. Disponível em: <[encurtador.com.br/EJNOS](https://www.g1.com.br/brasil/governo-bolsonaro-mais-que-dobra-numero-de-militares-em-cargos-civis-aponta-tcu/2020/07/17/)>. Acesso em: 02 ago. 2020.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanegi (org.). São Paulo: Contexto. 2005.

MARINGONI, Gilberto. A santíssima trindade: nação, Deus e os inimigos disso daí. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 12, n. 139, p. 12-13, fev. 2019.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. São Paulo: Unicamp, 2009.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SAFATLE, Vladimir. **Uma análise filosófica da conjuntura política brasileira**. Curso de Introdução à Política. IREE - Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa: 2020. Disponível em: <<https://www.iree.org.br/cipol/>>

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SCHURSTER, Karl. A história do tempo presente, o método comparativo e o debate sobre os fascismos. **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 423-440, jul. 2015.

*SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.*

SOARES, Murilo C. **Representações, jornalismo e esfera democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VÉRON, Eliseo. **Ideologia, Estrutura e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1977.

VICENTE, M. M. **História e comunicação na nova ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

IMPERIO CAROLINGIO: RELACIONES DE PODER, CULTURA Y REPRESENTACIONES

Data de aceite: 01/09/2023

Andrés Hibernón Velázquez Fornés

Universitat de València

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es exponer el fenómeno histórico que fue el Imperio Carolingio, mediante un análisis de los procesos que hicieron posible su existencia, lo que supuso durante su hegemonía, así como las importantes repercusiones que tuvo para Europa en los siglos posteriores. Se analizan los procesos del declive de los merovingios y ascenso de los carolingios, la consolidación y expansión del imperio carolingio, la utilización del cristianismo como elemento cohesionador, se describe la administración estatal, el impulso de las letras y la educación a través de la *renovatio carolingia* como base de su imperio. Se analiza la posterior división y decadencia del imperio, influencia de las segundas invasiones y la herencia y el legado en la cultura occidental, principalmente en Europa.

PALABRAS-CLAVE: *renovatio carolingia*, política edad media, relaciones de poder edad media

CAROLINGIAN EMPIRE: RELATIONS OF POWER, CULTURE AND REPRESENTATIONS

ABSTRACT: The objective of this work is to expose the historical phenomenon that was the Carolingian Empire, through an analysis of the processes that made its existence possible, what it entailed during its hegemony, as well as the important repercussions it had for Europe in the following centuries. The processes of the decline of the Merovingians and the rise of the Carolingians are analyzed, the consolidation and expansion of the Carolingian empire, the use of Christianity as a cohesive element, the state administration is described, the promotion of letters and education through *renovatio Carolingian* as the base of his empire. The subsequent division and decline of the empire, the influence of the second invasions and the inheritance and legacy in Western culture, mainly in Europe, are analyzed.

KEYWORDS: *renovatio carolingia*, middle age politics, middle age power relations

1 | DECLIVE DE LOS MEROVINGIOS Y ASCENSO DE LOS CAROLÍNGIOS

Los predecesores de los carolingios fue la dinastía merovingia. Esta dinastía surgió de los líderes del pueblo franco situado en la parte más septentrional de la Galia en el siglo V. Childerico I (481), que puede ser considerado como el primer rey de esta dinastía, estableció alianza con los generales romanos Paulo y Egipto para luchar contra los sajones y los visigodos en la cuenca del Loria (Lomas Salmonte & Devís Márquez, 1992). El hijo de Childerico, Clodoveo I (481-511), realizó la conquista la mayor parte de la Galia enfrentándose posteriormente a los romanos, y expandió su dominio al oeste de Alemania por ambos lados del río Rin, y derrotó al reino visigodo de Tolosa en la batalla de Vouillé en el 507. A pesar de que en ese momento la religión imperante entre los pueblos no romanos occidentales era el arrianismo, Clodoveo se convirtió al catolicismo, para asegurarse el apoyo de las bases de la iglesia católica y de los romanos habitantes en la Galia. Tras su muerte en 511 el reino fue dividido entre sus cuatro hijos: Clotario I (rey de Soisson), Childeberto I (rey de París), Clodomiro (rey de Orleans) y Thierry (rey de Reims). En los cincuenta años transcurridos entre el fin del reinado de Clodoveo (511) y el de Clotario I (561), los merovingios expandieron sus dominios de forma muy significativa, sometiendo a los bretones, a los alemanes y los bávaros de entre el río Neckar y el alto Danubio, se anexionaron del reino turingio (530), y posteriormente anexionaron el reino de los burgundios (533) y de Provenza. Esta gran extensión geográfica de los dominios francos, la más importante de Occidente en ese momento, no logró subsistir a la muerte de Clotario I, ya que fue dividida entre sus cuatro hijos, sucediéndose nuevas divisiones a la muerte de éstos dando lugar a sangrientas rivalidades (Spielvogel, 2009).

Estas crisis desembocaron en una regresión de las fronteras y la descomposición del *regnum* en cuatro regiones con autonomía: Austrasia al noreste (orilla oeste del Rin, cursos inferiores del Mosela, el Escalda y el Mosa); Neustria al noroeste (entre el Somme, el Mosa y el Loria); la Borgoña (entre los Alpes y el río Jura, parte de la Provenza y cuencas del Ródano y Saona); y Aquitania (al sur del río Loria y al oeste del Allier). Tras esta división, durante los reinados de Clotario II y de su hijo Dagoberto I se consiguió reunir momentáneamente el conjunto del reino Franco. No obstante, a partir del 639 la crisis resurgió de forma más virulenta al aparecer una rivalidad entre las regiones del norte Austrasia y Neustria. Durante este periodo la gestión del gobierno no la ejercieron directamente los reyes merovingios, sino que recaía sobre el administrador principal del rey “mayordomo de palacio”, quien de facto era el verdadero gobernante de los territorios debido a que eran cabecillas de la aristocracia. Desde el 639 hasta el 687 Neustria ejerció la hegemonía y su mayordomo Ebroín (657–683) ambicionó reconstruir la unidad del reino. El centralismo de Ebroín colisionó con la oposición de la Borgoña, cuya autoridad era ejercida por el obispo Leodegarius, que acabó siendo asesinado. Esta situación también supuso la oposición de los Pipínidas que dirigían Austrasia y tenían gran influencia sobre

la corona. Sin embargo, Neustria también se impuso tras la batalla de Lucofao (680). Estas luchas internas facilitaron la autonomía de los pueblos periféricos, quienes de facto actuaban como independientes. Este era el caso de los turingios, Aquitania, los alemanes y los frisones, quienes se expandieron hasta la desembocadura del río Escalda. Bajo los conflictos constantes en el 683 Ebroín fue asesinado. Esto supuso un detrimento de la hegemonía de Neustria, el resurgimiento de Austrasia y el triunfo de los pipínidas. Pipino II de Heristal venció a los neustrasicos en Tertry (687) y restituyó la unidad del reino bajo el gobierno artificioso de los representantes de la dinastía merovingia (Thierry III, Clodoveo IV, Childeberto III, Dragoverto III), finalizando una etapa de crisis endémica (Rodríguez & Rigueiro, 2015).

El sucesor de Pipino II, Carlos Martell, mantuvo la dinastía merovingia bajo el reinado de Thierry IV. Sin embargo, su papel político era del todo poco influyente. Los países periféricos siguieron sin someterse. Carlos Martell tuvo que enfrentarse a una sublevación de los neustrasianos entre el 716 y 719, y tuvo que detener el avance musulmán desde los Pirineos, que fueron vencidos en la batalla de Poitiers en 732. Aquitania fue sometida en 735. Tras la muerte del rey en 737 éste no lo reemplazó a su muerte, quedando Carlos Martell como gobernante.

A la muerte de Carlos Martel el territorio fue dividido entre su hijo Pipino el Breve que recibió Borgoña, Neustria y Provenza; y su otro hijo, Carlomán, que recibió Alemania, Turingia y Austrasia. La hegemonía de los Pipínidas provocó oposición que se pretendió calmar manteniendo la unidad del reino y reestableciendo el trono merovingio en 743, a favor de Childerico III. La rivalidad entre ambos hermanos obligaría a Carlomán a abdicar en 747, convirtiéndose Pipino en el único gobernante. Por otra parte, los conflictos permanentes del papado con los lombardos fortalecieron la posición de Pipino, quien por solicitud del papa Esteban II se comprometió a brindarle protección. Esta buena posición le permitió deponer a Childerico III y se hizo coronar rey en el 754 en Saint-Denis. Esto supuso la desaparición de la dinastía merovingia y quedó establecida la carolingia en la Galia. Esta dinastía gobernaría el reino franco entre el 751 y 987, ampliando sus dominios por Germania y tierras eslavas y la mayor parte de Italia. Su mayor exponente fue Carlos I, Carlomagno, hijo de Pipino el Breve, cuya política producirá una influencia cultural en Europa que perduraría durante siglos.

2 I CONSOLIDACIÓN Y EXPANSIÓN DEL IMPERIO CAROLINGIO

En el 754 Pipino el Breve fue coronado rey de los francos, siendo sus dos hijos también coronados como reyes menores supeditados a éste. La solicitud al nuevo rey franco de protección del papa Esteban II frente a los lombardos consolidó la dinastía carolingia.

A la muerte de Pipino el Breve en 768, éste dividió el reino entre sus dos hijos, Calomán y Carlos.

Ante la nueva situación pronto surgió un levantamiento en Aquitania (769) y otro en Baviera, donde el duque Tassilon comenzó a actuar de forma independiente durante varios años. Aprovechándose de su buena relación con el clero, Carlomagno decidió acabar con aquella situación obligándole a renovar su juramento de vasallaje ante el Papado.

A la muerte de Carlomán en 771, Carlomagno se impuso a sus dos hijos, demasiado jóvenes, que tuvieron que refugiarse en Lombardía bajo la tutela del rey Desiderio, convirtiéndose en rey único de los francos.

En enero del 773 el papa Adriano I ante una nueva expansión por parte de los lombardos se vio obligado a pedir ayuda a Carlomagno. El rey Desiderio reaccionó amenazando con coronar a los hijos de Carlomán como reyes. Entonces Carlomagno dirigió contra él una gran campaña derrotándolo en Pavia en el 774, nombrándose con el beneplácito del papa rey de los lombardos (Halphen, 1992).

A partir de aquel momento tuvo enfrentamientos simultáneamente en Sajonia y Italia, teniendo que hacerles frente alternativamente. Desde el principio del reinado de Carlomagno, los sajones hostigaban las fronteras de su reino. Los sajones eran un conjunto de pueblos que habían resistido los intentos de conquista por parte del reino franco, el cual periódicamente realizaba incursiones sin conseguir grandes resultados. La primera campaña en la que los Sajones se sometieron fue en la campaña de 772. Sin embargo, poco después los Sajones se volvieron a revelar celosos de su independencia, teniendo que repetir campaña en el 774, dejando entonces guarniciones permanentes, lo que no impidió que se volvieran a relevarse en 776, siendo reprimidos nuevamente. En los años posteriores se realizaron divisiones territoriales y se crearon misiones evangelizadoras con mojes francos. Se establece entonces una marca fronteriza, que fue reiteradamente conflictiva entre el 779 y 785, entre los cuales hubo grandes matanzas y bautismos forzados (Espinar Moreno, 2020b).

La sumisión de Sajonia facilitó la expansión por Frisia, llegando a los pueblos eslavos entre el río Elba y el Báltico.

Por otra parte, en 778 Carlomagno intentó expandirse por el sur de los Pirineos, campaña que fue repelida en Zaragoza teniendo que retirarse pasando por Pamplona donde se destruyó sus murallas. Tras la batalla de Roncesvalles, derrota a manos de los vascos y la retirada de las tropas francas, los hispano-cristianos empezaron a ocupar diversas zonas de los Pirineos. La presencia de Carlomagno en Hispania favoreció la revuelta de los sajones del año 779.

Otro frente por el cual el imperio franco se expandió con el beneplácito del Papa fue a través de Italia. Son destacables las campañas de Espoleto (781), toma de Capua (787). Desde el 781 los territorios italianos se constituyen como reino vasallo bajo la dirección del hijo de Carlomagno, Pipino, estableciéndose toda la estructura administrativa del reino franco al cual le debía sumisión. Fue entonces cuando se consolidó el Estado Pontificio como estado independiente y mediador de los territorios cristianos bajo la protección

del reino franco. Esto provocó la guerra con Bizancio en el 788 pero fueron derrotados y posibilitó la conquista de Istria.

Una de las campañas más importantes a las que Carlomagno tuvo que hacer frente es la lucha contra los avaros en el 791, pueblo de origen asiático que se asentaba en la cuenca del río Danubio entre el imperio Bizantino y Baviera. Para frenar la expansión de los avaros, Carlomagno tuvo que reunir separadamente dos contingentes militares, uno venido desde Alemania y otro desde Italia, teniendo que realizar recurrentes ofensivas en el 795 y 796 en el que los pudo reducir garantizando su vasallaje y su inmediata evangelización (Espinar Moreno, 2020a).

Otro frente apareció desde los Pirineos en el 793 por parte de los musulmanes procedentes de España que tuvo que ser frenada en la región de Septimania junto al Mediterráneo. En el 795 las tropas francas penetraron por el este de los Pirineos hasta Girona Cardona y Vich. Por otra parte, se llegó a Huesca y las islas Baleares. Tras dos años de asedio el hijo de Carlomagno, Luis, entró en Barcelona en el 801 uniendo los territorios temporalmente a Septimania, dado que con el tiempo formarían la marca hispánica.

Los años siguientes se caracterizaron la contención de los constantes levantamientos de las poblaciones periféricas de sus dominios, las cuales eran vencidas, pero no sometidas. En el 799 se enfrentó a las tribus eslavas abodritas. Los sajones se volvieron a rebelar entre 794 y 797. En el 799 se enfrenta contra los bretones.

El prestigio de Carlomagno hacia el año 800 era inmenso, puesto que dominaba de este a oeste desde las estepas eslavas hasta el Atlántico, y de norte a sur desde el mar báltico hasta la península Itálica. Tras la muerte del Pontífice Adriano I, la rivalidad entre los distintos candidatos a ocupar la silla papal hacía que su sucesor León III sufriera gran inseguridad ante sus adversarios. Con la finalidad de afianzarse como Pontífice hizo llamar a Carlomagno para ponerlo de su lado nombrándolo emperador mientras el pueblo lo aclamaba, restituyéndose el Imperio de Occidente.

El establecimiento del imperio de occidente no fue bien aceptado por Bizancio que se negaba a reconocerlo, estallando una guerra entre ambos imperios en el 803. Los enfrentamientos entre ambos imperios finalizaron con el tratado del 812.

El nuevo estatus de Carlomagno como emperador lo hizo tomar contacto con el califa de Bagdad enemigo como él de Bizancio y de los omeyas hispánicos con los que tuvo enfrentamientos en Pamplona en el 806 estableciéndose en el Ebro en 806 y tomando Tortosa en 812. En el año 806 el emperador tomó las disposiciones para repartir sus territorios entre sus tres hijos. Carlos el Joven, Luis el Piadoso y Pipino. La muerte de Carlos el joven y de Pipino llevaría a Luis a ser el destinado a recibir toda su herencia, siendo proclamado emperador y coronado por su padre en el 813. La muerte de Carlomagno se produce en el año 814.

3 | CRISTIANISMO COMO COHESIONADOR

Desde la muerte de Jesús de Nazaret en tiempos del emperador Tiberio el cristianismo no sólo fue expandiéndose por el imperio romano, sino fue ganando influencia social y política, hasta el punto de que la jerarquía romana reusara de sus creencias originales, heredadas de Grecia, y la sustituyera por una nueva fe que le proporcionaba cohesión política. Esto se consolidó con los emperadores Constantino y Teodosio. El primero legalizó esta fe, mientras que el segundo la convirtió en la religión oficial del estado.

A pesar de la oficialidad cristiana en los últimos siglos de imperio romano, la confesión fue desigual en los territorios, apareciendo muchas particularidades respecto a las normas en una gran cantidad de ámbitos, tanto en las ordenes dinásticas como en el clero secular.

Por otra parte, tras la caída del imperio romano esta religión todavía no había arraigado demasiado en determinadas zonas rurales, donde el campesinado seguía profesando tradiciones paganas¹. En este contexto los cristianos van realizar una acción evangelizadora a finales del siglo IV.

Los nuevos reinos germánicos adoptaron el arrianismo, a excepción de los francos que continuaron profesando el paganismo. Cuando Clodoveo expandió los territorios ocupados por los francos, se convirtió al cristianismo como medida cohesionadora de su poder, apoyándose en la ideología religiosa que quedaba como sustrato del imperio romano. A partir de ese momento el poder político y religioso comienza a fundirse.

A partir de la experiencia de Clodoveo, Carlomagno asumió el papel continuador del Imperio Romano, que por una parte legitimaba su poder, y por otra legitimaba la expansión de la fe cristiana sometiendo a los pueblos de distinta confesión. Carlomagno se dio cuenta de que, sin una cohesión espiritual, de tipo religioso, el imperio no tenía garantías de sostenibilidad. Por ello se apresuró a establecer una fuerte alianza con la Iglesia de Roma. Carlomagno, convertido en protector del Papado, trazó las líneas de una política social y cultural unificadora basado en la unidad religiosa, que ha sido común a todos los países de Europa hasta bien entrado el siglo XX.

4 | ADMINISTRACIÓN ESTATAL

Carlomagno quiso desde el principio formar un estado unificado bajo una administración central fuerte. Esto presentaba serias dificultades pues reinaba sobre una gran cantidad de pueblos, algunos integrados muy recientemente. Muchos pueblos quisieron mantener sus particularidades. Carlomagno, tomando referencias de la gestión administrativa llevada a cabo por el imperio romano, estableció un sistema que derivaría posteriormente en el feudalismo, basado en relaciones de lealtad llamado vasallaje. Por otra parte, ideó un sistema que pudo llevar a la práctica de un modo eficiente durante

¹ El campo era conocido como pagus, esta relación con se asociará el término paganismo a las antiguas creencias, o las confesiones ajenas al cristianismo.

un periodo considerable que implicaba la presencia de funcionarios francos en todas las partes del imperio.

El establecimiento de la estructura carolingia implicaba la clasificación de las personas por estamentos de mayor y menor rango. Los de mayor rango actuarían como delegados del poder real, aunque un grupo selecto formaba parte de un consejo de asesoramiento permanente del rey, y también con actividades administrativas. Este consejo lo formaban eruditos de los que una buena parte eran eclesiásticos. Este colectivo era variable, y se desplazaba con el rey por las distintas sedes de acuerdo a las necesidades.

El ejercicio de gobierno del rey era más amplio que el realizado a través de su corte. Se estableció un sistema de asambleas (*placitum generale*) de carácter anual en el que se reglaba el estado del reino, recibiendo delegados de todos los dominios que exponían los problemas locales y sobre los que se daban directrices de gobierno, emitidas en último término por la voluntad del rey. Con los dictámenes más importantes se elaboraban documentos escritos llamados capitulares, que eran registrados y divulgados por el imperio.

Para el gobierno de los territorios más alejados y con identidades particulares, Carlomagno establece reinos menores, repartidos entre sus hijos Luis y Pipino que gobernarán respectivamente Aquitania e Italia bajo la subordinación del rey franco.

También estableció un conglomerado de condados, que será la unidad territorial en la que se estructurará el imperio, regidos por un delegado real, llamado conde. Los condes son cuidadosamente elegidos por Carlomagno pues llevarán a cabo un papel vital para el correcto funcionamiento del aparato estatal. Se les escogerá entre las familias nobles francas. Estos funcionarios tendrán las competencias propias del emperador en el espacio que se les haya asignado con funciones del cobro de impuestos, impartir justicia y reclutar las tropas. Pese a que son la máxima autoridad del espacio geográfico que administran, sus acciones siempre estarán supeditadas a la voluntad del emperador. Como consecuencia actuarán bajo una fuerte dependencia al gobierno central y con carácter no hereditario, vitalicio y revocable.

Por otra parte, en las fronteras mas conflictivas se establecen unidades administrativas especialmente defensivas denominadas marcas, gestionadas también por condes pero sobre los cuales predominaba el *praefectus limitis*, con una categoría de mayor rango, equiparable a los reyes menores.

La estructura administrativa basada en condados y marcas exigía una supervisión y control, por lo cual se crea un cuerpo de funcionarios que informaban al rey de los acontecimientos ocurridos en cada parte de los dominios, tanto de carácter político, religioso como cultural y económico. Los servicios de inspección estaban a cargo de los *missi dominici* que actuaban por parejas de laico y clérigo con una formación adecuada que se supervisaban mutuamente para dar notificación en todos los aspectos encomendados. Por otro lado, cada condado compartía el gobierno con una diócesis gestionada por un obispo, que eran por lo general muy fieles al ideario carolingio, conformando una estructura

político-religiosa estrechamente relacionada. Desde ese momento los reyes intervendrán en la selección de los obispos.

Los condados se administraban de forma autónoma percibiendo impuestos de los campesinos de su territorio, de los cuales una parte se retribuía al rey. Por otra parte, por debajo de los condes estaban los vicarios, que serán funcionarios que gestionaban una vicaría que constituirá una región del condado, y son dependientes de su conde.

La administración territorial se compartía con las estructuras eclesiásticas las cuales también, a parte de su actividad religiosa ejercían actividades administrativas semejantes a los condados. Las unidades administrativas de la iglesia poseían inmunidad frente a los impuestos y determinadas directivas.

Tras la muerte de Carlomagno y la siguiente división del imperio, se produjo un debilitamiento de la autoridad real centralista. Todo este entramado administrativo provocó que los condados y subreinos adquirieran de facto gran independencia, potenciándose el feudalismo y la aparición de una aristocracia vinculada al linaje (Mitre Fernández, 2009).

5 | LA RENOVATIO CAROLINGIA

Según la visión de Carlomagno el centralismo estatal del imperio debía ir acompañada de una cultura común fundamentada en el cristianismo. Era necesario que este fuera profesado y entendido por todos los pueblos que había dominado. Este objetivo fue decisivo para el comienzo de una empresa de proporciones colosales que definiría el destino de Europa. Se buscaba hacer desvanecer por completo los resquicios de paganismo que quedaban en el reino (Rojo Silva G., n.d.).

Se llegó a la conclusión de que la mejor manera de hacer universal la cultura y la fe verdadera, era mediante la educación. Además, observó que los eclesiásticos no tenían un dominio del latín básico, por lo que sin poder expresarse bien tampoco podrían transmitir correctamente las enseñanzas divinas, ni la autoridad política de los representantes de Dios. Este movimiento se extendería más allá del pueblo franco, integrándose las reformas sucesivamente en los territorios que iban conquistando.

Las bases de este proceso empezaron a ser promulgadas con la ordenanza *Admonitio Generalis* en el año 789. Este programa comenzó con la creación de numerosas escuelas por todo el reino. Se pueden distinguir según su sede, las palatinas, las episcopales y las monásticas. Las dos últimas se dedicaron a la recopilación, y a la reproducción de manuscritos, hecho que hizo que se conservara una gran cantidad del conocimiento antiguo. La escuela palatina de Aquisgrán, establecida como capital del imperio, estuvo integrada por sabios provenientes de todas partes de Europa, destacando el papel de Alcuino de York. Este monje de origen irlandés fue uno de los más influyentes en la política cultural de Carlomagno. Él había recibido una formación muy sólida en latín culto alejado de la influencia de la comunicación coloquial, recopilaba un saber integrador de la cultura clásica

grecorromana basado en el *Trivium et Quadrivium*, las siete artes liberales, que estableció como currículum estandarizado en el uso de las distintas escuelas. El *Trivium* comprendía la gramática, la dialéctica y la retórica. El *Quadrivium* agrupaba las disciplinas relacionadas con las matemáticas, es decir, la aritmética, la geometría, la astronomía y la música. Las escuelas ponían estos conocimientos al servicio de una vida religiosa piadosa.

La necesidad de obtener textos accesibles conllevó a dos hitos importantes en esta época, estandarización de la caligrafía, ortografía y gramática; por otro lado, la valoración de los libros como un bien cultural digno de ser protegido y conservado. En estas dos acciones el papel de Alcuino de York fue decisivo.

Los sabios e intelectuales que intervinieron en esta labor no se dedicaron a crear nuevos conocimientos sino a renovar los ya existentes recuperando el saber clásico, además de promover la fe. Entre éstos destacaron Teodulfo obispo de Orleans, mejor poeta de la corte con mucho conocimiento de lenguas antiguas; Pablo el Diacono, Juan Escoto Eriúgena, filósofo platónico de origen irlandés en la corte de Carlos el Calvo con conocimientos de griego.

Todas las acciones de transformación política y cultural que conllevó el imperio carolingio fueron basadas en un concepto de una sociedad ideal y de una conciencia de preservación cultural para las generaciones futuras, estableciéndose un plan ordenado y dirigido desde la autoridad imperial.

Por otra parte, el objetivo Carlomagno fue hacer de su reino un foco intelectual y cultural superior al de Bizancio y que lo legitimase como continuador del imperio romano. El arte bizantino se impuso en occidente que intentó competir también en grandiosidad arquitectónica.

Como legado de la política cultural carolingia se puede decir que sus postulados e ideales fueron asumidos en toda Europa por los gobernantes en los siglos posteriores.

6 | DIVISIÓN Y DECADENCIA DEL IMPERIO

Los francos tenían muy arraigada la costumbre de repartir los territorios del monarca entre sus hijos. Carlomagno se vio obligado ser fiel a esta costumbre y, aun sabiendo que traería conflictividad, planificó la división del imperio entre sus hijos. Sin embargo, la muerte de dos de ellos llevaría a que le sucediera solo, Luís I el Piadoso, manteniendo la unidad. A pesar de haberse mantenido el imperio unido, del gran auge durante el siglo VIII y de principios del siglo IX, éste cayó en decadencia. Luís el Piadoso no fue capaz de gobernar el imperio porque tuvo que enfrentarse constantemente a guerras civiles. No logró mantener la organización política que dio origen al imperio, de manera que pudiese subsistir ante las amenazas constantes. No podía mantener permanentemente los ejércitos y sólo los grandes propietarios podrían hacerlo en su región.

A esto hay que sumar que se vivía en una sociedad agrícola cuya economía era

casi de subsistencia. El comercio era precario y la actividad en las ciudades descendió quedando casi despobladas. Todavía no existía la burguesía como clase social. Las distintas regiones debían subsistir con sus propios recursos y la comunicación se redujo debido al cese comercial (Le Goff & de Serra Ràfols, 1969). Así que los hombres libres tenían pocas opciones para subsistir a no ser que se encomendasen como vasallos de un señor. Así los señores intermediarios entre el emperador y los hombres libres cogían cada vez más poder y potestad.

Por ende, en un imperio tan extenso en el cual las vías de comunicación eran reducidas y deficientes, el control jerárquico era dificultoso, los súbditos empezaron a someterse más a sus señores locales que al emperador. De esta manera el poder del empleador disminuyó debido a la creciente independencia de los nobles, la gran extensión geográfica y la gran dificultad de las comunicaciones. Sumado a esto las particularidades territoriales acrecentaron la inestabilidad del imperio.

La libertad de los condes y marqueses hizo que convirtiesen sus cargos en hereditarios, desligándose de los monarcas. Esto provocó que durante el gobierno de Luis el Piadoso los conflictos con la nobleza fueran constantes.

El nuevo emperador tuvo cuatro hijos, y aunque decidió mantener la unidad del imperio, se desembocó en una serie de guerras fratricidas que tendrían como resultado el Tratado de Verdún. El estado quedaría repartido en tres partes, una por cada hijo superviviente: Lotario, Luis el Germánico y Carlos el Calvo. El hijo mayor, como Lotario I le correspondió el cargo de emperador desde el 817, gobernando la zona central con las capitales imperiales Roma y Aquisgrán. Al segundo hijo, Luis el Germánico, le correspondieron los territorios del este, reino que daría origen más tarde al Imperio Sacro Germánico. El tercer hijo, Carlos el Calvo pasaría a ser rey de los territorios del oeste, teniendo rivalidad con su sobrino Pipino II de Aquitania.

Este tratado llevó a la progresiva descomposición del imperio idealizado por Carlomagno que además se vio sujeto a factores desestabilizadores tales como las invasiones de los pueblos bárbaros como los vikingos, sarracenos y húngaros, que contribuyeron acelerar la decadencia del imperio (Le Goff, 2011). Todos los episodios en señalados, sumado al creciente poder de la nobleza llevaron al debilitamiento de la monarquía, más notoria en el siglo XI. Las condiciones políticas, económicas y sociales de la época hicieron inviable la supervivencia del imperio. La fragmentación del poder en pequeños condados y marquesados de facto independientes llevaría a derivar en un sistema feudal.

7 | LAS SEGUNDAS INVASIONES

En el siglo IX y X en la decadencia del imperio carolingio, debilitado tras las sucesivas divisiones tras el Tratado de Verdum, estaba compuesto únicamente por dos

de los tres reinos iniciales: el reino de Francia y el Sacro Imperio Romano. En esta época la decadencia fue agudizada por incursiones de pueblos no cristianos como los piratas sarracenos, los vikingos y los magiares, que seducidos por las riquezas y el posible botín empezaron a hostigar a los distintos reinos.

Esta nueva ola de invasiones será muy importante para la historia de Europa, pues ayudará a debilitar al imperio carolingio, y llevará al inicio de una época caótica en la que surgió una nueva forma de organización social llamada feudalismo.

Uno de los pueblos que protagonizaron las invasiones del siglo IX fueron los musulmanes, que tras la primera ola de su gran expansión por el sur de Mediterráneo en el siglo VIII se habían establecido en algunas posiciones marítimas en el norte de África, España y el sur de la Galia. Desde mediados del siglo IX empezaron a realizar una nueva serie de ataques a lo largo del Mediterráneo, empezando por Sicilia en el 827, recibiendo el nombre de Piratas Sarracenos (árabes del califato abasida). Posteriormente a Sicilia, empezaron a realizar saqueos por las costas de la península Itálica, llegando incluso a los alrededores de Roma. Los sarracenos también atacaron las defensas carolingias en el norte de España y realizaron constantes incursiones en el sur de Francia. Ellos representaron una continua amenaza para las costas del sur de Europa hasta que los condes de Provenza y Piamonte los derrotaron definitivamente en el año 972.

Otra serie de incursiones que hostigaron los reinos europeos fueron las realizadas por el pueblo magiar o húngaro. Éste era un pueblo originario del occidente de Asia, que se vio obligado a desplazarse de sus tierras debido a la presión de un pueblo guerrero conocido como los Pechenegos. Los magiares llegaron a los territorios de Europa Central a finales del siglo IX en las llanuras de Hungría. Desde allí realizaron una serie de incursiones sobre las tierras de Germania, Italia y Francia. Con su ataque ellos no buscaban conquistar nuevos territorios sino saquear sus riquezas y capturar hombres y mujeres para convertirlos en esclavos.

Los magiares continuaron hostigando gran parte de Europa central durante gran parte del siglo X, hasta que las fuerzas del futuro emperador germánico, Otón el Grande, les propinaron una contundente derrota en la batalla de Lechfeld en el 955, lo que puso fin a sus incursiones asumiendo la fe cristiana, y asentándose para fundar el reino de Hungría.

Pero sin lugar a dudas, los ataques más devastadores en esta época fueron los realizados por los vikingos, también llamados normandos. Los vikingos eran pueblos procedentes de Escandinavia, cuyos ataques respondían a distintas razones como la búsqueda de riquezas, la sobrepoblación, ansias de aventura y la necesidad de crear nuevas rutas comerciales.

Los pueblos vikingos son famosos sobre todo por sus grandes habilidades como guerreros. Sin embargo, ellos destacaron no sólo en el campo de batalla. También eran magníficos navegantes y espléndidos constructores de barcos. Las primeras incursiones de los vikingos sobre Europa occidental ocurrieron en el siglo VIII. Pero éstas se hicieron mucho

más frecuentes y devastadoras en el siglo IX. En estas incursiones los vikingos saqueaban poblados, monasterios y villas, derrotando fácilmente a los ejércitos improvisados. Pero como los vikingos no fueron un pueblo unificado, sino más bien una serie de pueblos independientes, su proceso de expansión fue bastante variado. Por ejemplo, los vikingos de la parte noruega incursionaron por el noroeste de la Inglaterra e Irlanda; los daneses se desplazaron por el mar del Norte, atacando el oeste de Inglaterra y Frisia. Se introducían navegando por ríos adentrándose en el continente, llegando también a la zona del Rin. Por su parte los vikingos suecos sometieron el mar Báltico y avanzaron hacia las áreas eslavas del este. Incluso bajaron por los ríos Nóvgorod y Dniéper donde establecieron puertos fortificados, desde donde hicieron contacto con el imperio bizantino.

Al principio los vikingos realizaban incursiones de manera esporádica y después volvían a sus tierras. Sin embargo, con el tiempo fueron creando asentamientos permanentes en distintas partes de Europa. Muchos de ellos aceptaron la religión cristiana, y progresivamente fueron incorporados a diferentes reinos cristianos de Europa. Con esta política de asimilación los reinos carolingios pretendían que los vikingos convertidos los protegieran de los ataques de otros grupos escandinavos. En el siglo X la creciente cristianización en Escandinavia provocó que poco a poco las incursiones de los vikingos fueran llegando a su fin. A pesar de esto, sus incursiones y asentamientos ya habían producido grandes consecuencias para Europa. Por ejemplo, la autoridad real o imperial no tenían capacidad de proteger a sus súbditos de los ataques frecuentes, generándose un clima de gran inseguridad así que muchas personas optaban por refugiarse en los dominios de los señores locales. A causa de esto, los señores locales ganaban más prestigio y poder, e incluso empezaron a asumir más funciones del gobierno en su territorio, que antes habían pertenecido a los reyes. Con el paso del tiempo, estos hechos llevarán al surgimiento de una nueva forma de organización conocida como el feudalismo, un nuevo orden político, social y económico que consolidó la decadencia del imperio carolingio y que se mantendrá durante muchos siglos.

8 | HERENCIA

Si bien los objetivos y pretensiones unificadoras de Carlomagno, en cuanto a una cultura social, economía y legislación homogéneas en sus territorios se desvanecieron tras su muerte y la división del imperio, su influencia fue tan fuerte en todo el occidente europeo que se habla corrientemente de civilización o renacimiento carolingio, de la iglesia, de economía y de instituciones carolingias refiriéndose a los logros obtenidos durante el periodo en el que reinó esta dinastía.

Carlomagno pretendió homogeneizar los grandes ámbitos del gobierno en todo el territorio, tales como la enseñanza y la moneda.

Esta visión ha trascendido durante las sucesivas etapas europeas hasta la

actualidad enfrentándose a los mismos problemas, principalmente una heterogeneidad de costumbres e identidades. Esta situación, que se da hasta hoy en día, hizo que esta meta/preensión quede inconclusa. A pesar de este aparente fracaso, consiguió un logro no tangible en su preensión, el nacimiento de una identidad común europea ligada al establecimiento del catolicismo como religión oficial, condición que ha sobrevivido hasta mediados del siglo XX.

En paralelo a su visión política unificadora Carlomagno estableció las bases de la actividad monástica que acabarían generalizando de la regla de san Benito en todos los monasterios de occidente. Esto influyó de forma decisiva en el desarrollo de la iglesia hasta la actualidad.

Complementariamente otro de los legados del reinado de Carlomagno que ha sobrevivido es la vinculación y obligación de los súbditos pertenecientes a los territorios a estar a disposición del estado en sus necesidades bélicas. Sin constituirse ejércitos profesionales la población común estaba sujeta a la obligación a estar al servicio al rey ya sea de forma directa o a través de su señor. En este contexto servir al rey es sinónimo de servir al estado. Tras las crisis del imperio y desaparición del estado, esta obligación de servicio permanecerá en las relaciones entre el señor y sus vasallos. Tras el devenir de la historia y el resurgimiento de estado en siglos posteriores se retomará este concepto hasta el día de hoy.

REFERENCIAS

- Espinar Moreno, M. (2020a). *El Imperio Carolingio. Desde los orígenes a su desaparición*.
- Espinar Moreno, M. (2020b). *El Imperio Carolingio. Nacimiento, expansión y decadencia*.
- Halphen, L. (1992). *Carlomagno y el imperio carolingio* (Vol. 146). Ediciones AKAL.
- Le Goff, J. (2011). *¿Nació Europa en la Edad Media?* Crítica.
- Le Goff, J., & de Serra Ràfols, F. (1969). *La civilización del occidente medieval*. Juventud Barcelona.
- Lomas Salomonte, F. J., & Devís Márquez, F. (1992). *De Constantino a Carlomagno. Disidentes, heterodoxos, marginados*. Universidad de Cádiz.
- Mitre Fernández, E. (2009). Una primera Europa: romanos, cristianos y germanos, 400-1000. *Una Primera Europa*, 1–334.
- Rodríguez, G. F., & Rigueiro, J. (2015). *Manual de historia medieval Siglos III a XV*. Grem Mar del Plata.
- Rojos Silva G. (n.d.). Las Reformas Educativas y Culturales de Carlomagno. *Academia.Edu*. https://www.academia.edu/35010256/Las_Reformas_Educacionales_y_Culturales_de_Carlomagno
- Spielvogel, J. J. (2009). *Historia Universal. Civilización de Occidente Tomo I* (Vol. 1). Cengage Learning Editores.

O TRANSITAR DENTRO E FORA DO TERREIRO: MÃES DE SANTO EM IRATI-PARANÁ

Data de aceite: 01/09/2023

Nadia Maria Guariza
(UNICENTRO/ I DEHIS- PPGH)

Vania Vaz
(UNICENTRO/I DEHIS).

centradas em suas motivações e ações
como líderes desta religião.

INTRODUÇÃO: O RECORTE DO TEMA

RESUMO: Este trabalho discute a trajetória de três Mães de Santo de terreiros de Umbanda em Irati - Paraná. O termo trajetória aqui não significa trajetória de vida, mas a compreensão de como essas mulheres se aproximaram da Umbanda, tornaram-se líderes em seus terreiros e os desdobramentos dessas atuações em suas vidas. A iniciativa da pesquisa se deu pelo fato dos estudos apontarem que as mulheres exercem, historicamente, funções de liderança nas religiões de matriz africana, além de serem guardiãs de parte da história da Umbanda na cidade de Irati-PR. As entrevistas foram realizadas em março de 2019 com a interlocução entre duas pesquisadoras e entrevistadas. Duas entrevistas foram filmadas e uma apenas gravada. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro prévio, semiestruturado, permitindo a inserção de novas questões. As narrativas visaram a experiência dessas mulheres enquanto Mães de Santo,

Ao recebermos um convite/provocação para pensarmos sobre a história das mulheres paranaense ou melhor a história das mulheres no Paraná, considerando que diferentes deslocamentos permitiram que o estado continuamente recebesse a influência de outros lugares, de outras culturas, inclusive quanto a diversificação de práticas religiosas. Desta forma, caminhamos com um novo tema de pesquisa: mulheres e a Umbanda no Paraná. Esta pesquisa surgiu no primeiro semestre de 2019, com um cronograma de atividades para dois anos. Nos primeiros seis meses foram realizadas entrevistas, no segundo semestre foram realizadas visitas pontuais nas Casas de Axé/Terreiros, com o intuito de conhecer diferentes mulheres que frequentam a religião. Porém a Pandemia da COVID-19

e as políticas de isolamento por questões de saúde pública impediram a continuidade das entrevistas e trabalho de campo. Assim, este texto se propõe a esboçar algumas ideias em torno das entrevistas realizadas em 2019.

Neste sentido, a escolha por estudar as histórias de vida de mulheres mães de santo, na cidade de Irati-Paraná, está diretamente relacionada a escolha de um grupo de lideranças religiosas. Nos últimos anos, na Universidade Estadual do Paraná no campus de Irati, em especial no departamento de História, a questão da identidade e da cultura afro brasileira vem sendo um tema recorrente na pesquisa e na extensão, com destaque para as atividades do Núcleo de Estudos Étnico Raciais (NEER). E gradativamente foram surgindo trabalhos envolvendo o tema de religião. Assim, também acompanhamos o constante fato de mulheres tornarem-se líderes de casas de Axé. Partindo então o recorte deste trabalho: a trajetória de vida de mulheres líderes na Umbanda em Irati-PR.

O contexto histórico-cultural da cidade de Irati, também nos provocou quanto a pensarmos neste espaço de resistência e fé, as casas de axés, frente a um certo conservadorismo de boa parte população. Um conservadorismo muito mais coletivo do que individual. Tanto em estudos com caráter sócio antropológicos ou históricos, fica nítida a presença e a participação da comunidade iratiense nos ritos da umbanda existes há muitas décadas. Os trabalhos de iniciação científica e conclusão de curso de graduação (TCC) da mestrandia Jaqueline Kotlinski, trouxeram, a partir de fontes orais e de fonte escritas parte da constituição e das ações da Umbanda na cidade de Irati a partir dos anos de 1950.

“Quando tivemos acesso a primeira ata de “Fundação da Tenda Espírita Pretos Velhos”, verificamos que a fundação do terreiro ocorreu no dia 24/11/1956. Seguindo investigação, buscamos informações jornalísticas referentes à Umbanda. Analisamos os jornais do período de 1956 a 1960, no entanto, encontramos apenas uma notícia do jornal Tribuna dos Municípios no ano 1957, a qual nos traz indícios a serem discutidos adiante. (KOTLINSKI, 2018 p. 5)

A trajetória da Umbanda em Irati nas últimas décadas permitiu a difusão das práticas em todas as áreas do município e principalmente, possibilitou a formação de diferentes lideranças. Sendo assim, marcamos aqui a presença dessas mulheres líderes e/ou responsáveis por Casas de Axé/ Terreiros de Umbanda, representas neste texto por três mães de santo, as quais administram suas casas distribuídos em diferentes espaços da cidade. São mulheres, mães e realizaram e/ou ainda realizam outras atividades comerciais e de prestação de serviços em diferentes áreas, mantendo atividade profissional e seus compromissos como líderes religiosas.

O contato para a pesquisa, incluindo o contato para as entrevistas foram realizados por meio de indicação de outras pesquisadoras e também de alguns frequentadores e/ou membros do seguimento da Umbanda em Irati-PR. Com a recorrência de trabalhos acadêmicos/científicos acerca das religiões de matriz africana nos últimos anos, podemos relatar uma certa tranquilidade e também interesse das mães de santo em narrarem suas

experiências. Neste contexto uma das mães de santo solicitou que sua fala fosse gravada em vídeo. E isso nos motivou a oferecer o mesmo formato entrevista em áudio e vídeo para as demais. Como saldo desta primeira etapa temos como material para análise e reflexões, duas entrevistas gravadas com áudio e vídeo e uma apenas em áudio. As três gravações ocorrem dentro das Casas de Axé, em dia e horário em que não ocorriam outras atividades.

Optou-se por um roteiro de perguntas semi estruturado com perguntas que procuraram permitir que as entrevistadas narrassem sobre sua trajetória de vida antes de se tornar-se mãe de santo, questões que provocavam a rememoração da infância e juventude das entrevistadas. Na sequência, as perguntas foram direcionadas para quando da aproximação e do ingresso na religião Umbanda e como elas tornaram-se mães de santo. E finalmente, foram feitas perguntas sobre o próprio papel de mãe de santo e como isso influencia as suas relações dentro e fora do terreiro.

Portanto, foi a partir deste roteiro que as entrevistas rememoraram e narraram sobre sua vida e suas experiências com a Umbanda e na liderança de uma família de santo e de um terreiro. Neste sentido, este texto apresenta de maneira geral os resultados das entrevistas realizadas.

No decorrer de todas as narrativas, alguns fatos marcaram por suas semelhanças e proximidades. Todas narraram muito sobre os desafios da administração do tempo e da dedicação para as atividades profissionais e para as atividades/ responsabilidades da religião. Outro ponto muito nítido nas três falas foram seus comentários, muitas vezes na forma de desabaços quanto aos relacionamentos afetivos, antes e depois de terem assumidos seus papéis como mães de santo.

As relações com família e amigos/ colegas fora da religião também estiveram presente em todas as narrativas. Quanto aos outros aspectos: duas mães de santo, nasceram e cresceram em Irati. Ambas narraram algumas lembranças da adolescência ou da juventude sobre a Umbanda, mas afirmaram que o ingresso na Umbanda ocorreu na vida adulta, em épocas marcadas por problemas pessoais.

Uma delas nasceu em Santa Catarina onde viveu por certo período e depois quando mudou-se para o Paraná, primeiro morou em Curitiba e depois por oportunidade de trabalho mudou-se para Irati. Esta senhora, em especial, narrou passagens da infância, quando com frequência participava de sessões de Umbanda, na companhia de seu pai. E que foram vários anos para retomar a proximidade com a religião. Narrou que foi filha de uma das Casas de Axé mais antigas da cidade de Irati, onde por vontade própria passou a aprofundar seus estudos sobre a Umbanda, frequentando inclusive outros espaços, e recebendo orientação de outras lideranças.

Em síntese as três entrevistadas narraram sobre o cotidiano dentro e fora da religião, expondo seus pensamentos sobre o ser mulher, mãe, profissional e mãe de santo. A relação com seus familiares, vizinhos e em especial com seus filhos e filhas de santo surgiram de forma natural e recorrente em suas narrativas.

Cada mãe de Santo, a sua maneira narrou sobre seu cotidiano, a relação do núcleo familiar, os “olhares” que recebem de pessoas que não frequentam a mesma religião. Um tema surgiu em todas as entrevistas, mesmo não sendo abordado diretamente, todas as narrativas falaram dos seus sentimentos como mulher. Mulheres que amam, mulheres que sofreram desilusão amorosas, mulheres que procuram um amor. Narraram de forma divertida, o quanto a posição de “Mãe de Santo”, “assusta” muitos homens, quando perguntam em que área trabalham.

No que diz respeito as relações dentro da religião, é importante frisar que a liderança feminina nas religiões de matriz africana é um elemento preponderante e se apoia na tradição ioruba, além disso estas religiões operam de maneira diferente das religiões ocidentais, sem o binarismo de gênero, a mesma divindade pode apresentar tanto elementos considerados masculinos quanto femininos (GUARIZA; VAZ, 2020, p. 85). Sendo assim, as mulheres exercem papéis importantes na família de Santo, na reprodução e na manutenção destas religiões.

Quanto a atuação das entrevistadas nas casas de Axê em Irati, elas narraram a resistência de alguns filhos em seguir as orientações e a aceitar a liderança da Mãe de Santo, inclusive saindo da Casa de Axê. Enquanto, uma das entrevistadas não creditou conflitos ao fato dela ser mulher na liderança da família de Santo (GUARIZA; VAZ, 2020, p.88).

As três entrevistadas falaram que ingressaram na Umbanda por causa de problemas familiares, ou seja, foram impelidas a entrarem para a religião por causa de “uma dor”, termo usado por elas. Ingressaram como filhas e aos poucos foram percebendo a aptidão ou o dom para tornarem-se sacerdotisas. E por isso, galgaram todos os rituais e as formações necessárias para tal, assim como o desafio de criar uma casa de Axê e mantê-la.

Lucília de Almeida Neves Delgado (2006) afirma que os tipos de entrevistas mais usadas na metodologia da história oral são as histórias de vida e as temáticas. As histórias de vida possuem como objetivo reconstruir a trajetória de vida do entrevistado e podem ter um caráter biográfico individual ou de grupo. Para a autora (2006) as histórias de vida são fontes que permitem analisar os ambientes, as mentalidades, os modos de vida e costumes de uma determinada sociedade. Enquanto que as trajetórias de vida são entrevistas que abordam a história de vida do entrevistado, contudo com menos detalhes.

Nos últimos anos historiadores e historiadoras passaram a compreender as narrativas das pessoas entrevistadas como uma forma de narrarem suas autobiografias. Nesse sentido os profissionais da área de História se aproximam das discussões sobre biografias e auto biografias. Um desses autores é Bourdieu (1996) que afirma que a narrativa autobiográfica procura dar sentido aos acontecimentos vividos, dando inteligibilidade de maneira retrospectiva e prospectiva sobre o passado. Para o autor o narrador ao criar uma narrativa sobre sua história de vida, o faz procurando criar uma coerência por meio da sequência de acontecimentos encadeados por um significado e direção, criando uma

ilusão retórica.

A ilusão biográfica, de acordo com Bourdieu (1996), é construída a partir do nome do indivíduo que age como um ponto fixo no mundo que se move, permitindo dar uma ideia de continuidade na história de vida. Contudo, o discurso de si está relacionado com o *habitus* do seu grupo de pertencimento e as negociações estabelecidas entre outros grupos.

O indivíduo ao narrar a sua vida procura dar sentido a ela a partir do seu mito pessoal, sendo assim o ato da entrevista permite ao entrevistado repensar a sua própria vida a partir do seu mito pessoal, levando-o muitas vezes a pensar situações que nunca falou ou pensou seriamente (PORTELLI, 2001, p. 12). O mito pessoal passa a ser a sua verdade própria que participa de uma verdade maior, relacionando o indivíduo com a sociedade e a história (FERREIRA; GROSSI, 2004).

A narrativa do indivíduo representa a singularidade de apropriação do universo social que o circunda e, é por este motivo que é possível conhecer os quadros sociais de uma determinada época pelas práticas individuais. Segundo Lejeune (1980) os relatos autobiográficos não são meramente uma forma de transmitir a memória individual, eles se configuram como lugares nos quais se elabora, se reproduz e se transforma a identidade coletiva. E neste texto nos interessa especificamente nos relatos autobiográficos as questões referentes às relações de gênero.

Os estudos de gênero, de acordo com Scott (1990), partem de duas premissas; a primeira diz respeito ao fato de que as relações sociais são marcadas pelas diferenças socialmente percebidas entre os sexos; e a segunda de que as relações de gênero seria a primeira instância em que é dado o sentido às relações de poder na sociedade.

A partir destas duas premissas a autora (1990) propõe a análise das relações de gênero partindo de quatro elementos: os símbolos, os conceitos normativos, o questionamento da fixidez dos padrões normativos e a construção da identidade subjetiva.

A análise das narrativas das entrevistadas permite compreender como elas constroem a percepção sobre si como mulher e líder religiosa no terreiro. Permitindo que elas criem discursos dissonantes e convergentes em relação as representações acerca do papel da mulher na sociedade iratiense. A polifonia produzida por suas narrativas provoca o questionamento em relação aos conceitos normativos de gênero difundidos na sociedade local.

Sangster (2003) aponta a importância da fonte oral para os estudos de gênero, porque ela permite superar a ideologia que domina as palavras das mulheres, analisando as narrativas das entrevistadas percebendo como elas negociam e mudam o ideal dominante.

Não obstante a memória individual integrar a memória coletiva, os narradores constituem uma composição única a partir de suas experiências. Segundo Sangster (2003) a maneira de rememorar se constitui como uma seleção do indivíduo considerando as suas vivências e por isso é flexível, subjetiva e sexuada.

Sendo assim, a forma de rememorar de mulheres e homens é diferente. Ao narrar

a sua vida os homens o fazem como se tivessem planejado conscientemente cada ato realizado, assumindo uma postura ativa. Enquanto, as mulheres narram mais sobre as suas relações familiares, usando o pronome pessoal no plural, evidenciando que a sua história foi construída em conjunto com o grupo o qual pertence. Neste sentido, as mulheres tendem a diminuir a sua importância nos acontecimentos narrados (SANGSTER, 2003), como é perceptível na narrativa da entrevistada M.

A mulher não pode tocar atabaque, tem certos seguimentos, não aqui na casa, tem certo seguimentos que a mulher não pode tocar atabaque, que a mulher incorporar um espírito estando menstruada, não pode digamos, assim não lembro tem mais coisas. São coisas assim que não deixam a mulher, que ela por ser mulher não pode. Ou até mesmo assim: você não pode trabalhar porque você está grávida. Aqui no terreiro não tem problema nenhum, no terreiro aqui não tem nenhuma grávida e tal, mas mesmo que tivesse as entidades em si cuidam... e você {mulher} está na mesma igualdade do que o homem. (M. , 2019)

De acordo com Leonor ARFUCH (2002), a narração do indivíduo sobre a sua vida é a expressão da interioridade e afirmação de si mesmo. Assim sendo, não é o conteúdo do relato que importa, mas sim as estratégias de auto-representação do indivíduo. O que se deve analisar na narrativa é a capacidade do narrador de convencer a si mesmo do que é dito.

O ato de narrar permite a recriação da subjetividade por meio da qual o sujeito constrói e atribui significado a sua experiência e identidade. As subjetividades são construídas a partir de experiências construídas pelo trabalho ideológico, por meio das relações materiais, interpessoais, econômicas, e por traços sociais de longa duração que também constituem os sujeitos.

É interessante observar que as três entrevistadas mencionaram uma ideia de que as pessoas entram para a religião umbandista por amor ou pela dor e no caso das três a motivação pessoal foi a dor. Dificuldades no casamento ou com familiares enfermos, em suas narrativas sobre as trajetórias de vida o mito pessoal da mulher que desafia o preconceito da família e da sociedade local está presente.

Eu acho que aqui na cidade de Irati tem muito preconceito, muito preconceito ainda, uma cidade bem preconceituosa. Se na própria família tem gente que tem preconceito, imagina o pessoal de fora. (...) Se eu experimentar sair com minha roupa branca de Umbanda as pessoas vão me olhar, vão me criticar. Irati é bem complicado quanto a isso. Eu perdi muitos amigos, eu perdi muitos clientes, eu fechei a minha loja, de clientes que achavam que era tudo diferente ali. Na verdade a família do meu ex marido criticam que não deu certo porque eu virei umbandistas, eu virei mão de santo. (A, 2019)

Eu sou separada há um bom tempo e perdi relacionamentos. (...) Pessoas que podiam se relacionar com você e quando sabem que você é umbandista e principalmente que você é mãe de santo, as pessoas não se relacionam por medo, por medo. (A, 2019)

François Dosse (2009) ao tratar da hagiografia observa que é recorrente a epifania progressiva que dotaria de sentido a vida do santo, ou seja, a manifestação da santidade estaria presente em vários momentos de sua vida. Poderíamos pensar algo parecido em relação as entrevistadas, guardando as devidas especificidades, A. (2019) por exemplo, menciona que desde a juventude manifestava o poder da vidência com a leitura do tarot. Ou quando D. (2019) afirma que sem saber ao comprar o terreno já estava inconsciente desejava construir o seu terreiro.

Inconscientemente eu pensava em abrir um casa no futuro, eu comprei este terreno em 2008/2009, ainda estava casada com meu primeiro marido. Em 2010 eu me divorciei e em 2010 eu conheci o L., meu atual marido, ele tocava atabaque no terreiro que eu frequentava, (...) em três meses casamos, em três meses construímos a casa e este barracão. (D., 12 de abril de 2019)

A dificuldade de manter a sua liderança dentro da comunidade umbandista também é mencionado pelas entrevistadas, muitos estudos apontam a importância da liderança feminina nas religiões de matriz africana, contudo isso não isenta de relações conflituosas da Mãe de santos e seus filhos, como é possível perceber pela fala de A,

Eu tenho aproximadamente poucos filhos mais ou menos uns 10, cheguei a ter 30. Mas uma casa de Axé quando você tem ela (...) você se apegar a um filho de repente ele te abandona ele sai, as vezes sem dizer nada. Geralmente são homens que não querem ser mandados por uma mulher. Mas na realidade são poucos, mas são poucos que cumprem todos os fundamentos. (A. 14 de março de 2019)

Sendo assim, uma das entrevistadas mencionou que alguns filhos saíram do seu terreiro e que ela supõe que os mesmos o fizeram porque se sentiam incomodados em obedecer uma mulher.

CONCLUSÃO

Portanto, ao analisarmos as narrativas das mães de santo entrevistadas e refletirmos sobre suas trajetórias de vida foi possível perceber como seus papéis de lideranças religiosas, principalmente diante seus filhos e filhas de santo, são narrados pelas formas de compreender os papéis sociais de gênero.

FONTES ORAIS

Entrevista concedida pela senhora A, às pesquisadoras Nadia Maria Guariza e Vania Vaz em 14 de março de 2019, na cidade de Irati-Paraná, (áudio/ vídeo).

Entrevista concedida pela senhora M., às pesquisadoras Nadia Maria Guariza e Vania Vaz em 15 de abril de 2019, na cidade de Irati-Paraná, (áudio).

Entrevista concedida pela senhora D., às pesquisadoras Nadia Maria Guariza e Vania Vaz em 12 de março de 2019, na cidade de Irati-Paraná, (áudio/ vídeo).

REFERÊNCIAS

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

ARFUCH, Leonor. **El espacio biográfico**: dilemas de la subjetividade contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191. 9 p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectiva e desafios. **História Oral**, v.7, 2004, pp. 41-59.

KOTLINSKI, Jaqueline. **A construção da feminilidade e masculinidade dentro da Umbanda em Irati/Pr**. Trabalho de conclusão de curso, DEHIS/I, UNICENTRO/I, 2018.

LEJEUNE, Philippe. **Je Est um Autre**. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

GUARIZA, Nadia Maria; VAZ, Vania. Do badalo do sino ao batuque do atabaque: Mães de Santo em Irati/Paraná. In: VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil (org.). **Nova História das Mulheres no Paraná**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 75-92.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. **História oral**, v.3, 2000. pp. 117-127.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Revista Projeto História**, PUC-SP, São Paulo, n. 22, jun/2001.

SANGSTER, Joan. Telling our stories: feminist debates and the use of oral history. In: PERKS, Robert; THOMSON, Alistair. **The oral history reader**. New York: Routledge, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 16, p. 5-22, jul./dez. 1990.

NASSAU NO RECIFE: ASPECTOS CULTURAIS DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Data de aceite: 01/09/2023

Élcia de Torres Bandeira

Universidade Federal Rural de
Pernambuco,
Departamento de História
Recife-Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/4669638328828195>

RESUMO: Emana do povo certas imagens socioculturais impregnadas de historicidade e que sobrevivem por vezes transformadas sob o rigor do tempo. Mitos são criados e adaptados às condições locais, originando-se de representações simbólicas introjetadas coletivamente a partir de contextos dinâmicos de percepção e interação sociais. Dentre os mitos sobreviventes, que são repassados de geração em geração, emerge do domínio holandês no Brasil a personalidade do conde João Maurício de Nassau-Siegen, associado à competência gerencial, à tolerância social, à formação cultural do país. Enviado em 1637 pela Companhia das Índias Ocidentais Holandesa para administrar os recém conquistados domínios do além-mar nas terras brasileiras, Nassau aparece com uma nova política mais flexível comparada aos parâmetros assumidos

desde 1630 pela Companhia. Compreender como foi construído o mito nassoviano em Pernambuco é o objetivo precípua deste trabalho apoiado no arcabouço teórico da História Cultural tendo como expoentes as contribuições do historiador Roger Chartier e do sociólogo Eugène Enriquez.

PALAVRAS-CHAVE: Nassau, mito, Recife.

NASSAU IN RECIFE: CULTURAL ASPECTS OF THE OCCUPATION OF URBAN SPACE

ABSTRACT: It emanates from the people certain socio-cultural images impregnated with historicity and that survive sometimes transformed under the rigor of time. Myths are created and adapted to local conditions, originating from symbolic representations collectively introjected from dynamic contexts of social perception and interaction. Among the surviving myths, which are passed on from generation to generation, emerges from Dutch rule in Brazil the personality of Count João Maurício de Nassau-Siegen, associated with managerial competence, social tolerance, and the country's cultural formation. Sent in 1637 by the Dutch West India Company to administer the newly conquered overseas

dominions in the Brazilian lands, Nassau appears with a new policy more flexible compared to the parameters assumed since 1630 by the Company. Understanding how the Nassovian myth was constructed in Pernambuco is the main objective of this work based on the theoretical framework of Cultural History having as exponents the contributions of historian Roger Chartier and sociologist Eugène Enriquez.

KEYWORDS: Nassau, myth, Recife.

1 | RASTREANDO O INVASOR.

Emana do povo certas imagens socioculturais impregnadas de historicidade e que sobrevivem por vezes transformadas sob o rigor do tempo. Mitos são criados e adaptados às condições locais, originando-se de representações simbólicas introjetadas coletivamente a partir de contextos dinâmicos de percepção e interação sociais. Dentre os mitos sobreviventes, que são repassados de geração em geração, emerge do domínio holandês no Brasil a personalidade do conde João Maurício de Nassau-Siegen, associado à competência gerencial, à tolerância social, à formação cultural do país.

O historiador Roger Chartier (2002, p.78) traz à discussão uma preocupação relevante quando tenta:

compreender a partir das mutações no modo de exercício do poder (geradoras de formações sociais inéditas) tanto as transformações das estruturas da personalidade quanto aquelas das instituições e das regras que governam a produção das obras e a organização das práticas.

Esta preocupação nos leva a refletir sobre a necessidade de analisarmos o sujeito histórico individual em intercâmbio constante com suas próprias práticas sociais e com o sujeito coletivo com o qual se relaciona para podermos entender melhor o homem inserido no seu contexto histórico.

Enviado em 1637 pela Companhia das Índias Ocidentais Holandesa para administrar os recém conquistados domínios do além-mar nas terras brasileiras, Nassau, nascido a 17 de janeiro de 1604 em Dillenburg, permanece nesta função até os idos de 1644, quando retorna à Holanda, tendo em vista o entrechoque de interesses entre sua administração e as metas imediatistas da Companhia.

Criada em 1621, dentro do modelo mercantilista, a Companhia das Índias Ocidentais Holandesa deveria atender à demanda expansionista por novos mercados e mediar o incremento imediato dos lucros holandeses nas atividades mercantis que se desenvolviam eficientemente na Europa mesmo no contexto medieval. Rotas como as de Flanders estimularam o intercâmbio cultural e a circulação de mercadorias no interior do continente, favorecendo a conquista de *status* privilegiado pela Holanda na expansão comercial da Baixa Idade Média e na formação dos tempos modernos.

A Holanda aparecia nas transações europeias como a grande financista internacional, cuja frota mercante rompia as águas e com elas os limites estreitos do Mar do Norte para

distribuir mercadorias na própria Europa, servindo muitas vezes como intermediária nas relações estabelecidas entre outras metrópoles e suas respectivas colônias no Novo Mundo, na África, Oceania e Ásia.

Soberana nos mares e em terra na atividade mercantil, a Holanda rivalizava com a Espanha no início do século XVII, de quem havia conquistado a duras penas sua soberania político-administrativa. As relações diplomáticas conflituosas estabelecidas com a Espanha após o movimento em prol da independência marginalizaram a Holanda da esfera comercial brasileira durante a União Ibérica que abrangeu o interstício de 1580 a 1640. Os investimentos realizados no Brasil na produção açucareira ficaram ameaçados sob o domínio espanhol, justificando a decisão de promover a ocupação territorial mediante incursão armada à Bahia e, posteriormente, a Pernambuco, grandes centros produtores de açúcar para o mercado europeu. Encarregada do refino e da distribuição do açúcar na Europa, a Holanda temia perder as vantagens auferidas nas relações previamente estabelecidas com Portugal.

Se tomássemos o depoimento do escritor holandês Gaspar Barléus contemporâneo de Nassau e por ele contratado para dissertar sobre sua administração no Brasil, poderíamos, através de seus olhos, visualizar as invasões holandesas sob o prisma do invasor: “fomos para onde nos chamava o direito natural e o das gentes e a carência mútua de produtos, porquanto o ganho é poderoso incentivo para se tentarem os mais arrojados cometimentos” (BARLÉUS, 1980, p.5). Baseado em um direito considerado natural que defende a soberania dos mais fortes e por eles é elaborado e outorgado sob a égide do Estado Nacional, anula-se a alteridade do outro que se quer submeter e se desconhece a igualdade de direitos nas relações internacionais. Ele reforça esta visão da supremacia cultural do dominador quando afirma, seguindo a concepção reinante em sua época: “quando os silvícolas, pejando-se de se ver nus entre os nossos, se vestirem, agradecerão ao recato dos vossos europeus os véus com que se resguardava o primitivo pudor” (BARLÉUS, 1980, p.XII).

Porém a ocupação do espaço pernambucano e precipuamente recifense se reveste de características próprias dentro do contexto histórico do século XVII.

Tomando-se aqui o espaço não apenas como ambiente físico, delimitado pelas condições geográficas, mas acima de tudo como meio sociocultural onde interagem múltiplos agentes sociais em uma efervescência contínua dentro do fazer cotidiano da história, pretendemos enfocar a presença nassoviana no Recife sob o prisma do intercâmbio social, em um amálgama de relações diversas, contextualizadas à localidade em questão, diferindo sobremaneira do espaço físico e social de onde se originava o invasor: a Europa recriada pelo Renascimento e motivada pela acumulação de capital no bojo da aplicação da política econômica mercantilista. No que concerne ao campo espiritual, provém Nassau de uma sociedade conflituosa, onde o choque provocado pela difusão do protestantismo com o catolicismo degenera em sérios embates armados e no derramamento de sangue

da população européia. Gerado em um ambiente eminentemente nacionalista, não se pode dissociar o homem de sua época. Para se compreender o mito, fazem-se necessários os fatos.

2 | CONSTRUINDO O MITO

Emerge na memória regional o Nassau administrador por excelência, o conciliador, o mecenas incentivador da formação cultural nacional e construtor de obras arquitetônicas que teriam contribuído essencialmente para definir a feição da urbe recifense. Tais feitos teriam içado Nassau à categoria ímpar de mito, sobrepondo-se ao caráter dominador e explorador da colonização efetuada no início dos tempos modernos pelas grandes metrópoles européias. Situar o homem nas balizas históricas do tempo e do espaço é imprescindível para compreender as interrelações sociais que teriam favorecido a criação e a reprodução do mito nassoviano no imaginário popular pernambucano.

João Maurício de Nassau-Siegen aparece no cenário europeu da formação da modernidade quando as transformações em curso revestem o homem europeu de uma valoração própria, carregada pelo espírito crítico, inovador, racionalista do humanismo renascentista, que rompe amarras e parece estar sempre em busca de horizontes ainda a serem descobertos e conquistados.

O próprio Barléus, seguindo a inspiração neoclássica do Renascimento ainda presente no século XVII, remonta a Roma Antiga e aos seus generais para ressaltar os feitos heróicos de Nassau:

Seguindo-lhes o exemplo, fostes no Novo Mundo qual Metelo nas Gálias, Mário na África, na Germânia Druso e na Panônia Trajano. Assim como estes inscreveram em suas colunas o triunfo contra os estrangeiros, assim também vós havíeis de gravá-los nos ânimos e nos fastos da Holanda (1980, p.XI).

Descontando-se a apologia entusiasta de quem fora o escritor oficial do conde, encontram-se na obra de Barléus o panorama da sua época e os paradigmas que norteavam a construção dos signos e de suas significações, ponto de partida para a apreensão do conjunto do imaginário construído sobre Nassau.

Enriquez afirma que:

Certamente nem sempre é necessário que o ato tenha se realizado para que o fantasma possa se desenvolver, embora os elementos do real possam fornecer o ponto de partida e o ponto de apoio à sua criação e à sua manifestação (1997, p.180).

Forja-se o mito na carência de legitimação, controle e coesão nas organizações sociais. Os mitos estabelecem-se como elementos unificadores da prática social, como formadores de laços de identidade: “todo mito, toda saga tem por função provocar no próximo um elã afetivo e, portanto visando inseri-lo numa ordem e incitá-lo a comportamentos em conformidade com aqueles do relato” (ENRIQUEZ, 1997, p.34).

O Nassau empreendedor, vitorioso, serviria como modelo para a criação da tipologia do herói nacional. Aparece como se pairando além das fronteiras geográficas e dos interesses mercantilistas da Companhia que o enviara, desenvolvendo laços de identidade com a população local. Justificaria o empenho na Insurreição Pernambucana o fato de Nassau ter sido “injustamente” afastado pela ganância dos colonizadores holandeses que dirigiam a Companhia, não restando nada mais a fazer por parte da população pernambucana do que se insurgir contra os que se “insurgiram” contra o modelo de colonizador representado por Nassau, até então aceito. Apesar do senso geral atribuir a ganância como traço elementar do caráter calvinista, Nassau, como mito, parece estar imune às imperfeições dos simples mortais.

Por outro lado, sua prolongada permanência logrou controlar as revoltas sociais e sua saída favoreceu a autoidentificação dos dominados, estimulados pelo antagonismo aparentemente existente entre a exploração imediatista dos seus sucessores e a exploração “tolerantemente” protelada pelo planejamento a médio e longo prazo da administração nassoviana.

No imaginário popular, como na obra de frei Manoel Calado do Salvador, *O Valoroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*, como indica Evaldo Cabral de Mello, é construído um Nassau bondoso e justiceiro, apesar de mal acessorado, o que favorece a preservação da isenção do governante, indispensável dentro de um contexto absolutista, apesar da Holanda ter se transformado em uma república após a sua independência. O governante sobranceiro não poderia ser responsabilizado pelos atos contestáveis de seus conselheiros. Ele consegue ressuscitar das cinzas da restauração e do entusiasmo nativista graças à construção do mito nassoviano em Pernambuco. Ainda se encontra na obra de frei Calado outra referência que reforça aquela imagem: “o sangue real donde procedia o inclinava ao bem” (1997, p.331), evidenciando assim a influência de *O Príncipe* de Maquiavel e da concepção do modelo de governante criado no Renascimento europeu. Em sendo frei, a tolerância de Nassau quanto à liberdade de culto, considerando sua origem protestante e o fervor da Contrarreforma, para Calado destaca-o dentre os homens de seu tempo, corroborando assim para a preservação do mito.

Leia-se em Barléus a apologia ao seu espírito conciliador:

Serão testemunhas da vossa piedosa e prudente moderação povos discordes na religião e na polícia. Os governadores das cidades e províncias vizinhas louvarão a vossa eqüidade no território inimigo, e os estrangeiros exaltarão a vossa clemência e humanidade (1980, p. XII).

Tal discurso contribuiu para difundir a imagem do príncipe justo, que buscava no respeito ao inimigo o acordo entre as partes, à acomodação das inquietações suscitadas pela invasão.

Essas imagens do passado requerem constantemente um olhar crítico sobre a natureza da dominação holandesa no Brasil. Extremamente cuidadoso ao preservar

relações amistosas com a população local, Nassau rapidamente estabeleceu sobre a base da confiança mútua sua gerência nos negócios econômicos e políticos. Sua gestão no setor açucareiro em Pernambuco foi marcada pela conciliação, evitando, sempre que possível, a falência dos engenhos, favorecendo o entrosamento entre os senhores de engenho e o governo holandês, de forma a incrementar a produção açucareira e garantir a reprodução, pelo menos parcial, do capital investido naquele ramo. Sua política conciliadora visando à ampliação da rentabilidade do setor a médio e longo prazo apaziguou os ânimos da elite local, contribuindo para a formação da imagem do bom administrador.

Vale ressaltar, porém, que em momento algum Nassau negligenciou sua função como emissário da Companhia das Índias Ocidentais holandesa, agindo sempre sem descuidar os seus objetivos dentro do pacto colonial da era mercantilista.

3 | OCUPANDO ESPAÇOS E TRASPASSANDO O TEMPO.

Aparentemente subordinada à ocupação social, a ocupação territorial em Pernambuco pelos holandeses no período de Nassau denota a preocupação do invasor em demarcar seu domínio e garantir a posse das terras conquistadas, evidenciando-se não as demandas da população local mas os interesses econômicos da Companhia das Índias holandesa. Ao Nassau conciliador soma-se a imagem do bom administrador, responsável pela execução de grandes obras arquitetônicas no Recife, que a teriam moldado aos padrões de uma cidade moderna. A Cidade Maurícia teria sido erguida por Nassau para substituir Olinda como capital após ter sido esta incendiada pelos holandeses durante a guerra de invasão. Seu porto privilegiado pela proteção natural dos arrecifes servia aos propósitos mercantis da Companhia e ao projeto de defesa desenvolvido pelos holandeses antes mesmo de Nassau. Já Adolph Van Els reconheceu a importância do porto e a sua semelhança com Amsterdã em uma carta datada de 1630, como se pode constatar em *O Tempo dos Flamengos* do prof. José Antônio Gonçalves de Mello (1987, p.52).

Sobre o Recife, escreve Barléus:

Existiu uma povoação chamada "Recife" ou "Abrigo", talvez porque dentro deste e de uma outra língua de terra a ele semelhante, chamado Recife de Pedra, podem e costumam as naus abrigar-se para receberem e despejarem os carregamentos. Tinha esse povoado uma população densa, e no sítio em que o mar corta ao meio o istmo arenoso é o surgidouro das naus maiores, por causa da notável profundidade(...). Abandonada Olinda, mudaram, para a povoação do Recife, os mais dos cidadãos e comerciantes, dotando-a de ótimos edifícios, até que Mauriciópole entrou a empanar-lhe o fulgor" (1980, p. 51).

Seu litoral aparece ainda hoje pontilhado pelas fortificações, marcos da dominação e da necessidade de assegurar a posse do território conquistado à Espanha em 1630.

Contudo certas obras atribuídas aos holandeses não se originaram de empreendimentos batavos como se imagina. Pode-se perceber historicamente que

certas edificações foram erguidas pelos portugueses; exemplo disto é o forte Orange em Itamaracá, construído por portugueses sobre as ruínas do antigo forte holandês. Outro forte - o do Brum, foi iniciado pelos portugueses em 1626 e concluído pelos holandeses sob a supervisão dos engenheiros Van Bueren, Commersteijn e Andréa Crewich, sendo reconstruído pelos portugueses após a Insurreição Pernambucana (ARLÉGO, s/d) .

Dentre os fortes de origem holandesa, destacam-se o Forte do Buraco, situado no istmo de Olinda construído em 1630 e o Forte Guilherme, em Afogados, em 1633, localizado nas proximidades do rio, alcançando a parte posterior da Igreja de Nossa Senhora da Paz. O chamado Forte Ernesto, situado ao lado do palácio de Friburgo, era na verdade o antigo Convento de Santo Antônio, na Rua do Imperador, que fora forçosamente abandonado pelos católicos com a chegada dos calvinistas flamengos. Foi então adaptado por Jan Coynians, Crisstoffel Deterson e Hans Willen Louys para servir como forte. O Forte das Cinco Pontas ou Frederico Henrique também data do período holandês que antecedeu a chegada de Nassau. Sua localização estratégica garantiu o acesso às cacimbas de Ambrósio Machado, proprietário do engenho Cordeiro e o abastecimento de água para os flamengos sediados no Recife (ARLÉGO, 1995, p.25).

A Cidade Maurícia foi edificada por Nassau na Ilha de Antônio Vaz, compreendendo os atuais bairros de São José e Santo Antônio. Ele projetou uma nova Amsterdã, vazada por canais e protegida por diques com o intuito de evitar as inundações sobre a planície. Nela construiu o Palácio das Torres ou Friburgo que significava Alcácer da Liberdade em holandês, o qual teria ruído por volta do final do século XVIII; o palácio fora construído para o nascente sob influência arquitetônica da renascença italiana e funcionou como sede do governo. Uma de suas torres servia como farol e telégrafo, e a outra, como observatório astronômico, onde trabalharam cientistas como o médico e naturalista Guilherme Piso e o botânico e astrônomo Jorge Marcgrave que faziam parte da comitiva nassoviana. Ao seu redor, mandou Nassau elaborar um jardim zoológico para onde transplantou árvores frutíferas e atraiu espécimes da fauna regional.

Outro palácio construído na sua gestão, o da Boa Vista, entre as atuais ruas Camboa do Carmo e Palma, datava de 1643 e serviu como uma das residências do Conde no Recife. Sua arquitetura demonstrava o sincretismo luso-flamengo, predominando linhas horizontais e telhados com quatro águas, demarcado nos quatro ângulos por quatro torres (ARLÉGO, 1995, p.25).

Além dos palácios, confere-se a Nassau a construção de muros de proteção, edifícios públicos, casario, esgotos, calçamentos de vias públicas e pontes. A Ponte da Boa Vista foi construída em 1643 e a do Recife, ligando a península do Recife à Ilha de Antônio Vaz, data inicialmente de 1630, mas só foi concluída e inaugurada por Nassau, quando aconteceu um fato curioso. Prometera o conde fazer um boi voar e a população curiosa assistiu à passagem de um boi artesanal deslizar em um cabo sobre o jardim do Palácio de Friburgo durante a inauguração. Diante da necessidade de estimular o tráfego de cargas

e pedestres pela ponte e cobrar o pedágio para cobrir os custos da construção, Nassau foi muito criativo em atrair a população para este evento. Outros pontilhões foram por ele construídos, bem como a Ponte de Afogados, que não resistiram às dobras do tempo. Cortada por rios e canais, a Cidade Maurícia demandava obras como estas que unissem a ilha ao continente e facilitassem o comércio e o trânsito de pedestres.

Quanto ao casario, Recife já apresentava sérios problemas habitacionais em pleno século XVII, em virtude da concentração populacional agravada com o incêndio de Olinda. Aglomerava-se a população em estreita área, induzindo à expansão e ocupação horizontal e vertical do espaço urbano, cujos sobrados longilíneos representavam a forte influência holandesa na arquitetura do período, aproveitando-se, desta forma, o espaço vertical nas construções urbanas, muitas das quais projetadas por Pieter Post, arquiteto irmão de Frans Post. Este crescimento demográfico, acentuado pelo movimento migratório e pelo intenso comércio na região, gerou uma forte crise habitacional em 1641, quando os preços de locação de imóveis dispararam na cidade.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, “no seu traçado e na sua edificação, o bairro do Recife fora uma criação do “tempo dos flamengos”, embora os portugueses tivessem-no paulatinamente adaptado às suas preferências e necessidades” (1997, p. 36). Como meio de viabilizar a identificação dos prédios de origem holandesa no bairro do Recife, o engenheiro Vauthier, citado por Evaldo Cabral de Mello, afirma que os holandeses teriam recorrido à pedra local, de cor acinzentada, geralmente granito e grés, enquanto os portugueses teriam usado a pedra do Reino (1997, p. 38). Porém Arlêgo indica a utilização de tijolos da Holanda nos sobrados e não de pedra e cal usados pelos portugueses (1995, p. 27).

Barlêus, cumprindo a tarefa que lhe foi incumbida pelo conde, ressalta as obras nassovianas procurando com elas atenuar a dominação e o derramamento de sangue, consequentes da colonização neerlandesa, usando um estilo epopeico, envolvido pelo manto da religiosidade reformista:

Se é de lamentar o tomarem armas contra os sagrados penates, de certo será grato e louvável o haverdes construído templos para Deus e casas para os cidadãos, primeiro para o vosso amor refletir-se no próprio Criador; segundo, para alcançar ele também os homens, imagem do mesmo Deus (1980, p. XII).

As obras holandesas erigem-se como símbolos de um passado que se quer esquecer - a presença estrangeira no território brasileiro, mas elas adquirem uma conotação simbólica distinta quando associadas à gestão de Nassau, assumindo um caráter novo, onde sobrevive a imagem do governante identificado com os seus governados, atendendo a seus anseios e necessidades básicas. Reflete-se assim na construção do imaginário em que o dominador desaparece para dar vida atemporal ao bom administrador, preocupado com o desenvolvimento regional, mito este que se preserva ainda hoje no imaginário popular.

O conjunto simbólico foi ampliado por Nassau na esfera cultural com a iniciativa de trazer consigo para o Brasil artistas como Frans Post, celebrado por retratar paisagens, figuras e costumes pernambucanos, e Eckhout, que se preocupou em assimilar em suas telas a população heterogênea local, a fauna e a flora tropicais. Suas obras recriaram o Brasil no contexto europeu, ressaltando a natureza exótica dos trópicos e, a nível nacional, contribuíram para reforçar os laços de identidades locais.

Acrescente-se à imagem do mecenas das artes, o patrono das ciências. Com Nassau vieram também o médico e naturalista Guilherme Piso, o botânico e astrônomo Jorge Marcgrave, o geógrafo Golizath, o historiador Nienhoff e o literato Frans Plante.

Do ponto de vista político-administrativo, o conde foi aquele que construiu Recife e a transformou na capital do domínio holandês no Brasil, contribuindo para que a sua emancipação política se efetivasse definitivamente em relação à Olinda no início do século XVIII. A Guerra dos Mascates que levou à disputa pela autonomia do Recife entre 1710 e 1712 fortaleceu os comerciantes que habitavam o Recife e seu controle sobre a circulação de mercadorias em detrimento do poderio dos proprietários de terra residentes em Olinda que controlavam o setor da produção de açúcar e demais mercadorias, salientando o papel do comércio na política econômica mercantilista. Sua presença havia promovido o incremento do comércio, das migrações populacionais e fomentado o ecletismo religioso em seus domínios.

Para se compreender o mito nassoviano, foi necessário recorrer às obras que se tornaram símbolos e assumiram significados diversos dentro do contexto colonialista do século XVII.

Finalizando, reiteramos o fundamento explorador da dominação colonial holandesa no Brasil, mas admiramos a força e a eloquência do discurso que traspassa o tempo e ressurge na memória de muitos, encontrando em Barléus seu principal porta-voz:

É-me livre calar ou falar. Feitos assinalados provocam-me a não calar, e ordena-me a falar a felicidade pública, a qual não quer sejam fraudados do seu louvor aqueles a quem ela é devida. As guerras domésticas arrastam-nos à admiração, e quanto mais as externas, consumadas sob outros céus e com insigne denodo. Negue-se a Nassau o seu prêmio - a memória da posteridade -, e esta se entibiará, sucumbindo por causa do silêncio guardado pela inércia dos escritores (1980, p. 20).

REFERÊNCIAS

ARLÉGO, Edvaldo. **Recife de ontem e de hoje**. Recife, s/d.

_____. **Os holandeses no Nordeste**: uma aventura flamenga. Recife: Edições Edificantes, 1995.

BARLÉUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados**

durante oito anos no Brasil. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1980.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a História entre certezas e inquietude. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise.** Petrópolis: Vozes, 1997. MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio:** o imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos flamengos:** influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: FUNDAJ/ Ed. Massangana, Instituto Nacional do Livro, 1987.

O DESENVOLVIMENTISMO SOB A ÓTICA DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES: UMA ANÁLISE DAS IDEIAS NAS OBRAS DA AUTORA ENTRE OS ANOS DE 1960 A 1980

Data de aceite: 01/09/2023

Neilaine Ramos Rocha de Lima

Universidade Estadual de Maringá-
Departamento de História- Ivaiporã Pr
<http://lattes.cnpq.br/7939358433295626>

Vitor Emanuel Espiasse Pandolpho

Universidade Estadual de Maringá-
Departamento de História- Ivaiporã Pr
<http://lattes.cnpq.br/8956605693568736>

Nayana Inamorato Silva

Universidade Estadual de Maringá-
Departamento de História- Ivaiporã Pr
<http://lattes.cnpq.br/6611031154084532>

RESUMO: Este trabalho buscou abordar o ideário desenvolvimentista da economista e intelectual Maria da Conceição Tavares, tendo como foco suas principais obras do período entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, em que a autora demonstrou sua preocupação com o subdesenvolvimento na América Latina e no Brasil. Nossa base teórico-metodológica se expressa nas concepções da História dos Intelectuais e História das Ideias, que dá importância para o contexto histórico e intelectual de um pensador, que tem em suas ideias a oportunidade de contribuir para discussões sociais de seu contexto. Sendo assim,

o trabalho faz um breve apanhado dos principais pressupostos teóricos da intelectual, bem como das teorias que a influenciaram ao longo de uma trajetória de dedicação, ao pensar o Brasil e seu o desenvolvimento econômico.

PALAVRA-CHAVE: Maria da Conceição Tavares; Desenvolvimentismo; Intelectuais; Ideias.

DEVELOPMENTALISM FROM THE PERSPECTIVE OF MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES: AN ANALYSIS OF THE IDEAS IN THE AUTHOR'S WORKS BETWEEN THE YEARS 1960 TO 1980

ABSTRACT: This work sought to address the main ideas of the economist and intellectual Maria da Conceição Tavares, focusing on her main works from the period between the 1960s, 1970s and 1980s, in which the author demonstrated her concern with underdevelopment in Latin America It's in Brazil. Our theoretical-methodological basis is expressed in the concepts of the History of Intellectuals and the History of Ideas, which give importance to the historical and intellectual context of a thinker, who finds in his ideas the

opportunity to contribute to the social discussions of his context. Therefore, the work makes a brief overview of the main theoretical assumptions of the intellectual, as well as the theories that influenced her throughout a trajectory of dedication, when thinking about Brazil and its economic development.

KEYWORDS: Maria da Conceição Tavares; developmentalism; Intellectuals; Ideas.

O conceito de desenvolvimentismo está inserido em um contexto em que o Brasil começava a empreender avanços econômicos, porém a existência de muita pobreza, ainda era uma realidade. Sendo um país agroexportador, estava alheio às crises internacionais, por ser uma nação dependente do mercado externo. A concepção que se criara no momento seria a de que somente com a industrialização o Brasil venceria o atraso. Assim, o desenvolvimentismo nada mais foi do que um projeto de industrialização formatado pelo Estado. O projeto desenvolvimentista, ao ser apresentado e defendido, gerava uma mobilização, principalmente no meio daqueles que não acreditavam que a ação pensada do Estado na economia pudesse ser benéfica. Teoricamente, os liberais foram os mais atingidos com o surgimento do desenvolvimentismo.

Nesse contexto, era necessária a compreensão das causas dessa insuficiência econômica, era preciso formular teorias, esquemas ou equações que explicassem essa realidade, pois o entendimento daria vazão à busca de soluções. Cristalizavam-se ideias, teorias eram defendidas por grupos de intelectuais que usavam de diferentes canais para expor seus pensamentos. Duas das ideias que dominaram o palco de discussões acerca do subdesenvolvimento brasileiro foram o desenvolvimentismo e o liberalismo (LIMA, 2017).

A partir desse período conhecido como a Grande Depressão e após a estagnação do desenvolvimento econômico, causado pelas duas grandes guerras, se fortaleceram no âmbito global, ideias contrárias às políticas de livre mercado. Já que o próprio mercado em si não poderia sozinho se reerguer e se alinhar novamente com a concorrência natural (BIELSCHOWSKY, 2000. p. 79).

Na América Latina, os países em desenvolvimento chamados de “Terceiro Mundo” – por não se alinharem nem com o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e nem com o bloco socialista liderado pela União Soviética – tiveram enormes problemas para consolidar o processo de industrialização. Nesse contexto, para poder analisar o atraso econômico, mediante ao passado histórico desses países, surge uma nova linha de raciocínio para a economia latino-americana; o Desenvolvimentismo, fundamentalmente estruturalista em sua essência.

A corrente desenvolvimentista teve enorme influência nas decisões das políticas econômicas dos países latino-americanos. Mediante a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). A Comissão se instalou em Santiago, no Chile e, tendo Raúl Prebisch como diretor, foi o idealizador das teorias que seriam adotadas para a formação do pensamento desenvolvimentista no Brasil.

(Bielschowsky , 2000),

Em território nacional, segundo Lima (2017) esse pensamento econômico surgiu como uma oposição ao sistema liberal desempenhado pelos governos anteriores e como uma superação ao passado colonial e agrário. Com uma interpretação diferenciada das correntes econômicas conhecidas até então; como o socialismo e o liberalismo:

Foi, com efeito, um período em que a literatura econômica começou, aos poucos, a refletir um predomínio da visão desenvolvimentista. À sua direita, timidamente, os neoliberais assistiam a evolução dos fatos que contrariavam seus princípios, buscando explicar que a tendência do sistema internacional era a recuperação do equilíbrio e concentrando sua atenção na questão da estabilidade monetária. À sua esquerda, os socialistas distanciaram-se da realidade nacional, arrastados pela radicalização a que o Partido Comunista fora levado, castigado pela cassação e violenta repressão. (BIELSCHOWSKY, 2000. p. 323).

A corrente cepalina sob o comando de Raúl Prebisch desenvolveu teorias relacionadas ao subdesenvolvimento latino-americano. Mesmo sendo contrários a essas teorias, intelectuais do meio liberal aprovaram, com entusiasmo, a criação da Cepal e a sua instalação no Chile. Dentre os pensadores liberais que aplaudiram a criação da delegação do Chile está Octávio G. de Bulhões e Eugênio Gudin. Idealizadores do pensamento liberal no Brasil:

Foi dentro do objetivo de tornar mais enfática a necessidade de se atender à reposição dos equipamentos da América Latina que o Brasil apoiou a proposta da delegação do Chile, no sentido de ser criada uma Comissão Econômica para a América Latina. (BULHÕES, 1948. p. 100).

Sendo assim, as teorias cepalinas foram fundamentais para o desenvolvimentismo no Brasil, buscando entender assuntos relacionados à várias áreas do desenvolvimento econômico. Foi no auge do desenvolvimento, nas décadas de 1950 e 1960, que o pensamento desenvolvimentista se alastrou pelos debates acadêmicos. Promissores economistas se aventuraram por essa corrente de pensamento, desenvolvendo suas ideias e analisando o fracasso do desenvolvimento brasileiro. Entre os de maiores nomes que representam esse ideário cepalino estão: Celso Furtado, Aníbal Pinto Santa Cruz e Maria da Conceição Tavares (BIELSCHOWSKY, 2000. p. 424).

Maria da Conceição Tavares fez parte desse espaço de sociabilidade intelectual, sendo um dos principais nomes do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Ela nasceu em Portugal durante a ditadura salazarista, formou-se em matemática e veio para o Brasil na década de 1950 fugindo da repressão causada pelo governo português. Nas décadas em que esteve no Rio de Janeiro, Conceição Tavares ingressou na antiga Universidade do Brasil – hoje atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduiu-se em Ciências Econômicas pela Universidade do Brasil e, com suas ideias proeminentes visando o problema da economia brasileira em seu desenvolvimento, Maria da Conceição Tavares buscou atrelar o subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano ao processo de

colonização dos países latinos.

Conceição Tavares contou com a participação e influência de renomados intelectuais durante a sua graduação. Entre eles estão os desenvolvimentistas Celso Furtado, que estudou o processo de formação econômica do Brasil durante o seu processo colonial. Ignácio Rangel e Juvenal Osório. Teve também influência dos pais do liberalismo econômico brasileiro, Octávio G. de Bulhões e Eugênio Gudín, que foram seus respectivos professores durante a sua formação enquanto intelectual (MELO, 2012).

Segundo Melo (2012), as principais atuações de Conceição Tavares em âmbito nacional se deram quando foi convidada a assumir um cargo no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). Já a nível latino-americano, ela foi convidada para participar da então CEPAL em 1960 para executar o curso de “Desenvolvimento Econômico”.

Sua vida acadêmica como professora se deu na década de 1970. Sendo que na UFRJ Maria da Conceição Tavares elaborou um de seus maiores ensaios; *da Substituição da Importação ao Capitalismo Financeiro* de 1972. Nesse ensaio, Maria da Conceição Tavares usou das teorias cepalinas para analisar o crescimento econômico brasileiro em várias perspectivas, como: o problema da falta de emprego, a falta de planejamento, o alto custo e a falta de competitividade (MELO, 2012).

A obra *Substituição da Importação ao Capitalismo Financeiro* (1972) foi escrita e analisada com as perspectivas das teorias desenvolvidas pela Cepal/Prebisch voltadas às economias periféricas da América Latina. Maria da Conceição Tavares mostra neste trabalho como as economias latinas são tão frágeis e tão propensas ao declínio econômico e que esses declínios poderiam ser sanados pelo modelo de substituição da importação (de fora para dentro), causando menos dependência das economias estrangeiras, deixando de ser refém dos estrangulamentos causados pelas crises.

Na obra *Acumulação de Capital e Industrialização do Brasil* (1985), podemos analisar os debates levantados pela autora, que salientou os pensadores importantes para ela naquele momento, para a compreensão da questão do seu cenário econômico, dentre esses intelectuais estão: Marx, Keynes, Schumpeter, Kalecki e Steindl. O período que a autora buscou enfatizar na obra foi o ciclo cafeeiro e a crise gerada pela dependência externa de 1929. Enfatizando, posteriormente, a atuação do Estado em 1950 nas diversas áreas econômicas para a ampliação de empresas estrangeiras. (PESSOAS, 2001. p. 393).

Nesta obra a autora buscou analisar o fracasso econômico brasileiro através das perspectivas de diversos clássicos da economia. A imagem da economia brasileira e o seu fracasso na distribuição de renda, programas sociais e entre outros desafios de crescimento e estagnação.

Além de se mostrar uma voz intelectual que se destacava no grupo dos desenvolvimentistas, Maria da Conceição Tavares também representava uma das vozes femininas que lutavam por um espaço de fala no Brasil, em locais onde o gênero masculino se coloca até os dias de hoje. A figura masculina sempre teve como gênero maior capital

político, ou capital intelectual, tendo em vista os dois campos de atuação que a professora Maria da Conceição Tavares esteve, tanto o político quanto o acadêmico, pois ambos eram dominados pelo universo masculino.

O fato dela se destacar em ambos os campos a faz um nome de suma importância para a história dos intelectuais no Brasil, mesmo em ambientes de disputas de gênero em que a mulher era uma figura com pouca representatividade, naquele contexto, ela foi uma voz ativa, em ambos os campos. Segundo Lima (2017) Mannhein, cuja admiração foi voltada aos intelectuais pois os viam como atores aptos para pôr em prática suas ideias, o intelectual em ação deveria pensar e atuar para as transformações dos tempos futuros, o ideário é mais que a soma de ideias, seria um plano de ação.

Após observarmos algumas questões de seu contexto intelectual, iremos discutir suas principais ideias que contribuem para o entendimento do desenvolvimentismo no Brasil.

Substituição da Importação ao Capitalismo Financeiro.

Na obra *Substituição da Importação ao Capitalismo Financeiro*, publicada em 1972, Maria da Conceição Tavares relatou alguns problemas vividos pela América Latina e seu lento processo de industrialização. Porém, a preocupação sobre o atrasado processo de industrialização dos países latinos, não foi só do interesse governamental nacional, mas sim de organizações não governamentais como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Sendo assim, para facilitar os estudos voltados para o desempenho das economias subdesenvolvidas e seu atraso para o processo industrial, a ONU criou em 1948 a CEPAL. Mediante a criação do conselho cepalino é que foram desenvolvidas as principais teorias que mais tarde seriam imprescindíveis para a formação das teorias cepalinas para a América Latina, como já citado anteriormente.

Maria da Conceição Tavares elaborou o seu primeiro ensaio, baseando-se nas teorias cepalinas para a criação da obra *Auge e Declínio do Processo de Substituição da Importação no Brasil* (1963). Neste ensaio é possível notar que a autora trabalha a ideia de que o desenvolvimento não acontece em todo lugar da mesma forma, sendo umas das ideias chaves da Cepal, e que a industrialização tardia da Inglaterra no século XVIII e posteriormente a dos EUA, Alemanha e Japão no século XIX, reafirma um compromisso de poder econômico mundial e que os demais países assumem o papel de economias dependentes (MELO, 2012).

Dentro desse período, ela buscou analisar os processos econômicos do Brasil e, ao utilizar os ideais cepalinos, promoveu ideias de uma intervenção da mão do estado no âmbito econômico para ser protagonista do desenvolvimento social. Nas décadas de 1950 e 1960 os governos brasileiros, começando por Getúlio Vargas, sempre buscaram desprender a economia brasileira dos ideais liberais que foram bases para o desenvolvimento de países

protagonistas do cenário mundial, como os Estados Unidos e a Inglaterra. Os auges de crescimento e estagnação sempre estiveram presente na economia brasileira e o modelo de substituição da importação foi o primeiro passo para poder alavancar essa economia, segundo os economistas desenvolvimentistas e inclusive o pensamento cepalino (TAVARES, 1972).

Assim sendo, os países latinos ficavam reféns das crises provocadas pelo sistema capitalista ou alguma guerra que influenciava na produção em grande escala de bens de consumo mais elaborados, ou agregados de tecnologias. Maria da Conceição Tavares pontua que se ao invés das economias periféricas subdesenvolvidas, importarem de outros países esses bens mais elaborados e passassem a produzi-los dentro do país, não ficariam presos aos acontecimentos de crises e a escassez desses produtos e o aumento dos preços não os atingiria:

O início do processo está historicamente vinculado à grande depressão mundial dos anos 1930, mas para fins analíticos poder-se-ia considerar como ponto de partida qualquer situação de desequilíbrio externo duradouro que rompesse o ajuste entre demanda e produção internas descrito no modelo tradicional exportado (MELO, 2012. p. 73).

Esse período da Grande Depressão e, sucessivamente, a Segunda Guerra Mundial marca o início de outro debate aqui na América Latina. O desenvolvimento dos países latinos era de grande preocupação para os seus governos locais, em especial o do Brasil. O Brasil já caminhava para um processo de industrialização mais amplo, pois durante os governos Vargas até o governo de Juscelino Kubitschek foram criadas empresas estatais, promovidas reformas, ampliação do investimento estrangeiro para dentro do país e a implantação de empresas estrangeiras, respectivamente. O Plano Metas foi o maior idealizador do programa desenvolvimentista no Brasil. Desenhado por economistas dessa área, inclusive Celso Furtado, com seu programa de desenvolvimento para o nordeste brasileiro.

Melo (2012) destaca que a substituição das importações remete à interpretação de simplesmente substituir os bens importados para consumir os bens nacionais. Por outro lado, isso seria possível, mas acarreta alguns desafios para a sua implementação. Caso a demanda por um bem seja superada pela produção interna, outro produto produzido externamente apareceria para substituí-lo, causando uma nova dependência do exterior:

Neste caso não haveria substituição “aparente ou visível”, embora pudesse estar ocorrendo um vigoroso e efetivo processo de “substituição” através do aumento da participação doméstica em uma oferta interna crescente, que se traduz por uma diminuição do coeficiente de importação da economia (MELO, 2012. p. 70).

Partindo do pressuposto da teoria cepalina de desenvolvimento periférico de Raúl Prebisch, a intelectual usou das teorias por ele desenvolvidas no âmbito cepalino para elaborar a sua obra visando as economias latinas-americanas dos anos 50. Mediante a

esse processo de industrialização do país através da substituição da importação, Maria da Conceição Tavares descreve em sua obra que o problema não se aplica apenas na importação, mas o problema está condicionado internamente.

Dentro desse contexto, Conceição Tavares (1972) analisa as economias latino-americanas pela Cepal. Voltando seus olhares para o desenvolvimento nacional, dando prioridade para os desafios brasileiros antes enfrentados e conciliando seus erros e acertos. Sendo destacados a dimensão e a estrutura dos mercados nacionais, a natureza da evolução tecnológica e a constelação de recursos produtivos. Exige uma observação minuciosa para poder enxergar as diferenças entre elas para poder então compreender o processo das economias subdesenvolvidas da nossa época (TAVARES, 1972).

Assim, ela destaca que o procedimento de ampliação do mercado interno “por consumir produtos vindos de fora” aumentaria o preço consequente e colocaria a classe mais alta e que detém maior poder de compra em lugar de vantagem, se comparada às classes mais baixas. Por outro lado, em que ela destaca a tecnologia, isso seria viável. Mas o investimento de capital em tecnologias mais sofisticadas elevaria e muito a taxa de desemprego, pois aquelas pessoas despreparadas não poderiam adentrar ao mercado de trabalho:

No período 1938-1948, o produto industrial da América Latina cresceu a uma taxa anual de 5,8%, e o emprego, no setor, a 3,6%. No período 1953-1958, porém, enquanto o produto cresceu a uma taxa anual de 6,2%, o emprego baixou sua taxa de crescimento para 1,6%. Ver: “Cepal – Una política agrícola para acelerar el desarrollo económico de América-Latina” (E/CN. 12/592).

Em suas análises sobre as importações, Conceição Tavares (1972) analisou a agregação macroeconômica para a produção que seria mais proveitosa a uma adoção de recursos e aquelas que têm resultados na microeconomia efetivamente adotadas pelos empresários no processo de substituição da importação. Sendo assim, Conceição Tavares compreende que o modelo histórico de desenvolvimento dos países latino-americanos deveria ser elaborado com mais cautela, e não crescer aos trancos e barrancos só para depois redistribuir. Com uma análise sobre a estagnação das economias latinas em relação às desenvolvidas, Conceição Tavares (1972) entende que a fragilidade se dá na proporção ineficaz de crescimento, pois cada vez que o capitalismo subdesenvolvido avança muitas pessoas são abandonadas, não usufruindo das vantagens de bem-estar social.

Na análise das economias Latino-americanas, vários são os desafios enfrentados para poder adotar o modelo de desenvolvimento titulado “substituição de importações.” Conceição Tavares descreve que os desafios são muitos para alavancar as economias latinas, com algumas que já detém um crescimento razoável como o Brasil e a Argentina, e outros com uma economia ainda nos moldes coloniais.

Para a autora, a crítica ao modelo de desenvolvimento é baseada no antigo modelo de exportação, ou seja, naquele modelo de exportação primário. Modelo em que

um determinado país – como o caso brasileiro – fica preso apenas em exportar materiais primários (aço, ferro, produtos agrícolas) sem valor agregado, tecnologicamente.

Porém é a partir de 1930 que a economia brasileira começa a tomar os rumos. Para conseguir desviar do caminho da grande depressão, o Brasil passou a diversificar sua economia em produtos de valores mais agregados, foi nesses anos – após os anos de 1945 e 1950 – que a economia brasileira passou pelo primeiro processo de substituição de importação:

Sob a pressão de uma redução drástica na capacidade para importar iniciou-se, assim, um processo de substituição de importações que manteve até a época atual levando a um grau de diversificação industrial e a taxas de crescimento bastante mais acentuadas do que as de quase todas as nações latino-americanas (TAVARES, 1972. p. 59).

Nesse contexto, a autora descreve que o Brasil dispunha de um mercado interno bastante amplo para acomodar a demanda interna da produção industrial do país. Inclusive, a oferta de produtos de bens primários, como sapatos, indústria têxtil entre outros afins. Esse contexto fazia com que os empresários do setor privado investissem ainda mais na demanda interna do que na exportação.

Sendo assim, com a demanda interna crescendo e as exportações controladas devido à segunda guerra, o país passou pelo primeiro processo de substituição de importações (TAVARES, 1972). Mais tarde seria acompanhada por mais duas fases que perduraram até os anos de 1960, quando o investimento de capital estrangeiro chega ao Brasil por meio das aberturas promovidas pelo plano metas, sendo redirecionado pelo governo para os devidos setores da economia brasileira.

Para Conceição Tavares (1972), o investimento adquirido durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek teve enorme relevância para o desenvolvimento da economia naquele período. A construção de Brasília com o investimento de capital estrangeiro trouxe consigo a terceira fase do processo de substituição de importação, sendo caracterizado pela autora como o último também.

O Plano de Metas teve importância somente nos primeiros anos, pois após o país vivenciar um forte crescimento econômico, após os anos 60 e 70, o Brasil entrou em um processo de estagnação econômica. A estagnação brasileira foi debatida pela autora juntamente com seu amigo cepalino José Serra, na busca pela compreensão dos motivos que resultaram em tal retrocesso econômico (MELO, 2012).

Segundo Pessoas (2001) existia na obra de Maria da Conceição Tavares, a preocupação de analisar como o Estado poderia lidar com as situações excepcionais que o Brasil vivenciava. Mesmo tendo êxito no processo de industrialização pelas três fases do processo de substituição de importação, a marginalização das pessoas mais vulneráveis se encontrava em níveis alarmantes para uma economia que queria se desenvolver. Sendo assim, a má distribuição de renda e o alto preço dos bens de consumo faziam com que

parte da população pobre não tivesse acesso a esses bens. Contrariando os ideais da autora e o pensamento cepalino (PESSOAS, 2001).

Essa análise estrutural da história periférica do desenvolvimento latino-americano, foi fruto dos estudos de Raul Prebisch, um dos líderes da CEPAL (Comissão de Estudos para América Latina), que observou os modelos peculiares de como essas economias latinas ainda continuavam em lento desenvolvimento através de sua estrutura de produção econômica (BIELSCHOWSKY, 1998):

A Cepal serviu para me dar uma preocupação nova sobre o que é a formação histórica, a evolução histórica, o papel dos agentes econômicos em uma sociedade, como é que se desenvolve, portanto, dentro de uma perspectiva estrutural histórica. Isso eu não tinha, devo à Cepal" (TAVARES, 1996, p. 132).

Segundo Lima (2017) o ideário cepalino foi uma espécie de releitura de Keynes, pois ele pensou o intervencionismo como arma de ataque as crises econômicas do capitalismo, em nações desenvolvidas, principalmente no contexto do pós-guerra. Por outro lado, os cepalinos concebiam o intervencionismo na América Latina como ferramenta de elaboração de desenvolvimento, de países com economias ainda pouco diversificadas.

Os anos em que se seguiram foram primordiais para a difusão das ideias desenvolvimentistas no Brasil, especificamente durante as décadas de 1950 e 1960 onde teremos uma participação fundamental do Estado para obter o desenvolvimento do país. Foi nesse contexto que a autora escreveu a obra em que analisaremos a seguir que aponta a contribuição da intelectual nas formulações de ideias para solucionar perguntas sobre o atraso do desenvolvimento brasileiro no período, essa é uma característica de sua função como intelectual naquele momento, pensar os problemas do país e elaborar teoricamente caminhos e projetos.

Acumulação de Capital: o caso brasileiro.

Na década de 1970, no período de ditadura militar brasileira orquestrada pela ala direita que dominava os quartéis brasileiros dos anos de 1960 e 1970, o espírito da Guerra Fria que assolava a América Latina, proporcionou um ambiente favorável para a derrubada do governo de João Goulart. Países vizinhos ou próximos ao Brasil enfrentaram algumas guerrilhas para que a Revolução Comunista fosse instaurada. Cuba foi o esteio do Bloco Socialista nas Américas, pois a Revolução dos irmãos Castro sob a companhia de Ernesto Guevara pôs um fim ao governo pró-estadunidense de Fulgêncio Batista (HOBSBAWM, 1995).

Vários intelectuais brasileiros acabaram sendo exilados do país para outras repúblicas vizinhas. A professora Maria da Conceição Tavares foi então designada para trabalhar no escritório da Cepal no Chile em 1968, onde acabou escapando dos expurgos causados pela implementação do AI- 5 na década de 1960. Lecionou em uma universidade

no Chile, mas foi para a França para fazer uma pós-graduação e, consequentemente, em 1972, retornou ao escritório cepalino (MELO, 2012).

Contribuiu para o governo do Presidente Socialista Salvador Allende, participou do Ministério da Economia juntamente com outros economistas, inclusive o seu colega José Serra, com quem elaborou um trabalho sobre “*Além da Estagnação*” (1972). No período em que retornou ao Brasil, Maria da Conceição Tavares teve suas atividades divididas em duas das principais universidades que atuou; a Unicamp e a UFRJ. Foi na década de 1970, entre o ano de 1972, que a autora defende a sua tese “*Acumulação de Capital e Industrialização do Brasil*”.

Ela elabora a discussão dentro do caso brasileiro voltado aos clássicos da economia: Marx, Keynes e Kalecki. Além da revisão da teoria do Oligopólio, descrita nesta tese a ser estudada, reorganizando e reinterpretando a história econômica do Brasil (MELO, 2012). A partir da elaboração desta tese, Maria da Conceição já havia rompido com o pensamento cepalino adquirido por ela e usado, muitas das vezes, para a elaboração de trabalhos focados principalmente nas economias periféricas ou subdesenvolvidas da América Latina e do Brasil. Para a autora, o problema central de sua tese será analisar que todas as estruturas capitalistas tendem a defender uma margem de lucros por blocos capitais a longo prazo. Sendo assim, Conceição Tavares enfatiza a predominância do “Capitalismo Competitivo” (TAVARES, 1998).

No contexto em que a professora Maria da Conceição Tavares trabalhou a questão do subdesenvolvimento dos países da América Latina, baseando-se na visão de Prebisch sobre a substituição da importação. Tema esse que foi importante no período de 1950 até 1960, pois o contexto da época – principalmente nos anos em que o Estado era o motor principal do desenvolvimento econômico – foi marcado pelos governos pró-desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart.

No cenário da Ditadura Militar, Maria da Conceição Tavares também analisa os processos de crescimento econômico do Brasil. No âmbito dos governos desenvolvimentistas e o milagre econômico da Ditadura Militar. Sendo que em ambos a autora critica a forma de crescimento desigual, sem a participação da população mais carente do país, especificamente a classe média/baixa.

Segundo Conceição Tavares (1998), a busca seria de como reinterpretar alguns dos pontos centrais da Teoria Clássica do Desenvolvimento e da Distribuição de Renda através das ideias dos clássicos. Analisando como essas práticas podem ser analisadas e discutidas no contexto da evolução histórica recente do capitalismo. “Essas restrições são igualmente válidas para os modelos pós-keynesianos que relacionam crescimento com distribuição” (TAVARES, 1998. p. 25). Assim, na primeira parte da obra, Conceição Tavares buscou analisar os desdobramentos dos clássicos da chamada Escola Inglesa, os pós-keynesianos, como Harrod e Joan Robinson:

Os seus esquemas de reprodução, em compensação, não tratam de leis de movimento de sistema, mas sim de problema que, a partir de Harrod, se denominou de equilíbrio dinâmico (TAVARES, 1998. p. 24).

Para a autora, existem etapas na perspectiva da acumulação de capital do capitalismo competitivo. Segundo Tavares, há condições limitadas pela produtividade da mão de obra em relação ao seu custo de produção. Sendo assim, este era o limite máximo para a acumulação numa fase inicial de expansão capitalista. Conceição Tavares divide os setores da acumulação de capital em dois: produção corrente de bens de consumo (D1) e a produção corrente dos bens de produção (D2). Com isso, a autora buscou analisar o funcionamento e a inter-relação entre esses dois departamentos (TAVARES, 1998).

A autora (1998) propõe a visão de Karl Marx para referir a utilização e a apropriação da mais-valia, não como um setor de produção específica, mas com seus problemas próprios de produção e realização. Outro clássico que a autora utiliza para visualizar o comportamento do consumo capitalista seria Kalecki (1968) que apontou para a forma de gasto do capitalismo como demanda efetiva, sendo assim, tão importante quanto os gastos em investimentos seria o ponto de vista da realização da dinâmica dos lucros em um processo de acumulação:

O que estamos tentando explorar neste ensaio não é apenas a hipótese de Kalecki sobre a importância deste novo setor, centrada no problema da demanda efetiva e, portanto, na realização dos lucros (TAVARES, 1998. p. 34).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelas repreensões da Ditadura Militar no Brasil. Durante esse período, intelectuais de várias vertentes do socialismo, sociais-democratas ou aqueles que eram oposição aos governos militares estavam exilados ou presos. Maria da Conceição Tavares e seus companheiros, especificamente alguns intelectuais dos movimentos sociais, passaram um período em outros países. Estudando e formulando ideias do campo econômico social.

No Brasil, a oposição se centrava especificamente no partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que posteriormente seria o partido da professora Maria da Conceição Tavares. Outro fator que contribuiu para a formação intelectual da época foi a implementação das ideias socialistas que adentravam à América Latina nas principais décadas do Século XX, principalmente por conta da Guerra Fria que estava em seu apogeu e as revoluções de caráter socialistas que eclodiram sobre alguns países latino-americanos.

De acordo com a autora, a visão que ela descreve sobre as acumulações desencadeadas pelo oligopólio competitivo tem como base as fundamentações de Schumpeter. Baseando-se no pensador, a autora analisa as questões de distribuição de capitais a longo prazo e ainda, a sua visão otimista de destruição criadora (TAVARES, 1998). A autora busca complementar os pensamentos schumpeterianos junto às ideias de Marx. Segundo ela, os dois pensadores criticavam, em particular, a agressividade do

sistema capitalista de competição e a sua compulsão de acumular:

Um sistema que em cada ponto de tempo utilize plenamente as suas possibilidades da melhor maneira possível pode, no entanto, no longo prazo, tornar-se inferior a outro sistema que não o faz num dado ponto de tempo, porque o fracasso deste último (em obter a melhor utilização de recursos) pode ser a condição para um mais alto nível (de utilização) e de crescimento numa performance de longo prazo (SCHUMPETER, 1957. p. 83).

A autora buscou elaborar uma análise completa dos fatores importantes das ações de empresas estrangeiras dentro das economias subdesenvolvidas. Ela interpretou a ação das empresas e concluiu que: não era o Estado que analisava os produtos a serem vendidos dentro de uma economia, mas as empresas estrangeiras que produziam de acordo com as matérias-primas necessárias, ou disponíveis, naquela economia. Sem contar no mau uso macroeconômico de recursos e seus efeitos perversos sobre a estrutura de consumo e de distribuição de renda (TAVARES, 1998).

Assim sendo, Maria da Conceição (1998) sofreu forte influência dos conceitos de Celso Furtado para endossar ainda mais a sua análise no parágrafo anterior. Furtado adverte em seu último livro que, a associação do Estado não resolveria, necessariamente, o problema de mudar a estrutura do consumo, nem orientar a estrutura produtiva no sentido de uma melhor alocação macroeconômica de recursos, isto é, do ponto de vista do interesse social da nação.

Dentro desta perspectiva, a autora buscou compreender as competitividades dentro das cadeias nacionais e internacionais. Enfatizando sempre a presença do Estado com a economia política, buscando alocar os investimentos internos com o intuito de criar um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e social. Minimizando os conflitos por excedente de capital e relativizando a distribuição de capital mediante à renda e salários que a própria autora busca analisar profundamente em sua obra.

Outro papel que a autora buscou dar ênfase é na atuação do Estado como provedor de investimentos públicos como possível estabilizador do ciclo de expansão:

Vale dizer, trata-se sobretudo de esclarecer o chamado "caráter autônomo" de investimentos do governo e sua capacidade de estabilizar um ciclo de expansão comandada pelo crescimento acelerado das demandas setoriais das grandes empresas oligopólicas, sobretudo as estrangeiras (TAVARES, 1998. p. 99).

Ela buscou exemplificar as tarefas desencadeadas pelo Estado como provedor do desenvolvimento, ideias que podemos encontrar facilmente em Keynes. Segundo o autor, o Estado deve intervir provendo os investimentos necessários para o aceleração econômico:

Assim, por exemplo, numa etapa de expansão econômica acelerada, o investimento público está obrigado a aumentar mais que proporcionalmente seus gastos em infraestrutura e na indústria pesada de insumos básicos, para romper estrangulamentos existentes, que se agravam com a expansão, e

A intelectual trouxe uma reinterpretação para o caso brasileiro de acumulação. Voltando especificamente ao processo de acumulação de capital do complexo cafeeiro e a sua área urbano-rural explicariam não somente o surgimento de empresas como também sua articulação com o movimento cíclico da economia cafeeira (TAVARES, 1998).

O contexto foi importante para interpretar e analisar os processos de industrialização. O Brasil como principal exportador de café sempre esteve sujeito às variações dos preços internacionais e às cobranças exigidas pelas casas de exportações. Assim, com a crise de 1930, a superprodução de café expõe o Brasil em uma crise sem precedentes.

De acordo com a professora Maria da Conceição Tavares (1998), essa dependência pelo lado do setor exportador é decisiva, pois, se o modo de produção capitalista se torna dominante no Brasil, por força da própria expansão cafeeira, não se geram, em simultâneo, forças produtivas capazes de produzir, endogenamente, o conjunto do sistema, portanto era importante a ação do Estado.

A ação do Estado é decisiva para a constituição de uma indústria pesada de bens de produção e das empresas internacionais para a instalação de um setor diferenciado e "dinâmico" de bens de consumo capitalistas (TAVARES, 1998. p. 128).

Sendo assim, o contexto que a autora buscou trabalhar retoma o processo cafeeiro do país, principal momento de expansão das acumulações de capital que, futuramente, com a atuação do Estado como mediador em algumas áreas econômicas, necessária para uma diversificação de empresas internacionais e diversificação dos produtos capitalistas na economia brasileira.

Na primeira obra, Tavares (1975) buscou compreender o processo de substituição de importação aos modelos cepalinos desenvolvidos para as economias periféricas da América Latina. Utilizando alguns conceitos – como o keynesianismo – para entender o processo de retardação da industrialização latino-americana e a sua dependência frente às economias desenvolvidas.

A crise de 1929 e os períodos de guerra fizeram com que intelectuais pudessem analisar os processos de dependência das economias subdesenvolvidas. O período de atuação da autora o coloca no momento mais turbulento do século. Ideias florescendo no âmbito econômico garantiu que esses ideais desenvolvimentistas se concretizassem. Skinner (2001) ressalta a importância do contexto para que as ideias sejam criadas e analisadas.

Assim, a segunda obra é diretamente aplicada ao caso brasileiro, os oligopólios competitivos e a acumulação de capital. O caso brasileiro se destacou pelo ciclo cafeeiro que introduziu à economia do Brasil capital necessário para a criação de grandes corporações de empresas. Baseado na visão de Keynes, Conceição Tavares (1998) concluiu que a interferência estatal nas décadas de 1950 foram fundamentais para a ascensão econômica

do Brasil. Principalmente com os investimentos feitos em infraestrutura para atrair capital estrangeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal objetivo observar como as ideias da professora Maria da Conceição Tavares foram relevantes para a elaboração de planos desenvolvimentistas para o cenário econômico do Brasil nas respectivas décadas de atuação dela. Buscou reformular alguns conceitos e elaborar teorias e pensar projetos políticos para a nação.

Sendo assim, seus ensinamentos influenciaram vários economistas que, posteriormente, foram principais figuras do cenário político brasileiro. Sua contribuição intelectual para a compreensão dos aspectos que constituem a história do pensamento econômico brasileiro é significativa, mesmo em um cenário predominantemente masculino, Maria da Conceição Tavares se destacou como uma importante intelectual na História do Brasil

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. P.; SILVA, R. C. **Uma Mestra na Periferia do Capitalismo**: A Economia Política de Maria da Conceição Tavares". Campinas: Texto para Discussão do IE-Unicamp n. 172, dezembro de 2009.

BIELSCHOWSKY, R. Maria da Conceição Tavares. **Revista de Economia Contemporânea**. IE-UFRJ. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 193-200, jan./abr. 2010.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DA COSTA, F. N. **Dos discípulos à Mestra** – Atualidade do pensamento de Conceição Tavares. Unicamp. Instituto de Economia. Setembro de 2018.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

HOBBSBAWM, ERIC. **Era dos Extremos** – O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, N. R. R. **CELSO FURTADO X EUGÊNIO GUDIN**: a construção de um debate político sob a concepção basilar da dinâmica da história. Tese de Doutorado. Assis, 2017.

LIMA, R. F. **O Pensamento Estruturalista e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro Recente**. UFRJ: Rio de Janeiro. agosto, 2012.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 4. ed. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1987.

MELO, H. P. (Org.). **Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e política** / Maria da Conceição Tavares. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

ROBILOTTI, P. C. N. S. **O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares: Influências Teóricas, Economia Política e Pensamento Econômico**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-Unicamp, defendida em 29/2/2016.

SIRINELLI, J. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SKINNER, Q. **Significado e interpretação na História das ideias**. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399. jan./abr. 2017. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. Visions of Politics. London: Cambridge University Press, 2001, vol. 1, cap. 4, p. 57-89.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1972.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas. SP: UNICAMP. IE. 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 6).

O PATRIMÔNIO EM UMA LÓGICA DO APAGAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DE PATRIMÔNIOS PRESENTES NA LÓGICA DO APAGAMENTO PAULISTANO

Data de aceite: 01/09/2023

Mariana Rezende Doliveira

Universidade do Porto. Faculdade de
Arquitectura.

RESUMO: A importância conferida a uma leitura que compreenda o patrimônio arquitetônico em sua forma mais autêntica, ou seja, que valorize as qualidades culturais contingentes associadas ao edificado, tem sido um tema central de debate no universo da salvaguarda patrimonial. Reconhecemos que a arquitetura será condicionada pelo significado cultural existente. Entretanto, observamos abordagens preservacionistas que capturam a significação cultural e a identificação de valores e atributos, sob uma perspectiva mais objetiva quanto à relevância do edificado histórico, que dificilmente considera manifestações espontâneas de vínculos afetivos e de pertencimento, as quais possam vir a representar diferentes formas de apropriações simbólicas dos espaços urbanos e de uma memória integrada e viva. Ao conceber o patrimônio arquitetônico como uma construção social, sempre em transformação, o presente trabalho problematiza os paradoxos da patrimonialização na valorização da

memória paulistana por meio da análise dos processos de significação intrínsecos nas apropriações de patrimônios arquitetônicos localizados no centro histórico da cidade de São Paulo. O território é caracterizado por políticas do apagamento, decorrente da construção da memória coletiva paulistana. Os resultados observados serão discutidos à luz do debate teórico sobre a manifestação da memória como fenômeno intrínseco no processo de ocupação e resistência. Em busca de uma salvaguarda patrimonial mais democrática, esta análise procura contribuir para a sinalização e para o reconhecimento de novas narrativas, para então atribuir valor, definir estratégias vinculadas ao patrimônio cultural e ultrapassar uma interpretação do patrimônio arquitetônico apenas por sua materialidade.

Palavras-chave: Patrimônio arquitetônico; uso; apropriação; significado cultural; memória; apagamento.

ABSTRACT: The importance attributed to an examination that comprehends architectural heritage in its most authentic form, that is, one that values the contingent cultural qualities associated with the building, has been a central topic of debate in the world

of heritage safeguarding. We recognize that architecture will be conditioned by existing culture significance. However, we observe preservationist approaches that capture the cultural significance and the identification of values and attributes under a more objective perspective as to the relevance of the historic building, which hardly considers spontaneous manifestations of affective bonds and belonging, which may represent different forms of symbolic appropriations of urban spaces and of an integrated and living memory. By conceiving the architectural heritage as a social construction, always in transformation, this dissertation discusses the paradoxes of patrimonialization in the recognition of São Paulo's memory through the analysis of the appropriations of architectural heritage in the historic center of this city. The territory is characterized by politics of erasure, resulting from the construction of the collective memory of São Paulo. The results observed will be discussed considering the theoretical debate about the manifestation of memory as an intrinsic phenomenon in the process of occupation and resistance. In search of a more democratic heritage safeguard, this analysis seeks to contribute to the signaling and recognition of new narratives, to then attribute value, define strategies linked to cultural heritage, and move past an interpretation of architectural heritage only by its materiality.

KEYWORDS: Architectural Heritage; use; appropriation; occupation; cultural significance; memory; erasure.

INTRODUÇÃO

Ao conceber o patrimônio arquitetônico como uma construção social, sempre em transformação, o presente trabalho problematiza os paradoxos da patrimonialização na valorização da memória paulistana por meio da análise dos processos de significação intrínsecos nas apropriações de patrimônios arquitetônicos localizados no centro histórico da cidade de São Paulo, no Brasil. O território selecionado é caracterizado por políticas do apagamento, decorrente da construção da memória coletiva paulistana.

A partir de uma análise histórica do desenvolvimento da cidade, observamos, na região central do tecido urbano paulistano, uma busca pela utopia, associada a uma necessidade de novidade que, por sua vez, é movida por processos de apagamento. Refletimos ao longo do trabalho como esses processos de apagamento apresentam-se como característicos da cultura brasileira e paulistana, cujos valores culturais da nação foram construídos sob uma lógica de apagamento histórico-cultural.

O Brasil é um país constituído por uma cultura, que por demasiado tempo foi construída a partir de um discurso autorizado, que consolidou o poder de uma oligarquia branca. Ao ser o último país da América Latina a abolir a escravidão (Lei Áurea, 1888), o Brasil carrega um histórico de escravização e eliminação de seus povos originários.

Segundo o historiador Laurentino Gomes, liberdade nunca significou, para os ex-escravos e seus descendentes, oportunidade de mobilidade social ou melhoria de

vida (GOMES, 2019). Essa construção foi estabelecida a partir da priorização de certas narrativas históricas em detrimento de outras e que manteve a *colonialidade* do poder (SCHENKMAN, 2021).

A romantização de um passado histórico, que não reconhece as memórias difíceis, foi aspecto característico na construção da memória coletiva brasileira e paulistana.

A busca pelo primitivo, em um culto à preservação da arquitetura da colônia, e pela nova arquitetura, modernista, foram abordagens que marcaram o campo da salvaguarda patrimonial, que se iniciou a partir de 1920, com a vontade da classe dominante em mapear o que fosse nacional, original e moderno, em um contexto de industrialização do país e pós-primeira-guerra mundial (SCHENKMAN, 2021). O instrumento jurídico responsável pela proteção patrimonial surge com o decreto-lei nº 25 de 30/11/1937, que é o *tombamento*. A noção de patrimônio se alinhava à uma ruptura com o passado, propondo uma consciência de historicização (CHUVA, 2009).

Em São Paulo, o “patrimônio paulista” teve maior visibilidade em 1969, com a criação do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Em meio ao regime militar (1964-1985), o patrimônio histórico sofreu um apelo turístico e foi constituído por marcos e ou monumentos da história tradicional e da modernização de São Paulo.

A Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo foi criada em 1975, de modo a contar com o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e o tombamento municipal passou a ser operacionalizado em 1988 pelo CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo).

Diferente da ideia de formação de uma identidade nacional, em uma abordagem mais ortodoxa, a salvaguarda patrimonial em esfera municipal se desenvolveu em um sentido mais novo e democrático, onde o patrimônio arquitetônico é analisado como um processo cultural.

Mesmo aberto a uma perspectiva mais democrática de interpretação ao patrimônio, os órgãos de preservação estão em meio aos conflitos da produção imobiliária, onde o tombamento (principal instrumento dos órgãos de preservação) se apresenta como uma grande polêmica, ao intervir diretamente na renda da terra (SCHENKMAN, 2021).

Em meio à uma sociedade que caminha rumo ao valor de novidade, o tombamento passa a ter um caráter de resistência ao direito pela memória. A identificação das diversas formas de manifestações culturais passa a ser uma urgência, principalmente aquelas com maior tendência a negação.

A partir do desenvolvimento de uma salvaguarda patrimonial mais democrática, de forma a estarmos abertos às várias narrativas, nos cabe estarmos atentos as diversas formas de manifestações culturais e mnemônicas, para assim buscarmos construir uma memória coletiva saudável, diversa e integrada.

Como parte constituindo a área central da cidade de São Paulo, o Largo do

Paissandu, é um exemplo de um território, que manifesta a lógica de apagamento histórico-cultural paulistano, adjacentes ao discurso autorizado e justificadas por uma necessidade de inovação. O local é marcado por um passado de demolições e relocações de edifícios desapropriados e outros intencionalmente fechados por seus proprietários, de forma a resultar em um vazio imposto em constante espera de um tempo utópico, que seria representado pela valorização do preço da terra.

A Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, localizada ao centro do Largo, reflete um passado histórico de desapropriações e expulsões. A igreja foi desapropriada e relocada no centro do Largo em 1906, advinda do processo de desapropriação decorrente da lei nº 670. Embora a Irmandade tenha alegado àquela época o seu valor histórico, a desapropriação prosseguiu.



Imagem de 1924, com vista da Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos inserida no Largo do Paissandu. Fonte Imagem: prefeitura.sp.gov.br. Acesso em 15/07/2019.

Atualmente, a igreja é protegida pela Resolução 37/1992 e é sinalizada como uma das 293 edificações identificadas no perímetro referente ao Parque Anhangabaú. Na Resolução 37/1992, o CONPRESP resolveu tomba a área do Vale do Anhangabaú, ao considerar o seu valor histórico, social e urbanístico, representado pelos vários modos de organização do espaço urbano que compõem a área central da cidade e considerando o significado paisagístico e ambiental assumido pelo Vale do Anhangabaú ao longo da história da cidade de São Paulo, como também, o valor histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo de diversos imóveis adjacentes.



Fonte: Imagem: Resolução N° 37/CONPRESP/1992

Os critérios da listagem foram realizados por meio da divisão dos imóveis em conjuntos que consideraram serem os mais representativos das etapas de ocupação dessa área. A tipologia de sua arquitetura, quanto a época de sua construção, somada à paisagem urbana que proporcionava, foram os atributos de maior relevância para o tombamento, que foi justificado pela necessidade de preservar tais construções, dada a aceleração decorrente da especulação imobiliária da época.

A resolução abrange o tombamento dos elementos constituidores do ambiente urbano, a saber: 293 edificações e 9 logradouros públicos. Os bens tombados foram classificados em níveis de proteção.

Ao ter o déficit habitacional como um dos maiores problemas da cidade de São Paulo, espaços ociosos se tornam um problema. Diversos edifícios tombados pela Resolução 37/1992 são ocupados por movimentos de luta por moradia digna. Apesar de o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade apontarem medidas legais aos imóveis que não cumprirem sua função social (IPTU progressivo e desapropriação), diversas dessas situações não são revertidas e tornam-se foco para os movimentos de luta por moradia.

Com o surgimento de novos polos econômicos, a partir da década de 1970, o centro foi alterando o perfil de usos e usuários. Políticas setoriais de transportes e a legislação

de zoneamento condicionaram o deslocamento dos usos centrais de prestígio para o setor sudoeste da cidade. Decorrente da redução do preço da terra na área central, empresas de menor porte começaram a ocupar a região na década de 1960. Assim, o centro da cidade configura-se em aspecto mais popular.

Atualmente, o centro da cidade se tornou foco de uma grande manobra imobiliária, que subverte diversos sentidos e significados atribuídos à região. O local é caracterizado pela presença de políticas públicas que promovem uma grande transformação no território e que conflitam com a realidade presente. Dentre elas destacam-se Os Projetos de Intervenção Urbana (PIU – Setor Central proposto pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo), a Transferência de Potencial Construtivo (TPC), o Programa Centro Aberto e o projeto de Requalificação do Anhangabaú.

A narrativa de que o centro está abandonado justifica diversas intervenções que descaracterizam o território e que evidencia valores culturais e econômicos que regem a política paulistana. Essa movimentação nos alerta para a necessidade do mapeamento e sinalização das manifestações culturais existentes, de forma a evitar movimentos de gentrificação e descaracterização do território.

Como aponta Guilherme Wisnik, a cidade de São Paulo é constituída pelas pressões democratizantes inerentes de seu processo de metropolização (ZOCCHIO, 2011). Diversas obras, como o alargamento de vias e avenidas e suas consequentes desapropriações, indicam distintos interesses sociais e econômicos presentes na cidade.

Ao identificarmos a Resolução 37/1992 como instrumento de preservação vigente no perímetro selecionado, observamos o distanciamento da realidade existente no processo de reconhecimento do significado cultural de um patrimônio arquitetônico. A partir da concepção do patrimônio cultural como uma construção social, sempre em transformação, problematizamos os paradoxos da patrimonialização na valorização da memória paulistana por intermédio da análise das apropriações de patrimônios arquitetônicos presentes na lógica do apagamento paulistano.

O presente trabalho enaltece a importância conferida a uma leitura que compreenda o patrimônio arquitetônico em sua forma mais autêntica¹, ou seja, que valorize as qualidades culturais contingentes associadas aos edifícios (Nara + 20, 2014). Ao longo das últimas décadas tem havido um conjunto de esforços para definir os critérios sobre os quais são tomadas as decisões de conservação. O conjunto de valores que constitui a significância cultural de um bem, muitas vezes não são bem compreendidos, de forma a problematizar a identificação dos atributos.

Observamos abordagens preservacionistas que capturam a significação cultural e a identificação de valores e atributos, sob uma perspectiva mais objetiva quanto à relevância

1 A autenticidade é abordado pelo presente trabalho em alinhamento a Carta de Nara sobre a autenticidade (1994). A autenticidade é fator essencial de qualificação respeitante aos valores atribuídos ao próprio patrimônio. O conhecimento e a compreensão destas fontes de informação, relativamente as características originais e subsequentes do patrimônio cultural e do seu significado, são requisitos básicos para a avaliação de todos os aspectos de autenticidade.

do edificado histórico, que dificilmente considera manifestações espontâneas de vínculos afetivos e de pertencimento, com caráter social. Essa postura facilita movimentos de gentrificação e descaracterização dos bens culturais.

A mudança de paradigma de uma salvaguarda patrimonial mais preocupada com a conservação material de patrimônios arquitetônicos, para um debate preservacionista mais preocupado em promover uma conservação baseada em valores, que abrangem o universo intangível de uma construção pré-existente, se tornou mais evidente, dada a ocorrência das destruições subseqüentes a Segunda Guerra Mundial.

É na Carta de Veneza (1964) que o termo *significado cultural* aparece pela primeira vez e está associado à fase significativa que o monumento histórico engloba. A definição do conceito será mais abordada na Carta de Burra (1999), na qual o significado de um patrimônio estaria incorporado no próprio sítio tombado, na sua área envolvente, na sua utilização e nas suas associações, podendo ter variação de valor para diferentes indivíduos e grupos. Sua interpretação implicaria que todos os modos de apresentação de um sítio, incluindo a sua utilização e atividades existentes, fossem levados em consideração.

Reconhecemos o abismo existente entre os princípios desenvolvidos nas cartas patrimoniais e nos modos de os operacionalizar, como também na problemática referente a generalização dos valores enaltecidos. No entanto, para a conservação e preservação de um bem patrimonial, torna-se de extrema importância o reconhecimento dos valores que manifestam o significado cultural existente, como também a identificação dos atributos (tangíveis e intangíveis) que reverberam esses valores.

Segundo Françoise Choay, ao buscarmos ultrapassar a barreira do tangível e relacionar o patrimônio com suas características intrínsecas, a utilização do patrimônio manifesta-se como parte integrante de sua essência, mantendo uma relação com suas finalidades estéticas e simbólicas (CHOAY, 2001).

Em sua pesquisa sobre os usos do patrimônio, Laurajane Smith destaca que patrimônio é o que se passa nos sítios patrimoniais. Os lugares podem servir de ferramentas culturais que facilitam, mas não são necessariamente vitais para esse processo cultural. Smith conclui que o patrimônio é vivo. É um momento de ação e não algo congelado em uma forma material (SMITH, 2006).

Os lugares se tornam lugares de patrimônio tanto por causa dos eventos de construção de significado e lembrança que ocorrem neles, mas também porque dão um sentido de ocasião e realidade às atividades que neles ocorrem. A identidade não seria apenas produzida ou representada pelo patrimônio, mas estaria ativa e continuamente sendo recriada.

“Although heritage is something that is done at places, these places become places of heritage both because of the events of meaning making and remembering that occur at them, but also because they lend a sense of occasion and reality to the activities occurring at them. There is an interlinked relationship between the activities that occur at places and the places

themselves – but it is this tension between action and material representation that is an important element of heritage. The tension may at once be about creating and maintaining historical and social consensus, but simultaneously it can also be a process of dissent and contestation. " (SMITH, 2006. p. 83)

Como é abordado por Sarah Fieldman, a preservação é prática social que se insere no processo de conflitos e disputas pelo território. Precisamos olhar para as especificidades das formas de apropriação, simbólica e econômica, dos espaços urbanos para então atribuir valor e definir estratégias vinculadas ao patrimônio cultural (FIELDMAN, 2017).

CASO DE ESTUDO

Ao reconhecermos que os processos de apropriações dos espaços são processos dialéticos, pelo qual se vinculam as pessoas e os espaços – em um contexto sociocultural, desde os níveis individuais, grupais e comunitários presentes na sociedade, refletimos sobre como se desenvolvem os processos de significação de patrimônios arquitetônicos presentes dentro da área central da cidade de São Paulo e que reflete a lógica do apagamento paulistano.

O percurso metodológico do presente trabalho foi desenvolvido em quatro etapas distintas, a objetivar uma integração entre todas as partes. A pesquisa pretende contribuir para a problematização da construção do significado cultural e do papel das apropriações no campo da salvaguarda patrimonial.

O trabalho se desenvolveu através do (i) levantamento das fontes documentais; (ii) análise arquitetônica dos edifícios sinalizados (iii) de uma observação não-participante e participante das apropriações existentes; (iv) de entrevistas qualitativas em profundidade. Essas quatro abordagens distintas para a coleta de dados, visam uma maior compreensão dos casos selecionados e universo estudado.

A imersão no campo se iniciou a partir do método dedutivo, a não ter hipóteses pré-estabelecidas, apenas uma primeira pergunta mais genérica, de *como o significado cultural se manifesta por meio das apropriações de objetos que representam a lógica do apagamento paulistano?* Essa lógica do apagamento é abordada como resultante da construção de uma memória coletiva marcada por um discurso oficial.

A partir da análise dos dados coletados, certos conceitos e concepções teóricas apresentaram-se em alinhamento às reflexões realizadas. Referente à uma interpretação do patrimônio a partir de seus valores, destacamos as análises desenvolvidas pelo austríaco Alois Riegl em sua obra **O Culto Moderno dos Monumentos**. Relacionado aos estudos sobre a patrimonialização como um processo cultural, onde a utilização se manifestará como aspecto intrínseco a esse processo, destacamos diversos autores, dentre eles Laurajanne Smith, Françoise Choay e Sarah Fieldman. Referente aos estudos sobre o campo da memória, destacamos o trabalho de Henri Bergson e Maurice Halbwachs sobre

o “fenômeno da memória” e sobre a “memória coletiva”.

Não pretendemos com este trabalho responder todas as questões intrínsecas ao significado cultural dos patrimônios arquitetônicos sinalizados, apenas propomos uma reflexão em maior profundidade sobre os distintos processos de significação que possam vir a se manifestar a partir das apropriações do recortado realizado e sobre a necessidade de reinterpretação do mesmo.

Os objetos, patrimônios arquitetônicos, sinalizados como mais representativos para análise e que são tombados pela Resolução 37/1992, foram: (i) o Largo do Paissandú e a Igreja da Nossa do Rosário dos Homens Pretos (inserida no Nível de proteção 1, que exige a preservação integral do bem). A Igreja foi reconhecida pela resolução como um edifício isolado, em estilo neorromânica com influência da arquitetura religiosa europeia e com papel de referência para a construção de igrejas posteriores. A Igreja permanece com o uso religioso promovido pela sua Irmandade.

Os outros edifícios analisados foram tombados em nível 3, onde apenas sua fachada precisa ser preservada. O primeiro deles é o Edifício Cotonifício Paulista, localizado na Avenida São João, 340 e que foi propriedade da Sociedade Anônima Cotonifício Paulista. Esse edifício também teria abrigado por um período o Hotel Municipal. Atualmente, a construção pertence ao Municipal Hotel e Estacionamento Ltda, e está fechado. O prédio foi ocupado algumas vezes por movimentos de luta por moradia, no entanto violentas desapropriações ocorreram, mantendo o edifício sem uso e com estruturas que impossibilitam sua ocupação.

Outros edifícios sinalizados foram o Hotel Columbia Palace (1920), localizado na Avenida São João, 588 e o antigo Hotel Central, também localizado na Avenida São João 288. Ambas construções foram projetadas por Ramos de Azevedo e suas fachadas são constituídas em estilo eclético com influência neoclássica. Tiveram a hotelaria como uso inicial, como reflexo da economia cafeeira. Ambos edifícios ficaram desocupados e tiveram o IPTU progressivo. Atualmente são ocupados pelo movimento de moradia digna MRTSU-Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana.

O Hotel Columbia foi desapropriado e espera da Secretaria Municipal de Habitação a aprovação do projeto para habitação Popular do Edifício, propondo transformar o prédio em Habitação de Interesse Social. A Secretaria cobra da ocupação a realização do projeto. Enquanto isso, a descaracterização do edifício e seu aspecto degradado se tornam fortes justificativas para a acusação de má utilização do bem. Por mais que o imóvel esteja ocupado desde 2010 pelo movimento de luta por moradia, o uso atribuído no relatório do DPH é de desocupado.

Diferentemente do Hotel Colúmbia, o Hotel Central não foi desapropriado e o proprietário atual estabelece uma postura mais apaziguadora, não exigindo a desocupação. No entanto faltam incentivos para uma melhor conservação do bem.

O desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida também foi foco de análise

do presente trabalho. Tombado em nível 3, o edifício Wilton Paes de Almeida era mais um dos bens reconhecidos pelo tombamento da área do Anhangabaú e era identificado como integrante do quinto conjunto tipológico dos imóveis mais representativos das etapas de ocupação da área e verticalização do Centro, caracterizado pela arquitetura contemporânea, onde torres de vidro, concreto e aço simbolizam a metrópole de hoje.

O edifício que inicialmente abrigou a Companhia Comercial de Vidros do Brasil, também abrigou a polícia federal e em setembro de 2002, o prédio passou a pertencer à União. O edifício ficou desocupado em 2003, quando passou a ser ocupado por um movimento de luta por moradia. No dia 1º de maio de 2018, em decorrência de um incêndio, o edifício desabou. O local abrigava 146 famílias do Movimento Luta por Moradia Digna (LMD).

Após o desabamento, foi sugerido o *destombamento* do terreno, uma vez que o edifício já não mais lá estava. O lote foi *destombado* por Resolução nº. 03/CONPRESP/2020 e as justificativas para o *destombamento* foram o desaparecimento do edifício e a inexistência de material iconográfico para a recuperação dos elementos constitutivos do edifício. Também foi enaltecida “a ausência de testemunhos que possam embasar a manutenção do tombamento da edificação, tanto do ponto de vista cultural, histórico, ambiental ou social.” (Resolução nº. 03/CONPRESP/2020). No vazio deixado pelo desastre, irão construir um novo edifício, que terá o mesmo gabarito de altura do antigo prédio ali existente, mas não será destinado a movimentos de ocupação.



Os patrimônios arquitetônicos analisados foram: a Igreja da N. S. R. H. P., localizada ao centro do Largo do Paissandu, e os edifícios ocupados ou fechados na Avenida São João; o Edifício Cotonifício Paulista, o Hotel Colúmbia Palace, o Hotel Central e o vazio deixado pelo desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida. Fonte: Ortofoto PMSP 2017.

Ao utilizar de uma abordagem de análise de campo dedutiva, o trabalho desenvolveu-se com a análise das distintas apropriações territoriais existentes. Um primeiro percurso metodológico foi desenvolvido através da vivência no bairro por um período de um ano e meio, onde foi objetivada uma análise da vida cotidiana e das ocupações presentes.

Com o objetivo de ampliar o debate preservacionista, no sentido de oferecer novas abordagens sobre dimensões profundas do significado cultural do patrimônio edificado e das relações existentes entre as apropriações e a memória coletiva, procuramos compreender os processos de subversões desses patrimônios arquitetônicos como dispositivos de memória, dentro da presente lógica do apagamento.

O termo “*dispositivo*” é compreendido a partir do conceito desenvolvido por Michel Foucault (1975) e é descrito como um macro fenômeno que nos permite sublinhar a dimensão elusiva e complexa dos fenômenos de visibilidade e invisibilidade do espaço urbano que podem conduzir ao processo de patrimonialização (ZAMANT, 2022).

Para identificar o papel dos patrimônios sinalizados como dispositivos de memória, após a identificação das distintas ocupações territoriais presentes no universo selecionado, optamos por realizar entrevistas qualitativas em profundidade com alguns dos atores que se apropriam dos patrimônios arquitetônicos ocupados por um movimento de moradia. Analisamos as experiências de moradores dos dois edifícios ocupados pelo movimento de luta por moradia MRTSU. O objetivo foi aprofundar o olhar sobre o processo de significação desses atores.

Abordamos o patrimônio como um objeto socialmente construído. Ao objetivarmos analisar como a memória apagada se manifesta a partir do território e de seus patrimônios, compreender como aqueles que se apropriam desses edifícios lhe atribuem sentido nos pareceu fundamental.

A partir das apropriações existentes, procuramos reconhecer aspectos do significado cultural do edificado histórico, de forma a enaltecer a importância de uma leitura patrimonial que reconheça as distintas reações e sentimentos que o patrimônio enaltece naqueles que o apropriam, para assim construir políticas públicas que melhor abordem o patrimônio, de forma a também promoverem a preservação de sua materialidade.

Por meio de uma metodologia qualitativa, realizada por entrevistas em profundidade, foram entrevistados oito moradores das duas ocupações. A pesquisa se centrou em sujeitos que narram suas experiências e percepções. A amostragem foi constituída por pessoas em similar situação social: todos ocupantes dos dois edifícios selecionados para pesquisa.

O método procurou direcionar o entendimento do culto ao “*patrimônio abandonado*”, dentro de uma *lógica de apagamento*. E, em busca de um posicionamento mais democrático, o trabalho procurou realizar uma leitura que aborde o patrimônio no presente, como uma construção social em transformação, onde a arquitetura promove o seu espaço de comunicação.

Igualmente, procuramos compreender a história de cada indivíduo e o *como* e o

porque ocupam aquele espaço. As perguntas predefinidas serviram como uma diretriz para o processo de trabalho, que teve por objetivo o entendimento quanto à construção de significados coletivos e individuais para os ocupantes daquele território.

RESULTADOS

Ao reconhecermos a patrimonialização por meio de sua construção social, que será manifestada e sinalizada em suas apropriações espaciais, observamos que os patrimônios arquitetônicos sinalizados são reconhecidos formalmente por significados culturais que pouco dialogam com a realidade latente. Esse não reconhecimento perpetua a lógica de apagamento existente.

As apropriações dos espaços, presentes no território em análise nos evidenciaram que o tecido urbano carrega a memória em sua existência. A Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é um ponto de referência da cultura afrodescendente e rastro de um urbanismo e da sociedade escravocrata e, nessas, suas irmandades tiveram papéis essenciais para a inserção de seus integrantes em um contexto socioeconômico e cultural-religioso. De forma a dar continuidade às práticas religiosas junto à assistência, a presença da igreja revela um significado cultural existente que molda e organiza a sua área adjacente. Esse fenômeno contradiz a concepção da Igreja como um objeto isolado.

As ocupações analisadas parecem estabelecer um diálogo silencioso e indireto para com a Igreja. Observamos a presença de diversos signos análogos às narrativas oprimidas. Abandono e apropriação parecem se fundir em um fenômeno mnemônico e de significação dissociável, onde as ocupações existentes parecem ser aspectos reativos a lógica do apagamento intrínseca no território. A arquitetura exerce a função de emergir do sentimento de ausência uma presença, materializada pela apropriação do espaço. O abandono parece ser transformado pela ocupação e a igreja parece sinalizar o eterno retorno de uma velha narrativa.



Centro Cultural da Ocupação São João com mural de Raul Zito. Fonte imagem: Autora, 2019.

Constatamos que as apropriações e ocupações do território, buscaram enaltecer uma significação através da ação. Esse processo demonstrou uma necessidade de reconhecimento. Os processos de significação analisados nos evidenciaram um *dever de memória* que acreditamos ser potencializado pela lógica de apagamento intrínseca no território e que reverbera problemáticas culturais existentes na sociedade paulistana. O apagamento imposto no território evidencia-se como distinto de um esquecimento espontâneo e esse isolamento forçado reverbera uma potencialização da manutenção da *anti-memória*. A negação de memórias difíceis condiciona uma forma de isolamento e a ocupação desses territórios lesados acaba por ter uma função reparadora (RICOEUR, 2007).

Os patrimônios arquitetônicos sinalizados, localizados na área do Largo do Paissandú e nas proximidades da Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e ocupados por movimentos de luta por moradia digna, parecem representar uma reivindicação pelo direito a memória, a existência, a visibilidade. Em meio a um território marcado por políticas do apagamento, as ocupações sinalizadas evidenciam a relação entre abandono e resistência.

O valor histórico-estilístico não é aspecto de importância para aqueles que ocupam os patrimônios arquitetônicos analisados. O estado de abandono e o déficit habitacional presente na cidade de São Paulo são os principais aspectos para tais ocupações. Observamos a luta, como um grito pela presença, luta contra o culto à ausência, mesmo que seja por meio dele que se faça existir, pois, apenas ao assumir a presença, conseguiríamos

nos libertar integralmente de um esquecimento não promovido pelo apagamento, mas pela presença de todas as partes.

O Largo do Paissandú e suas construções adjacentes manifestam a cultura afrodescendente e uma sociedade escravocrata, onde o seu legado foi a extrema desigualdade social e uma constante lógica do apagamento.

De forma a promovermos um universo preservacionista mais democrático e que vise a construção de uma memória coletiva mais saudável, sem aprisionamentos e fragmentações, apresentamos narrativas existentes no território analisado e postas ao silêncio, que evidenciam a necessidade de reinterpretação do significado cultural existente.

O processo de significação, abordado como fenômeno contínuo, reverbera o passado por meio de diversas associações em um presente em movimento. Essa identificação dialoga com uma abordagem que possibilita uma reinterpretação de seu significado cultural na sociedade, de forma a orientar à interpretação do patrimônio como um processo cultural.

Em meio à uma sociedade fragmentada, que nega suas memórias difíceis, nos questionamos se a forma mais moderna de patrimonialização não seja a partir da análise de seus avessos. Reconhecemos uma sociedade heterotópica, democrática e livre, não pela fixação de suas memórias, mas pela possibilidade de revelação de todas elas. Nesse sentido, enaltecemos a necessidade da salvaguarda patrimonial em reconhecer a manifestação de lugares que reverberam memórias silenciadas, para assim permitir a existência de todas elas. Enaltecemos a apropriação dos espaços como importante atributo a ser analisado no processo de patrimonialização.

O reconhecimento desses lugares por meio de suas apropriações e dos processos de valorização dos mesmos, tornam-se essenciais para a construção de políticas preservacionistas, macro e micro políticas, que valorizam a integridade e autenticidade dos nossos patrimônios arquitetônicos.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

CHOAY, Françoise. L'Allégorie du Patrimoine. Éditions du Seuil, 1982.

_____. Patrimônio e Mundialização. Évora: Casa do Sul editora, 2005.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

DOLIVEIRA, Mariana. O patrimônio em uma lógica do apagamento. Uma análise sobre os processos de significação de patrimônios arquitetônicos intrínsecos na lógica do apagamento paulistano. Tese de doutorado. Faculdade de arquitetura da Universidade do Porto, 2022.

FIELDMAN, Sarah. Patrimônio cultural e a dimensão metropolitana. In: CYMBALISTA, Renato; FIELDMAN, Sarah; KUHL, Beatriz (orgs). Patrimônio cultural: Memória e intervenções urbanas. São Paulo: Annablume/Núcleo de Apoio e Pesquisa, 2017.

FLICK, Uwe. Métodos qualitativos na investigação científica. Lisboa: Monitos, Projectos e Edições, 2005.

GOMES, Laurentino. Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

HALBWACHS, Maurice. La memoria colectiva. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015.

MASON, R. Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of "Significance". Places. a Forum of Environmental Design. V.16, n.1, 2004.

POL, Enric. La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares, Universidad de Barcelona 2005.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. (Trad. Alain François et. al.) Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. (Trad. Alain François et. al.) Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. Der Moderne Denkmalkultus: Sein Wesen Und Seine Entstehung, Wien, 1903

SCHENKMAN, Raquel. Patrimônio cultural e questão urbana em São Paulo na formação dos órgãos de preservação. Revista do arquivo municipal, São Paulo. 207. P133-145. Novembro, 2021.

SMITH, Laura Jane. Uses of Heritage. New York: Routledge, 2006

ZAMANT, Véronique. Le Chaîne patrimoniale, un régime de visibilité. Territoire en mouvement Revue de géographie et aménagement, 43/ 2019, mis en ligne le 22 octobre 2019, consulté le 28 octobre 2022. URL: journals.openedition.org/tem/5398

ZOCCHIO, Marcelo. Repaisagem São Paulo. São Paulo: Ipis Gráfica e Editora, 2011.

THE “DICCIONARIO DA LINGUA TUPY” FROM 1858 AS AN EXAMPLE OF SOURCE TO AN ENVIRONMENTAL HISTORY

Data de aceite: 01/09/2023

Jaqueline Ferreira da Mota

Escola Estadual de Ensino Fundamental
Barão do Tapajós
Secretaria de Estado de Educação do
Pará (SEDUC/PA), Santarém, Pará
<https://orcid.org/0000-0003-0485-3062>

Este artigo, com poucas modificações, é a versão para o inglês do texto discutido no Simpósio Nacional de História de 2021 e publicado nos anais do evento: MOTA, Jaqueline. O Dicionário da Língua Tupi de 1858 como exemplo de fonte para uma história ambiental. In: 31.º Simpósio Nacional de História, 2021, Rio de Janeiro. Anais do 31.º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021, p. 1-17. Agradeço à Julia Ishida por traduzir meu texto para a língua inglesa.

1864), claims establishing the *Diccionario da Lingua Tupy* (1858) as a preliminary study on the language of indigenous groups from the Brazilian Coastline, later, allowing him to characterize the customs observed. To understand Gonçalves Dias' proposal it was necessary to contextualize the *Diccionario's* production, thus, we used informations of other historical documents. The main objective of our text is presenting the indigenous ethnic groups found in the *Diccionario*. Concurrently, we tried to identify if it was possible to recognize the linguistic diversity of the Tupi language in Brazil during the period in which the *Diccionario* was written. We believed that the historical study of the Pará's indigenous communities of the 18th and 19th Centuries might reveal valuable information on these population. Furthermore, we verified the methodological possibility of using literary texts as sources for Environmental History.

KEYWORDS: Indigenous groups, Environmental History, Literature, Tupi Language, 19th Century

ABSTRACT: The writer, poet, professor, History critic and ethnologist, native from Maranhão, Antônio Gonçalves Dias (1823-

O "DICCIONARIO DA LINGUA TUPY" DE 1858 COMO UM EXEMPLO DE FONTE PARA UMA HISTÓRIA AMBIENTAL

RESUMO: O escritor, poeta, professor, crítico de história e etnólogo maranhense Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) afirma estabelecer o *Diccionario da Lingua Tupy* (1858) como tentativa de estudo prévio da língua dos indígenas do litoral brasileiro para, posteriormente, permitir uma caracterização dos costumes observados. Para compreendermos a proposta de Gonçalves Dias fez-se necessário contextualizar a produção do *Diccionario*, assim, empregamos informações contidas em outros documentos históricos da época. O objetivo geral de nosso texto consiste em apresentar as etnias indígenas presentes no *Diccionario da Lingua Tupy* (1858). Paralelamente, buscamos identificar se seria possível um reconhecimento da diversidade linguística da língua Tupi no território brasileiro no período em que o *Diccionario* foi escrito. Acreditamos que o estudo histórico de comunidades indígenas no Pará dos séculos XVIII e XIX poderia revelar informações valiosas a respeito desses povos. Ademais, verificamos a possibilidade metodológica de empregar textos literários como fontes para uma História Ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas. História Ambiental. Literatura. Língua Tupi. Século XIX.

EL "DICCIONARIO DA LINGUA TUPY" DE 1858 COMO EJEMPLO DE FUENTE PARA UNA HISTORIA AMBIENTAL

RESUMEN: El escritor, poeta, profesor, crítico de historia y etnólogo de Maranhão Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) determina el *Diccionario da Lingua Tupy* (1858) como un intento de estudiar la lengua de pueblos indígenas de la costa brasileña para permitir, posteriormente, una caracterización de costumbres observadas. Para entender la propuesta de Gonçalves Dias fue necesario contextualizar la producción del *Diccionario*; por lo tanto, utilizamos informaciones de otros documentos históricos de época. El objetivo general de nuestro texto es presentar as etnias indígenas presentes en el *Diccionario*. Al mismo tiempo, buscamos identificar si es posible reconocer la diversidad linguística de la lengua tupí en Brasil durante el período en que se escribió el *Diccionario*. Creemos que el estudio histórico de las comunidades indígenas de Pará en los siglos XVIII y XIX podría revelar informaciones valiosas sobre estos pueblos. Además, verificamos la posibilidad metodológica de utilizar textos literarios como fuentes para una Historia Ambiental.

PALABRAS-CLAVE: Indígena. Historia Ambiental. Literatura. Lengua Tupí. Siglo XIX.

INTRODUCTION

Between 1854 and 1858, Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), writer, poet, professor, history critic and ethnologist; as well as a native of Maranhão, traveled to Germany to answer for Secretaria dos Negócios Estrangeiros in Europe. It was in this time period that he published *Os Timbiras* (1857) and *Diccionario da Lingua Tupy* (1858), the latter being the main source of our study. Then, we began to question ourselves: a) Which indigenous groups is Gonçalves Dias speaking about? b) Does he show awareness of Brazilian indigenous diversity? In the preface of *Diccionario*, Gonçalves Dias reports:

Encarregado ha algum tempo pelo Instituto Historico Geographico Brasileiro de apresentar-lhe uma Memoria acerca dos nossos Indigenas, tive de occupar-me com especialidade dos que habitavão o litoral do Brazil, quando foi do seo descobrimento, os quaes por esse facto forão os primeiros que se acharão em contacto com os colonos portugueses. (DIAS, 1858, fólio V)

In the excerpt, Gonçalves Dias claimed that he had dedicated himself to the indigenous living in the Brazilian Coastline, since such groups were the main characters in contact with the Portuguese. Following the preface, Gonçalves Dias informed the main sources compiled in the elaboration of the *Diccionario*: the vocabulary from *Poranduba Maranhense* (1891), Father Figueira's *Gramática* (1687), the *Diccionario Brasileiro* from 1795, a manuscript from the Biblioteca do Rio from 1751, a manuscript from the Academia de Ciências de Lisboa and, lastly, four notebooks from the scientific expedition of Alexandre Rodrigues Ferreira, dated from 1785, 1786 and 1787. As it is known, the *Poranduba Maranhense*, Ferreira's expedition took place in the Amazonia and the *Diccionario Brasileiro* from 1795, by Friar Veloso (EDELWEISS, 1969, p.293), was based on the dictionary of Pará of 1751. (MARTINS, 1945, p.5).

Gonçalves Dias claimed to have attempted to establish a dictionary because he needed to make a previous study of the language spoken by the natives of the Brazilian Coastline since his final objective was "tratar dos caracteres intellectuaes e moraes dessas tribus" (DIAS, 1858, p.V). Nonetheless, there is no homogeneity with his resources and his objective. As we know, the indigenous native populations of the Brazilian Coast are not the same as the ones Alexandre Rodrigues Ferreira came across in the Amazonia during the XVIII Century. Neither groups were the ones encountered by the other authors from the source compilations, since they developed their works in the North of Brazil. As told by Márcia Lígia Guidin, in Gonçalves Dias' bibliography, it is possible to find the precursory existence of a manuscript denominated *Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas* written in 1851 and delivered to the Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico. Nonetheless, there is no official record of such publication and, according to biographers, it must have been lost by the Institute itself (GUIDIN, 2002, p.LVII). Thus, the *Diccionario da Lingua Tupy* from 1858 is Gonçalves Dias' main work written in an indigenous language.

Our research was conceived through reflections considering elements of Environmental History, a theoretical-methodological matrix that presents ways to ponder about Nature and its relation with humans, with the White Men, as well as, with traditional populations. In a recently published book, researchers of various fields like History, Anthropology and Archaeology, proposed a contemplation towards the plants' voices and the relations built between them and the indigenous and quilombolas communities. By questioning what is known as a false dilemma between wild and domesticated plants, recent Archaeological studies demonstrated, through the relationship between indigenous

populations and the forest plants because the plurality of farming practices are not limited to a univocal concept of agriculture.

Additionally, one must approach the issue regarding constructions of territories. By analyzing the contribution of the German naturalist Martius on the perception of the Brazilian territory, José Augusto Pádua reminded us that the biggest contribution of this naturalist was the suggestion of a unifying vision towards our territory, pointing to a biophysical diversity and demarcating territorial spaces that were, until then, almost unknown of. The totalizing vision suggested by Martius greatly contributed to supporting Brazil as a State in the XIX Century, since the political discussions of the time, conducted by the local oligarchies, questioned if such huge territorial spaces could be perceived as part of a single country. Martius' project, was an attempt to construct a vision of Brazil as a unity, merging the flora and fauna, the varied landscape and the historical foundations, further contributing to strengthening the concept of a single territory that could not be split into several countries (PÁDUA, 2018, p.56-58). Environmental concerns can then be historically contemplated, mainly when we attempt to reflect about the Amazon biome, which has been impoverished by violent policies of extraction and colonization.

Our theoretical matrix is Environmental History, since it offers the ability to think about historical and literary resources as tools to a more sustainable development, just as pointed out by Carlos Renato Carola (CAROLA, 2009, p.175). To this historian, when thinking about the structures of the Roman Empire or of the Greek City-States, we are capable of seeing how socially and environmentally expensive it was to maintain a gigantic army as the Roman one. We also can enumerate the amount of environmental problems encountered by those societies, such as propagation of unknown epidemics, barbarian invasions and economical deterioration. Therefore, Environmental History can help us understand the relation between culture and nature that had developed in distinct time and places. It can, as well, aid in the perception of the diversity of this representation of Nature and the relationships established with the natural environment (CAROLA, 2009, p.184), further allowing a comparative study with our current questions.

CAN A DICTIONARY BE EMPLOYED AS A SOURCE TO ENVIRONMENTAL HISTORY?

According to Kaori Kodama, there is a link between the literary Indianism of Gonçalves Dias and the research he attempted to accomplish on the indigenous groups: he was interested in suggesting a place for the indigenous natives in Brazilian History, in consonance with what he offered to his Romanticism generation, advocating for the creation of a Brazilian mystical past through Literature and History (CÂNDIDO, 2007, p.3). Kodama explained that the ethnographic interest of Gonçalves Dias had emerged from the elaboration of a written Brazilian History that sought to stand out due to a local color that would be achieved through considering the habits and religion of the Brazilian natives,

following the steps of Martius in the 1840's (KODAMA, 2007, p.4). Gonçalves Dias believed that the ethnographical tool provided by authors as Maximilliam Wied-Neuwied, D'Orbigny and Martius would fertilize his studies, as he considered himself a "historian poet".

Kaori Komada's thesis, published in book in 2009, had as main goal to discuss the appearance and practice of Ethnography in the interior of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), emphasizing the moment of political discussion around national projects to the Imperial Brazil. Ethnography appeared as a tool capable of defining the other, this complex assignment is embedded in the writing of a national History, a basilar issue to the project of inventing the Brazilian national community of the XIX Century. To Kodama, Ethnography is present in the IHGB as completely linked to the Brazilian History since Cunha Matos' defense in 1839 and in the research about native indigenous groups, considering the research's objective as connected to the study of Brazil's remote past; later, even becoming its own theme with the approval of the Comissão de Arqueologia e Etnografia Indígena on the September, 16th of 1847 (KODAMA, 2007, p.86).

Backing up by such commission, Freire Alemão requested the head of the provincial government, in October of the same year, information about several indigenous tribes that existed in different regions of the Empire. In 1849, Francisco Adolfo de Varnhage, Consortium Institute, sent a letter to Madrid, in which he reiterated the need to carry out studies on indigenous languages and to search the particularities of each indigenous group, the main goal of any ethnographic study to him. To Varnhagen, the study of indigenous languages was the method that could achieve what to him was primordial: the characterization and the distinction between the indigenous of the American continent, particularizing them in relation to other populations of the world.

We agree with Varnhagen and following the conceptions of the members of the Institute on the valorization of documents in indigenous languages as a way of reaching the particularities of several native groups of the Empire, we took the *Diccionario da Lingua Tupy* as an ethnographic product of the XIX Century, capable of providing historical information on indigenous groups compiled by Gonçalves Dias. To us, *Diccionario da Lingua Tupy* can be employed as a source to Environmental History as we consider it an ethnographic product on the previously mentioned indigenous groups.

THE INDIGENOUS ETHNICITIES PRESENT IN THE "DICIONARIO DA LINGUA TUPI" OF 1858

A preliminary survey on the work of Gonçalves Dias allowed us to come up with a few answers to the questions that motivated our research, listed in the beginning of this text and that will now be further developed.

1 | WHICH INDIGENOUS GROUP IS GONÇALVES DIAS SPEAKING OF?

The *Diccionario da Lingua Tupy* from 1858 has 4237 entries, structured in alphabetic order and it contains several information about Brazilian fauna and flora, also mentioning some indigenous groups. As he informs in the *Diccionario*'s preface, it gathered extensive notes on several indigenous groups according to his studies of the following sources: 1) The vocabulary from *Poranduba Maranhense* from 1981; 2) The *Gramática* of Father Figueira from 1687; 3) The *Dicionário* from 17975 by Friar Veloso. This dictionary from 1795, as it is known, is a modified version of the work from 1751 (MARTINS, 1945, p.5) since Friar Veloso thought it was best to correct excerpts from the manuscript when editing his version; 4) A manuscripted *Dicionário* retained on the library of the Academia Real das Ciências de Lisboa; 5) Four out of five notebooks that followed the shipments of Alexandre Rodrigues Ferreira dated from 1785, 1786 and 1787. Considering the collecting of so diverse resources, from different centuries and from specific phases of what we might call historical evolution of the Tupi language, one might believe that there is a great diversity in the indigenous ethnicities listed in the entries, nonetheless, that did not happen. Apparently, all the ethnicities mentioned by Gonçalves Dias were taken from the material collected by Alexandre Rodrigues Ferreira, often cited in the *Diccionario*, as well as Father Figueira and the German traveler Hans Staden.

	Palavra	Citação
1	Acarajá	"Acajá (hoje cajazeiro), árvore frutífera; os indígenas chamavam-na também <i>Ybamétara</i> ; floresce no estio, dá frutos no inverno" (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.205)
2	Acaju	"Acaju etá, ano, idade. Acaju roig, idem. Os índios guardavam cada ano uma castanha de caju para contagem dos anos que viviam" (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.205)
3	Acangatára	"Acangatára (H.Stadt escreve <i>Kannitar</i>), penacho, enfeite de penas que traziam na cabeça" (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.206)
4	Acará	"Acará, árdea, espécie de garça, também lhe dão o nome de <i>goratinga</i> ou <i>guiratinga</i> ; de suas penas faziam os indígenas penachos. Há várias espécies; uma, das mais pequenas, que andam embandos, fazem ninhos no cimo das árvores e sustentam-se de mariscos" (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.205)

Tabela 1– Menções a etnias indígenas ou hábitos indígenas1

1 We are denominating the native people, in Portuguese "povos originários do território" such as the indigenous groups, considering the writings of Daniel Munduruku, whom utilizes *indigenous* instead of *indian*: "Usarei o termo índio apenas neste capítulo. Nos seguintes prefiro a terminação indígena, que é o mesmo que nativo ou natural da terra".(MUNDURUKU, 2009, p.13). Ailton Krenak employs both the terms *indigenous* and *indian*: "Os índios estão dentro destas minorias, parece que finalmente conseguiram ser incluídos na lista de grupos onde também eram considerados mino-

In the chart above, we notice that Gonçalves Dias commented on the data he found: claiming that the indigenous people showed affectation when using the singing of *Acauán* to determine the approaching of any guests. Therefore, *Diccionario* could be considered an authorial work and not just an enrollment of data randomly collected. Gonçalves Dias presented a derogatory posture towards such a comment, and we can ask ourselves how he achieved such a conclusion, as we know Gonçalves Dias never had done any field work. Kodama reminded us that it was with Ferdinand Denis that the prospectus of creating a literature capable of particularizing Brazil was defined, twenty years prior from the proposal of the release of *Brasil e Oceania* (1853). Nevertheless, in Gonçalves Dias' texts, the proximity between Poetry and History begun with his belief in the possibility of identifying a national feeling born out of the indigenous element, achieved by the study of several ethnographies, an object considered to be the scientific key to understand non-European people, a key that began to be appreciated during the Mid XIX Century. The native's portrayal, constructed by the poet, would this way, be a reinforcement built on a scientific knowledge based on a reading of such ethnographic bibliography (KODAMA, 2007, p.5-6).

	Palavra	Citações
1	Botoque (gentio da Mura)	"Botoque. Os Botocudos o faziam do barrigudo; o gentio Mura da pedra que tira do cérebro do peixe Pirarucu, desbastando-a em uma pedra de afiar, até dar-lhe a forma conveniente" (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.219-220)
2	Bragança (gentio do Rio Branco)	"Bragança, arma do gentio do Rio Branco" (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.220)
3	Cuaçú	"Çuaçú, veado. O nosso célebre naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira diz que os índios chamavam <i>Subá assu</i> a todo veado, por terem a cabeça comprida e grande testa, a que (acrescenta ele), os índios chamam <i>Subá assú</i> . Parece-me, contudo, que esta palavra tem outra etimologia; de çuú, mastigar: <i>çuú assu</i> vale tanto como ruminante. Os índios chamavam Çuaçú-merin ao filho, e não só por ser pequeno" (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.226)
4	Cancán	"Cancán, ave, espécie de falcão: habita em lugares pouco frequentados, e com voz estrídula anuncia a chegada de alguém" (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p. 230)
5	Capiuára ou Capivárã (gentios peruanos do Rio Branco)	"Capiuára ou Capivárã (que vive entre o capim). Os gentios peruanos do Rio Branco traziam os dentes deste animal pendurados às orelhas, à maneira de brincos" (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p. 230)

rias (...) Eu acho que foi uma disposição de briga que um punhadinho de gente indígena teve nas décadas de 1970 e 1980. De alguma maneira eles sacaram que precisavam espernear, esbravejar para serem ouvidos e conseguiram. Basta olhar o que os povos indígenas conquistaram com a Convenção 169 da OIT e com a Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas"(MOREIRA, 2022, p.9). The *Diccionario da Lingua Tupy* uses the term "índio", as it can be seen in the chart.

6	Carajurú	“Carajurú, cipó de cujas féculas se extrai uma tinta vermelha, com que os índios pintavam as cuias, as tangas feitas de palmeira Muriti, e a roupa de serviço” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.231)
7	Carauá	“Carauá, espécie de bromélia, de que os índios faziam cordas” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p. 231)
8	Castanheiro	“Castanheiro, chamado do Maranhão. Da entrecasca tiram a estopa com que calafetam as embarcações, e preferem a qualquer outra para o calafeto das partes que têm de ficar debaixo d’água” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.231)
9	Cicantáa ihúa,	“Cicantáa ihúa, pau de breu: o leite é bom para as feridas, e para corroborar o estômago, aplicado à boca dele. Purifica-se e reduz-se à forma de pães para se guardar. Quando depois tem de ser empregado, mistura-se com qualquer óleo ou azeite, e derretido ao fogo, fica sendo o breu ordinário, empregado no calafeto das canoas” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.237)
10	Cordas	“Cordas, os indígenas as faziam da sapucaia, da embira piranga, da árvore <i>mataumatá</i> , da palmeira tucum, da bromélia <i>carauá</i> , do <i>uambé</i> , da entrecasca do <i>Mongúba-hy</i> , servindo as desta árvore para amarras de canoas, escotas de velas – e em geral dos cipós, das embiras e de grande número de bromélias” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.239)
11	Coróca (povo do Maranhão)	“Coróca, diz o povo no Maranhão dos velhos adoentados. Velho ou velha coroca. Ave” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.240)
12	Cuatá	“Cuatá, macaco de movimentos muito tardos, e que para caminhar vai lançando o rabo à maneira de arpéu. Sobre a origem desta palavra escreveu A.R. Ferreira o seguinte: ‘Não deixarei de escrever o que os índios fabulizam a respeito deste macaco. Dizem eles que tendo um desafio com o gavião real, este lhe disse: Com que me pretendes matar? Porventura parece-te que com o teu rabo me vencerás? Então o Cuatá, mostrando-lhe as mãos, lhe disse: Quá tahá! E que, vendo o gavião o seu desembaraço, lhe protestou, que dali em diante seriam muito amigos’ ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.241)

13	Cuaxingúba (Jurupixunas)	Cuaxingúba, chamada no Rio Negro Uapuim uassú, pelos portugueses Lombrigueira, árvore de que os Jurupixunas faziam tangas, camisas. Escolhem os troncos mais grossos, cortam-no no comprimento que querem tenham o pano, e fazem-lhe na casca uma incisão longitudinal. Por entre os lábios da incisão introduzem uma palmeta de madeira, disposta à maneira de cunha, para separarem a casca do tronco. Separam-na ainda da epiderme verde, vestem de novo o tronco, batem-no e expelem a umidade” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.241)
14	Cuidarús (gentios do Rio Branco	“Cuidarús, armas curtas, a modo de lanças, de que usavam os gentios do Rio Branco ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.241)
15	Cupyua raána (gentio do Rio Branco)	“Cupyua rána, de cujas sementes faziam os gentios do Rio Branco uma enfiada que traziam à ,cinta, nas pernas e também nas tabocas, de que faziam bengalas, com que marcavam o compasso da dança” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, p.242)
16	Cury	Cury, tinta com que no Pará pintam as cuias” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.243)
17	Cuyeira (índias da Vila de Monte)	“Cuyeira, de que as índias do Pará fazem as cuias. Pintam-nas de urucú, carajurú, cury, tauá, tobatinga; servindo-lhes de óleo a infusão da casca da árvore eumaty, a qual também serve de mordente, porque antes de pintadas as cuias as metem na dita infusão, e sem isto dizem elas que lhes não pegam bem as tintas, e não ficam bem lustrosas. Ferreira escreveu a este respeito: ‘As que se distinguem neste gênero de trabalho são as índias da Vila de Monte Alegre, e as das barreiras circunvizinhas chamadas de Curupá-tuba (no Pará) e no Rio Negro as do lugar Carvoeiro’. Os curandeiros aplicam o dito fruto para hérnias, assando-o e dividindo-o em duas metades, e metendo entre elas os testículos, o que os faz desinchar prontamente” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.243-244)
18	Guajá járas	“Guajá járas, índios do Maranhão” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.249)
19	Guarijúba	Guarijúba, animal, espécie de Guariba, de cor amarelada; por isso (diz Ferreira) lhe chamam juba; sustenta-se de frutos e folhas” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.250)
20	Iamurú	“Iamurú. I. Bem feito; folgo que lhe aconteça mal. II. É o fruto inteiro da cuieira, com diferença que são abertos por cima (<i>cuya-ambuca, combúca</i>), em que as índias guardam as suas curiosidades” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.253)
21	Imyra kýnha	“Imyra keýnha, cravo do sertão” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002: 256)

22	Ipadú (índios do Amazonas)	“Ipadú, os índios do Amazonas secam ao forno as folhas do Ipadu, reduzem-nas a pó em um pilão próprio; e, misturado com um pouco de cinza das folhas da ambaúba e um pouco de tapioca, trazem-no na boca em vez de masca, e o engolem depois de bem macerado” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p. 257)
23	Itajubpóca (Muras)	“Itajuba póca, árvore de que os Muras faziam os seus arcos” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.258)
24	Itán	“Itán, concha do Rio Branco e Maranhão” (Dias 1858 apud Guidin, 2002, p. 258)
25	Jacaré Ihúa	“Jacaré Ihúa, árvore de que se construíam canoas de 30 e 40 palmos de comprimento: duração de 3 a 4 anos. Esta árvore nasce pelas vargens e margens dos rios em partes úmidas” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p. 260)
26	Jacú tinga	Jacú tinga, espécie 4. ^a . Ferreira diz que é o da cor preta” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.261)
27	Jurará ou Yurára	“Jurará ou Yurára, cágado, tartaruga. No tempo em que Alexandre Rodrigues visitou o Pará, era a manteiga dos ovos de tartaruga uma das indústrias mais usadas em certas estações” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p. 270)
28	Jutay	“Jutay’ (frutos de), são desagradáveis no gosto, e contudo os índios os comem. Desta árvore se colhe a resina chamada Jutay-cica, ou goma copal, com que invernizam a louça. Nasce esta árvore pelo centro do mato, em terras firmes. Da casca fazem os gentios suas ubás, em que andam embarcados” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p. 272)
29	Macuru-mirim	“Macucu-mirim, árvore do Pará. Com a infusão da entrecasca desta árvore é que dão uma espécie de mordente nas cuias, sobre o qual assentam depois as tintas: usam deste mordente na falta de outro, que extraem da árvore Cumaty, que é melhor” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p. 274)
30	Mamiá	“Mamiá, buzinas. Fazem de diferentes madeiras, de arara-canga, caju-assu, juniparana, molongó, e outras, unindo com a resina do anany as duas metades, que fazem separadamente, e reforçando-as por fora com ligadura da casca do cipó-uambé, passando a enfeitá-las mais e menos, segundo são mais ou menos polidos os seus artífices. Usam delas no mato para as suas guerras e escaramuças, ensaios militares e danças das suas festas. Aos cabos das canoas de viagem pelo sertão, servem para convocarem os índios na ocasião de largarem dos portos, onde estão surtos. (A.R.Ferreira.)” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.275-276)
31	Manacá	“Manacá (no Pará), uma flor. É também o nome que se dá à moça mais bela de uma tribo, ou das que se acham juntas em alguma festa” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.276)

32	Manipoeira	“Manipoeira, é a água que destila a mandioca ralada e espremida, a que também se chama tucupim. O tucupim concentrado ao fogo dá uma calda que serve para tempero; e essa calda nos sertões do norte dá-se igualmente o nome de manipoeira” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.276)
33	Maquíra	“Maquíra, rede. Faziam-na os índios dos folíolos das frondes do olho da palmeira murity, fiados e torcidos à maneira de fios grossos de algodão” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.277)
34	Maráca	“Maráca. I. Instrumento das solenidades religiosas dos índios: cascavel. II. Árvore de fruto que nasce pela terra firme, que se diz semelhante a uma espécie da crescentia de Lineu. III. Por ampliação do sentido direto da palavra, dá-se hoje este nome a um chocalho feito de lata e cheio de pedrinhas, que serve às crianças de brinquedo” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.277)
35	Maracatim	“Maracatim, navio, embarcação grande. Era o nome que os índios davam às suas embarcações de guerra, as quais tinham na proa um maracá, que eles faziam tocar quando acometiam”(DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.277)
36	Mauhá (Mauhá)	“Mauhá, gentio que habita as margens do rio Cumari e seus afluentes; lugar” (Dias 1858 apud Guidin, 2002, p.278)
37	Meauçúba,	“Meauçúba, cativo, escravo”(DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.280)
38	Mokéca	“Mokéca, melhor Pokéca, embrulho. Hoje significa um guisado de peixe. Na frase vulgar – estar de moqueca – é estar de pé dormente, sem se importar de cousa alguma”(DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.289)
39	Mopyâ catu taína merim	“Mopyâ catu taína merim, acalantar, embalar a criança” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.293)
40	Moroxába	, “Moroxába, dizia-se outro tepo, entre os colonos, de uma prostituta”(DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.294)
41	Muirahen Peréra (Baré)	“Muirahen Piréra, na língua Baré – <i>Hinidad</i> em português – árvore preciosa, pelo ativíssimo aroma que exala. O fruto se parece com o <i>puxery</i> , e por isso lhe chamam também os índios <i>puxery merim</i> , por ter a mesma figura; tem menor volume que aquele, mas o aroma é mais delicado; fruto difícil de obter-se pela guerra que lhe fazem as aves” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.295)

42	Murucú (Passé, Muras, Jurupixunas)	“Murucú, arma: são grandes, de ordinário de pau vermelho, e alguns feitos particularmente para combater com o gentio Passé. Os Muras, que deles usavam, tinham outros ervados, para combaterem peito a peito. Entre os Jurupixunas, servem de lanças, as quais brandem violentamente e meneiam de modo que ferem com ambas as mãos” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.295-296)
43	Myra	“Myra. I. Antes <i>Muirá pyrânga</i> , pau vermelho, de que os índios faziam os seus arcos. II. Vide <i>Mirã</i> ”(DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.296)
44	Namuým	“Namuým, árvore, que também chamam louro; dá um fruto que os índios comem cozido. Da madeira se faz Taboado para bancos, mesas, portas, e também para câmaras e toldas das canoas grandes. Nasce pelas várzeas, ilhas alagadiças, e principalmente nas terras de Barcelos e seus contornos” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.297)
45	Pajurá	“Pajurá, árvore, cujos frutos os índios e brancos comem; as sementes secas e raladas são empregadas para cura de desinteria. Nasce pelas margens dos Rios (no Pará) em partes úmidas” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.310)
46	Paracutáca	“Paracutáca, árvore do Alto Amazonas, de que se sustentam as tartarugas. Da madeira fazem os índios os seus remos, e também algumas canoinhas, mas são de pouca duração. Nasce pelas margens dos rios com as raízes debaixo d’água” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.311)
47	Paracuúba (Muras)	, “Paracuúba, árvore da qual os Muras faziam os seus arcos” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.311)
48	Paricá (Muras)	“Paricá, servia aos índios em vez de fumo. Nos cachimbos, em que os Muras fumavam o paricá, os tubos eram feitos de alguns caniços ou das hastes, que sustentam a frutificação das palmeiras – <i>Marajá</i> e outras, e também da <i>tabóca-merim</i> . As caçoletas onde punham o paricá eram os gargais do fruto da <i>cabeceira</i> . Os tubos eram reforçados com fio de algodão, ou com a casca dos talos da folha da palmeira <i>yaxitára</i> ” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.312)
49	Parinary	“Parinary, árvore, acerca da qual escreveu A.R.Ferreira: ‘A formiga ajunta a página exterior desta árvore para fazer seus ninhos; e os índios a recolhem, depois de ajuntada pela tal formiga. A isto chamam <i>Taracué</i> e lhes serve para isca, sobre que ferem fogo” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.312)
50	Pora	“Pora, habitador, habitante. (...) Segundo o modo de pensar dos índios, podia-se viver na terra e no céu. Expressiam isso em sua língua pelos dois vocábulos – <i>Íbáke póra</i> e <i>Yby póra</i> -, o primeiro tem a mesma significação que damos à palavra bem-aventurado; o segundo, a de vivente.”(DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.321)

51	Pupunheira	“Pupunheira (eira – desinência portuguesa), palmeira, cujos frutos se comem cozidos. ‘Um dos sinais de haver povoações, quando se viaja, é em se avistando ao longe as ditas pupunheiras, por serem das primeiras plantas que se costumam plantar nos estabelecimentos de povoações, de fazendas, e das casas dos mesmos lavradores, e isto, tanto pela sua formosura e extraordinária altura, como pela essencial utilidade de lhe comerem os frutos. A.R.Ferreira” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.326)
52	Taba	“Taba póra, forro, livre, senhor de si” (Dias 1858 apud Guidin 2002: 336), “Tabatinga, barro branco. As índias do Pará empregam-no na pintura das cuias” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.336)
53	Tambóra	, “Tambóra (palavra portuguesa corrompida), Ferreira escreve: <i>Tamóra-merim</i>, imitação dos tambores, que os índios aldeados fabricavam. Em 1788 remeteu aquele naturalista para Portugal um destes instrumentos, mais curioso decerto pela matéria do que pela mão-de-obra. A caixa era feita da madeira <i>Cupy ihúa</i>, as duas peles da bateria de <i>cutia</i>, os arquiños das peles de juniparána, os dois arcos – superior e inferior – de araticum, a corda inferior que serve de bordão e as outras, que entesam os arcos, de carauatá. Pintavam-nos com <i>tauá</i>, <i>cury</i>, carajuru, anil e tabatinga, servindo-lhes de mordente a entrecasca da árvore <i>xixí</i>. A bandoleira era tecida das folhas da palmeira Tucumã” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.337-338)
54	Tapéra	“Tapéra, aldeia velha, sítio abandonado. Segundo Pison, significa também andorinha” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.338)
55	Tapuya	“Tapuya, e também <i>Tapyiya</i>, gentio. Escrito do primeiro modo, o Pe. Figueira o dá com a significação de choupana. <i>A-y-tapûi mongatiron xe-cig</i>, conserto a choupana de minha mãe”(DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.338)
56	Tapuya caapóra	“Tapuya caapóra, bárbaro, selvagem” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.338)
57	Tapuya tâma	“Tapuya tâma, sertão” (Dias 1858 apud Guidin, 2002, p.339)
58	Tapuy-tinga	“Tapuy-tinga, francês” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.339)
59	Tavaçu (gentio do Rio Branco)	“Tayaçú, porco. Os chefes dos gentios do Rio Branco traziam por distinção, em colares, ao pescoço os dentes deste animal” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.340)
60	Temetára	“Temetára, pedra que os Botocudos traziam enfiada no beijo” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.342)

61	Temetára	“Tracajá (A.R.Ferreira escreve mais acertadamente Taracajá), tartaruga redonda, do sexo masculino) ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.345)
62	Trocano (gentios do Pará)	“Trocano, diz Ferreira: Era o instrumento de guerra de quase todos os gentios do Pará, como o havia na aldeia antigamente chamada de Trocano, hoje Vila de Borba. Serve ao gentio de caixa de guerra para as suas chamadas, e também para os avisos, que de parte a parte fazem umas a outras aldeias, quando há novidade que participar aos aliados, que estão mais distantes. De sorte que a primeira aldeia, que ouve o sinal do Trocano, o participa a outra, sua imediata, fazendo o mesmo sinal, e assim em breve tempo se avisam ainda as que estão mais remotas. Também serve para chamada de baile, e se distingue pelo diferente toque.” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.345)
63	Uacóá (gentio do Rio Branco)	“Uaicá, gentio do Rio Branco” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.350)
64	Uatapu (Uapixanas)	“Uatapú, distintivo que os principais ‘Uapixanas’ usavam trazer pendente sobre o peito” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.350)
65	Uî atá	“Uî atá, farinha bem cozida, que levavam em suas marchas, a qual depois se chamou farinha de guerra” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.350)
66	Uma	“Uma, emprega-se na composição em lugar de pituna, negro, escuro, preto. Rio preto ou negro, diriam os indígenas – yg – ou y'-una; nós dizemos Una, simplesmente, porque o yg se acha traduzido na palavra portuguesa que se lhe acrescenta: Rio Una (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.352)
67	Uruá	“Uruá, concha do Rio Branco, que também se encontra em outros lugares nas Províncias do norte” ((DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.352)
68	Xuban	Xuban (artigo <i>ai</i>), chupar. <i>Quecê baeacibora pajé y-xuban-i</i> , ontem o feiticeiro chupou o enfermo”(DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.355)

Tabela 2– Menções a etnias indígenas ou hábitos indígenas

Fonte: Elaboração de Jaqueline Mota

There are other entries about the indigenous groups connected to rituals and mythical figures, nonetheless, for reasons of space, we do not have it transcribed here. Above, the data collected, however, already allowed us to answer our question regarding whether indigenous diversity was a particular issue to Gonçalves Dias, evidenced by the identification of various indigenous ethnicities that are described by the practice of particular customs and in different places.

21 DOES GONÇALVES DIAS SHOW AN AWARENESS OF BRAZILIAN INDIGENOUS DIVERSITY?

As Gonçalves Dias mentions various indigenous ethnicities, with specific costumes and as he brings up specific places: – Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Paraíba, Paraíba do Norte, São Paulo, Rio Branco – we can confirm that he does not consider the indigenous groups as a homogeneous being. There is only one mention to the Guarani language, in the entry *Abicuy*, meaning the verb to comb, “*Abicuy (guaraní)*, pentear” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.204), as well in the explanation of the entry *Póra*, that Dias differentiated from *Guára*, claiming that “*Guára, radical de guaraní*, soaria ao princípio como sinônimo de guerreiro, o que, no seu modo de falar, rejeita a idéia de coação passiva” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.322), he does not speak about the language but about the individual Guarani. So the *Diccionario* proposed by Gonçalves Dias is about the Tupi language, with exceptions of such Guarani examples, although there is a great historical distance in between the gathered sources.

The ethnicities clearly mentioned in the *Diccionario* are the **Botocudos**, the **Muras**, the **gentile of Rio Branco**, the **Peruvian gentile of Rio Branco**, **Jurupixunas**, **Guajájaras**, the **Amazonian Indians of Amazonas**, **Mauhá** (the gentile that inhabits the banks of the Cumariy River and its confluent), the **female Indians from the Vila de Monte Alegre**, the **Baré** (mentioning the Baré language), the **gentile Passé**, the **gentiles from Pará**, **Potiguáras**, **Tabajáras** and the **Uapixanas**. We can immediately point out the disparities between what Gonçalves Dias reported in the preface and what truly is found in the content of the *Diccionario*, because, if he, initially, sought information about the indigenous groups from the Brazilian Coastline, we notice that the data he collected, in its majority, is part of the indigenous groups from the Amazonian section of Brazil and Peru.

CONCLUSION

We believed that the proposal of studying the *Diccionario da Lingua Tupy* by Gonçalves Dias with the support of the Environmental History is justified by the clues found in such source: we continue to search the indigenous people listed by Gonçalves Dias, following the description of the fauna and flora collected in the *Diccionario*, going even further than the explicit mentions of the ethnic indigenous groups made by Gonçalves Dias. Much of the information about places collected by Gonçalves Dias regarded natural elements such as rivers, plants, and animals. We felt the need to analyze such information that is consolidated by a theoretical and scientific perspective and, therefore, we ended up encountering authors from the Environmental History field.

To Iuri Pereira, Gonçalves Dias is one of most well-known Brazilian Romanticism poets, belonging to the Indianist literary movement of the XIX Century, which advocated

for the representation of Nature and the autochthonous populations of America to mark the originality of the New World in comparison to Europe (BAULER PEREIRA, 2010, p.3). This originality would be particularly based on the knowledge of the Tupi language, applied by Gonçalves Dias as a way to access the past through meanings of philological study and consequently, becoming a method of studying the indigenous History in the European continent (BAULER PEREIRA, 2010, p.6).

Abel Barros Baptista, in a report published in book format, when analyzing the relationship between Brazilian and Portuguese literature, points that the Brazilian Romanticism, more than a program of nationalizing literature, had the historical merit of being the founder of Brazilian literature and so the Romanticism is a form of nationalism in which the writer took on a civic and patriotic duty and the literature would take on, in Brazil, the role of representing a national identity (BAPTISTA, 2005, p.27).

Gonçalves Dias, in the *Diccionario's* preface, proves to be the son of the Romantic generation that propose the publication of works aiming to establish a Brazilian literature, original and national, that seeks in indigenous culture the values and characteristics of what could represent the genuine Brazilian individual. Baptista suggests that the Romanticism sought to invent Brazil, Gonçalves Dias, as well as all the writers from this time, also took responsibility for doing the same. Consequently, His writings emerges as a modality of interpretation of Brazil with the romantic prescription of having to truly subordinate their literature to the purpose of interpreting Brazil (BAPTISTA, 2005, p.27). Through inventing and interpreting Brazil, Gonçalves Dias proposed the *Diccionario da Lingua Tupy* and, for us, is an extremely rich historical source in our attempt to reach the indigenous History of the native of the Brazilian Empire.

The Ethnographical memory *Brasil e Oceania* (1853) presents Gonçalves Dias' analysis on the Brazilian indigenous groups, starting with their geographical origins, with the State of Amazonas being considered the "Judea", where they all would have originated from (KODAMA, 2007, p.6). Such concept of Gonçalves Dias, to us, is fundamental for identifying the indigenous groups listed in the *Diccionario*, because if the Amazon is the "Judea", the indigenous group from the Amazonia and from the North of Brazil, their rituals, their mythical figures and their religion might have been prioritized in the process of selecting the information that would be register in the *Diccionario*, which also explains Gonçalves Dias' option of researching data in Alexandre Rodrigues Ferreira's documents, whom had as well visited such region.

Kodama reminds us that Gonçalves Dias supported the division of Brazilian indigenous native that was recurrent in the XIX Century ethnography, which counterpointed *tupis Indians to tapuias Indians*, a division reinforced by colonial accounts, nonetheless, not always confirmed by the ethnographers that visited America during the first half of the XIX Century, as Alcides d'Orbiny e Martius, to whom, would have been a larger group that encompassed the vast majority of the indigenous groups: the *brasilio-guarany's*, or, as a

second option, one should classify the indigenous people by the languages and dialects that they spoke, resulting in the classification proposed by Martius in eight or more groups (KODAMA, 2007, p.8).

Thus our methodology resided in considering information provided by the *Diccionario da Lingua Tupy* (1858) as ethnography of indigenous groups of the XIX Century to consequently, achieve an indigenous History, especially in the North region of the Empire. Considering that Gonçalves Dias believed that the Brazilian indigenous people would had their origin in the Amazon State and from where they would have migrated to the rest of the country.

REFERENCES

ANÔNIMO. **Vocabulário da língua brasileira**. Original. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscrito.180p. 01,01,014. Pará, 1751.

BAPTISTA, Abel Barros. **O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

BAULER PEREIRA, Iuri. **Escrita e oralidade na língua tupi na obra etnográfica de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864)**. In: Anais do XIV Encontro Regional de História: Memória e Patrimônio - ANPUH-RJ. Rio de Janeiro, 2010.

CAROLA, Carlos Renato. Meio Ambiente. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de história**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2009, v. 1, pp. 173-200.

DIAS, Antônio Gonçalves. **Diccionario da Lingua Tupy, chamada Lingua Geral dos Indigenas do Brazil**. Lipsia: F.A. Brockhaus, 1858.

DIAS, Gonçalves. **Poesia indianista**: obra indianista completa: poesia e dicionário da língua tupi. Introdução, organização e fixação de texto por Márcia Lígia Guidin. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. LVII.

EDELWEISS, Frederico G. **Estudos tupis e tupi-guaranis: confrontos e revisões**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editôra, 1969.

FIGUEIRA, Luis. **Arte de Grammatica da Lingua Brasilica, do P. Luis Figueira, Theologo da Companhia de JESUS**. Lisboa: Na Officina de MIGUEL DESLANDES, Na Rua da Figueira, 1687.

KODAMA, Kaori. **O tupi e o sabiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em Brasil e Oceania**. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. v. 4, ano IV, n.º 3, 2007.

KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

MARTINS, Maria de Lourdes de Paula. Notas sobre as Relações verificadas entre o Dicionário Brasileiro e o Vocabulário na Língua Brasileira. **Boletim 52 da Faculdade de Filosofia de São Paulo**. São Paulo, 1945.

MOREIRA, ADRIANO DE LAVOR. **“Ser índio deixou de ser sinônimo de escondido no mato”: uma conversa sobre visibilidade com Ailton Krenak.** REVISTA DE ANTROPOLOGIA, v. 65, p. 1-17, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses:** conversa sobre a origem da cultura brasileira. São Paulo: Global, 2009.

PÁDUA, José Augusto. Martius e a Construção do Território Brasileiro. **Martius-Staden-Jahrbuch**, v. 62, 2018, p.56-58.

PRAZERES [MARANHÃO], Frei Francisco de Nossa Senhora dos. 1891. Poranduba maranhense, ou Relação historica da provincia do Maranhão [...] com [...] um dicionario abreviado da lingua geral do Brazil. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.** v. 54, pt. 1, p. [4]-277.

VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. **Diccionario portuguez, e brasileiro, obra necessária aos Ministros do Altar, que emprehenderem a conversão de tantos milhares de almas que ainda se achão dispersas pelos vastos certões do Brasil, sem o lume da Fe’, e Baptismo.** Lisboa: Officina patriarcal, 1795

SILVÉRIA DA APARECIDA FERREIRA: Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO, 2021-2025). Atualmente é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Atua como professora de História na Educação Básica da rede pública e privada na cidade de Palmeira, Paraná. Atuou como representante discente do doutorado em Educação do PPGE-UNICENTRO entre fevereiro de 2022 a fevereiro de 2023.

É mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (2018), do qual foi representante discente junto ao Colegiado. Especialista em: «História, Arte e Cultura» (UEPG, 2018), «Educação Infantil» (UP, 2019), «Alfabetização e letramento» (UNINA, 2020) e «Educação do campo» (UNINA, 2020). Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2014), campus de Irati – PR e em Pedagogia pelo Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR (2020).

Atualmente faz parte do grupo de pesquisa Educação Histórica: Consciência Histórica e Cultura, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Pesquisadora na área da Educação com ênfase em ensino de História, atuando em temáticas dentro do campo investigativo da Educação Histórica. Suas pesquisas mais recentes destacam: ensino de História; Didática da História; Aprendizagem Histórica; Consciência histórica; Sentido histórico; Narrativa histórica e história das mulheres.

NIKOLAS CORRENT: Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho, e Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Trabalho social com famílias e comunidades pela Faculdade Ibra de Brasília; Assistência Social e Saúde Pública, Ética e Serviço Social e Serviço Social e Políticas Públicas pela Faculdade Intervale; Docência do Ensino Superior e Educação a Distância com Ênfase na Formação de Tutores pela Faculdade São Braz/UNINA; Gestão da Educação do Campo pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras; Educação Especial e Inclusiva, Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia e Ensino Religioso pela Faculdade de Educação São Luís. Bacharel em Serviço Social. Licenciado em Ciências Sociais, Filosofia História e Pedagogia. Professor Colaborador do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e da Educação Básica (rede estadual e particular). Pesquisador na área de História, atuando nos seguintes temas: Cultura, História Oral, Identidade, Imigração, Memória e Museus; e na área de Serviço Social, atuando nos seguintes temas: Ética Profissional, Fundamentos Históricos, Políticas Sociais e Questão Social.

A

Abayomi 62, 63, 67

Apagamento 134, 135, 137, 139, 141, 144, 145, 146, 147

Apropriação 105, 129, 134, 135, 136, 137, 139, 141, 145, 147

Arquitetônico 134, 135, 136, 137, 139

B

Balsemão 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14

Boneca 62, 63, 67

Brasil 7, 10, 11, 18, 19, 25, 28, 29, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 109, 110, 111, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 135, 143, 147, 149, 150, 155, 164, 165, 166

C

Casa 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 37, 53, 104, 106, 107, 147

Chicago 52

Comemorações 27, 28, 32, 33, 35, 36

Conceito 20, 23, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 49, 50, 64, 78, 120, 140, 144

Controle 20, 28, 37, 44, 52, 53, 54, 56, 78, 83, 112, 117

Cultura 8, 13, 14, 21, 27, 31, 32, 33, 37, 42, 48, 49, 50, 51, 57, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 75, 76, 79, 80, 83, 85, 87, 88, 95, 99, 102, 108, 118, 135, 136, 145, 147, 166, 167, 168

Cultural 3, 8, 11, 13, 27, 28, 32, 33, 36, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 85, 86, 90, 93, 94, 95, 96, 102, 109, 110, 111, 112, 117, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

D

Democracia 47, 70, 71, 73, 81, 84, 85, 86

Desenvolvimentismo 39, 41, 43, 50, 119, 120, 121, 123

E

Edad media 88, 100

Estudos culturais 15, 70, 78, 165

EUA 70, 74, 76, 77, 81, 83, 123

Eugenia 52, 57

F

Festas 27, 28, 32, 35, 36, 37, 158

H

História ambiental 149, 150

Historiador 32, 39, 40, 51, 71, 72, 75, 77, 109, 110, 117, 135

História política 70, 71, 73, 74, 86, 133

I

Ideias 21, 39, 41, 42, 45, 47, 48, 50, 51, 66, 76, 102, 119, 120, 121, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

Identidade 20, 24, 25, 48, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 78, 79, 80, 86, 102, 105, 106, 112, 113, 136, 140, 148, 167

Imigração 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 167

Indígenas 15, 18, 19, 20, 21, 23, 150, 154, 155, 156, 162

Intelectual 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 52, 57, 76, 80, 96, 119, 121, 122, 123, 124, 127, 129, 131, 132

Irati 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 167

L

Le Monde Diplomatique 70, 71, 73, 80, 85, 86

Língua tupi 150, 165

Literatura 63, 74, 121, 150, 165

M

Mães 17, 20, 101, 102, 103, 107, 108

Maria da Conceição Tavares 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133

Memória 6, 9, 10, 14, 25, 27, 32, 35, 36, 37, 38, 43, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 80, 86, 105, 108, 112, 117, 134, 135, 136, 139, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 165, 167

Miscigenação 15, 16, 17, 21, 23, 57

Mito 105, 106, 109, 112, 113, 116, 117

Moçambique 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26

N

Nassau 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Nelson Werneck Sodré 39, 40, 41, 49, 50, 51

P

Palacete 1, 2, 3, 8, 9, 10, 11, 13, 14

Patrimônio 27, 32, 35, 36, 37, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 144, 147, 148, 165

Política 15, 20, 25, 30, 37, 40, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 70, 71, 73, 74, 77, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 93, 95, 96, 99, 100, 109, 111, 114, 117, 125, 130, 132, 133, 139

Popular 27, 28, 32, 33, 36, 37, 51, 112, 113, 116, 139, 142

Porto 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 25, 26, 69, 87, 108, 114, 118, 134, 147

Q

Quilombo 62, 63, 65

R

Recife 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118

Relaciones de poder 88

Resignação 15

Resistência 15, 16, 19, 20, 22, 25, 26, 43, 79, 82, 84, 85, 102, 104, 134, 136, 146

Revolução 24, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 83, 127

S

Santo 5, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 58, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 115

Santos 3, 15, 27, 28, 34, 35, 36, 62, 68, 85, 107

São Miguel 62, 63, 65, 67

Século XIX 1, 2, 18, 28, 37, 123, 150

Significado 51, 66, 70, 104, 106, 133, 134, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 147

T

Transitar 101

U

Uso 1, 8, 12, 21, 65, 75, 77, 96, 130, 134, 142

V

Viscondes 1, 3, 11, 13, 14

HISTÓRIA:

relações de poder, cultura
e representações

2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

HISTÓRIA:

relações de poder, cultura
e representações

2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br